

OLAVO DE CARVALHO

A Longa Marcha da Vaca para o Brejo

e, logo atrás dela,

Os Filhos da PUC,

as quais obras juntas formam, para ensinança dos pequenos e escarmento dos grandes,

O Imbecil Coletivo

II



...arcando com a responsabilidade deste calamitoso
acontecimento editorial nada menos que a

TOPBOOKS

A Luta Continua

A Longa Marcha da Vaca para o Brejo é a continuação de um dos livros mais divertidos e inquietantes já escritos neste país. **O Imbecil Coletivo – Atualidades Inculturais Brasileiras**, publicado pela Faculdade da Cidade Editora em agosto de 1996, provocou uma onda de pânico no *establishment* intelectual. Havia décadas ninguém tinha a ousadia de lhe fazer cobranças. De repente, um ilustre desconhecido, argumentando com lógica implacável, informação precisa e senso de humor, mostrava que os ídolos intelectuais do dia estavam muito enganados a respeito de si próprios e de muitas outras coisas. As reações iradas não se fizeram esperar. Sem responder a um só argumento do autor, os incomodados atacaram-no ferozmente na mídia, chamando-o de coisas feias. Foi pior ainda para eles. A tudo Olavo respondeu sem perder o bom humor, tornando os ataques motivo de desmoralização de seus detratores e de riso para o público. Um ano depois, os atacantes tinham se recolhido a um silêncio prudente, e Olavo de Carvalho se tornara um nome nacional. Aí vieram **Aristóteles em Nova Perspectiva** (Topbooks), **O Futuro do Pensamento Brasileiro** (Faculdade da Cidade Editora), a tradução e os comentários a **Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão**, de Schopenhauer (Topbooks), mostrando que o argumentador audaz era bem mais que isso: o “filósofo autônomo” que o *establishment* amedrontado fingira desdenhar era muito mais filósofo do que aqueles nomeados pelas repartições públicas. Somando-se a **O Jardim das Aflições** (Diadorim) e publicações anteriores, de circulação restrita — **A Nova Era e a Revolução Cultural** (Stella Caymmi), **Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos** (id.), **Símbolos e Mitos no Filme “O Silêncio dos Inocentes”** (id.) — esses livros formaram uma obra de peso considerável, que trouxe a seu autor o reconhecimento por parte de figuras de primeiro plano da inteligência nacional. “*Filósofo de grande*

erudição", disse dele o economista Roberto Campos. "*Um mestre!*", declarou o romancista Herberto Sales. "*Talento extraordinário*", constatou o ex-ministro da Cultura, Jerônimo Moscardo. "*Inexaurível erudição e incontornável honestidade intelectual*", enxergou nele o poeta Bruno Tolentino. Reações do exterior não demoraram a chegar: "*Fascinating!*", exclamou a Prof. Amy Colin, da Maison des Sciences de l'Homme, ante sua conferência **Les plus exclus des exclus** (Unesco, Paris, maio de 1997). E o filósofo Gabriel Liiceanu, reitor do New European College da Romênia, declarou que, tendo acompanhado por trinta anos o movimento das idéias na Europa, "*nunca ouvira nada de tão interessante*" quanto **A gerência geral do espírito**, conferência que Olavo de Carvalho fizera na Casa da América Latina em Bucareste.

Foi inútil tentar escondê-lo: Olavo de Carvalho, uma das estréias mais tardias da história das letras nacionais (tinha 48 anos ao publicar **O Jardim das Aflições**), tornou-se rapidamente uma referência obrigatória da cultura brasileira.

E como, pela natureza mesma da sua proposta – fiscalizar e criticar os passos em falso dados por uma intelectualidade nem sempre séria e responsável –, **O Imbecil Coletivo** sugeria uma atividade continuada, Olavo de Carvalho prosseguiu em sua luta, publicando na imprensa dezenas de artigos no mesmo espírito daquela obra, sempre acompanhado por leitores entusiastas. **A Longa Marcha da Vaca para o Brejo** reúne os artigos publicados em 1997, vários deles dedicados ao caso dos estudantes da PUC-Rio que, por terem opinado contra o radicalismo de certos ideólogos do movimento negro, foram chamados de racistas, agredidos e ameaçados de expulsão da universidade.

Eis aqui um livro tão vigoroso, impactante e urgente quanto **O Imbecil Coletivo I**.



Agora é tarde para reclamar.

O Imbecil Coletivo II

é um fato consumado.

Se você se divertiu com o I,
vai se divertir ainda mais com o II.



Se o I fez você pensar,
o II vai fazer você perder o sono.



Se o I deixou você de cabelos em pé,
o II vai deixá-lo careca.



Se você teve crise de hipertensão ao
ler o I, ao ler o II vai ter um enfarte.



Se ao ler o I você quis mandar
uma carta-bomba para o autor,
ao ler o II vai querer estrangulá-lo
com suas próprias mãos.



Mas não vai adiantar nada:
ele já está escrevendo o III.



ISBN 85-86020-62-1



9 788586 020629

**A LONGA MARCHA
DA VACA PARA O BREJO**

&

OS FILHOS DA PUC:

O IMBECIL COLETIVO II

OBRAS DE OLAVO DE CARVALHO

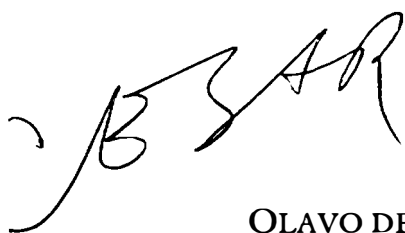
1. *Universalidade e Abstração e Outros Estudos*. São Paulo, Speculum, 1983.
2. *O Crime da Madre Agnes ou: A Confusão entre Espiritualidade e Psiquismo*. São Paulo, Speculum, 1983.
3. *Astros e Símbolos*. São Paulo, Nova Stella, 1983.
4. *Símbolos e Mitos no Filme "O Silêncio dos Inocentes"*. Rio, IAL & Stella Caymmi, 1993.
5. *Os Gêneros Literários: Seus Fundamentos Metafísicos*. Rio, IAL & Stella Caymmi, 1993.
6. *O Caráter como Forma Pura da Personalidade*. Rio, Astroscientia Editora, 1993.
7. *A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. Rio, IAL & Stella Caymmi, 1994 (1ª ed., fevereiro; 2ª ed., revista e aumentada, agosto).
8. *O Jardim das Aflições. De Epicuro à Ressurreição de César — Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*. Rio, Diadorim, 1995.
9. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. Rio, Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996 (1ª ed., agosto; 2ª ed., outubro; 3ª ed., abril de 1997; 4ª, maio de 1997; 5ª, dezembro de 1997).
10. *Aristóteles em Nova Perspectiva. Introdução à Teoria dos Quatro Discursos* (reedição aumentada de *Uma Filosofia Aristotélica da Cultura*, Rio, IAL & Stella Caymmi, 1994), Rio, Topbooks, 1996.
11. *O Futuro do Pensamento Brasileiro. Estudos sobre o Nosso Lugar no Mundo*. Rio, Faculdade da Cidade Editora, 1997.
12. *Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão. Comentários à "Dialética Erística" de Arthur Schopenhauer*. Rio, Topbooks, 1997.

EM PREPARAÇÃO:

A Dialética Simbólica: Ensaios Reunidos I.

História Essencial da Filosofia.

O Olho do Sol: Ensaio sobre a Autoconsciência.



OLAVO DE CARVALHO

*A Longa Marcha
da Vaca para o Brejo*

e, logo atrás dela,

Os Filhos da PUC,

as quais obras juntas formam,
para ensinança dos pequenos
e escarmento dos grandes,

O Imbecil Coletivo II



... arcando com a responsabilidade deste calamitoso
acontecimento editorial nada menos que a

TOPBOOKS

Copyright © Olavo de Carvalho, 1998

Composição e Fotolitos
Art Line Produções Gráficas Ltda.

Capa
Evelyn Grumach

Revisão
Roxane Andrade de Souza

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C3261

Carvalho, Olavo de

O imbecil coletivo II : a longa marcha da vaca para o brejo & os filhos da PUC / Olavo de Carvalho. - Rio de Janeiro : Topbooks, 1998
335p.

Inclui apêndice

I. Brasil - Civilização. I. Título. II. Título: A longa marcha da vaca para o brejo. III Os filhos da PUC

98-0020

CDD 981

CDU 981

080198 130198

04499

Todos os direitos reservados pela
TOPBOOKS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.
Rua Visconde de Inhaúma, 58 / gr. 203 - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20091-000 Tel.: (021) 233-8718 e 283-1039

Impresso no Brasil

A

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

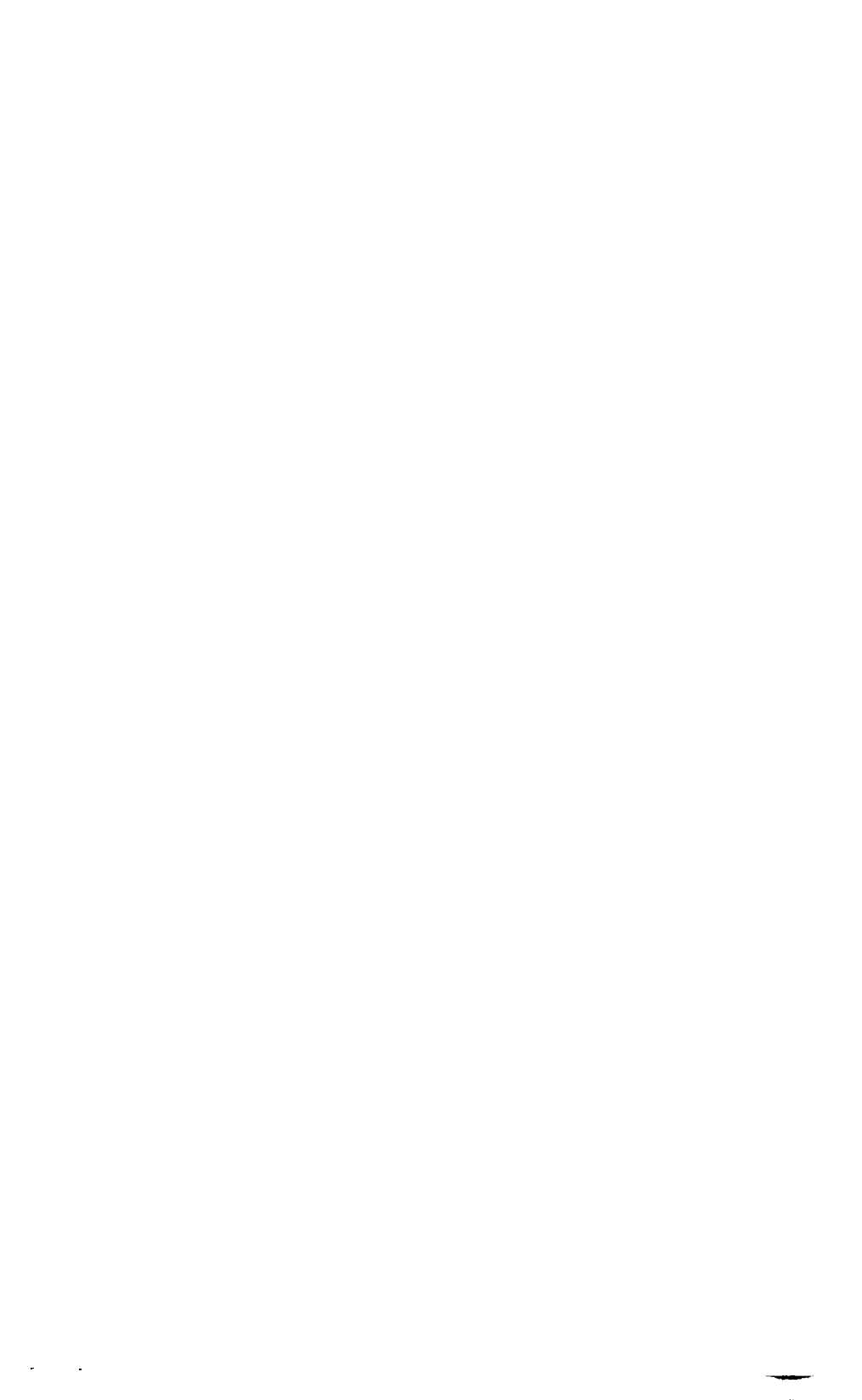
.

*“Il arrive par malheur que les hommes,
comme dégoûtés des lumières,
aiment à revenir aux ténèbres.”*

LEIBNIZ

*“Mihi autem pro minimo est,
ut a vobis judicer, aut ab humano die;
sed neque meipsum judico.”*

I COR. IV:1



SUMÁRIO

Nota Prévia _____	15
<i>A LONGA MARCHA</i>	
<i>DA VACA PARA O BREJO</i> _____	23
A espantosa falta de espanto _____	25
O Imbecil Imitativo _____	29
A reforma do senso comum _____	35
A longa marcha da vaca para o brejo _____	39
O pajé _____	43
O culto do Che: solução do enigma _____	47
A gerência geral do espírito _____	51
Escrever e gritar _____	55
Adendo _____	59
Um povo sem espelho _____	61
Adendo _____	65
Fariseus hipócritas _____	67
Pé e cabeça _____	71
Um caso de dupla identidade _____	75
As prostitutas no dicionário _____	81
A autoridade do Sr. Giron _____	85
Adendo _____	91
Verdade sem dono _____	93
Totalitarismo cético _____	97
Compulsão irreprimível _____	101
Aprendendo a ler _____	105

Assombrações equídeas	109
A verdadeira cultura negra	115
Experiência fatal	119
Cinco profetas	125
Mensagem aos sobreviventes	137
A mensagem de Viktor Frankl	145
Estatais do pensamento	153
A imagem dos filósofos	153
Saber e viver	154
A filosofia como emprego	156
O culto do "gênio"	160
Miséria da filosofia nacional	163
Opção preferencial pela morte	169
Adendo	175
Cultura e poder	177
Marxismo sólido e gasoso	183
Que é a esquerda?	189
Eles se entendem	199
Opinião do leitor	205
1. Ao <i>Jornal do Brasil</i>	205
2. A <i>O Estado de S. Paulo</i>	207
3. A <i>O Globo</i> (I)	210
4. A <i>O Globo</i> (II)	211
5. À revista <i>República</i>	212
6. À <i>Folha de S. Paulo</i>	214
Pensador indomável	217
Bom demais para que o escutem	221
O caminho do sábio	223
<i>Non nobis, Domine</i>	227

OS FILHOS DA PUC	231
A cólera e a farsa	233
Pedro e Jesus	237
Cartas abertas a Jesus Hortal, reitor	241
Primeira	241
Segunda	243
Terceira	244
Mentiras inocentes	247
Apêndice: Carta a <i>O Globo</i>	251
O debate franco do frade	253
Da interpretação de texto à expressão corporal	257
Resposta a <i>Veja</i> -Rio	263
Afirmar agindo, ou: Como vencer um debate sem precisar debater	265
Resposta a <i>Mundo Black</i>	275
Ideologia mentecapta	277
Resposta a Leandro Konder	285
Dignidade e perdão	287
Resposta a um Cordovil adivinhão	291
Resposta a três Cordovis	307
APÊNDICE: Breve antologia dos protestos	323
ÂNGELO MONTEIRO:	
O Jesus nosso e o Jesus deles	324
J. O. DE MEIRA PENNA:	
Como vencer um debate sem precisar ter razão	326
J. O. DE MEIRA PENNA:	
Poder imenso e tutelar	329
MIGUEL REALE:	
Refúgios da esquerda	332

CARLOS HEITOR CONY:	
Prepotência na PUC _____	335
ANTÔNIO FERNANDO BORGES:	
O imbecil mostra sua cara _____	336
DONALD STEWART JR.:	
A nova agenda da esquerda _____	337
D. IRINEU PENNA:	
Carta a Sérgio de Biasi _____	340
LEOPOLDO SERRAN:	
Quanta sensibilidade! _____	341
LEOPOLDO SERRAN:	
Vergonha coletiva _____	342
ARISTÓTELES DRUMMOND:	
Nota na coluna "Aqui Rio" _____	343

Nota Prévia

Este livro — digamos que o seja — divide-se em duas partes. A primeira traz a prestação de contas de um ano de atividades jornalísticas nesta parte hostil e refratária do universo. Contém praticamente todos os artigos que publiquei em 1997 sobre assuntos variados. A segunda resume a polêmica suscitada pelo caso dos meninos da PUC-Rio acusados de racismo por se oporem à política da affirmative action.

Não estão aqui os textos escritos para o Seminário de Filosofia da Faculdade da Cidade, alguns dos quais permanecerão inéditos em livro por enquanto, outros estão guardados para o volume A Dialética Simbólica e Outros Estudos, cuja publicação, prometida para o ano passado, foi atrasada por motivos alheios à vontade do autor.

Complementam essa primeira parte, além de alguns inéditos e de umas cartas que enviei a jornais, quatro orações escritas para quatro livros dentre os mais notáveis publicados no decorrer do ano — todos de autores octogenários, no que eu desejaria, se pudesse, ver apenas uma coincidência e não um sinal dos tempos.

Malgrado seu caráter puramente jornalístico, os escritos aqui reunidos não refletem apenas reações momentâneas a acontecimentos do dia, mas a tentativa de pensá-los numa

escala um pouco maior que o século. Formam, por isto, uma boa coleção de notas de rodapé a O Jardim das Aflições, um livro que pouca gente leu e cuja leitura bem pode começar por aqui. Caberiam também, por sua índole, em O Imbecil Coletivo, e de fato lá estariam se o autor não tivesse jurado solenemente não engordar mais esse livro, que, da primeira à quarta edição, passou de 340 páginas para 510. Formam, portanto, O Imbecil II, que, como Tubarão “y” ou Jornada nas Estrelas “n”, pode ser consumido separadamente. O autor da série desejaria ter podido, após o volume inicial (por sua vez volume final da trilogia que inclui A Nova Era e O Jardim das Aflições), aposentar-se da carreira de polemista para dedicar-se com exclusividade aos assuntos estratosféricos que lhe são mais caros. Mas, por enquanto, ele não crê que seria decente abandonar o posto aonde as circunstâncias o levaram. Como dizia Ortega y Gasset, la reabsorción de la circunstancia es el destino concreto del hombre, e não há vocação, por mais alta, que possa se realizar no ar, em abstrato, isenta da obrigação de dar conta do estado de coisas que é, afinal, o alimento de que se nutre.

Nem todos os artigos são transcritos tais e quais. Alguns saíram na imprensa em versão compactada, adaptados de má vontade ao molde minimalista que se tornou obrigatório desde que os jornais deixaram de acreditar na existência de leitores. Aqui aparecem na versão completa.



Quanto à segunda parte, relata e comenta obras e ditos dos personagens que lhe dão título, isto é, daquelas criaturinhas das trevas que, por alusão decerto a antigos costumes já superados, são denominadas “estudantes”. Obras e ditos cujo

mérito não lhes cabe com exclusividade, já que produzidos com o auxílio de reitores, professores, escritores, jornalistas, publicitários, políticos e demais membros da intelligentzia local, devidamente amparados pela mídia, é claro, porque ninguém é de ferro.

Chamo a esses personagens Filhos da PUC em homenagem à veneranda instituição carioca que os pariu à sua imagem e semelhança.

Sobre a natureza e a índole dessa instituição, tenho um depoimento pessoal a apresentar, que pode ser confirmado pelo menos por três testemunhas. Por volta de 1992 tive ocasião de fazer amizade com o filósofo letoniano Pe. Stanislavs Ladusāns, s. j., um homem que fez muito pelos estudos filosóficos no Brasil. Lendo dois trabalhos meus, um sobre Mário Ferreira dos Santos, outro sobre Vladimir Soloviev, ele disse que o lugar certo para um sujeito que “estava na filosofia como o peixe na água” era dentro da universidade. Respondi que conhecia bem o ensino universitário de filosofia, pelo menos em São Paulo, e que não tinha razões para supor que no Rio fosse melhor. A filosofia para mim era um estado de consciência, e não via como conservá-lo no ambiente fútil e palavroso da universidade brasileira.

— Você tem razão, respondeu Ladusāns, mas não estou sugerindo que entre numa dessas pocilgas, e sim que venha estudar comigo.

Explicou-me então que dirigia na PUC do Rio um curso especial, independente de todo controle do Departamento de Filosofia e orientado diretamente de Roma.

— O Papa acredita que cabe à Igreja resgatar e defender a filosofia, que corre perigo. Os instrumentos para isso deveriam ser, em princípio, as universidades católicas, mas

em geral elas se prostituíram a tal ponto que precisamos nos utilizar da sua estrutura administrativa sem nos comprometer com o seu corpo docente ou com a sua orientação ideológica. Para isso fundei aqui anexo à PUC, por orientação direta do Papa, o Conpecfil — Conjunto de Pesquisa Filosófica —, que dirijo com toda autonomia. Trabalhos semelhantes estão sendo feitos, discretamente, em outras universidades católicas. Fazemos isso porque a única outra alternativa seria demitir quase todo o corpo docente, constituído de uma maioria de traidores e farsantes, que se prevalecem do nome “universidade católica” para ensinar ali o que há de mais anticatólico. O Papa quis evitar a solução cirúrgica, que seria acusada de ditatorial, e preferiu o tratamento homeopático.

Perguntei como era a organização do curso:

— É muito flexível, você trabalha em casa, sob minha orientação, e aos sábados temos aula de manhã até à noite. O diploma de conclusão não é da PUC: quem o emite é a Universidade Gregoriana de Roma ou a Universidade de Navarra. Até o momento só diplomamos dois alunos, um dos quais leciona hoje em Liechtenstein. Você poderá ser o terceiro. Os trabalhos que acabo de ler já o habilitariam ao diploma, porém é preciso seguir os trâmites.

Eu não tinha o menor interesse de me tornar professor universitário, mas a idéia de trabalhar sob a orientação de Ladusâns me fascinou.

O Conpecfil, que visitei no dia seguinte, ficava numa vasta mansão no número 1 da Estrada da Gávea, doada por um milionário. Tinha um auditório para duzentas pessoas e, no fundo, um longo corredor no qual o Padre instalara, distribuída pelas várias salas conforme os assuntos,

uma organizadíssima e preciosa biblioteca filosófica. A ala dedicada ao pensamento brasileiro era a mais impressionante, reunindo raridades que iam de primeiras edições de Tobias Barreto até as obras jamais reeditadas de Soriano de Souza e coleções inteiras de revistas filosóficas desaparecidas, como Diálogo, de Vicente Ferreira da Silva.

Durante dois anos freqüentei o curso, aos sábados. Nas aulas de Ladusâns, pude ver, pela primeira vez ao vivo no território nacional, o que era um filósofo autêntico, no pleno domínio de seus instrumentos intelectuais. Que diferença da grotesca estreiteza de um Motta Pessanha, de um Gianotti, para não falar de seus imitadores! Ladusâns, quando apanhava um problema, revirava-o por todos os lados, transitando com desenvoltura entre métodos diversos, passando da lógica aristotélica à dialética hegeliana e à análise lingüística como se fossem corredores da casa de seus pais. E quando a elaboração chegava a um desenlace, este era invariavelmente tomista, é claro, mas não havia nisto nada de artificioso, de grosseiramente premeditado para um acordo com a doutrina eleita de antemão. Ladusâns, cristão e sacerdote, era um autêntico filósofo, que podia celebrar o acordo de razão e fé, mas jamais trapacear para produzi-lo.

Continuei freqüentando o Conpefil por dois anos, enquanto em casa ampliava o ensaio sobre Soloviev, concentrando-o mais, por instrução de Ladusâns, nos aspectos gnoseológicos da obra do grande filósofo e visionário russo.

— Por enquanto você pode utilizar as traduções italianas e francesas, mas antes de entregar o trabalho vai ter de tomar lições de russo comigo para conferir tudo nos originais.

Quando, na instituição vizinha, um professor faria essa exigência e ele mesmo ajudaria a atendê-la?

Mas não houve tempo de atendê-la. Recebendo a notícia de que seu país, a Letônia, finalmente se livrara do jugo soviético, Ladusâns, um homem geralmente seguro e dono de si, entrou em crise de ansiedade: queria porque queria rever a pátria liberta. E assim fez. Voltou feliz como um menino em dia de Natal. Morreu logo depois. Foi o único caso, que vi, de um sujeito literalmente morrer de alegria.

Mas enquanto esse valente servo de Deus recebia nos céus o prêmio eterno, seus vizinhos da R. Marquês de S. Vicente se ocupavam de destruir meticulosamente a sua obra terrestre. O Conpefil foi fechado, a biblioteca dispersa. A sombra do Santo Padre exorcizada. O prédio ficou à disposição da PUC, que lá instalou outra entidade, onde hoje os cristãos podem aprender o primazia espiritual dos arqueólogos, a santidade segundo Nietzsche, a salvação pela sociologia e, last not least, a natureza essencialmente política das relações entre Deus e a alma. A ovelha desgarrada reintegrou-se ao rebanho. O casarão da Estrada da Gávea recuperou seu estatuto de templo da religião puquiana.

Contei esse episódio para dar uma noção da identidade religiosa profunda da instituição cujo nome é um triplo paradoxo: pois, Pontificia, não faz pontes entre Deus e o homem, mas derruba as poucas que ainda restam; Universidade, não abre aos alunos nenhuma experiência da universalidade e da supratemporalidade, mas os comprime no casulo da atualidade midiática mais estreita; e, Católica, professa tão-somente aquela doutrina que Léon Bloy resumiu numa definição precisa: Le catholicisme de gauche est un protestantisme de merde.

Tal é a senhora que os fados fizeram mãe e mestra dos personagenzinhos que ocupam com seus gritos e cusparadas a segunda parte deste livro.

Quanto ao pai, que é sempre incerto, uns dizem ser o imbecil coletivo (o fenómeno, não o livro), outros o espírito da coisa, outros o processo histórico, outros ainda o próprio Sr. Leonardo Boff em pessoa, que é uma síntese dos três. Qualquer que seja o caso, os mimosos pimpolhos brotam de lá às pencas, todos iguaizinhos, e são expostos à admiração pública no berçário ideológico do Coletivo Cultural.

— Ay, que ricos!, exclama orgulhoso de seus pupilos o Sr. Reitor. E logo começa a educar os pequerruchos, recitando-lhes esta preciosa lição de cousas:

— Sabei, meus lindinhos, meus guevarinhas, meus amados ovinhos de serpente, que o Primeiro Mandamento é: amai vosso Ego Coletivo acima de todas as coisas. Ele é vossa íntima realidade por trás da aparente distinção de vossos corpos e de vossas almas. Não cedais à tentação demoníaca de crer que sereis julgados segundo vossos pensamentos íntimos e secretos; pois em verdade o sereis tão-somente pelo vigor público da vossa affirmative action. Nem vos deixeis iludir por aquela minha conterrânea de triste memória, que, Sola con El Solo, conspirava em favor do individualismo neoliberal contra as legítimas aspirações das massas. Nem deis ouvidos ao execrável elitista que, encerrado no silêncio aristocrático da sua torre de marfim, declara: Non in convulsione Dominus. Pois o Excelso está mesmo é no grito unânime do Coletivo Cultural: Queremos Barrabás! E Aquele que volta as costas ao coletivo, gemendo palavras esotéricas, Esse não somente será crucificado como merece, mas ainda não terá outra glória senão a de um Reino

Eterno desprezivelmente metafísico, negação blasfema e reacionária da mutação histórica do Ser (aplausos).

Edificados pelo vibrante sermão, os jovens guerreiros aprestam-se para o bom combate, afivelando as fraldas e metendo à cinta um maço de artigos do Prof. Leandro Konder, arma mortífera que os protege contra toda intrusão da luz nos seus pequeninos cérebros ofídios.

Isto feito, o relato dos atos bélicos que se seguem é justamente o objeto da segunda parte deste livro, motivo pelo qual não é preciso adiantar aqui nenhum detalhe a respeito.

É preciso apenas voltar um pouco atrás e esclarecer, em tempo, o título da primeira parte, que de certo modo também se aplica à segunda. O animal nele designado não alude à mãe de quem quer que seja, muito menos à dos valentes jovens acima referidos, e o brejo nada tem a ver com a conduta sexual presumivelmente indecorosa que se atribui, por razões que ignoro, às fêmeas bovinas. A vaca somos nós, o povo, e o brejo é aonde iremos parar ao termo da Longa Marcha. Esta expressão, por sua vez, nomeou originalmente o trajeto dos exércitos de Mao-Tsé-tung através da China, por onde o candidato a tirano foi recolhendo aplausos e flores de suas futuras vítimas; nome depois consagrado num livro apologético de Simone de Beauvoir, mas hoje dotado de uma conotação especial na fórmula gramsciana: “A longa marcha da esquerda para dentro do aparelho de Estado”. Donde o leitor concluirá que na verdade se trata de duas marchas opostas e simultâneas: a de uns quantos para os altos postos, a de muitos para o fundo do brejo.

Rio de Janeiro, janeiro de 1998.

**A LONGA MARCHA
DA VACA PARA O BREJO**



A espantosa falta de espanto

O assombro, dizia Aristóteles, é a mãe do desejo de compreender. Não se referia, é claro, ao assombro meramente emotivo, epidérmico, comum ao homem e ao animal, que encontra alívio rápido em gritos e trejeitos. Referia-se àquele assombro mais duradouro e profundo, especificamente humano, que em vez de se exteriorizar se interioriza e em vez alívio busca a verdade, mesmo sabendo que troca o fácil pelo difícil.

Ora, como o inteligir é tarefa específica dos intelectuais, seria natural que fossem particularmente sensíveis ao assombroso. E como nada existe de mais assombroso que a brutalidade crua e sem sentido, seria de esperar que os acontecimentos policiais de Diadema, exibidos pela TV, despertassem neles as mais profundas cogitações sobre as raízes da violência.

No entanto, mais assombrosa que a violência foi a facilidade com que, diante do absurdo, as classes letradas satisfizeram sua demanda de explicações com lugares-comuns e pseudo-razões estereotipadas, como se as causas da desordem brasileira fossem coisa explicada e arqui-sabida, que qualquer garoto de escola pudesse recitar de cor.

Talvez mais assombrosa ainda seja a harmonia em que, dentro dos mesmos cérebros, uma torpe indiferença intelectual coexiste com a veemência da ira, da indignação e da revolta. Dir-se-ia que nessas almas só a emoção vive; a consciência jaz inerte, sob um sepulcro caído.

Mas não apenas se limitaram a gesticular emoções óbvias, como também aproveitaram a ocasião para repetir, com insensibilidade de bonecos, o arquiprevisível discurso contra os culpados de sempre: desigualdades sociais, baixos salários, o corporativismo da polícia etc. Os locutores do velho *script* nem de longe são abalados nas suas certezas de praxe pela ponderação de que causas idênticas, presentes em igual ou maior medida na Índia ou em Cuba, não geram lá fenômenos de brutalidade comparável, nem de que estes ocorrem tais e quais — como se viu também pela TV — na próspera e democrática Austrália. E obviamente não podiam faltar, na lista-padrão das culpas sociais, os célebres “remanescentes da ditadura”, como se os açougueiros fardados de Diadema e do Rio não fossem, no tempo do último presidente verde-oliva, inocentes bebês ou modestos espermatozóides de futuro incerto.

Enfim, para essa gente, não há nos acontecimentos nenhum enigma a ser solucionado, nenhuma contradição a ser elucidada. Há somente a ocasião para repetir a lenga-lenga pseudo-sociológica, onde se somam à banalidade de *Monsieur* Homais as aparências de profundidade do Conselheiro Acácio.

Mas, diante de uma insensibilidade anormal, é de bom senso presumir que nela se oculte algo mais do

que mera tolice ou omissão. Pois os intelectuais se dizem os “criadores do imaginário coletivo”. E, se o imaginário coletivo carrega valores que orientam condutas, como poderiam esses engenheiros da psique estar de todo isentos de culpa pela generalização de uma conduta bárbara e sangrenta?

Perguntemos, portanto, o que eles não perguntaram e, em primeiro lugar, se a violência sanguinária não tem, além das causas políticas, jurídicas e econômicas que constam do cardápio, também causas culturais que seus autores não desejam ver.

Perguntemos se um estado de anomia, de desrespeito, de cinismo, de barbaridade, não pode ser efeito colateral de uma mudança hiper-acelerada dos códigos de valores, que nos é impingida pelos autoproclamados forjadores de um futuro melhor.

Perguntemos se não pode ter contribuído para isso a redução da “ética” a um discurso acusatório sem o mínimo apelo à autoconsciência, à responsabilidade, ao senso do dever, à obediência.

Perguntemos se a exaltação histórica do senso dos próprios direitos contra a “sociedade má” não leva cada homem a ignorar solenemente os direitos dos outros.

Perguntemos se cada indivíduo, adestrado para considerar-se vítima, não desenvolve no fundo do seu coração aquela autocomplacência rancorosa que acabará por fazer dele um carrasco.

Perguntemos se a repulsa generalizada ao sentimento de culpa (sinônimo da execrada “repressão”) não concorre poderosamente para fazer de cada homem um tiranete em potencial, cheio de presunção e arrogância,

a quem só faltam um quepe, um apito e um três-óitão adornado com o brasão do Estado para passar da potência ao ato.

Perguntemos se décadas e décadas de cultura antipolicial, em filmes, livros e novelas que celebram os bandidos como heróis do povo, não foram de molde a isolar e marginalizar os policiais, induzindo-os a fortalecer suas defesas corporativas até torná-los uma confraria secreta hostil a todos nós.

E perguntemos: que força teriam todas as maldades dos poderosos para corromper pelo mau exemplo a nação, se não fossem ecoadas e valorizadas por uma cultura corrupta que, a pretexto de denunciá-las, se deleita na descrição naturalista do mal até preencher de imagens perversas todo o imaginário coletivo, sem deixar um único espaço para o bem, a misericórdia, a santidade, exceto na modalidade caricatural e invertida do “politicamente correto”?

Jornal da Tarde, São Paulo, 1º de maio de 1997.

O Imbecil Imitativo

*A distinguir me paro
las voces de los ecos;
y escucho solamente,
entre las voces, una.*

ANTONIO MACHADO

Maquiavel já ensinava: para o fraco, é melhor parasitar o forte do que combatê-lo. Quando não se pode vencer, deve-se portanto fingir adesão. Tendo fracassado as tentativas da *intelligentzia* carioca para reprimir mediante insultos e boicotes a difusão de meu livro *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*, alguns membros da ala paulista da confraria resolveram tomar carona no sucesso do adversário: reunidos no corpo editorial de uma revista denominada significativamente *Caros Amigos* (órgão oficial da patota, como o foram um dia o *Bondinho*, o *Ex* e a *Versus*), apropriam-se do meu discurso da maneira mais descarada, imitando-o até em detalhes de expressão — mas pervertendo e banalizando sutilmente o seu sentido, de modo a fazer com que os culpados pela situação nele descrita venham a aparecer, amanhã, como os heróis culturais que a denunciaram.

Se o fazem de caso pensado ou se apenas reagiram às tontas, por reflexo, impregnados inconscientemente dos temas que o livro espalhou no ar, é coisa que pouco importa: a leviandade não é jamais um atenuante.

Vejamos alguns exemplos. O artigo “A cultura do consenso”, assinado por André Forastieri, parece resumido diretamente das páginas do meu livro:

“No Brasil não há reflexão cultural, não há crítica, não há debate informado. Temos horror pelo conflito, pela iniciativa, pelas idéias. Queremos ser amados e resolver tudo na boa. Vivemos na cultura do consenso. Os meios de comunicação no Brasil não passam de estações repetidoras do consenso... Como Narciso, a imprensa está apaixonada pelo que vê... Qualquer sinal de idéias destoantes, de conflito, de vida inteligente é abafado tão rápido quanto possível.”

José Márcio Penido ecoa: “A monotonia tomou conta dos jornais, revistas e telejornais... Todo dia é a mesma lengalenga, temas eternamente repisados, notícias velhas, ramerrão, lugar-comum.”

Leo Gilson Ribeiro promete fazer da sua coluna “um mínimo Procon em defesa da honestidade também no setor da cultura, senão cairemos em infundáveis armadilhas das máfias que vendem falsa cultura.”

E Júlio Medaglia parte logo para denunciar, com todas as letras, a “imbecilização coletiva”. Devemos acreditar que estas palavras foram sorteadas ao acaso no vasto acervo do idioma, sem nenhuma intenção de aludir ao título de uma obra recente e consagrada?

O programa de *Caros Amigos* é, sumariamente, fazer em revista o que já fiz em livro — curiosa inversão das

velocidades naturais desses dois meios de comunicação. Pois justamente publiquei a coisa em livro porque não obtive lugar para ela em jornal ou revista; e se saiu por uma editora estreante, foi porque as outras nem quizeram ouvir falar do assunto, tão repugnante e medonho parecia, aos imperadores do espaço impresso, qualquer ataque à estupidez letrada, mormente quando desferido por um estranho ao grêmio. Uma vez aberto, porém, o rombo precedente, já não se podia ocultar a evidência escandalosa: só restava tirar proveito dela, ou, como digo no livro, escalar rapidamente a tribuna dos acusadores para não cair no banco dos réus. De repente, surgiram das sombras os mais inesperados denunciadores da patifaria cultural — mas, ao contrário de seu obscuro e jamais citado antecessor, vieram rodeados de apoio e simpatia dos grandes deste mundo, como se vê pelos anúncios de empresas privadas e estatais que adornam a publicação. Por um amplo conduto escoava agora confortavelmente a mensagem, que antes mal me deixavam soprar por um canudinho de refrigerante.

Mas é na alteração mesma da mensagem que está a causa da ampliação dos meios. Pois a encenação de uma investida contra o consenso vem ali mesclada à repetição dos mais vulgares chavões consensuais, nos quais a responsabilidade pelo maligno estado de coisas na cultura brasileira é atribuída aos culpados de sempre: o mercado, o neoliberalismo, o PFL, o Pentágono, o Vaticano — como se fossem estas entidades, e não os *caros amigos* e seus semelhantes, quem escreve os romances, novelas, ensaios, teses universitárias e artigos de jornal cuja qualidade cada vez pior atesta a decadência cultural

denunciada. É o velho discurso¹, sempre cheio de rancor e autocomiseração, com que a *intelligentzia* corrompida lança suas culpas sobre réus abstratos e distantes, para poder continuar tranqüilamente a produzir as causas sem ter de assumir a responsabilidade dos efeitos.

Só que agora esse discurso vem falsamente rejuvenescido pelo mais pérfido dos expedientes: roubar a voz de quem o denuncia, abafá-la sob a profusão dos ecos até que ninguém mais perceba que dizem o contrário. E, se em contraste com a voz, isolada e desprovida de outro apoio que não o de um editor corajoso, os ecos vêm rodeados do aplauso de milionários anunciantes, não há nisto nada de estranho: são os mesmos mecenas de sempre, mimando de novo seus *enfants enragés* de sempre. O fenômeno que distingue e assinala, mais que todos, a falsa consciência dos dias que correm, é precisamente o jorro incontido de dinheiro de empresas multinacionais para alimentar a pseudocultura alegadamente empenhada em combatê-las. É um mecenato paradoxal, à primeira vista, mas que oculta uma lógica profunda. Pois se há algo que os verdadeiros centros do

¹ Uma única nota destoa no coro unanimista, perdida no meio de um parágrafo de André Forastieri: "Não adianta jogar toda a culpa no capitalismo avançado, na globalização ou na pobreza. A Índia, por exemplo, tão miserável e internacionalizada quanto o Brasil, é um país de verdade com uma cultura de verdade..." Mas a exceção perde o que teria de louvável, justamente porque dessa constatação o autor não tira a menor consequência para o enfoque geral do tema e porque, tendo nela mostrado concordância com uma das teses principais e mais heréticas de *O Imbecil Coletivo*, não se lembra de mencionar nem o livro nem o autor.

poder global não têm por que temer, é a oposição estereotipada que lhes movem esses intelectuais ativistas de miolo mole, incapazes de perceber — e portanto de recusar-se a cumprir — o papel que uma bem arquitetada estratégia lhes reservou no cronograma globalizante: cabe a eles, nos países do Terceiro Mundo, excitar as ambições e os rancores populares, suscitando reivindicações que, não podendo ser atendidas pelo governo local, o obriguem a depender mais e mais de ajuda externa. Quanto mais imbuído de ódio sagrado ao *outro*, menos o intelectual terceiromundano é capaz de operar aquele giro de perspectivas a que meu livro o convida: *conhece-te a ti mesmo — e verás que em ti está o principal colaborador do inimigo*. É de ti, *caro amigo*, da tua presunçosa inconsciência “politicamente correta” que brota a substância corrosiva que os apóstolos do mal empregam para destruir todos os valores que se opõem à expansão ilimitada do seu poder. Eles têm o dinheiro e os planos, mas a criatividade dos meios é tua. Eles estupram, mas é teu o braço que prende a vítima. Sem a tua querida “liberação sexual”, que poder teria a indústria do sexo, que hoje acusas de anestesiar as massas? Sem o teu lindo “relativismo cultural”, quem poderia hoje nos vender toneladas de lixo a título de cultura? Sem o teu assalto às tradições espirituais que instilavam no homem a reverência a um poder supramundano, como poderiam os poderes deste mundo elevar-se à condição de deuses? Pois a imaginação move o mundo, e os senhores do século nada podem sem o auxílio dos construtores do imaginário. Se estes consentem em colaborar, em troca apenas de umas fantasias de

cavaleiros andantes para combater em sonhos o dragão capitalista, então decerto o contratante não lhes negará subsídios de monta para a compra de lanças de papelão e cavalos de plástico.

Mas a falsa consciência, alimentada além do limite da prudência, dana a corroer os próprios miolos de seu portador, até que ele já não consiga atinar com a lógica mais óbvia, e, como quem denuncia por uma sucessão de atos falhos a própria loucura, comece a cair em contradições tão óbvias que até uma criança as perceberia. Pois não é significativo que uma revista feita por astros da imprensa que se denominam uns aos outros *Caros Amigos* denuncie que os rumos da imprensa neste país são decididos “numa ação entre amigos”, sem perceber que se denuncia a si mesma? Não é digno de nota que seus argumentos contra a economia global sejam extraídos de um livro publicado pela Globo (cujos serviços à globalização vão infinitamente além da coincidência de nome), e que o jornalista que os assina nem de longe perceba aí um indício do matrimônio secreto entre a esquerda e o poder multinacional? E não é notável que uma revista *soi disant* consagrada a denunciar a patifaria cultural traga um anúncio de capa com o grossíssimo pornógrafo Mapplethorpe ostentando dois chifres na cabeça, posando de Lúcifer quando todo mundo vê que ele está apenas fantasiado de Brasinha para o baile *gay* do Scala?

A reforma do senso comum

Para a psicologia escolástica, o *sensus communis* era a capacidade de apreender num objeto, para além dos traços captados pelos *sentidos próprios* (visão, olfato, etc.), a unidade da sua forma global, sem a qual se reduziria a um amontoado de sinais inconexos. Sem essa aptidão, não poderíamos sequer fugir de um cachorro que rosna, pois não saberíamos que o rosnado vem do cachorro. Ela é a base da nossa inteligência natural, a raiz do nosso sentido de realidade.

Por extensão, o termo inglês *common sense* designa aquelas percepções espontâneas e pré-verbais comuns a todos os homens. O *common sense* ensina que as galinhas botam ovos, que as vacas dão leite, que pau é pau e pedra é pedra — evidências mudas confirmadas pelo duplo e concordante testemunho dos vários sentidos e das várias pessoas.

Uma estranha mutação foi introduzida nesse conceito pelo ideólogo italiano Antonio Gramsci. Este sujeito esquisitíssimo, obcecado pela ideologia, usava contos de fadas sutilmente modificados para incutir na filha pequena o ódio aos capitalistas. Achava-se por isto um

grande reformador da pedagogia. Mas a extravagância explica-se: foi homem de ação reduzido à inação, revolucionário condenado a sonhar revoluções na solidão do cárcere. Expressão do rancor intelectualizado, sua teoria do *sensus communis* tem a marca inconfundível da paranóia: para ele, o senso comum, em vez de ser uma inteligência biológica aperfeiçoada pela evolução natural, é um produto ideológico artificioso, um amálgama incoerente de mentiras úteis à classe dominante. Quando um homem crê que o céu é azul e que das vacas não nascem potros, está se deixando levar por uma falsa impressão de estabilidade criada pela burguesia para lhe dar a ilusão de que o presente *status quo* é eterno. Se o proletariado nega apoio à revolução socialista, é por uma resistência inconsciente: ele está preso ao *common sense* burguês. Antes de ganhar sua adesão consciente, é preciso portanto conquistar o seu subconsciente, mudar suas percepções, seus reflexos, suas reações instintivas, seu vocabulário: reformar seu senso comum à imagem da doutrina socialista.

O instrumento para isso é a *propaganda*. A *revolução cultural*, como a denomina Gramsci, deve ser obra de uma elite capaz de inventar os novos esquemas de percepção, que, imitados às cegas pela massa dos pequenos intelectuais — jornalistas, publicitários, gente do *show business* —, acabarão se disseminando por todo o povo, a começar pelas crianças, alvo preferencial da operação. A revolução cultural evita o confronto político ostensivo: o assalto ao senso comum é realizado gota a gota, sem chamar a atenção, num discreto passo minimalista que Gramsci denomina “agressão molecular”: a destrui-

ção lenta das bases morais e psicológicas da resistência ao socialismo.

Para realizar essa mutação, a elite socialista deve ir ocupando espaços nos meios de comunicação, no movimento editorial, no sistema de ensino e na burocracia estatal: na hora de tomar o poder, ela praticamente já estará no poder. O povo, previamente trabalhado pela revolução cultural, não oferecerá resistência, e sua omissão será interpretada como aplauso. A infiltração denomina-se *a longa marcha da esquerda para dentro do aparelho de Estado*. Junto com a *revolução cultural*, ela produz a *revolução passiva* — a transição sem dor para o socialismo, operada sob transe hipnótico.

No Brasil, a revolução cultural está em marcha há pelo menos trinta anos, lenta, gradual e segura. Ela tem a seu serviço milhares de zumbis semiletrados que propagam modas, valores e padrões de conduta, sem perguntar sua origem ou a intenção que os gerou. Dissolvida a unidade do senso comum pelo bombardeio do imaginário e pelas distorções propositalis da linguagem, as valorações mais absurdas começam a parecer naturais e sãs aos olhos de uma população entorpecida: a *revolução passiva* já começou.

Só uns poucos brasileiros ainda estranham e questionam; a maioria está pronta a desmentir os próprios olhos para dizer amém a quanta besteira venha sacramentada pelo aval da elite gramsciana. Logo após ter visto na TV dezoito soldados acuados defendendo-se a tiros de milhares de sem-terra armados de foices, todos aceitaram a versão segundo a qual foram os policiais que perseguiram vinte vítimas desarmadas, mata a den-

tro — versão propagada pelo consenso dos intelectuais ativistas, pessoas mais dignas de confiança do que os falíveis olhos humanos contaminados de *common sense* burguês. Passado um tempo, tornou-se possível até mesmo dar um sentido político de luta de classes à brincadeira macabra dos cinco tarados que queimaram um índio em Brasília. Tempos atrás, quem forçasse os fatos a esse ponto seria ridicularizado. Hoje a tolice doentia passa por verdade absoluta, que até o Presidente da República endossa implicitamente. O Brasil delira, sob o efeito da hipnose gramsciana. E se a dissolução mesma do senso comum produz mais confusão e violência, tanto melhor: quanto mais hipnotizado estiver um homem, menos poderá avistar na hipnose mesma a origem dos desatinos que ela o induz a cometer, e mais se inclinará a descarregar suas culpas inconscientes sobre o primeiro bode expiatório que o hipnotizador lhe sugira. A autopersuasão delirante se fecha sobre si mesma, num círculo perfeito.

Jornal da Tarde, São Paulo, 15 de maio de 1997.

A longa marcha da vaca para o brejo

A diferença entre a competição democrática e a luta revolucionária é a mesma que existe entre ganhar uma eleição e “tomar o poder”. No primeiro caso, o Estado é soberano em relação às facções que disputam o governo: as instituições permanecem, enquanto os governos se sucedem rotativamente, cada um podendo revogar os atos do antecessor. Na segunda alternativa, trata-se de dominar o sistema, de modificá-lo tão profundamente que nunca mais a facção derrotada possa voltar ao governo.

O traço que hoje singulariza a esquerda brasileira é que, fazendo a apologia nominal das instituições democráticas, ela emprega estratégias e táticas inconfundivelmente revolucionárias. Ela não disputa o governo: luta pela posse definitiva do Estado, e o faz sem escrúpulos ou remorsos, ante os olhos complacentes de adversários ingênuos que só perceberão o que se passa depois de se ter passado.

Os sinais são mais que visíveis. São alarmantes, ao menos para quem não esteja imerso em transe catatônico por medo de sentir medo.

1º Existe uma diferença entre reivindicações que visam a melhorias viáveis e reivindicações que, propositalmente voltadas a metas impossíveis ou incongruentes, só têm por objetivo real produzir crises que debilitem o Estado e tornem mais fácil a sua conquista. O exemplo mais claro é a distribuição de terras. Ela parecia coisa urgente, na década de 60. Hoje equivale a deter o progresso econômico, condenando milhões de pessoas a viver de subsídios estatais para uma agricultura que já vai nascer falida e cuja única produção notável será a de novos e mais virulentos movimentos de protesto. Os apóstolos da reforma sabem que ela vai apenas criar necessidades, em vez de atendê-las — e é por isto mesmo que a desejam.

2º Ao descobrir o filão do moralismo, a esquerda conquistou o monopólio da produção das crises políticas. Pelo menos duas vezes por ano, o país é paralisado por ondas de denúncias e CPIs, cuja única finalidade é destruir qualquer liderança liberal emergente. A esquerda compensa sua fraqueza eleitoral com seu poder de denúncia, amparado em duas armas temíveis: a hegemonia sobre os meios de comunicação e o domínio das informações estratégicas, monopolizado, desde o fechamento do SNI, pelo serviço secreto petista — um poder paralelo que hoje tem a capacidade de brincar com o Estado como gato com rato. Infiltrada em órgãos do governo e em empresas privadas, a KGB tupiniquim grampeia telefonemas, viola correspondências, sursurupia documentos para sustentar, por meios ilegais, a indústria do escândalo. Graças a seus serviços, as crises têm sido nos últimos dez anos o motor da nossa

história política, e o botão de partida fica sempre do lado esquerdo do painel. O resultado político é líquido e certo: quando comprovadas, as denúncias consolidam o prestígio de guardião da moralidade que a esquerda se atribuiu aos olhos do público; quando desmentidas, são mais úteis ainda: servem para ampliar as suspeitas, transferindo-as de uns poucos alvos individuais para todo o sistema, sob o slogan da “impunidade”. Não há jamais acusados inocentes: há apenas beneficiários do “sistema corrupto” — como se a espionagem política que o denuncia não fosse a mais alta e perigosa forma de corrupção (vide Watergate).

3º A ocupação de espaços na burocracia estatal — a longa marcha da esquerda para dentro do aparelho de Estado, como a denominava Gramsci — faz com que hoje uma boa parte dos serviços públicos esteja mais sob o comando da CUT que do governo eleito.

4º Sentindo-se forte, passou a organizar movimentos armados para ocupação de terras no campo e de edifícios residenciais na cidade.

5º Orquestrou e promoveu a ocupação, pela força, de prédios da administração pública, e repetiu o feito com tal frequência que ele se tornou algo assim como um direito consuetudinário.

6º Preparou e doutrinou policiais e soldados para que, em vez de proteger a propriedade pública e privada, se omitam com o maior ar de inocência, colaborando com invasores e depredadores.

Algun de nós é criança, é idiota o bastante para ficar em dúvida quanto à intenção desses atos? Não são atos de quem pretenda atuar politicamente na legalidade.

São, com toda a nitidez possível, atos de quem se prepara para tomar o poder *per fas et per nefas* — “na lei ou na marra”, como se dizia na década de 60. Não são procedimentos de uma esquerda democrática e legalista. São típicos esquemas de ação de uma esquerda revolucionária. São atentados contra a segurança do Estado, são atos de insurreição. Perto de coisas de tamanha gravidade, as negociatas de todos os corruptos somados são apenas uma urticária num corpo corroído pelo câncer. Se a desproporção entre a desonestidade de indivíduos e uma conspiração para o assalto global ao Estado não aparece nítida aos olhos do povo, é porque já vai adiantada, por outro lado, a “revolução cultural” que preparou a opinião pública para só ver e sentir as partes do quadro que convenham à estratégia da esquerda.

Se os mentores dessa estratégia não forem responsabilizados criminalmente por sua conduta, dentro em breve nada poderá deter a sua ambição de poder ilimitado. Se continuarmos fazendo de conta que não vemos nada, logo nos acontecerá como no poema de Maiakóvski:

Primeiro, eles vêm à noite, com passo furtivo, / arrancam uma flor / e não dizemos nada. / No dia seguinte, já não tomam precauções:/ entram no nosso jardim, / pisam nossas flores, / matam nosso cão / e não dizemos nada. / Até que um dia o mais débil dentre eles / entra sozinho em nossa casa, / rouba nossa luz, / arranca a voz de nossa garganta / e já não podemos dizer nada.

O pajé

Antigamente — afirma-se — os homens eram muito ignorantes e, na treva, deixavam-se guiar por algum pajé, que supunham detentor do conhecimento e operador de milagres. Ele talvez operasse alguns, mas o maior de todos era o de fazê-los acreditar nisso. E de tal credibilidade desfrutava, que mesmo o chefe guerreiro — o cacique — se submetia às suas ordens, por entender que a macumba de um discurso complicado é mais temível arma do que flechas e tacapes.

Transcorridos não sei quantos séculos, o Prof. Luiz Pinguelli Rosa ressurgiu do fundo das eras, exigindo do Exército a obediência milenar que os guerreiros devem à casta sapiencial, encarnada, para os fins da presente controvérsia, nele mesmo.

O pivô do debate é o reator atômico que os homens de armas pretendem construir com seus conhecimentos próprios, passando por cima dos sumos entendedores da matéria, que segundo o prof. Pinguelli Rosa se encontram todos nos órgãos acadêmicos, como a Coppe — entidade da qual não sai um tostão sem o aval roseano, ou pinguélico.

O projeto, denuncia Pinguelli, é “altamente suspeito”. Suspeito de que? Em apoio do professor, esclarece Cláudio Camargo, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, que o reator de farda, *soi disant* concebido com o propósito de produzir radio-isótopos para consumo industrial, não tem capacidade para tanto — deixando subentendido que por trás da finalidade alegada deve haver outras, ocultas, de natureza propriamente militar e infalivelmente sinistra. O jornal do Rio que divulga a denúncia coloca-a, de maneira eloqüente, no verso da página concedida ao Imperador do Japão, que discursa sobre o morticínio de Hiroxima e Nagasaki. Com esse envoltório gráfico, a tese do prof. Rosa prescinde de provas, pois se apóia num dos mais persuasivos lugares-comuns da retórica visual contemporânea: a ciência contra a violência, o saber contra o poder. Já vimos isso mil vezes no cinema: o audacioso acadêmico pacifista que desafia o *establishment* militar.

Como o prof. Pinguelli não ofereceu nenhum argumento científico contra o projeto militar, vejo-me, com alívio, dispensado de enunciar algum a favor, coisa que aliás não saberia fazer. Digo apenas que a persuasividade do lugar-comum a que ele recorre se apóia num equívoco: a suposição de que o progresso do saber é mérito da casta acadêmica, enquanto os militares só se ocupam de truculências retrógradas. Na verdade, os militares muitas vezes põem a ciência para andar e fazem coisas úteis, enquanto a casta acadêmica despende imensas verbas públicas com pesquisas bizantinas que não raro só servem para o deleite de seus caprichos, para a satisfação de sua vaidade ou para alimentar o

discurso mistificador em cujo fascínio se assenta o seu poder. Quase todos os confortos com que a tecnologia nos ajuda na vida diária — do leite condensado aos computadores, do celular à Internet — foram criações da pesquisa militar. Enquanto isso, os universitários se ocupavam precipuamente de criar e fomentar as ideologias que produzem guerras. Da Revolução Francesa até hoje — com a notória exceção do expansionismo bismarckiano —, não se fez uma só guerra por exigência de militares, mas todas para realizar alguma doutrina acadêmica, fosse de Karl Ritter ou de Karl Marx, de Georges Sorel ou de Vilfredo Pareto, de Carl Schmitt ou de Régis Débray. Os militares sempre dizem que não dá, mas acabam se rendendo, como os caciques da Idade da Pedra, à mágica das palavras. Isso não quer dizer que, nos tempos modernos, as atribuições das castas tenham se invertido. Ao contrário: é da natureza das coisas que os homens de idéias inventem os pretextos de matar, obrigando os homens de armas a inventar os meios de sobreviver — os quais acabam, por inescapável consequência, melhorando a vida dos sobreviventes. O estereótipo cinematográfico que vem em socorro do Prof. Pinguelli é falso, como é falso que o Prof. Pinguelli ou seu fiel escudeiro estejam em posição insuspeita para lançar suspeitas sobre o Exército brasileiro. Afinal, sobre a comunidade acadêmica que eles representa ainda paira, silenciada mas irrespondida, a denúncia formulada por Wanderley Guilherme dos Santos: “O dispêndio governamental com o ensino superior constitui vastíssimo desperdício, a universidade brasileira é em grande medida um embuste e é enorme

a variedade de parasitas que a habitam” (prefácio ao livro de Edmundo Campos Coelho, *A Sinecura Acadêmica*, Rio, Iuperj, 1987). Sendo o Prof. Pinguelli um dos grão-operadores da torneira estatal, é de se supor que numa imaginária CPI da safadeza acadêmica ele seria bastante atormentado por algum Roberto Requião ou equivalente. Isto só não vai acontecer porque as CPIs existem apenas para lisonjear a opinião pública, cujos construtores — jornalistas, artistas, etc. — são membros menores da casta sapiente e protegem a fama de seus maiores com devotado *esprit de corps*, como se viu na singular diagramação do jornal carioca.

Já do ponto de vista intelectual, acredita-se, o Prof. Pinguelli é insuspeitíssimo para falar sobre reatores. Ao menor sinal de dúvida, ele fará divulgar a lista ponderável de seus trabalhos sobre o assunto — que eu, em pessoa, nunca vi em nenhuma revista científica internacional, talvez porque não as leia, mas que devem estar lá, ah, se devem! Ademais, ele tem em seu currículo o fato de ter sido presidente da SBPC — aquela entidade que nomeia um semi-analfabeto para avaliar um trabalho científico e, denunciada, faz desaparecer o acusado sob o manto do anonimato. Portanto, guerreiros, acautelai-vos: o pajé tem poderes.

Jornal da Tarde, São Paulo, 12 de junho de 1997.

O culto do Che: solução do enigma

Como revolucionário, Che Guevara foi um vulgar tiranete, um assassino que se comprazia em executar pessoalmente as sentenças de morte que assinava; como ministro da Economia, foi um fiasco do qual o próprio regime cubano se livrou o mais rápido que pôde; como guerrilheiro, foi um recordista de inépcia, capaz de perder para o exército mais pífilo da América Latina. Que encantos possui essa porcaria de personagem para que tantos brasileiros se babem de gozo devoto ante sua imagem e concedam mais vasta homenagem aos trinta anos de sua morte do que aos trezentos do nascimento de Vieira e aos quatrocentos de Anchieta? Associar a barba rala de adolescente a algum odor de santidade, me desculpem, mas é pura perversão sexual: não explica nada. Quanto àquilo de “no perder la ternura”, é apenas uma frase e nada de novo nos informa: o sentimentalismo é o *pendant* clássico e inevitável da crueldade. O culto de Che Guevara é um enigma que a própria figura do Che não elucida. Suas razões não estão na natureza do objeto cultuado, mas na psicologia de seus sacerdotes.

Para encontrá-las, é preciso dar à pergunta uma formulação mais geral: Por que o socialismo, um fracasso na realidade, continua persuasivo como “ideal”? Por que o liberalismo vitorioso é incapaz de suscitar nas massas um entusiasmo comparável? Por que a imagem do regime que escraviza e empobrece ainda é mais atraente e amável que a daquele que liberta e enriquece?

O prestígio das idéias está sempre associado ao dos intelectuais que as produziram. A resposta a essa pergunta deve ser buscada numa comparação entre os intelectuais das duas facções. E então a primeira coisa que chama a atenção é que eles não se ocupam dos mesmos assuntos, nem se notabilizam nas mesmas áreas de investigação. Os liberais levam a taça, com a maior facilidade, na Economia, no Direito e na Ciência Política. Não se encontrará na esquerda um Böhm-Bawerk, um von Mises, um Hayek; nem um Weber, um Aron, um Del Vecchio, um Kelsen, um Reale, um Santi Romano. Para compensar, a esquerda dominou quase por completo os estudos sobre o imaginário coletivo, os símbolos e a linguagem nas artes e na vida social. Não há entre os liberais um Lukács, um Benjamin, um Gramsci, um Foucault, um Deleuze, um Chomsky.

A diferença é significativa: os liberais ocuparam-se de encontrar soluções reais para problemas reais, os socialistas se esforçaram em remexer ideais, símbolos, imagens, mitos e *slogans*: dominaram o imaginário, enquanto os liberais punham a funcionar o sistema econômico e faziam, por assim dizer, a parte suja do serviço. Em resultado, hoje, os liberais criam riqueza para que os socialistas gastem em cosméticos culturais. Cada

empresa jornalística ou cinematográfica, cada rede de televisão, cada editora de grande porte tem na diretoria uma equipe de esforçados burros-de-carga liberais que trabalham sessenta horas por semana e fazem a máquina andar, para que os esquerdistas, livres de preocupações com este baixo mundo, possam brilhar nos palcos, nas telas, nas capas de revistas e livros, formando a mais vasta exposição de *beautiful people* já oferecida à admiração do mundo, como emblema elegante de excelsas qualidades morais que geralmente consistem apenas de vaidade, presunção, rancor injusto e falta de senso do real.

Não é preciso dizer que o prestígio do socialismo depende de que ele se conserve sempre como um ideal, sem ter de prestar satisfações à realidade: daí a pressa que seus defensores mostram em procurar desligá-lo magicamente de toda responsabilidade pelos feitos históricos do “socialismo real”, para conservá-lo puro e intacto no céu das idéias platônicas. Mas, além de ter a seu serviço a máquina econômica, a autocomplacência esquerdista ainda possui, para a manutenção de seus lazes criativos, a verbas de instituições estatais concedidas precisamente para a finalidade de contentar as estrelas das artes, das letras e do show business.

Se não é sempre verdade o que pretendia Marx, que a posição social dos homens determina sua consciência, isto não impede que o seja às vezes. Pelo fato mesmo de ela não ser uma necessidade fatal, de poder ser neutralizada pela consciência crítica do indivíduo, a força condicionante da posição social se torna tanto mais decisiva quanto mais inconsciente. Ora, ninguém mais

inconsciente de sua posição na sociedade do que os intelectuais esquerdistas no capitalismo — uma casta privilegiada e poderosa, semifundida à burocracia estatal, dona dos meios de difusão das idéias, senhora quase absoluta da educação, do mundo editorial, da imprensa e da opinião pública, e que não obstante tem sempre o nítido sentimento de que são os outros que estão no poder, não ela. O histrionismo patético com que essa elite denuncia “as elites”, sem jamais reconhecer que faz parte delas, mostra que a irresponsabilidade pode se tornar o esteio básico de um modo de existência inspirado na ignorância culposa das condições sociais que o possibilitam. Essas pessoas, literalmente, vivem na esfera da ilusão e da mentira, daí a especial capacidade, que nelas se desenvolve, para iludir os demais. Daí também a possibilidade da paradoxal devoção ao Che, que se resolve num diagnóstico de pura inversão histeriforme: exibir como objeto de culto aquilo que no fundo é motivo de vergonha.

Jornal da Tarde, São Paulo, 26 de junho de 1997.

A gerência geral do espírito

Os intelectuais adversários da globalização empenham o melhor de seus dons retóricos para nos persuadir dos danos que ela pode trazer às economias do Terceiro Mundo. Mas quanto mais argumentam, mais nos convencem de que esses danos são imaginários. O único perigo verdadeiro que a globalização traz em seu bojo não é de natureza econômica, e contra este a *intelligentzia* nada adverte; ao contrário, contribui alegremente para torná-lo realidade.

O risco que corremos hoje não é tanto o de que a administração impessoal do mundo domine as nossas economias — pois ela já o fez, e sem que isto produzisse qualquer dano visível —, mas sim o de que, a pretexto de atender às nossas necessidades materiais, ela se arrogue o poder de administrar e dirigir a vida do nosso espírito. O perigo que nos espreita é o de entrarmos numa época em que os profetas e os santos, os místicos e os sábios, a que costumávamos confiar o guiamento de nossas almas, tenham de pedir guiamento, por sua vez, à sabedoria superior dos gerentes administrativos. Dos planejadores econômicos. Dos engenheiros comportamentais. Das ONGs. Das agências de publicidade.

Essa perspectiva é menos aterrorizante do que humilhante. Ela não fará de nossa vida um martírio, mas uma piada grotesca. Contemplando-a, do alto dos céus, os anjos não terão por nós piedade, mas desprezo. Desprovida de luz própria, condenada a refletir apenas o brilho das estatísticas e o fulgor dos decretos administrativos, a inteligência humana destronada, gemendo sob o escárnio das galáxias, finalmente se arrastará aos pés do deus-estômago, pedindo perdão por ter ousado um dia pretender alcançar a verdade e servir a mais alto propósito que o de fomentar o desenvolvimento econômico.

Em vez de se levantar contra essa ameaça, a nata da *intelligentzia* se empenha em criar os mais elegantes pretextos ideológicos para legitimá-la, talvez porque, não tendo conseguido socializar os meios de produção, encontre algum consolo em socializar os meios de pensamento. E como esta socialização, nos dias que correm, só pode ser feita em escala mundial, a nova ideologia socialista, que é o socialismo da psique, assume a forma de uma apologia do domínio hipertrófico que os organismos internacionais pretendem exercer sobre a cultura, a moral e a imaginação dos homens.

Um singular documento que atesta esse estado de coisas é o Relatório da Comissão Mundial da Cultura e Desenvolvimento, publicado pela Unesco em 1995 e até agora não examinado com olhos críticos, que eu saiba, por quem quer que seja.

Indo direto ao ponto: a pretexto de preservar a diversidade cultural, a Unesco propõe a criação de uma

“ética universal” capaz de sobrepor-se a todas as culturas e arbitrar suas divergências.

A busca de uma ética universal, capaz de transcender as diferenças entre as culturas, é desafio ante o qual vacilaram os cérebros de um Tomás de Aquino, de um Leibniz, de um Kant, de um Schelling. A Unesco pretende vencê-lo a toque de caixa, sem hesitações filosóficas e por meios puramente político-administrativos.

Para fazermos uma idéia do gigantismo dessa pretensão, basta lembrar o versículo do *Corão* em que *Allah*, tento prometido a salvação por igual a muçulmanos, judeus e cristãos, lhes ordena: “Concorrei na prática do bem, que *no juízo final Nós dirimiremos as vossas divergências.*” Antecipando-se ao lerdosmo Deus islâmico, a Unesco se dispõe a fazer essa arbitragem agora mesmo, e anuncia que o empreendimento terá para as novas gerações o atrativo de “*un éclat visionnaire*”. Dadas as circunstâncias, não é exagero ler nas entrelinhas da esplendorosa promessa uma ameaça apocalíptica. Trata-se, nada menos, do estabelecimento de uma Gerência Espiritual do Mundo.

Para começar, todos os sistemas éticos milenares ficarão imediatamente relativizados, neutralizados, rebaixados ao estatuto de meros “fenômenos culturais”, já não podendo funcionar como efetivos códigos de conduta exceto sob permissão da nova “ética Universal” – a única que vai pairar, absoluta, sob a multidão dos valores relativos.

Porém a Comissão da Unesco exige ainda que as várias culturas não apenas se tolerem, mas que se amem e se exaltem mutuamente. Proibida toda competição

ostensiva, toda pretensão de superioridade, as várias culturas terão de prostrar-se cada uma diante dos valores das outras, mesmo naquilo que lhe seja repugnante – um festival de adulações mútuas, sob a vigilância materna da ética universal. Os cristãos acharão lindo que os muçulmanos tenham quatro esposas, os judeus festejarão como manifestação superior de espiritualidade nosso hábito de comer carne de porco e os muçulmanos dirão que nosso culto das imagens, pensando bem, é o maior barato. Mas como o termo “cultura”, segundo a Comissão, não se aplica só às religiões milenares, mas a qualquer grupo minoritário capaz de se fazer ouvir na mídia, as três religiões abraâmicas, em coro, prestarão homenagens à moralidade *gay* e à ética profissional dos praticantes de abortos.

Como se tudo isso não bastasse, a Comissão propõe ainda que qualquer violação da “ética universal” seja considerada crime e formalmente incluída no *Código dos crimes contra a paz e contra a humanidade*. E que fizeram os intelectuais diante da perspectiva de viverem sob o jugo de um Código Penal Cultural cuja autoridade se estenderá sobre todos os quadrantes da Terra? Alguns, não sei se por entusiasmo ou distração, assinaram o relatório, dizendo amém. Entre eles, Celso Furtado, Ilya Prigogine, Elie Wiesel e Claude Lévi-Strauss. Os outros, até hoje, não disseram nem “ai”. Talvez não consigam conceber, na imagem temível que fazem da globalização, nenhum detalhe mais assustador do que a perda de uns pratos de lentilhas. Aliás, imaginárias.

Escrever e gritar

Ouvindo conversas pelas ruas de Paris, percebo que a fala da classe média é notavelmente articulada e bem próxima do francês escrito. Que diferença em comparação com a indigência das nossas comunicações diárias, as quais, gravadas e transcritas, isto é, desligadas do contexto não-verbal, se tornam matagais disformes e impenetráveis e só recuperam a inteligibilidade à custa de severos cortes e adaptações. E o pior é que estes, se reproduzidos na conversação, arriscariam ter um efeito empostado e pedante.

Entre a língua escrita e a língua falada no Brasil, o abismo é cada vez mais fundo. Mas como poderia não ser assim, num país onde o povo não lê? E como poderia ler, se os escritores, nominalmente encarregados da preservação da norma culta, padrão da unidade do idioma, são os primeiros a estourá-la, num festival de pretensa criatividade que é pura dispersão centrífuga e lisonja demagógica a um público ao qual dão assim boas razões para os ignorar e desprezar? Todo povo, se não está doente de vaidade, quer mestres que o eduquem, não puxa-sacos que o cortejem.

Mas muitos escritores acreditam hoje que a obrigação da gramática é adaptar-se à língua falada o mais servilmente que possa, em vez de tentar domá-la. Deslumbrados da lingüística dão foros de lei científica a esse mandamento, e os ideólogos de plantão lhe emprestam alta significação política, condenando toda norma gramatical como odioso mecanismo de exclusão dos pobres e oprimidos — como se a Revolução Francesa não tivesse feito rolar um milhão de cabeças sem tirar do lugar um único pronome.

O preconceito antipurista, marioandradino na origem, adquiriu força de dogma ao longo de duas ditaduras (1937 e 1964), quando os intelectuais *enragés*, não conseguindo derrubar o governo, buscaram consolo na revolução da gramática; e acabaram instaurando no microcosmo das palavras uma ditadura semelhante à que os governantes tinham implantado no mundo físico. Ditadura inspirada num elitismo às avessas, que erigia os preconceitos populistas em norma de exclusão. O resultado foi que nos enclausuramos num círculo vicioso infernal: quanto maior a distância entre o falado e o escrito, menos gente lê; quanto menos se lê, maior a distância entre fala e escrita.

Tentando acompanhar no escrito os desvios criados pelo público iletrado, o escritor só pode fazê-lo em livros que não serão lidos, ou que só o serão por gente da classe alta que não fala como seus personagens. Enfim, cada um remexe o idioma como bem entende, aprofundando o fosso que imagina tapar. Cada um sonha imitar a língua do povo, sem notar que o povo, por seu lado, já não usa mais nenhuma “língua do povo” e

sim uma pluralidade de modismos velozmente descartáveis, copiados da TV. Muitos destes têm origem em simples erros de tradução de filmes americanos, em seguida consagrados em norma por jornalistas modernos. As classes legentes, imbuídas de altos ideais sociais e sacrossanta ojeriza a todo “lusitanismo reacionário” (como se fosse português o imperialismo cultural que tanto lhes doi), se crêem obrigadas também a imitar aquilo que imaginam ser a língua do povo e acabam falando num misto de dublês e academês que soma a elegância e a descontração: a elegância de um baile *funk* e a descontração de uma tese universitária.

Não espanta que, nessas condições, as novidades lingüísticas que aparecem sejam no mais das vezes frescuras sem inteligência nem funcionalidade, que só servem para dificultar a comunicação, emburrecer o público e incentivar o pedantismo de ignorantes que, desprezando os recursos da língua que desconhecem, acabam copiando giros da fala norte-americana e se gabam, por isto, de ser revolucionários estilistas.

Também não é mera coincidência que em geral as formas caídas em desuso sejam precisamente as mais funcionais, as mais úteis, as mais inteligentes. Um exemplo é a supressão da segunda pessoa do singular e do plural, *tu* e *vós*, com notável prejuízo para a compreensão dos pronomes possessivos da terceira pessoa. Paulo Francis procurava remediar e caricaturar ao mesmo tempo essa anomalia introduzindo sistematicamente, após esses possessivos, a explicação em inglês (*his, her, your, their*). Alguns cretinos, não entendendo a

piada, reclamaram que o jornalista estava fomentando o colonialismo cultural...

Mais danosa ainda é a perda das formas contraídas que, sintetizando dois pronomes oblíquos, davam inteligibilidade imediata a relações que agora, para ser apreendidas, requerem longos rodeios verbais. O francês pode simplesmente dizer *il me l'a donné*, e nós, para transmitir o mesmo, somos obrigados ou a multiplicar as palavras ou a falar de maneira elíptica, que acaba sendo críptica e cada vez mais dependente do contexto não-verbal. Qualquer que seja o artifício usado, ele será mais complicado e ineficaz do que o equivalente vernáculo, isto é, a forma contraída *mo*, que a hipersensitividade histórica dos modernistas condenou como cacofônica, sacrificando a funcionalidade e a racionalidade no altar de um esteticismo imbecil.

Os danos que decorrem desse estado de coisas não são só estéticos e pedagógicos. São sociais e econômicos. Onde a inteligibilidade do idioma é baixa, é alta a improdutividade do esforço humano. É o reino da incompreensão, onde tudo é falha e canhestrice do personagem popular mais numeroso em todos os ofícios: o "Pouca Prática". Pesquisas feitas em empresas mostram que, no Brasil, um aviso que circule por escrito não surte efeito: é preciso repeti-lo em voz alta. O escrito não tem persuasividade, seu conteúdo parece vago e distante porque, sem a estimulação auditiva, o corpo não é sacudido o bastante para dar à inteligência entorpecida um sentimento de realidade. O chefe que deseje passar uma informação aos funcionários tem de traduzir seu memorando na linguagem dos gritos e dos *jingles*.

Não sabendo fazer outro tanto com os argumentos que acabo de apresentar, limito-me a registrá-los aqui para edificação dos pósteros e testemunho dos tempos.

Jornal da Tarde, São Paulo, 24 de julho de 1997.

Adendo

O mandamento de imitar a fala oral é, em muitos casos, apenas um pretexto. O que se imita, na prática, é o estilo do jornalismo norte-americano e o de certos escritores. Dentre estes, destaca-se Graciliano Ramos. Este venerável romancista fez inadvertidamente muitos malefícios ao ensino do idioma. O principal foi o de banir o uso do pronome “eu” (abundantemente usado na conversação oral), elevando ao estatuto de norma universal o que não era senão a expressão de uma timidez pessoal mórbida, necessitada de abrigar-se no impessoal e no coletivo. Hoje abundam por toda parte os períodos começados em “Ia”, “Dizia”, “Comia”, que obrigam o leitor a esperar pelos parágrafos subseqüentes para saber quem ia, dizia ou comia. Mas Graciliano também tinha birra com certas palavras — todas as que não coubessem na boca de seus personagens — e com toda combinação de sons que irritasse seus ouvidos hipercríticos de neurastênico, permanentemente em guarda contra a ameaça do ridículo, imaginária no mais das vezes. Sua famosa explosão de cólera estilística — “*Outrossim* é a p. q. p.!” — suprimiu definitivamente do idioma uma palavra bastante útil, cujos equivalentes em outras línguas são usados sem qualquer inibição pelos melhores escritores. E a mera associação casual de “ter-te-ão” com *Terteão*, nome de um personagem de suas fantasias de menino, fê-lo odiar para sempre a mesóclise prono-

minal. Mas isto já é levar a inibição até o limite da catástrofe. Já imaginaram quantas palavras nos sobriariam se fôssemos evitar toda cacofonia produzida não só pela aproximação entre palavras comuns do idioma, mas entre palavras raras ou mesmo inventadas? O estilo de Graciliano é, decerto, criação notável. Mas é criação limitada, destinada exclusivamente a resolver, mediante um complexo sistema de inibições, recalques e prevenções lingüísticas, uma equação pessoal muito peculiar. É criação para ser vista e admirada — jamais imitada; sobretudo, jamais imitada coletivamente. O próprio Graciliano era o primeiro a saber disso, como se vê pelos louvores que não regateava a estilos tão contrastantes com o seu quanto o espontaneísmo derramado de José Lins do Rego, o brilho feérico de Annibal Machado ou, para cúmulo de diferença, o barroquismo alucinante (ou alucinado) de José Geraldo Vieira. Mas aconteceu que Graciliano, passada a fase de comunismo explícito de Jorge Amado, se tornou a glória literária oficial do PCB — e, como tal, “o” modelo. Desde então, um espectro ronda as redações: o espectro do “estilo seco”. Seco como o cérebro de um *copydesk*.

Um povo sem espelho

Se um homem, alegando buscar sua identidade, se fecha no solipsismo e recusa toda comparação com seus semelhantes, dizemos que enlouqueceu. Por que então a cultura brasileira, tão obcecada pela busca da identidade pátria, não tem o menor interesse pelo estudo comparado das psicologias nacionais? O ensaio clássico de Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, que faz um paralelo entre a mentalidade nacional e a dos norte-americanos, é exceção que confirma a regra. Cinco séculos decorridos do descobrimento, ainda não se escreveu neste país (ou, se alguém escreveu, ninguém comentou) um único livro que tente, a sério, uma comparação de brasileiros e argentinos, de brasileiros e uruguaiois, de brasileiros e peruanos, de brasileiros e italianos. Nem mesmo de brasileiros e portugueses: nossas idéias sobre este tópico ainda se baseiam, principalmente, em piadas de português.

De onde provém essa desproporção doentia entre nossa ânsia de uma auto-imagem e nosso desinteresse pela imagem do próximo? Nosso delírio de grandeza terá chegado ao ponto de recusar medir-se num espelho

humano? Ou, inversa e complementarmente, nos desprezamos tanto que tememos a comparação? Nossa obsessão de originalidade não será uma farsa que se abriga sob o manto de uma inconsciência narcisista?

Sem a menor pretensão de responder a estas perguntas, advirto que, quando um tema desaparece da bibliografia, é porque não interessa à liderança intelectual. E como nas ciências sociais a liderança nacional está na USP, é lá que devemos começar a investigar as causas da anomalia que mencionei.

A vulgata uspiana, de fato, só admitindo como motores da história a luta de classes (e a luta de raças transfigurada em luta de classes), teve, entre outros méritos que a consagram na devoção da intelectualidade, o de criar um fortíssimo preconceito contra os estudos de psicologia nacional. Até hoje o único livro sistemático sobre o assunto é a velha tese de Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro*, que começa por declarar que o objeto designado no seu título não existe: foi apenas invenção de uma extinta *Volkspsychologie* conservadora, afetada de tara metafísica congênita. A tese marcou época, inscreveu-se na legenda áurea uspiana em tons quase mitológicos.

Quem tem cara de se opor ao consenso dos doutores? Fulminado por esse decreto, o natural interesse humano de observar-se em comparação com outros povos extinguiu-se entre os brasileiros.

Desse estado de coisas, resulta uma série de consequências desastrosas.

Em primeiro lugar, nossa auto-imagem moral, que com Oliveira Vianna e Gilberto Freyre começara a se

elevar ao nível de uma autoconsciência refletida e intelectualmente consistente, regrediu ao estado de uma grosseira mitologia coletiva sem respaldo na cultura intelectual e científica.

Por essa mesma razão, é imagem insegura e vacilante. Quando tentamos nos descrever para um estrangeiro, nunca sabemos se estamos dizendo a verdade ou repetindo lugares-comuns da propaganda televisiva. Ao lado da precisão certa com que um francês ou um italiano, mesmo sem muita cultura letrada, distingue seu povo do alemão ou do inglês pelos costumes e valores, é patética a nossa impossibilidade de alegar, num paralelo com os uruguaio ou argentinos, qualquer coisa que vá além de estereótipos enganosos, baseados em flagrantes esporádicos de turistas na praia de Copacabana.

E como na ausência de comparações não existe senso das proporções, continuamos a tomar como naturais e universalmente humanos certos costumes e valores (ou antivalores) que nos são muito próprios e resultam de uma história peculiar. Um deles (e escolho de propósito entre os mais repelentes, para enfatizar a urgência de estudá-los) é a nossa noção corrente de “realismo”, que identificamos com descrença mesquinha e pessimismo agourento: nada faz um brasileiro sentir-se mais adulto do que a oportunidade de insuflar desânimo num jovem empreendedor. Outro é a mistura de adoração hipócrita e desprezo secreto pela cultura superior: nosso culto idolátrico dos escritores, mui significativamente desacompanhado de qualquer interesse pela leitura de seus livros. Outro ainda, o ódio ao criminoso sem cor-

respondente desamor ao crime: achamos normal exigir cadeia para os grandes sonegadores enquanto continuamos a praticar com a maior inocência nossa modesta sonegação de classe média. Para completar, o preconceito antigramatical, que já mencionei em artigo anterior desta série: mesmo nos meios universitários, quem quer que conjugue os verbos corretamente se torna objeto de chacota.

Todos esses costumes nos parecem naturais e universais porque, não nos comparando com ninguém, não vemos que são “coisas nossas” — mais nossas, mesmo, do que o futebol, o samba e o carnaval, meras reciclagens de importados. Tal como o peixe não sabe que está na água, o brasileiro não sabe que suas pretensas verdades universais são, para o restante do universo, apenas manias de brasileiro.

Mas a pior de todas as conseqüências de nossa recusa de um espelho humano é que ela nos deixa sem defesas contra qualquer cultura estrangeira que pretenda nos remoldar à sua imagem e semelhança — à imagem e semelhança de *suas* peculiaridades, algumas das quais podem ser bem mais doentias que as nossas. Se não houvesse no fundo de nós uma consciência reprimida que nos acusa de covardia narcísica, não cederíamos tão depressa às novas modas culturais que invadem nossa casa pela TV, se pavoneando de globalismo e universalidade, e que não passam, no fundo, de manias de americanos. Se tivéssemos a justa medida de nosso valor e desvalor, nem nos esconderíamos numa carapaça solipsística nem procuraríamos nos evadir dela mediante crises de macaqueação despersonalizante. Mas a obten-

ção dessa justa medida depende de consentirmos em estudar precisamente aquilo que, segundo o dogma uspiano, não vem ao caso.

Jornal da Tarde, São Paulo, 7 de agosto de 1997.

Adendo

O cúmulo da alienação é atingido quando passamos a modelar por estereótipos norte-americanos, copiados do cinema e da TV, a nossa imagem de povos dos quais temos, no entanto, conhecimento mais profundo baseado em experiência direta, como é o caso dos hispânicos, dos japoneses, dos chineses, dos árabes e, *last not least*, dos africanos. Boa parte do fanatismo *black* que hoje se procura injetar no Brasil não reflete senão uma incapacidade brasileira de confiar nos conhecimentos adquiridos por experiência real, a necessidade mórbida de substituí-los por esquemas artificiosos, adaptados do Exterior. A experiência real, arquiconhecida desde nossos bisavós, informa que boa parte da nossa população resulta da mestiçagem e não tem raça nenhuma determinada. É o enorme contingente dos *mulatos*, *pardos*, etc. Já a sensibilidade seletiva do norte-americano, se enxergava uma diferença entre o índio e o mestiço de índio e branco, não admitia distinção semelhante entre o negro e os mulatos de todos os matizes, mas espremia todos sob o coletivo *black*. *Black*, nos EUA, significa simplesmente “não branco”. Ora, por que a nossa percepção, mais variada e matizada, deveria ser considerada a menos veraz e substituída pelo simplismo grosseiro que só enxerga duas cores?

Do mesmo modo, “asiático”, nos Estados Unidos, é nome de uma comunidade de virtuais cidadãos de segunda classe, ao passo que no Brasil os japoneses foram, desde sua chegada, uma casta privilegiada e próspera, objeto de respeitosa admiração. Assim também os italianos, desprezados nos EUA, foram muito valorizados entre nós, até que a guerra os colocou sob suspeita. Os alemães, sempre bem recebidos lá em cima por conta da ancestralidade comum, aqui foram bastante discriminados e é enorme, na nossa população, o contingente de seus descendentes empobrecidos, ao passo que os árabes — muito mal aceitos nos EUA — logo encontraram, após um breve período de resistência nada mais que verbal, um lugar bem confortável entre nossas classes dominantes.

Se a nossa literatura em parte reflete tais diferenças (lembro a cena de *Marco Zero*, de Oswald de Andrade, em que o brasileiro desmaia de fome ao lado do menino japonês que traz um fornido *orânchi*), a visão geral que o povo brasileiro tem hoje dessas coisas vai refletindo cada vez menos a história nacional, a experiência nacional, para se modelar cada vez mais pelas imagens estereotípicas de uma experiência que nunca foi nossa.

Fariseus hipócritas

Nas sombrias memórias de minha infância, meu tipo inesquecível é um homenzarrão de avental que enxota de seu armazém, aos berros, os mendigos que vão lhe pedir comida, e não obstante, comovido por uma campanha de caridade anunciada aos quatro ventos pela bela voz do repórter Maurício Loureiro Gama, vai correndo levar uns sacos de feijão aos estúdios da TV Tupi. A caridade, no entender desse cidadão, só tinha graça quando coletiva, celebrada pela mídia e recheada de emoções cívicas, entre fanfarras e discursos.

Quando ouvi pela primeira vez, na Igreja de Nossa Senhora da Paz, o sermão de Jesus contra os “fariseus hipócritas”, não tive a menor dificuldade para perceber a que tipo de coisa Ele estava se referindo.

Passadas quatro décadas, o ferrabrás de avental se tornou o modelo de bons sentimentos adotado oficialmente neste país. Ante as câmeras de TV, a nação compungida rende homenagens ao recém-falecido garoto-propaganda da caridade pública, quase ao mesmo tempo que, segundo revela uma pesquisa do Ibope, 98 por cento da população do Rio e de São Paulo afirmam

ser contra dar esmolas, nas ruas, aos mendigos individuais que os abordam em carne e osso, na cara dura e sem nenhum anteparo televisivo a enobrecer-lhes o gesto obscuro, o gemido humilhante.

Sem se dar conta de que trai o significado oculto do que diz, um célebre colunista enaltece a figura de Betinho por ter ensinado à nação a “banalidade do bem”. Sim, hoje em dia, se quer ter a boa consciência de ser homem caridoso, o cidadão não precisa mais lutar dentro de si contra a repugnância ante o pobre, não precisa mais tentar, entre exercícios de ascetismo interior e apelando a toda sorte de auxílios metafísicos, enxergar num fétido farrapo humano, a contragosto de suas tendências naturais, *el hermano, el verdadero hermano* de que falava Unamuno. Basta-lhe assinar um boleto, discar 0900 ou enviar uma mensagem pela *internet*, e eis o homem do armazém transfigurado, pelo milagre da técnica, no anjo portador da nova caridade coletiva que, além de muito mais higiênica que a velha caridade bíblica, ainda tem a vantagem indiscutível de ser politicamente correta. Gerações e gerações se passarão antes que se possa sonhar em restaurar na alma do povo brasileiro o senso profundo da caridade, sufocado pela banalização que a reduz ao apoio político conferido, via *e-mail*, a uma abstração estatística.

Estatística por estatística, números por números, o controle da inflação fez infinitamente mais, em benefício do povo pobre, do que todas as campanhas de todos os Betinhos, sem que a ninguém ocorresse, por isto, beatificar Fernando Henrique Cardoso, principalmente porque a classe média, que custeia a operação,

não recebe por ela as lambidas de ego que auferе de sua participação nas mencionadas campanhas (grave omissão, como se vê, da assessoria publicitária de S. Excia.).

Similares observações se poderiam fazer, aliás, quanto a todo o pretenso esforço de elevação do padrão ético nacional. Acreditamos ter subido muito na escala moral porque a ONU reconhece o decréscimo das nossas taxas de corrupção política — como se a moralidade de uma nação se pudesse medir pela inibição temporária de meia dúzia de políticos assustados ante os faróis da mídia, e como se ao mesmo tempo que se atenua o descaramento da elite não se acentuasse o do povo, como se vê pela pesquisa recente segundo a qual 47 por cento da população não vêem nada de mais em sonegar impostos.

Mas, uma vez reduzido o bem a uma certa tonelagem de comida custeada em partes equitativas e baratas entre os politicamente corretos, por que não banalizar também a honestidade, fazendo-a consistir apenas numa curva estatística — espertamente abstraída de toda comparação inconveniente com outras curvas estatísticas que a desmintam?

Por mais que isto doa aos que desejariam tudo reduzir a uma questão de comportamentos exteriores e estereotípicos, mensuráveis segundo a unidade-padrão da correção política ou de qualquer simplificação estatística unilateral, não existe bem ou honestidade sem aqueles elementos interiores, invisíveis e imensuráveis, mas decisivos na prática, que são a sinceridade e a humildade, as quais só florescem no segredo da alma solitária, *far from the madding crowd* que se apinha ante

as câmeras de TV. Toda banalização, toda redução da qualidade à quantidade e da moral à política é um mal em si, cujas conseqüências, a longo prazo, podem ser muito mais graves que as da miséria e as da corrupção reinantes. O risco que corremos, no caso, é bem claro: quanto mais enaltecermos nosso padrão de moralidade supostamente ascendente, sem lançar sobre ele um severo olhar crítico, mais nos empenharemos em solapar os fundamentos interiores do bem e da moral e em nos tornar um dos povos mais hipócritas da face da Terra.

Jornal da Tarde, São Paulo, 21 de agosto de 1997.

Pé e cabeça

Notável, nos hábitos da nossa classe próspera, é a facilidade com que ela julga a incultura o estado normal do homem e toma a cultura como um vício ou uma esquisitice — esquisitice perdoável, até certo ponto, mas que se torna um pecado capital a partir do instante em que seu portador pretenda tirar dela alguma conclusão válida para a vida prática.

Escândalo maior ainda suscita nesses meios quem se arrisque, numa discussão de sobremesa, a alegar em favor de uma opinião divergente alguma coisa que tenha lido: dispor de informações que os interlocutores ignoram é sinal bastante de opinião inválida, como aliás é inválido levar uma discussão a sério até o ponto de desejar *provar* alguma coisa. O direito à expressão está condicionado, nesses círculos, ao reconhecimento de que a própria opinião é emitida apenas para fins de pas-satempo, podendo ser trocada amanhã por outra mais confortável. Qualquer ambição intelectual mais alta só é tolerada a título de mal necessário ao exercício de certas profissões: deve ficar restrita aos ambientes de ofício, sem perturbar a paz doméstica.

Na classe pobre, a atitude perante a cultura inspira-se nos mesmos princípios, mas assume tons dramáticos.

De um lado, o pobre inveja o homem culto, possuidor de uma riqueza misteriosa, envolta de uma aura mágica. De outro lado, essa riqueza, por lhe ser tão inacessível como as demais espécies de riquezas, acaba por se confundir com elas, donde ele extrai a conclusão de que todas são adquiríveis pelos mesmos meios. Ele ignora, porém, esses meios. Pobreza e incultura misturaram-se assim numa mesma noção nebulosa: tornam-se ambas formas da “exclusão” e da “discriminação”.

Tendo já aquele mínimo de estudo que torna desprezível a resignação religiosa, mas não aquele máximo que abre as portas da resignação filosófica, esse homem saturado da indignação que diariamente lhe injetam os jornais e os demagogos chega então a uma conclusão infalível: a cultura é um roubo, o homem culto é um ladrão. Com o mesmo rigor silogístico, extrai daí um corolário: não podendo um ladrão ser veraz, é forçoso que o homem culto seja um mentiroso, e sua cultura nada mais que um instrumento de embuste, um conjunto de esquemas retóricos destinados a sustentar privilégios.

De maneira mais ou menos inconsciente, essa seqüência de raciocínios se repete no fundo da alma de cada pé-rapado a quem ocorra a má idéia de pensar no assunto. Seu desenlace é fatal: o objeto de desejo se tornará objeto de tormenta e o infeliz raciocinador cairá vítima daquilo que a escola inglesa de antipsiquiatria chamava de *duplo vínculo* — um estado de divisão inte-

rior que consiste em odiar o bem que se deseja e em odiar-se a si mesmo por desejar o bem que se odeia.

A única saída que resta à presa desse círculo vicioso é buscar alívio no cinismo. O pobre decide então que é melhor estar entre os vigaristas do que entre os otários, e seu desejo de cultura se transfigura numa ânsia incontida de possuir os meios de intrujice intelectual. De posse de tais instrumentos, poderá usá-los em benefício próprio, como chave de acesso ao círculo dos privilegiados, ou então devotá-los à mais alta finalidade moral que conhece: discursar contra os privilégios e semear a revolta — o que poderá não lhe dar dinheiro mas lhe trará, além de alguma popularidade, a consciência tranqüila de estar fazendo algo que as pessoas que o fazem convencionaram ser, por razões que escapam ao autor deste artigo, o Bem.

Tão logo se disponha a por em prática essas especulações e entre numa livraria em busca daquilo que lhe parece ser a cultura, ele terá a mais gratificante confirmação de suas expectativas, pois só encontrará ali dois tipos de livros: técnicas de subir na vida e reclamações contra a injustiça social (idênticos elementos estarão à sua disposição, *mutatis mutandis*, nas instituições públicas de ensino superior). Se conseguir absorver as primeiras, ele acabará por se tornar um homem próspero e passará a raciocinar exatamente como aquelas pessoas mencionadas no começo deste artigo, com o que estará totalmente resolvido o seu problema. Caso absorva as lições do segundo tipo, será admitido nos círculos intelectuais e, embora sem um tostão no bolso, será aplau-

dido por todos quando declarar a grande verdade: que a cultura é um privilégio dos ricos.

Não por coincidência, chegará a iguais resultados o membro da classe próspera que, enojado com a fatuidade e a mesquinharia do seu meio social, busque na cultura um horizonte maior. Saltando sobre as técnicas de subir na vida, que no seu caso seriam redundantes, ele irá direto para a bibliografia ideológica. Esta lhe ensinará que o único sentido maior da vida é a História e que a História é o povo. Daí ele concluirá que para ampliar seus horizontes precisa tornar-se povo, o que se consegue pondo samba no pé e a retórica da indignação política na cabeça. No fim da longa linha evolutiva que fará do burguês transviado um intelectual, não haverá mais diferença reconhecível entre este homem culto e aquele que proveio das classes pobres. Irmanados, eles dominarão as cátedras e a burocracia estatal, onde lutarão para que a cultura deixe de ser um odioso privilégio dos ricos e para que todos tenham acesso aos supremos bens culturais conhecidos nesta parte do mundo: samba no pé e m... na cabeça.

Jornal da Tarde, São Paulo, 4 de setembro de 1997.

Um caso de dupla identidade

Quando se fala dos “valores” que constituem uma “identidade nacional”, essas expressões soam às vezes demasiado abstratas e indefiníveis. Denotam generalidades ocas, boas somente para uso dos oradores. Mas, ainda que o cidadão não se dê conta, “identidade nacional” significa uma coisa muito real, concreta e decisiva para o sentido da sua vida: significa os motivos psicológicos que justificam, em última instância, que ele prefira morar num país e não em outro.

Digo psicológicos, porque motivos financeiros ou políticos podem levar um homem a mudar de país sem abolir sua íntima preferência pela pátria de origem. Identidade nacional é, no coração de cada um, a resposta à pergunta “Por que você prefere viver aqui e não em outro lugar?”, *descontadas as vantagens financeiras, políticas e administrativas.*

Nesse sentido, uma identidade nacional funda-se, necessariamente, em crenças e hábitos tradicionais. A antiguidade dos valores é garantia de que não serão muito afetados por mudanças da situação econômica e política. Isto é que os mantém vivos no coração daquele

que a miséria ou as perseguições levaram para longe da terra natal. Os irlandeses que para não morrer de fome foram para os Estados Unidos há quatro gerações ainda se sentem irlandeses, com muito orgulho. Aleksandr Soljenítsin, num hotel suíço de cinco estrelas, sentia saudade da prisão soviética porque nela se falava russo. Coisa idêntica pode-se dizer dos que são exilados na própria terra. O dramaturgo Gerhart Hauptmann, hostilizado pelo nazismo, preferiu esconder-se no interior em vez de sair da Alemanha. O filósofo Constantin Noïca, cujo pensamento se inspira numa sondagem das profundezas do idioma romeno, suportou pacientemente quase três décadas de prisão domiciliar para não ter de mudar, como seu amigo E. M. Cioran, de terra e de língua.

Mas, ao lado da identidade nacional, existe o *discurso nacional*: o discurso que, inventado pelos intelectuais, é imitado pelos políticos e propagado pelas escolas, para fazer a cabeça das crianças e moldar o comportamento dos adultos. Esse discurso pode coincidir em mais ou em menos com a identidade nacional.

Onde coincide, predomina a clareza: as pessoas sabem onde estão, sabem o que estão fazendo ali. Tomam decisões responsáveis e atingem sem grandes tropeços o estado de maturidade. Seus planos de vida são coerentes com as possibilidades que o país oferece.

Onde não coincide, as pessoas dizem uma coisa e fazem outra, proclamam em voz alta certos valores ao mesmo tempo que, na vida real, baseiam suas decisões nos valores contrários. Vivem uma vida nebulosa, fictícia, perdem contato consigo mesmas, tornam-se artifi-

ciais, hipócritas e inseguras. Sentem culpa e não sabem do que. Estão sempre à cata de bodes expiatórios, que o discurso oficial tem de lhes oferecer em quantidades crescentes. Saltam constantemente da ditadura para a anarquia.

Ora, se perguntarmos quais os valores consagrados pelo nosso discurso oficial e martelados diariamente na cabeça de nossas crianças, na escola, e da população adulta, pela TV, notaremos que nenhum deles tem raiz tradicional: são ideais inventados por uma nova elite, copiados de uma fórmula internacional onde se mistura o socialismo gramsciano às receitas futuroológicas da Unesco e do FMI. O programa é: ecologia, aborto, triunfalismo progressista, culto da superioridade dos jovens, ódio a determinados grupos ditos privilegiados, reforma agrária, conduta “politicamente correta”, apologia da modernidade, ódio ao velho Brasil clientelista e patriarcal. Esses são os valores que, implantados pela propaganda oficial e pela mídia, hoje determinam, nas sondagens de opinião pública, as grandes decisões nacionais. Eles são o “novo Brasil”, o “Brasil cidadão”.

Ao mesmo tempo, eles nada têm a ver com a identidade nacional, com as raízes do apego do ser humano ao país onde vive. Se perguntarmos a qualquer brasileiro por que ele prefere morar aqui e não na Europa ou nos Estados Unidos, ele dirá que os estrangeiros são muito racionais e frios, que no Brasil há mais calor humano, que aqui as relações são mais pessoais. Ele fará, em suma, a apologia do velho Brasil, do Brasil conciliador, do Brasil do “jeitinho” — daquele mesmo Brasil que, nas manifestações políticas e oficiais, faz o papel

do bandido. Em suma: como pessoa humana concreta o brasileiro ama aquilo que como “cidadão” diz odiar.

Aonde esperamos chegar, cultivando na alma das pessoas esse dualismo? Que podemos esperar do futuro que esse conflito nos promete? Que um dia a nova tábua de valores chegue a se impor sobre a velha? Nesse dia, quando os novos valores tiverem se tornado tradicionais, as pessoas haverão de dizer que preferem viver no Brasil porque aqui é um Estado ultramoderno, com telefonia digital e casamentos *gays*, plebiscitos semanais, abortos pagos pelo Estado e apartamentos funcionais para toda a população? Dirão que vêm com horror o antigo Brasil onde homens brancos se casavam com mulheres pretas e vice-versa, porque conquistamos a verdadeira democracia racial onde o Estado é o mediador entre as raças, cada qual representada por uma comissão eletiva com autoridade sobre uma parte do território? Dirão que graças a Deus acabou o “jeitinho” e agora é tudo na *law and order*, inclusive os olhares de desejo e as cantadas de rua, que se tornam crime quando não funcionam? Dirão que preferem viver aqui porque é um ambiente *clean and cool*, onde não se fuma e todos fazem *check-up* de três em três meses? Dirão que preferem o Brasil porque aqui as crianças, sob a proteção do Estado, podem escolher seus pais num catálogo? Dirão que amam o Brasil porque aqui o sexo é livre contanto que praticado com prostitutas registradas no Ministério do Trabalho?

Essa é a identidade nacional que estamos plantando para o futuro. Ela não se realizará, porque é absurda e simiesca. Ela não se realizará, porque é uma anti-identi-

dade, inventada e sem raiz, constituída apenas daqueles valores jurídico-administrativos que, precisamente, são alheios a uma identidade nacional. Ela não se realizará porque ela se funda precisamente na negação da única identidade nacional que temos e porque, se realizada, suprimirá o Brasil como unidade cultural independente, preludiando a abolição de sua independência política. Mas, enquanto isso, vamos fazendo de conta que não vemos nada, que não reparamos na monstruosa irresponsabilidade da elite intelectual que nos educa. E deixamos que ela continue cavando cada vez mais fundo, no coração do povo, aquele abismo entre conduta pública e conduta privada, que ela mesma diagnostica como uma das causas da anomia e da corrupção.

17 de setembro de 97 (Inédito).

As prostitutas no dicionário

Durante cinqüenta anos a intelectualidade progressista martelou nos nossos ouvidos as seguintes máximas: (a) toda norma lingüística oficial é odioso instrumento de dominação política e de exclusão social; (b) os gramáticos e dicionaristas devem, portanto, limitar-se a registrar os usos lingüísticos da maioria, dizendo amém a todas as mudanças sensatas ou insensatas.

Hoje essa doutrina é ensinada em todas as escolas brasileiras, e quem quer que ouse contrariá-la se vê esmagado sob o peso de dois argumentos cientificamente irrefutáveis: (a) você é um reacionário; (b) cale a boca.

Mas, assim como no Estado nazista o legislador supremo, o *Führer*, não está obrigado pelas leis que ele mesmo estatui, assim também a esquerda nacional, após nos impor sua regra, afirma soberanamente seu direito de ignorá-la.

D. Lúcia Carvalho, deputada petista que os maus fados colocaram na presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acaba de persuadir os redatores do *Dicionário Aurélio* de que a expressão “mulher pública”, consagrada pelo uso popular como sinônima de

“prostituta”, é de um machismo atroz e não pode ser admitida. Segundo D. Lúcia, a semântica deve ser igualitária: se “homem público” é expressão dignificante, deve sê-lo também “mulher pública” — que passa a significar, então, as mulheres ilustres como a própria D. Lúcia. Fica revogada a *voz populi*, instituindo-se em seu lugar a *vox Luciae*. Nas próximas edições do dicionário, seremos informados de que Margaret Thatcher, Indira Gandhi e Golda Meir foram “mulheres públicas”, como aliás sempre o afirmaram seus detratores.

A mudança denota uma rotação de 180 graus na doutrina semântica da esquerda: se antes era odiosa prepotência ensinar à maioria semiletrada os usos linguísticos dos escritores célebres, agora tornou-se muito democrático impor-lhe desde cima um giro semântico que nunca foi usado por escritor nenhum, muito menos pelo povo. O dicionário deixa de ser o registro dos usos consagrados, seja dos escritores, seja do povão: torna-se um meio de *moldar comportamentos*, uma máquina de engenharia social a serviço de um objetivo político — mais especificamente, da revolução gramsciana que vai levando a esquerda ao poder nos braços da hegemonia cultural forçada.

Não é de estranhar que pessoas empenhadas, como D. Lúcia, em tão elevado propósito político, não tenham satisfação a prestar à lógica, à realidade ou ao bom-senso, que aliás, do ponto de vista gramsciano, são meras convenções datadas, revogáveis por decisão da vanguarda proletária. Mas eu, que não tenho ambições tão altas, me permito fazer as seguintes observa-

ções, com plena consciência de que, no rumo que as coisas estão tomando, acabarei por ser ouvido somente pelos futuros habitantes da lata de lixo da História:

1) D. Lúcia coleciona várias expressões sinônimas de “prostituta”, entre as quais “mulher-dama”, “mulher da vida”, “mulher do mundo” e semelhantes, e as interpreta como expressões de uma “discriminação social da mulher”. Mas, se há nessas expressões alguma discriminação, é contra a prostituição e não contra o sexo feminino; e, aliás, na sociedade dita decente, a prostituição é mais execrada pelas mulheres do que pelos homens.

2) Longe de ser modos de dizer agressivos e insultuosos, muitas dessas expressões são eufemismos, formas atenuadas e indiretas de designar alguma coisa ruim de maneira um pouco menos ruim. Alguns deles têm mesmo os tons róseos de uma imagem poeticamente idealizada: “mulher dama” e “mulher de amor” são quase louvores. Outros — “mulher perdida” ou “mulher do fado” — denotam a intenção piedosa de atenuar a responsabilidade da prostituta, jogando sobre um destino adverso a culpa pelo seu estado.

3) As expressões depreciativas (“mulher à-toa”, “mulher vadia”), longe de manifestar uma discriminação machista, são usadas predominantemente pelas mulheres, ao passo que os homens empregam sem rebuços as duas sílabas do meio da palavra “deputado” (ou “deputada”, pois aqui não se discrimina ninguém).

4) A expressão de preferências machistas ou feministas se dá no plano da fala, não no da língua — uma distinção clássica que D. Lúcia parece desconhecer. As

acepções registradas em dicionário são recursos da língua — forçosamente neutros em si, porque podem, na fala, adquirir conotações diversas e inversas. Premoldar a língua no intuito de limitar a fala é uma idéia que só ocorreria a pessoa totalmente ignorante de como funcionam as línguas. Registrada a expressão “mulher pública” como equivalente de “mulher estadista”, o termo “estadista” estará *ipso facto* sujeito a adquirir sentido irônico como sinônimo de “prostituta”.

5) A intervenção de D. Lúcia no dicionário parece ser apenas uma tolice inconseqüente. Mas essa inconseqüência será cheia de conseqüências: se a semântica deve guardar perfeita equivalência entre os sexos, as expressões pejorativas que designam o amante profissional ou o amador de muitas mulheres terão de ser interpretados como expressões de preconceitos antimaço. Aí o confronto de suscetibilidades imbecis de parte a parte não terá mais fim. E quanto não terá de se prostituir a ciência dos filólogos e gramáticos, obrigados a desfazer-se em medidas e concessões caricatas para atender a ambos os sexos e a todos os mais que se imaginem vitimizados pelo idioma? Uma vez lavada a honra das prostitutas e das estadistas, quem salvará a honra do dicionário?

Jornal da Tarde, São Paulo, 18 de setembro de 1997, e *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1997.

A autoridade do Sr. Giron

O sr. Luiz Antônio Giron, crítico musical incumbido, por motivos insondáveis², de julgar os meus comentários à *Dialética Erística* de Arthur Schopenhauer (*Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão*, Rio, Topbooks, 1997), dá-nos um exemplo formidável do que é, nos dias que correm, argumentar com autoridade. Digo “autoridade” porque, para fazer afirmações taxativas sem dar o mínimo sinal de desejar fundamentá-las, um crítico tem de se arrogar aquele tipo de credibilidade automática, instantânea e infalível que prescinde de provas, como no caso daquele professor de geometria que, desejando evitar a demonstração muito tediosa de determinado teorema, alegou os seus trinta anos de magistério e proclamou: *Quod erat demonstrandum*. Mas o sr. Giron não faz nem isto. Su-

² Em telefonema, o Sr. Daniel Piza, editor de Cultura da *Gazeta Mercantil*, protestou contra esta assertiva. Os motivos, disse ele, eram sondabilíssimos, visto que o Sr. Giron estudara na Alemanha. Respondi que com esse argumento a escolha se tornava ainda mais enigmática, visto que, guardadas raras exceções, todos os meninos alemães estudam na Alemanha.

pondo que seus créditos dispensam a prova, conclui que seu nome dispensa os créditos, quando mais não fosse pela simples razão de que não os tem. Fica então o leitor obrigado a crer no sr. Giron pela simples razão de que Giron é Giron e de que, afinal, *Giron dixit*.

Vejamos, pois, o que ele diz.

Segundo ele, meu trabalho consistiu apenas em “injetar esteróides na débil monografia” de Arthur Schopenhauer, para fazer de suas 50 páginas 250. Mas, para um sujeito prático como o sr. Giron, isso não é problema: para comentar o livro inteiro, ele leu apenas as 50 de Schopenhauer, saltando as 200 minhas. A prova é que ele reduz o livro a “uma ironia contra a dialética”, o que seria válido se afirmado só do texto de Schopenhauer, sem os meus comentários. Estes, ao contrário, defendem ardorosamente os direitos da dialética contra as críticas de Schopenhauer, ao mesmo tempo que buscam inserir e legitimar a erística schopenhaueriana no quadro maior da arte dialética tal como compreendida por uma tradição que vai de Platão a Schelling; procuram ainda mostrar que a *bête noire* visada pela antidialética de Schopenhauer, isto é, Hegel, longe de representar o cume dessa tradição, é apenas um desvio accidental e desastroso, e que portanto condenar a dialética por causa de Hegel é jogar a criança com a água do banho. Em suma, minhas 200 páginas ostensivamente desmentem a tese de Schopenhauer e fundamentam a sua “dialética erística” na tese oposta. *É, literalmente, virar Schopenhauer do avesso*. Se o crítico, então, com a cara mais bisonha do mundo, afirma que esses comentários apenas “injetam esteróides” na tese,

isto é, que lhe aumentam a massa sem mudá-la em nada, ele o faz em contradição flagrante com a letra e o espírito da obra, deixando bem claro que não a leu absolutamente ou que não a entendeu nem mesmo relativamente.

Não lendo nem entendendo, era de se esperar que o sr. Giron, malgrado sua esperteza ou talvez por causa dela, cometesse na interpretação da obra o mais vexaminoso dos equívocos filosóficos, que é o de confundir o assunto com a ciência que o estuda. Notando que o livro tem como objeto os ardis da argumentação pseudofilosófica, ele põe em dúvida, seriamente, que nisso possa existir algo de filosofia. Bem, a argumentação maliciosa e falsa não é, evidentemente, filosofia. Seu estudo crítico, ao contrário, é uma tradicional ocupação dos filósofos desde que o mundo é mundo — uma disciplina filosófica especial que mereceu a dedicação de Sócrates, Platão, Aristóteles, Sto. Tomás, Francis Bacon, Bertrand Russell e Karl Popper, para citar só uns poucos. Que essa disciplina tenha algo de humorístico é coisa que não se deve só ao talento irônico de seu fundador, mas ao fato de que a estupidez humana é o objeto de riso por excelência, como se deduz sem dificuldade dos princípios estabelecidos por Aristóteles na *Poética* e como, aliás, o caso presente o ilustra da maneira mais didática possível.

Confundindo a argumentação erística com a crítica da argumentação erística, o sr. Giron faz exatamente o mesmo que perguntar, diante de um tratado de zoologia, se não se trata de um empreendimento um tanto animalesco.

Mas não seria exato dizer que o sr. Giron nada leu nem entendeu. Opto por uma solução intermediária: leu um pouco e entendeu um pouco. O pouco que leu, não entendeu; o pouco que entendeu, não estava lá.

Di-lo, não sei se porque qui-lo, o próprio sr. Giron. Ele contesta com vigor minha assertiva de que “livros de filosofia não se lêem: ensaiam-se e executam-se, como partituras, nota por nota”. Segundo ele, podem e devem ler-se também sem essa precaução, *à vol d’oiseau*, por mero auto-estímulo e desenfado. É verdade. Há quem prefira ler assim. Quase todo mundo lê assim. Mas para que é que o sujeito que busca na leitura apenas um frissonzinho vai se dar o trabalho de repensá-la nota por nota, com atenta escrupulosidade? Basta uma lambida geral que dê para sentir o gosto. É o que fez o sr. Giron com o meu livro, lendo 50 páginas e comentando 250. Apenas, é um tanto indecente que esse tipo de leitura alimente um artigo de crítica.

Mas, como eu ia dizendo, não é verdade que o sr. Giron não leu nada de meus comentários. No início de seu artigo ele exhibe alguma erudição histórica inteiramente extraída, sem citar a fonte, do § 1 da minha *Introdução*. Se os esteróides nela encontrados em nada puderam fortalecer a tese de Schopenhauer, antes contribuindo para debilitá-la, não se pode dizer que tenham sido de todo inúteis, pois ao menos serviram para dar ao sr. Giron as aparências de uma certa musculatura intelectual. O tipo de musculatura que se pode adquirir pelo método girondino — ou giróvago — de leitura.

Método idêntico empregam, na apreciação musical, os ouvintes casuais de música de elevador. O sr. Giron,

que é crítico de música, sabe perfeitamente que muitas pessoas captam, da música, nada mais que a impressão fugaz de agrado ou desagrado, sem o menor esforço de reparar em sutilezas. Mas essas pessoas não escrevem críticas musicais. Caso se aventurassem a fazê-lo, estariam disputando com o sr. Giron o campeonato nacional de saltos *ultra crepidam*, que vêm se tornando o esporte predileto dos nossos jornalistas culturais.

Dileitante no campo da crítica filosófica, o sr. Giron mostra-se, em contrapartida, quase um profissional no campo da difamação, dominando como um *expert* a técnica de sujar a reputação alheia mediante insinuações veladas. Na mais primorosa delas, ele põe à mostra o tipo de mentalidade que o inspira. O caso é o seguinte. No § 1 da introdução, declaro que os comentários nasceram de uma leitura da tradução espanhola e foram cotejados depois com o original, com o auxílio de Daniela Caldas. É uma simples informação editorial, indispensável num trabalho honesto. Mas, para o sr. Giron, a honestidade em estado puro não é coisa digna de um intelectual. Ele qualifica minha declaração de “ingênua” e a diagnostica como sintoma de masoquismo. Que desejará dizer com isto? Que um intelectual brasileiro em seu juízo perfeito jamais admitiria em público ter lido em tradução o livro que comenta? Que por medo de ser mal compreendido por idiotas maliciosos eu deveria mentir ao leitor honesto? Interpretadas em sentido literal, as palavras do sr. Giron são absurdas: proclamam que o emprego de um artilheiro grosseiro e surrado é mais prudente do que o bom e velho jogo limpo. Mas por que raios eu e Daniela deveríamos re-

correr a esse ardil, se, de fato, nossa tradução *não foi* feita de segunda mão e sim de uma comparação entre o original e a versão de Dionísio Garzón? Deveríamos esconder do público essa comparação, como se fosse motivo de vergonha, quando justamente ela atesta a seriedade do nosso trabalho? Deveríamos ocultar nossa honestidade sob um manto de prestigiosa vigarice, para que o sr. Giron não nos chamasse de ingênuos? Não sendo o leitor suficientemente tolo para se deixar confundir numa coisa tão elementar, o que lhe resta na mente, ao emergir do ambíguo parágrafo do sr. Giron, é somente uma dúvida quanto à minha afirmação de ter feito o cotejo com o original. Ora, esse cotejo, além de ser auto-evidente pelas diferenças gritantes entre nossa tradução e a de Dionísio Garzón, está maciçamente documentado nas notas e comentários, e o sr. Giron não se aventuraria a lançar suspeitas sobre a sua realidade caso os tivesse lido — mesmo desconhecendo, como ele flagrantemente desconhece, tanto o original quanto a tradução espanhola. Meter-se a crítico de livros sem lê-los já é de uma leviandade atroz; mas saltar, com a mesma leviandade, da crítica de idéias para o assalto à honra pessoal só não é uma grande canalhice porque nem nisto esse tipo de mentalidade é capaz de grandeza.

Há mais coisas interessantes a dizer sobre o sr. Giron. Eu poderia lembrar, por exemplo, que ele chama o livreto de Schopenhauer de “débil” e linhas adiante reconhece a força corrosiva do texto; donde se percebe que ou ele não se entende a si mesmo ou usou “débil” como sinônimo de “curto”, o que denota vocabulário

curto e débil domínio da semântica. Poderia observar que ele me qualifica de “neotomista” sem saber que coisa é essa e só porque esse misterioso termo possui, no seu universo semântico provinciano, conotações de reacionarismo político, que bastam para atrair sobre a vítima que as carregue a hostilidade do auditório ignorante do assunto. Poderia notar que, comentando um livro sobre os estratagemas da argumentação desonesta, ele faz hábil uso deles, particularmente dos de números 14 (fingir que já está demonstrado o que não se pode demonstrar de maneira alguma) e 32 (jogar contra o adversário os preconceitos de uma platéia leiga). Mas essas coisas não importam. O essencial é que ele leu 50 páginas (talvez 55) e criticou 250. Não criticou, na verdade: inventou. E para isto não é preciso sequer usar estratagemas erísticos. Basta mentir.

Não sei por que o sr. Giron fez isso. Entre a hipótese do rancor ideológico, a da retaliação corporativa e a da prevenção irracional, fico apenas com a convicção de que não vale a pena tentar entender quem não entende nada.

Gazeta Mercantil, São Paulo, 20 de setembro de 1997.

Adendo

Poucos dias após a publicação destas linhas, o Sr. Daniel Piza estampou em sua coluna semanal *Informe* uma severa reprimenda aos escritores que respondem a seus críticos. Não mencionava o meu nome nem o do Sr. Girón, mas não sou tão mau entendedor. Em apoio de sua estranha

argumentação, o sr. Piza citava uma frase de H. L. Mencken segundo a qual — não recordo palavra por palavra — quem quer que pretenda dizer a verdade já mostra total desrespeito por ela. Enviei ao sr. Piza, pelo correio, as seguintes observações:

“Respondo não somente a cada artigo, mas a cada alusão velada. Isto mostra que não sou orgulhoso, que não recuso resposta nem mesmo a quem não a merece.

Quanto à citação de Mencken, resulta em dizer que a verdade deve ser propositadamente omitida, para que não se suje com o contato dos lábios humanos. Como regra de jornalismo, esse conselho chega a ser sublime. Presumo que V. Sa. o adote na sua prática profissional.

Como puro jogo de palavras, é bem desastrado. Se Mencken pretende que sua asserção seja verdadeira, desmente-se a si mesmo. Se não pretende, é mentiroso confesso. O mesmo aplica-se, por mera dedução lógica, a V. Sa.”

Verdade sem dono

Não creio ser muito convincente no papel de padre ou de pastor evangélico. Dadas as circunstâncias, porém, sou obrigado a assumi-lo, para dizer o que os convincentes não dizem.

Jesus Cristo afirmou que seu sacrifício se destinava a salvar as almas humanas do jugo da Lei. Se professamos acreditar nisso, entendemos que cada ser humano pode optar entre a ordem exterior da Lei e a ordem interior da caridade. Se opta pela primeira, cai nas malhas da opinião dominante, isto é, do “mundo”. Se escolhe a segunda, não tem outro senhor senão Cristo, e Cristo não está em parte alguma senão no segredo interior de um coração humilde, onde um homem, conhecendo a si mesmo, conhece a seu Senhor — bem longe do que o “mundo” enxerga.

Podemos aceitar ou rejeitar essa mensagem. O que não podemos é ter dúvidas quanto ao seu sentido: não existe, acima da consciência do indivíduo, outra autoridade, outro juiz, senão o Cristo mesmo. Mas este “acima” quer dizer, na verdade, “dentro”. Deus não está acima de nós no sentido em que o capitão está acima do tenente. *In interiore hominis habitat veritas*, explicou

Sto. Agostinho. Deus não é exterior à consciência: é o seu núcleo mais íntimo e pessoal, é Aquele que, segundo Claudel, “é em mim mais eu do que eu mesmo”. Todo ser humano possui esse núcleo e, logo, está apto a distinguir o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o útil e o nocivo. Nenhum Estado, nenhuma sociedade, nenhuma agremiação ou partido pode ter autoridade maior que a do homem interior. A Igreja mesma, que tantas vezes abusou de seu poder de Mestra, sempre reconheceu, como fronteira intransponível, a soberania da consciência individual.

Não é de espantar que, nos últimos séculos, os materialistas e anticristãos tenham feito o diabo para restaurar o poder do “mundo” e desbancar a consciência autônoma. Inventaram, para isso, as mais extravagantes fantasias: o *Leviatã* de Hobbes, o “Estado” de Hegel, a *Volonté générale* de Rousseau, o *Volksgeist* dos juristas alemães, a “consciência de classe” marxista, o *Führer* abstrato de Carl Schmitt, a “comunidade científica” de Charles Peirce, a *langue* dos estruturalistas e desconstrutivistas e, *last not least*, o nosso arquiconhecido “intelectual coletivo” de Antonio Gramsci, guru de João Pedro Stedile e Fernando Henrique Cardoso. Todas essas entidades disputam com o indivíduo humano a primazia do pensar, do saber e do julgar. Cada uma delas pretende ser mais consciente que nós, mais sábia que nós. Algumas pretendem apenas nos julgar e comandar. Outras querem pensar por nós. Outras, mais atrevidas, afirmam que são a única realidade e que nós nem mesmo existimos. Algumas proclamam ser detentoras exclusivas da verdade. Outras, fingindo modéstia,

dizem que a verdade é incognoscível e logo deve prevalecer a opinião da maioria — da *sua* maioria, é claro. Os inventores de tais entidades jamais se deram conta de um detalhe deprimente: o número delas é um desmentido cabal das pretensões de cada uma.

Para o cristão, não há a menor dúvida quanto à identidade dessas criaturas do abismo: cada uma delas é o “mundo”, é o velho jugo de Anás e Caifás, é a velha opinião coletiva que pretende novamente se interpor entre nós e nosso reino interior, seja para nos ditar a sua verdade, seja para proclamar nossa impotência de conhecer a verdade *tout court*.

Não é de espantar que servos desses cultos anti-humanos busquem ocupar todas as cátedras, todos os jornais, todas as estações de rádio e TV, para sufocar com seu falatório falsamente educado a voz da consciência individual. O “mundo”, afinal, é um dos tradicionais inimigos da alma.

O que espanta é que entre eles se encontrem dois tipos de pessoas que, por sua condição de ofício, deveriam buscar distância dessa gente: os intelectuais e os religiosos. Os primeiros, que vivem da liberdade de opinião, deveriam saber que é loucura professá-la quando se submete, ao mesmo tempo, o juízo da consciência individual à autoridade de uma tirania coletiva. Os segundos deveriam saber que não se pode servir a dois senhores.

De fato, quem precisa da liberdade de pensar se na prática não pode pensar senão para repetir o discurso do partido, da “comunidade acadêmica” ou do “intelectual coletivo”? E quem precisa de um Cristo

interior quando tem, para orientá-lo, o Espírito da História, encarnado nas comunidades eclesiais de base?

No entanto, hoje, é tão grande o escândalo que se levanta, é tão vasta a onda de indignação que se propaga quando um homem diz ter conhecido alguma verdade, por mais mínima e modesta que seja, que se diria que o Espírito Coletivo já não disputa mais o poder sobre as almas. Ele já as domina há tempos, já envelheceu no poder, já entrou naquela fase de intransigência louca dos tiranos esclerosados. Seu dogma já não admite a mais leve contradição. Quem provoca sua ira é instantaneamente condenado como “dono da verdade”. Sim, a verdade já não tem donos. Virou propriedade pública. Só o Estado tem o direito de proclamá-la ou negá-la.

Jornal da Tarde, São Paulo, 2 de outubro de 1997.

Totalitarismo cético

A humanidade, como se sabe, nunca faltam amigos e benfeitores. Eles brotam como cogumelos, cada um trazendo um remédio, um alívio, um consolo. É tanta bondade que até faz mal. A safra mais recente é a dos neo-relativistas e neocéticos, que professam libertar a espécie humana do seu mais temível inimigo: a verdade, ou mais propriamente a ambição de conhecê-la. A esta ambição eles denominam “dogmatismo”. No dogmatismo, asseguram, está a raiz de toda violência, de toda tirania, de toda infelicidade. Erradique-se do ser humano essa pretensão insensata, e todos viverão em paz num mundo de dúvidas alegremente indecidíveis.

As fontes que os inspiram são variadas. Alguns beberam em E. M. Cioran. Todo o mal do mundo, diz o autor de *Précis de décomposition* (Paris, 1949), vem do desejo de provar que uma idéia é melhor que outra. Uma vez admitido que todas as idéias se equivalem, ninguém mais fará ao seu próximo a violência de tentar persuadi-lo. “Que é a Queda, — pergunta ele — senão a busca de uma verdade e a certeza de tê-la encontrado?” Nessa “mistura indecente de banalidade e apocalipse” que é a História, “abundam as certezas:

suprimi-as, suprimi sobretudo suas conseqüências: tereis reconstituído o paraíso.”

Outros inscrevem-se na linhagem de Charles S. Peirce, fundador do pragmatismo. É o caso de Richard Rorty, segundo o qual, inexistindo para além das várias correntes filosóficas um tribunal capaz de arbitrar racionalmente suas divergências, todas as questões são indecidíveis. Logo, deve-se transferir o debate do campo da teoria para o da ação política, onde cada partido, desistindo de provar que tem razão, tentará honestamente induzir o outro, por meios irracionais e pela manipulação subliminar, a colaborar na sua própria sem-razão.

A conclusão similar chegamos ao ler *Veneno Pirrônico. Ensaio sobre o Ceticismo*, de Renato Lessa (Rio, Livraria Francisco Alves, 1997). Expondo de maneira criteriosa e fidedigna o conjunto de esquemas argumentativos que os cétricos, de Pirro a Bayle, criaram para provar a impossibilidade de provar o que quer que seja, o autor conclui que o velho ceticismo ainda tem um papel a cumprir no esforço mental mais característico dos tempos que correm: a *desconstrução* filosófica. A desconstrução, ao contrário da dialética aristotélica ou da crítica kantiana, não é mera operação preliminar de limpeza para a busca de uma verdade mais sólida: é finalidade em si, não tem outro ideal senão solapar toda pretensão à verdade, até o dia em que, cansados de interrogar, os homens se contentem em repousar na indiferença.

Não é o caso de refutar aqui os argumentos cétricos. São tão fracos que raíam a comicidade. O mais caracte-

rístico é aquele que nega o conhecimento pelos sentidos, alegando que um mesmo objeto aparece diferente a várias espécies animais (como se para afirmar isto não fosse preciso fundar-nos no conhecimento sensorial que temos dos animais). Há também aquele que nega a indução, alegando que na maioria das vezes ela falha (o que é precisamente uma indução).

O interessante é observar que relativistas e neocéticos crêem prestar um grande serviço à paz e à democracia mediante a supressão de toda arbitragem racional.

Pois a impossibilidade do julgamento racional não suprime a existência de opiniões, apenas faz com que cada partido se torne, a seus próprios olhos, o único juiz. Juiz de si mesmo e, *a fortiori*, juiz do adversário. Para cada um, o outro não é objetivamente errado nem certo, falso nem veraz: é apenas o inimigo, que não se trata de refutar em teoria, mas de vencer na prática.

É precisamente essa situação que define, segundo Carl Schmitt, teorizador do Estado nazista, a essência da política. Uma atividade é política, diz Schmitt, quando o que está em jogo nela não é o certo ou o errado, o verdadeiro ou o falso, o bom ou o mau, o belo ou o feio, o útil ou o nocivo: é simplesmente, “o nosso lado” e “o outro lado”: amigo *versus* inimigo. Quando esta oposição não tem um conteúdo que permita resolvê-la segundo algum desses outros pares, isto é, quando ela está acima de qualquer possibilidade de arbitragem racional, é aí que ela é mais puramente política. O político não precisa de certezas teóricas: precisa apenas de aliados.

A politização de todos os conflitos foi prevista e desejada pela primeira vez, que eu saiba, por Napoleão Bonaparte. Ela vem junto com a intromissão do Estado em todos os assuntos. No século XIX, a politização foi obstada pelo sucesso do liberal-capitalismo — que fazia da economia um recinto à parte, submetido apenas ao cálculo racional do lucro e do prejuízo. No século XX, o advento dos Estados totalitários impôs novamente a hegemonia do critério amigo-inimigo, deixando por saldo mais de cem milhões de mortos e a politização geral da vida. Neste fim de século, a queda do comunismo recoloca o problema: tendo politizado a cultura e a religião, os costumes e a educação, deixaremos que pelo menos a economia permaneça à margem da política, como uma ilha de racionalidade no meio da violência geral de amigos contra inimigos?

Até os adeptos mais radicais do totalitarismo hesitam, hoje, em dar esse último passo. Os neocéticos e relativistas, solapando a fé na possibilidade de toda arbitragem racional, ajudam essas criaturas a livrar-se de seu último resíduo de escrúpulos. Professando servir à democracia, são apóstolos inconscientes do totalitarismo.

Jornal da Tarde, São Paulo, 16 de outubro de 1997.

Compulsão irreprimível

O leitor que me desculpe, o *Jornal da Tarde* que me desculpe, mas hoje vou, descaradamente, usar deste precioso espaço para um desabafo pessoal. Se há uma coisa que me consterna, que me desencanta, que me prostra no solo sob o peso da mais vasta decepção com a humanidade, é alguém dizer que acha o meu estilo de escrever “demasiado agressivo”. Se eu fosse mesmo um sujeito agressivo, seria essa uma boa hora para demonstrá-lo, não literariamente mas fisicamente. Eu saltaria à goela do interlocutor para tentar lhe incutir, à força de tabefes, a diferença que meus pobres escritos não lograram fazê-lo sentir: a diferença entre humorismo e mau humor.

Mas nem isso faço. Vou para casa e pondero, com resignação filosófica, a decadência do jornalismo brasileiro após vinte anos de estupidez direitista e quinze de besteiro esquerdista, reduzido enfim a uma pasta verbal insossa, onde a menor reação pessoal, mesmo humorística, soa como um tiro num corredor de hospital.

Será agressivo, rir do que é engraçado? Mostrem-me, afinal, algum trecho de meus escritos, onde, inflamado de cólera, eu tenha sido gravemente infiel ao lema assim

traçado por Lima Barreto: “Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo”.

A única diferença, que talvez torne as minhas troças um tanto mais doloridas que as do comum dos mortais (donde a falsa impressão de serem inspiradas pela raiva), é que, precisamente, o tipo de humor que venho praticando não se baseia no exagero caricatural, na ênfase grotesca, mas na descrição exata e literal, que pode acabar soando cínica e um tanto carregada de brutalidade. Mas é a brutalidade da vida, transcrita sem exageros. E quanto mais fria e comedida a descrição, mais funda a impressão de incongruência cínica que brota espontaneamente da coisa descrita. Há de fato na vida mental ambiente coisas tão absurdas, que seu ridículo só pode ser escondido à força de muitos floreios e eufemismos: basta retirá-los e a platéia rola às gargalhadas. E eu é que sou brutal, só porque submeti essas coisas a um *strip tease* semântico, que elas, sufocadas sob tantas roupas de madame, estavam mesmo pedindo? Que culpa tenho eu se o gênero literário mais praticado pelos intelectuais deste país é o humorismo involuntário?

Pirandello conta de um personagem, Perazzetti, que era o desgosto dos amigos por seu vício de estourar de rir de súbito, sem motivo aparente. Todos achavam isso muito agressivo. Um dia, ele confessou que sofria de uma compulsão secreta: sempre que via um personagem importante e solene, sentia um violento, furioso, irreprimível impulso de imaginá-lo sentado na privada. Então não conseguia conter o riso.

Pois Perazzetti, meus amigos, sou eu. E, compreendam, não faço por mal. É irresistível. Não posso, por exemplo, contemplar aquela deputada a exigir solenemente que a chamem de “mulher pública”, ou o dr. Gianotti a provar a inexistência de massificação mediante o argumento de que seu motorista usa jaqueta Reebok, ou o prof. Rorty a ponderar que a mais alta missão da filosofia é a manipulação subliminar, ou o dr. Emir Sader a dar lições de economia a Lester Thurow, ou o prof. Daniel Aarão Reis a choramingar que o advento do capitalismo (e não o do comunismo!) fez um mal danado à cultura tradicional russa, sem me por a imaginar se, na solidão de suas instalações sanitárias, essas pessoas ainda acreditariam seriamente nessas coisas, ou se para crê-las precisam estar vestidas e aprumadas, perfumadas e maquiadas no desempenho de um papel profissional que consiste precisamente em dizê-las, no tom mais verossímil que possam, nas horas de expediente. Pois há idéias que um sujeito não pode carregar para a cama nem para o banheiro: não fazem parte do seu ser — na verdade não fazem parte do ser, *tout court* — e têm de ser penduradas na porta ou no cabide quando um homem, largando os artifícios cotidianos a que deve a sua subsistência social, volta a ser ele mesmo. Não deixam de ser uma espécie de filosofia, mas uma filosofia indumentária. Não consigo aliás tomar contato com ela sem reagir de maneira duplamente pirandelliana, pois não apenas a vejo com os olhos do personagem supracitado mas ainda me ocorrem, à guisa de comentário compulsivo, as palavras imortais do título da história: *Ma non è una cosa seria*.

Se existe alguma agressão em estourar de riso diante disso, é apenas a agressão dos fatos contra as palavras que os adornam. E, como dizia um velho samba, “podem me prender, podem me bater” — mas eu não vou parar de rir, ao menos enquanto for um bom pretexto para não começar a chorar diante da miséria intelectual dominante.

Jornal da Tarde, São Paulo, 30 de outubro de 1997.

Aprendendo a ler

Para orientar um leitor, é preciso, no mínimo, saber ler. D. Marisa Lajolo, biógrafa-apologista de Antonio Gramsci e autora de *A formação da leitura no Brasil* (Ática, 1997), pretende orientar algo mais que um leitor. Pretende inaugurar uma “política nacional de leitura”, orientar todos os leitores brasileiros. Ela deve ser portanto uma super-leitora, capaz de compreender por si e por nós.

Como exemplo de seu método hermenêutico, ela nos dá uma interpretação do romance de Graciliano Ramos, *São Bernardo*. Em contraste com Manuel Antônio de Almeida, que do alto de sua pretensa sabedoria de literato se fazia de narrador onisciente, dando autoritariamente ao leitor as informações necessárias para que compreendesse a história, Graciliano, igualitarista e progressista, teria feito de seu Paulo Honório um narrador-aprendiz, com que o leitor pode se identificar sem o risco de humilhações. Das *Memórias de um Sargento de Milícias* até *São Bernardo*, conclui D. Marisa, mudou muito, para melhor, o perfil do leitor brasileiro: à medida que baixava a crista dos autores, o leitor subia de nível e ganhava em sofisticação. Reconheçamos: é um *pogréço*. Se é também um progresso, vejamos.

1º Após escrever *São Bernardo*, Graciliano voltou à técnica do narrador onisciente em *Vidas Secas*, que, não obstante esse odioso retrocesso político, foi muito mais aplaudido pelo público e se tornou um emblema da luta pela reforma agrária.

2º A técnica narrativa de *São Bernardo* é muito peculiar. Para dar verossimilhança ao personagem, indivíduo brutal e sem estudo, Graciliano Ramos, narrador real, faz dele um narrador-ficcional que, na sua profunda inépcia literária, escreve... como Graciliano Ramos! O paradoxo, que salta aos olhos até do leitor desavisado, já foi matéria de polêmicas. Alguns críticos o apontaram como falha técnica. Outros, notando que uma falha não poderia ter dado tão bons resultados, viram ali uma astúcia genial: a pretensa incultura de Paulo Honório seria um fingimento, um ardil da falsa consciência do homem poderoso que se faz de humilde. Mas a explicação é outra. O narrador real, oculto, isto é, o próprio Graciliano, é a consciência moral latente do personagem amoral, que acontecimentos traumáticos fazem elevar-se progressivamente até o nível dessa consciência e desejar, então, confessar seus pecados; mas, quando começa a escrever a narrativa, o narrador-ficcional já está, necessariamente, no seu nível superior de consciência, e por isto se distancia criticamente do Paulo Honório narrado (ele mesmo, antes do despertar da consciência) e carrega nas tintas, exagerando caricaturalmente sua ignorância: daí que possa ao mesmo tempo escrever como um artista e ser mostrado a agir como um bronco. Mas D. Marisa nem percebe que existe ali um enigma, nem dá sinal de ter recebido, da vasta bi-

bibliografia publicada sobre o caso, algum aviso de que existisse. Lê mal o autor e desconhece sua fortuna crítica. Com um literalismo primário, toma a caracterização do narrador inculto por seu valor nominal e entende a caricatura como um retrato realista, sem perceber que com isto reduz a fina arte de Graciliano a um expediente barato destinado a paparicar o ego do leitor. Como se isto não bastasse, ela vai mais fundo no ridículo: aplaude o truque idiota, atribuindo-o a Graciliano, sem perceber que se aplaude a si mesma.

Não sei o que dizer da *política nacional de leitura*. Mas sugiro a D. Marisa uma *política pessoal de leitura*. Funda-se em duas regras. Primeira: não tentar dar explicações profundas para um fato literário antes de certificar-se de que ele aconteceu. Segunda: em caso de dúvida, consultar a bibliografia.

Quanto à “crescente sofisticação dos leitores”, que segundo D. Marisa é uma realidade histórica incontestável, observo apenas o seguinte: basta notar, nas crônicas de Machado de Assis, a massa de alusões literárias, filosóficas, mitológicas e históricas que eram compreendidas sem dificuldade pelo leitor comum, para concluir que, hoje, tal soma de erudição e finura, despendida num gênero popular como a crônica, passaria muito acima da cabeça do público, requereria, para fazer-se compreendida, igual massa de notas de rodapé, e enfim não seria lida de maneira alguma. Os leitores da época de Machado podiam não ser muitos. Mas liam bem melhor que D. Marisa.

Assombrações eqüídeas

Num artigo publicado outro dia na *Folha*, o sr. Otávio Frias Filho acusou-me de açoitar um cavalo morto: a ideologia esquerdista. Semimorta e exangue por toda parte, a infeliz criatura teria recebido de José Guilherme Merquior o golpe de misericórdia, já na década de 70, encontrando-se desde então inapelavelmente defunta. Aos discípulos do temível equinocida, entre os quais o sr. Frias me inclui, caberia agora a obrigação de prover aos antigos usuários da vítima uma nova força de tração para ajudá-los a puxar o carro da História, em vez de ficarmos a reencenar em vão os feitos mortíferos de nosso amado guru.

Pouco propenso a comover-me com dramas cavale- res, observo, em primeiro lugar e com a maior frieza, que a besta supostamente falecida relincha diariamente nas colunas do jornal do sr. Frias, com soberba indiferença ao atestado de óbito firmado pela autoridade aparentemente indiscutível do diretor da publicação. Não encontro outra explicação para este insólito estado de coisas senão a hipótese de que o dito animal, sendo marxista da linha Groucho, não lê jornais que aceitem seus artigos.

O que não se deve imaginar é que o próprio sr. Frias não leia o seu jornal e por isto ignore os nomes e as idéias de alguns de seus mais assíduos colaboradores. Ao contrário, se ele os denomina mortos, não é porque ignore que estão vivos, mas para dar a entender, precisamente, que são mortos-vivos — no que aliás acho que tem toda a razão.

Ora, as assombrações têm, sobre a imaginação humana, um poder maior que o de qualquer vivente. Sendo assim, não é de estranhar que a ideologia esquerdista, morta em toda parte como teoria, ressurgja como sugestão hipnótica no mais imaginativo dos países, e ali exerça com tanto mais força seu influxo fantasmático sobre a educação de crianças e adultos, o movimento editorial, a imprensa cultural e, *last not le-ast*, a política. Já observei, em *A Nova Era e a Revolução Cultural*, que, no descompasso crônico entre nossa vida mental e o relógio europeu, são justamente as teorias falecidas de ultramar que chegam aqui carregadas de maior potencial de expansão e acabam por adquirir, em terras do Novo Mundo que virou Terceiro, uma segunda vida que confirma o dito de Marx sobre a História que se repete como farsa. Em 1930, fizemos uma revolução inspirada no conceito positivista do Estado, do qual na Europa não se ouvia falar desde a eclosão da I Guerra Mundial. O espiritismo tornou-se entre nós quase uma religião nacional décadas depois de o prestígio de Allan Kardec e das irmãs Fox ter-se eclipsado no mundo. E foi justamente após o naufrágio do eurocomunismo que as doutrinas de Antonio Gramsci, que o inspiravam, adquiriram no Brasil maior força de

penetração, dominando hoje o pensamento nacional pelo menos nas áreas de educação básica e assistência social, tão decisivas, segundo esse ideólogo, para incutir nas crianças as sementes das futuras ambições revolucionárias.

É, pois, no mínimo imprudente dar por pressuposto que o marxismo, por ter morrido nos círculos intelectuais europeus, não esteja vivo na imaginação brasileira, e tanto mais carregado de prestígio irracional quanto mais desmoralizado intelectualmente no mundo.

E como existe uma diferença profunda entre combater idéias vivas e exorcizar seus fantasmas, tal é também a diferença, que o sr. Frias não viu, entre livros como *O Argumento Liberal* ou *A Natureza do Processo*, de José Guilherme Merquior, e os meus. Ali, tratava-se de debater doutrinas, de opor argumentos à teoria da mais-valia ou da luta de classes, de confrontar dois modelos de sociedade, duas noções do progresso histórico, dois conceitos da liberdade humana. Tudo isto está feito e bem feito. Repeti-lo seria, de fato, açoitar um cavalo morto.

Mas basta examinar os meus livros para verificar que ali não se encontra nada disso. Em parte alguma dei-me o trabalho de discutir a ideologia esquerdista enquanto tal, isto é, seus conteúdos explícitos. Só o que me interessou, sobretudo em *A Nova Era* e em *O Imbecil Coletivo*, foi sondar o imaginário e a psicologia das classes letradas, em parte para tentar explicar as causas de seu apego a idéias já amplamente refutadas, em parte para tentar curá-las desse apego. De todos os mitos da esquerda, ataquei um e apenas um, aquele que lhe era o

mais querido, aquele que podia sobrepairar ileso a todas as derrotas e prolongar indefinidamente a agonia do moribundo: o mito da sua superioridade intelectual. Permito-me crer que era o seu mito essencial. A soberba, afinal, é tudo quanto resta ao pecador impenitente que não quer aprender com a experiência de seus fracassos. Aí não resta alternativa, a quem pretenda ajudá-lo, senão arrancar-lhe impiedosamente esse último subterfúgio, obrigando-o a enxergar a temível realidade da sua miséria. Não se tratava, portanto, de polêmica ideológica, mas de um empreendimento de medicina intelectual — com tudo o que a medicina da alma pode comportar de ritual, exorcismo e pajelança.

Dessa diferença provêm duas outras: a do tom da mensagem e a da conseqüente reação do destinatário.

Merquior, intelectual de esquerda convertido ao liberalismo, discursava no tom de quem deseja converter seus pares. Conservava, no essencial, o tom e o vocabulário do debate acadêmico, apenas temperado, aqui e ali, com saborosas tiradas de humorismo popular. Falava aos intelectuais de esquerda numa linguagem que lhes era familiar e argumentava em favor de uma opção que não lhes era desconhecida. Era um adversário facilmente catalogável, que podia inspirar aos interlocutores, às vezes, uma certa irritação, mas nenhuma estranheza ou insegurança.

O Imbecil Coletivo, em contrapartida, fala aos intelectuais numa linguagem debochada que eles empregam com freqüência para falar dos outros, mas na qual jamais tinham ouvido falar *deles*. Busquei aí um efeito de espelho: como é que você, professor, cientista, homem

de letras, se sente ao ouvir falar de você no tom em que você fala de políticos e empresários, líderes sindicais e padres? É evidente, porém, que um efeito curativo não poderia ser obtido apenas mediante a imitação do tom e do vocabulário. Tomando os intelectuais como classe, voltei sobre eles, também, os instrumentos de análise ideológica com que eles costumam vasculhar o discurso alheio. O resultado foi um painel grotesco da estupidez humana, onde figurava como epítome da burrice universal justamente a classe que se arroga o poder de guiar intelectualmente a humanidade.

A reação inicial foi precisamente de estranheza e insegurança, seguidas de uma explosão de ódio irracional. Tudo isso fora meticulosamente calculado para fins terapêuticos. O psiquiatra húngaro Lipot Szondi — um de meus gurus — chamava a esse efeito *psicochoque*: após a descarga de ódio, vem a ressaca — uma depressão infame. Na solidão da sua miséria tão escandalosamente mostrada e tão histericamente negada, o paciente admite em segredo que mentiu para si mesmo e começa a pensar. É o princípio da cura.

Por isso permaneço insensível à cobrança do sr. Frias. O intelectual que não suporte bem a experiência prolongada da dúvida e do vazio, que necessite incondicionalmente preencher seu espaço interior com um corpo de crenças *prêt-à-porter* e uma explicação integral da história que lhe dêem um sentido de vida fácil e improblemático, esse não é de maneira alguma um intelectual, é um menino sonso carente de cuidados maternos. Não faltam organizações de massa dispostas a lhe prover esses cuidados e até a dar ao seu ego o considerável

reforço de um crachá de “intelectual”, tudo em troca de módicos serviços eleitorais e publicitários, informais e sem compromisso. Quanto a mim, prefiro abandonar esses meninos ao relento, famintos e desprovidos como nasceram, para que dessa dura experiência ascética emerjam um dia fortes e independentes, capazes de guiar-se pela sua própria inteligência em vez de confiar-se aos falsos consolos de uma retórica coletiva qualquer. O que faço com essas pessoas não é persuadi-las a abandonar um discurso partidário para seguir um outro, mas simplesmente mostrar-lhes que podem sobreviver sem nenhum. Podem, se é que são intelectuais de verdade. Se não são, então seu caminho de vida é outro: que abduquem já dos postos de liderança cultural que indevidamente ocuparam. Que se recolham ao seio de alguma igreja ou partido, na condição de humilde massa de manobra que é o que sempre foram. Se minha obra servir para mostrar a uns o caminho da independência e a outros a porta da rua, terá cumprido sua missão.

Mas se não posso nem quero dar a uns e a outros uma fórmula de mundo, posso lhes dar alguns temas inéditos de filosofia política, para que tenham alguma coisa nova e revigorante em que pensar durante os primeiros passos de sua convalescença. É o que farei, *data venia*, em artigos vindouros.

A verdadeira cultura negra

Quando ouço falar de “cultura negra”, saco do meu exemplar da *História da Inteligência Brasileira* de Wilson Martins e esfrego-o na cara do interlocutor:

— Cultura negra? Cultura negra para mim é o Aleijadinho, é Gonçalves Dias, é Machado de Assis, é Capistrano de Abreu, é Cruz e Souza, é Lima Barreto. Quer V. Sa. me explicar como esses negros e mulatos puderam subir tão alto, numa sociedade escravocrata, enquanto seus netos e bisnetos, desfrutando das liberdades republicanas, paparicados pela *intelligentzia* universitária, não conseguem hoje produzir senão samba, *funk* e macumba e ainda se gabam de suas desprezíveis criações como se fossem elevadíssima cultura³?

³ Um leitor a quem este artigo inspirou nada mais que “repugnância” (*sic*) respondeu que a cultura negra não era só carnaval, macumba e samba. Precisamente. Era o que eu estava dizendo e que o leitor teria percebido claramente se, em vez de curtir narcisisticamente suas cólicas estomacais, prestasse atenção ao que lê. Ela é também Cruz e Souza e os outros que citei. Quem a reduz a carnaval, macumba e samba são aqueles que, em nome da pureza ideológica e racial, rotulam esses escritores de “negros embranquecidos”. Depois dessa amputação, racista a mais não poder, que é que sobra na mão dessa gente? Terei ocasião de me

O interlocutor, aterrorizado ante a perspectiva de ter de raciocinar por uns minutos fora da área de segurança dos chavões estabelecidos, fica mudo. Então dou eu mesmo a resposta:

É que aqueles ilustres brasileiros não tinham bebido o veneno universitário norte-americano e conservavam seus cérebros em bom estado. Entendiam que suas remotas origens africanas tinham sido neutralizadas pela absorção na cultura Ocidental, que sua condição de raça era apenas um fato biológico sem significação cultural por si, que a cultura a que tinham se integrado não era branca mas universal, que era mais útil e mais honroso para o negro vencer individualmente no quadro da nova cultura mundial do que ficar choramingando coletivamente as saudades de culturas tribais extintas.

Ao afirmar-se como valores da cultura Ocidental, esses homens ainda prestaram a ela o mais relevante serviço: cobraram dela o compromisso universalista firmado na cruz do Calvário, libertando-a das amarras do falso compromisso, acidental e transitório, que ela firmara mais tarde com a raça branca. Elevando-se, elevaram-na.

Quem eram, afinal, ante os negros, os portadores dessa cultura? Eram portugueses — uma raça céltica, tardiamente cristianizada por invasores imperialistas. E de onde vinha a força dos portugueses? Vinha da desenvoltura, do otimismo, da pujança com que, em vez de cair no ressentimento saudosista, em vez de revoltar-

explicar mais sobre o assunto no livro que estou escrevendo sobre o caso da PUC-Rio (v. “Nota Prévia”).

se contra a perda de suas “raízes” locais e raciais, em vez de buscar falsos consolos no ódio aos colonizadores, souberam se integrar criativamente no mundo cristão e tornar-se, mais que seus porta-vozes, seus soldados e seus poetas.

Coisas análogas podem dizer-se dos franceses, dos ingleses, dos dinamarqueses, dos suecos e, enfim, de todos os povos europeus: todos abandonaram seus cultos primitivos para integrar-se na nova cultura. Transfigurados pela cultura universalizante que os absorveu, puderam por isto mesmo tornar-se nações grandes e poderosas, ganhando com a renúncia e recuperando sua identidade num plano mais alto. E de onde veio a tragédia cultural do povo alemão senão de sua cristianização imperfeita, de sua deficiente universalização, que, deixando à mostra as doloridas raízes da velha cultura bárbara, ocasionou a crise de regressão uterina que foi o nazismo? É precisamente por não ter-se libertado de seu apego a origens raciais e a cultos mitológicos que a Alemanha jamais alcançou, no mundo, o posto de liderança a que tão ardorosamente aspira: não há grandeza fora do senso de universalidade, que exclui por definição o apego atávico à comunidade de sangue. O destino da Alemanha é uma lição para os negros. E o anti-semitismo do sr. Louis Farrakhan não é, definitivamente, mera coincidência.

Se os portugueses, em vez de agir como agiram, tivessem dado ouvidos ao saudosismo rancoroso, apegando-se a cultos bárbaros e abominando o cristianismo como “religião dos dominadores”, teriam sido varridos do cenário histórico e hoje teriam de viver da

caridade dos museus de antropologia. A máxima expressão de sua cultura não seria Luís de Camões, mas alguma coisa como o sr. Pierre Verger.

E Portugal mesmo, mais tarde, ao abdicar da vocação universalista para cair no culto atávico do passado, saiu da História...

Os negros de gênio que se ocidentalizaram galhardamente, sem um gemido de rancor impotente, e que enriqueceram a cultura Ocidental com suas criações imortais, fizeram mais pelos seus irmãos — da sua e de todas as raças — do que os demagogos e palhaços que hoje querem não apenas escravizar os negros na adoração regressiva de cultos museológicos, mas africanizar todo o Brasil

Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 de novembro de 1997.

Experiência fatal

80 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

há pessoas para quem os números nada significam. Não distinguem entre um doente e uma epidemia, entre perder um dedo e os dez. A insensibilidade aos números indica inescrupulosidade e falta de senso das proporções. São essas pessoas que, afetando “desprezar por igual todas as tiranias”, obscurecem a diferença peculiar que torna o comunismo, entre todos os flagelos dos últimos cem anos, um fenômeno *sui generis*. Essa diferença é a seguinte: o comunismo matou mais gente do que duas guerras mundiais juntas, somadas a todas as ditaduras de direita e a todas as epidemias e terremotos do século. E a diferença que essa diferença faz é a seguinte: o comunismo foi a coisa mais mortífera que já aconteceu à humanidade desde o dilúvio.

Curiosamente, entre os que procuram reduzir essa diferença a um desprezível detalhe estatístico, destacam-se os marxistas — os adeptos daquela doutrina segundo a qual a quantidade, ultrapassado um certo ponto, se torna diferença qualitativa. Um marxista pode ser honesto ao pagar as contas ou ao respeitar a mulher do

vizinho. Intellectualmente, marxismo e honestidade se excluem.

A última moda entre essa gente, aliás, é ciscar no lixo da História para ver se sobrou, de oitenta anos de massacre, algum “ideal” que possa servir de pretexto elegante para começar tudo de novo. Isto vai além da desonestidade. Não é coisa digna de animal racional enxergar um fundo de bondade em tamanha miséria. Pelos frutos os conhecereis: *qualquer* ideal que aumente a esse ponto a população dos cemitérios é intrinsecamente mau.

A idéia mesma de salvar dos escombros as belas motivações que teriam inspirado o incendiário é de uma hipocrisia sem par. Não eram os marxistas mesmos que condenavam como “formalismo burguês” a separação de teoria e prática? Não nos ensinavam que a verdadeira natureza de um ideal não está nas belas palavras que o exaltam, mas na prática que o materializa? Se querem saber, portanto, a verdadeira natureza do socialismo, não atentem para o que ele diz, mas para o que ele fez.

Seria um erro, no entanto, desprezar como a meros saudosistas esses catadores de lixo. Eles não vasculham as cinzas em busca de troféus, mas de armas. Não estão de olho no passado, mas no futuro. Aqui nesta mesma página vocês lerão talvez as belas promessas de um jardim brasileiro onde as sementes do stalinismo darão frutos de amor e felicidade. Se a esquerda hoje finge cuspir no que ontem cultuou, é para fugir à sua responsabilidade moral e, com uma cara de pau que desafia toda compreensão histórica ou psiquiátrica, exigir do mundo um novo crédito de confiança, um novo cheque

em branco a ser debitado na conta dos que ainda não nasceram. E ao entrar na fila do caixa, a velha estelionatária, que ontem nos ensinou a redução de toda realidade à dimensão histórica, nos exhibe sorrindo o novo fiador de suas promessas: o puro ideal platônico, virgem de toda contaminação com o mundo da História, dos fatos e dos números.

Basta examinar, porém, o ideal socialista, para ver que, se suas manifestações são medonhas, sua essência pura é pior ainda. Ela consiste numa só coisa: absorver o poder econômico no poder político. A diferença que isso faz é temível. No capitalismo, o inimigo do Estado pode se abrigar por trás da fortuna privada — sua ou de um aliado. No Brasil de 1964, a esquerda em peso recorreu à bolsa dos simpatizantes ricos e fugiu para Paris. Num regime socialista, a bolsa pertenceria ao Estado. Iria o perseguido pedir ajuda financeira ao perseguidor? Isso é que é a sociedade sem classes: nela não há gradação de diferenças extrapolíticas para mediar e compensar o abismo entre senhores e servos do Estado.

Mas, perguntarão, e os intelectuais? Qual o seu destino no socialismo e no capitalismo? É simples: no capitalismo, ora se colocam sob a proteção do poder econômico para combater o poder político, ora fazem o contrário (como costuma acontecer no Brasil). No socialismo, não há poder econômico privado. Aos intelectuais só resta um caminho: tornar-se escravos do Estado, *kapos* de um campo de concentração cultural, capitães-do-mato a denunciar os desvios ideológicos dos escravos rebeldes.

O poder econômico privado é a vacina contra a tirania do Estado, assim como o Estado é a garantia contra os abusos do poder econômico privado. Eis então a essência do ideal socialista: a unificação do poder, a eliminação da dualidade que, hoje como sempre, é a única salvaguarda dos pequenos e dos fracos. Se até um rei tem de dividir para reinar, quanto mais necessário não será ao povo, para sobreviver, a separação dos dois poderes que o socialismo quer reunir num só?

Mas, ainda podem objetar, e se for um socialismo com liberdade? É o que hoje se promete. Mas não há liberdade sem limitação do poder, e um poder só pode ser limitado por *outro* poder. O problema é: *qual* outro poder? A velha divisão de Locke e Montesquieu, *Executivo-Legislativo-Judiciário*, é impotente para limitar o Estado, pela simples razão de que os três são o próprio Estado: quanto mais se limitam entre si, mais o Estado se afirma como o único poder, limitador e ilimitado. Um poder só pode ser limitado de maneira efetiva por *outro poder de natureza diferente, de origem diferente, irreduzível a uma raiz comum*. No capitalismo, o Estado *pode* ser limitado com eficácia pelo poder econômico privado precisamente porque os meios de adquirir fortuna nos negócios *não são os mesmos* com que se sobe na hierarquia de governo — na política, na burocracia, na carreira militar: é no hiato entre as duas classes poderosas que a liberdade encontra espaço para viver, falar e lutar.

A conclusão é fatal: quando todos os meios de adquirir poder forem politizados e estatizados, não haverá mais nenhuma limitação ao poder de Estado. No socia-

lismo, o poder é riqueza e não há riqueza fora do poder. Não há contradição da qual os desprivilegiados possam tirar proveito. Isto é assim em teoria e foi rigorosamente assim na prática — na URSS, em Cuba ou na China. Um regime só pode ser livre na medida em que não seja socialista, só pode ser socialista na medida em que elimine a liberdade. Se vai eliminá-la de maneira repentina e brutal como queria Lênin ou no estilo manhoso, imperceptível e vaselinado de Antonio Gramsci, a diferença é apenas de cronograma.

O defensor do “socialismo ideal” talvez apele ainda a um expediente desesperado. Pode-se fazer um socialismo, dirá ele, no qual nem tudo seja do Estado; um socialismo onde coexistam a burocracia estatal e os órgãos da sociedade civil, livremente constituídos. Muito bem. É lindo. Só que, pergunto eu: de que vão viver os órgãos da sociedade civil? Se viverem de verbas públicas, estarão à mercê do Estado. Se tiverem fortunas próprias, com liberdade para administrá-las, serão nada menos que empresas capitalistas. *Tertium non datur*: não há terceira alternativa.

O socialismo, se para alguma coisa serve, é só para acumular capital na marra e depois privatizá-lo a contragosto. Tem toda a brutalidade da acumulação primitiva descrita por Marx, sem o subsequente enriquecimento geral, que só começa quando o socialismo desiste de ser socialismo e abre o primeiro Mac Donald's. Eis o resumo e o ensinamento de oitenta anos de socialismo soviético.

Finalmente, há aqueles que, admitindo esses argumentos, ainda tentarão salvar algo da experiência sovié-

tica mediante o velho subterfúgio dos comodistas: “Mas nós *tínhamos* de passar por isso.” Tínhamos coisíssima nenhuma. A humanidade não está obrigada a passar por nenhum vexame fatalístico. A liberdade ontológica é uma condição da liberdade política. O homem que quer superar seus erros não deve atribuí-los covardemente a forças impessoais. Deve olhar de frente o pecado e confessar, no idioma do ex-presidente Jânio Quadros: — *Fi-lo porque qui-lo*. Isto é toda a moral e os profetas. O resto, infelizmente, não é silêncio: é conversa mole.

Jornal do Brasil (Caderno *Idéias*), Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1997.

Cinco profetas

No começo do século já estavam definidos os termos do problema: comunismo ou americanismo. Durante cem anos não conseguimos escapar disso. De um lado, a formidável concentração do poder do Estado, em nome da igualdade. De outro, a ilimitada liberdade para os ricos, em nome da liberdade para todos. Quando exposto com a devida simplicidade, o dilema não engana nem a uma criança: trata-se das duas mentiras mais formidáveis que a humanidade já inventou. E a suposta terceira via, que com os nomes de nazismo, fascismo, integralismo etc. iludiu uma parte do mundo durante três décadas, não passou de uma grotesca síntese de misérias, que, prometendo superar a contradição, resultava apenas em eliminar de um só golpe a igualdade e a liberdade, em nome de uma fraternidade de caserna.

Mas se olhamos com o devido recuo, vemos que a equação sinistra já estava montada desde muito antes: ela se delineia quando, na Assembléia dos Estados Gerais, o partido revolucionário se divide na Montanha e na Gironda — a inveja contra a cobiça — e acaba

caindo nos braços do militarismo napoleônico, antepassado do fascismo, personificação da ira.

O que mais espanta é verificar o quanto era previsível, a partir desse instante, o curso geral das coisas, e quanto os sábios, apalpando os pedaços do elefante, foram incapazes de se sair melhor do que os três cegos da fábula oriental.

Passados duzentos anos, o partido vencedor é aquele que, sem desistir de seu objetivo inicial — preservar a liberdade econômica —, melhor conseguiu absorver os discursos e as táticas dos adversários. O americanismo que hoje domina o mundo já não é o originário. Ele mudou muito. Ele absorveu e pôs a seu serviço, de um lado, o fermento ideológico do comunismo — o estímulo estatal a todas as ambições igualitárias, proxenetas e exploradas pelo poder central —; de outro, o forte espírito patrioteiro que sustenta, com tremendo respaldo militar, o mais expansivo dos imperialismos. É um erro definir os Estados Unidos como democracia liberal-capitalista: eles são uma síntese de economia liberal, burocracia socialista e militarismo fascista. Tal é, precisamente, a razão do seu sucesso.

Quem previu isso? A intelectualidade esquerdista é a que, orgulhosamente armada com seu método diagnóstico supostamente insuperável, foi parar mais longe do alvo. Até uns anos atrás, era líquido e certo, no consenso dessa gente, que o poder dos Estados Unidos estava para acabar, que o evento decisivo do século era o advento do socialismo, que o Terceiro Mundo se levantaria em massa contra o imperialismo ianque, que a decadência moral dos Estados Unidos era um prenú-

cio de sua decadência político-militar. Assim diziam Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, Sweezy e Baran, Marcuse e Régis Débray — todos aqueles luminares da ciência que líamos com devoção. Na década de 70, Simone de Beauvoir descrevia a “intelectualidade de direita” como um grupo de aristocratas encurralados pelo avanço avassalador da revolução proletária. Apenas cinco anos antes da queda do Muro de Berlim, os meios universitários e a imprensa cultural celebravam como o supra-sumo da ciência histórica o grosso tratado *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, de Paul Kennedy, que, utilizando um método engenhoso — a comparação entre PNB e orçamento militar —, profetizava a próxima queda do poderio americano, sufocado pelo crescimento canceroso do militarismo, e a ascensão da nova potência dominante: a União Soviética. O único ponto em que os esquerdistas acertaram foi o diagnóstico do irresistível advento das massas, da ampliação ilimitada do espírito de reivindicação igualitária — mas, se alguém lhes dissesse que esse fenômeno viria a beneficiar justamente o sistema ianque, eles lançariam um olhar de infinito desprezo ao apedeuta incapaz de captar as sutilezas da dialética histórica.

Os liberais — Ludwig von Mises, Friedrich Hayek — apontaram acertadamente a vitalidade inesgotável da economia capitalista, mas, limitados dentro da sua especialidade e incapazes de uma crítica cultural mais profunda, não atinaram com a perversidade intrínseca do Estado democrático norte-americano, que só retira a pata de cima da economia para melhor poder colocá-la

sobre tudo o mais — da educação à moral privada. Combatendo o economicismo marxista, caíram na esparrela economicista de acreditar que a liberdade econômica traz consigo todas as demais liberdades.

Quanto aos fascistas, se é lícito chamar assim a um homem tão peculiar quanto Julius Evola que foi o melhor deles, acertaram na mosca ao assinalar a identidade profunda de comunismo e americanismo; mas, por um lado, acreditavam piamente, desde a década de 30, na morte próxima dos Estados Unidos; por outro lado, não deixa de ser cômico que pretendessem restaurar o governo de uma elite mediante a constituição de milícias de arruaceiros recrutados no mais sórdido submundo.

Se perguntarmos quais entre os sábios dos últimos dois séculos previram que as coisas chegariam mais ou menos ao ponto em que estão hoje, só encontraremos cinco: Aléxis de Tocqueville, Jan Huizinga, José Ortega y Gasset, Bertrand de Jouvenel e René Guénon. Se há livros de mais de cinquenta anos de idade que ainda devemos ler para compreender o que se passa diante dos nossos olhos, são estes: *A Democracia na América* (1850), *A Rebelião das Massas* (1930), *Nas Sombras do Amanhã* (1935), *Do Poder: História Natural de seu Crescimento* (1945) e *O Reino da Quantidade e os Sinais dos Tempos* (também 1945).

Cinco acertadores, num jogo em que milhões apostaram. Não é o caso de pensar que o sustento dos intelectuais é um investimento muito caro para tão escasso proveito?

Também não é coincidência que esses cinco, longe de encarnar o típico intelectual universitário ou o agitador de idéias que se faz porta-voz de opiniões coletivas, fossem personagens isolados e marginalizados, incapazes de sentir a mínima afinidade com os grandes movimentos que empolgavam os homens de seu tempo. Trata-se, com efeito, de um aristocrata expellido da política, de um historiador que se sentia mais à vontade na Idade Média do que no século XX, de um filósofo sem cátedra que observava o curso da História desde um país que estava fora da História, de um universitário boicotado que virou jornalista e de um místico muçulmano que, horrorizado com o progresso do materialismo, escolheu o exílio voluntário no Cairo, onde morreu em digna pobreza, rezando e prevendo sempre o pior.

As coisas humanas têm, de fato, uma característica singular: tudo o que se diz delas não é nunca uma pura observação teórica como aquelas que fazemos da natureza indiferente e soberana, mas sim uma intervenção no curso dos fatos. Todas as teorias do Estado, por exemplo, são no fundo propostas para que se organize o Estado assim ou assado. O intelectual falante dificilmente resiste à tentação de moldar o mundo. Se esses cinco homens acertaram foi porque, rejeitados pelo mundo, puderam vê-lo de longe e falar sem a mais mínima ilusão de ser ouvidos.



Tocqueville, um personagem do *Ancien Régime* metido na agitação parlamentar moderna onde se sentia como um megatério num museu lotado de garotos de escola, sempre foi capaz de participar da política sem se envolver, guardando para si seus pensamentos mais íntimos, que registrava com liberdade em deliciosos *Souvenirs* conservados para publicação póstuma.

Observando os Estados Unidos com olhos de aristocrata, a coisa que ali mais lhe chamou a atenção foi justamente aquele traço cuja importância seria, depois, obscurecida pelo advento do comunismo: a ideologia da igualdade. A liberdade política e econômica, que os Estados Unidos de uma época posterior enfatizariam para fazer contraste com as promessas comunistas, apreciavam a Tocqueville como nada mais que a maquiagem de um igualitarismo radical — essência do americanismo. A realização desta essência implicava, fatalmente, o nivelamento de todas as diferenças, a negação de todos os valores, a perda de todo discernimento e, em última instância, a instauração de uma tirania em que a obtenção de pequenas vantagens materiais custaria a abdicação da própria dignidade humana.

A América de Tocqueville já era, por antecipação profética, a do aborto oficializado (1.500.000 por ano), a das feministas odientas que querem por na cadeia quem lhes dirija um galanteio, a dos sodomitas e sado-masoquistas que julgam e condenam investidos de autoridade sacerdotal. Para compreender como o proverbial inimigo da revolução proletária pôde vir a se tornar a meca dos esquerdistas do mundo, é preciso ler *A Democracia na América*.



O historiador holandês Jan Huizinga não apenas descreveu antecipadamente toda a ideologia que hoje nos domina, mas entendeu que ela era uma só por cima das diferenças secundárias entre americanismo, comunismo e fascismo. *Nas Sombras do Amanhã* destaca, em primeiro lugar, a rejeição de todo princípio intelectual superior — a destruição do conceito mesmo de “verdade”. É o que há em comum entre o pragmatismo americano, a redução marxista da inteligência à condição de serva da luta de classes, o irracionalismo fascista com seu culto do sangue e do instinto. Junto com a oposição de verdade e erro, cai também a diferença entre o bem e o mal. Daí a rejeição universal dos fundamentos do cristianismo e de todas as tradições espirituais, ora negadas ostensivamente, ora reduzidas a um adorno adocicado das reivindicações igualitárias, ora castradas pela enganosa proteção paternalista do estado leigo. Em lugar da verdade e do bem, a nova ideologia mundial exaltava a “ação”, com Georges Sorel, a *praxis*, com os marxistas, a “prática” com William James e John Dewey. A negação da autonomia da consciência seguia-se fatalmente, sob os auspícios da psicologia e da propaganda: na América a moda do dr. Freud com seu primado do inconsciente, na União Soviética o dr. Pavlov ensinando a programar homens como ratos de laboratório, no meio o dr. Goebbels treinando ratos inconscientes para proclamar que a mentira e a verdade se equivalem. O Estado, naturalmente, saía sempre ganhando: na América porque pragmaticamente se colo-

cava fora do domínio moral, na URSS porque encarnava o espírito da História que era superior a todo dever-ser, na Europa porque prometia a salvação contra o ataque conjunto do urso soviético e da águia americana. Para afirmar sua soberania, o Estado incentivava entre seus súditos o puerilismo que, a longo prazo, disseminou no mundo o fenômeno da adolescência prolongada. Aí, novamente, as três forças conspiravam para um mesmo fim: o capitalismo, com o culto do divertimento, o socialismo, com o apelo à aliança dos jovens contra a autoridade paterna, o fascismo, com a promessa de uma vida aventureira, entre canções e farras, que libertava os jovens de toda responsabilidade familiar em troca de alguns serviços ao Estado. E, para alimentar o estado de embriaguez permanente necessário a tantas loucuras, vinham as superstições, as pseudo-religiões.



A Rebelião das Massas, de José Ortega y Gasset, é um livro que até hoje pouca gente compreendeu. Intérpretes burros ou mal intencionados (incluo entre os primeiros o nosso Alceu Amoroso Lima e entre os segundos o historiador Arnold Hauser) mostraram-no como uma apologia da classe dominante contra a ascensão econômica dos trabalhadores. Mas a divisão de “elite” e “massas” não tem ali sentido econômico. Inspira-se nas doutrinas hindus (Ortega era leitor assíduo dos *Upanishads*) e delinea dois tipos humanos que hoje se distribuem por igual entre todas as classes econômicas: o homem do dever e o homem do prazer. A “rebelião das

massas” é simplesmente a revolta dos piores contra os melhores — a abdicação da dignidade humana em troca de lisonjas e pequenas vantagens, fenômeno comum ao consumismo capitalista, ao reivindicacionismo socialista e ao espírito de rebanho fascista. Ortega assinalou, com muita agudeza, que por trás desse fenômeno havia a ascensão de um poder central esmagador que, para neutralizar todos os poderes intermediários, fazia promessas lisonjeiras a qualquer nulidade que o apoiasse. Aos poucos, suprimia-se toda diferença qualitativa entre governantes e governados: a mediocridade das novas classes dirigentes, fosse nos Estados Unidos, na União Soviética ou nos países fascistas, não era uma coincidência — era a expressão de um novo tipo de poder, composto de um exército de arrivistas e inconseqüentes, incapazes de compreender o passado e, *a fortiori*, de prever o futuro.



Quem atinou com a causa, com o mecanismo íntimo desse processo foi Bertrand de Jouvenel. O mais profundo dos cientistas políticos franceses jamais teve chance no meio acadêmico de sua terra natal: vivendo no Exterior, como jornalista e assessor de organismos internacionais, alheio aos debates parisienses, desenvolveu a habilidade de olhar para onde ninguém estava olhando e descobriu nada menos que uma constante da história universal: a ascensão ilimitada do poder, a elitização crescente dos meios de governo por trás de todas as mudanças aparentemente democratizantes e li-

bertárias. Haja o que houver, o poder se fortalece, aumenta a distância de governantes e governados. Foi assim na passagem do feudalismo ao Estado monárquico, foi assim na Revolução Francesa e na Guerra Civil Americana, foi assim no comunismo, foi assim no nazismo e em decorrência da guerra mundial que o derubou, é assim na vida de hoje quando se constitui um governo mundial invisível e inacessível. A tese é demonstrada no clássico *Du Pouvoir* com exatidão irrefutável. Jamais foi, de fato, refutada. Era escandalosa demais para isso. Suscitou apenas, como era de se esperar, rosnados e silêncios. Quando vemos que, hoje, as grandes empresas se aliam a organismos internacionais e aos intelectuais ativistas para fomentar movimentos de reivindicação que, não podendo ser atendidos em escala nacional, requerem o apelo a um poder internacional que sai da brincadeira cada vez mais fortalecido, entendemos que Jovenel disse a verdade.



Chegamos enfim a René Guénon. Foi homem morbidamente indiferente à política, imerso em cogitações esotéricas que só buscavam uma coisa: o acesso ao conhecimento absoluto, a suprema realização espiritual do homem. Menos que isso, para ele, era bobagem. Mas ele sabia que, no mundo moderno, o buscador espiritual está totalmente deslocado e, se não é um homem de ferro como René Guénon, pode acabar maluco. Para essas pessoas, e só para elas, escreveu *O Reino da Quantidade*, na intenção de lhes dar uma idéia de onde estavam e de mostrar como lhes era conveniente per-

manecer à margem de um mundo condenado, onde escolher a solidão era ficar com a melhor parte, como fizera no Evangelho a jovem Maria irmã de Marta. Não por coincidência, o livro é daquele realismo temível e perturbador, de que só são capazes os homens que tomam distância e, da eternidade, contemplam a queda do mundo com uma piedade sem complacência. Não é leitura para qualquer um; deveria ser mesmo proibido a todos aqueles que, para conservar a sanidade, necessitam acreditar que o mundo vai melhorar. Pois Guénon, onde mexe, põe à mostra as origens do pior. Com cinco décadas de antecedência (na verdade mais, pois este livro apenas condensa idéias que ele já vinha expondo em trabalhos menores desde 1920), ele prevê o recrudescimento dos conflitos raciais, o avanço islâmico sobre a Europa, a supressão do papel-moeda e sua substituição por meios eletrônicos, a redução do catolicismo a uma ideologia progressista, o pansexualismo, a perda dos parâmetros de veracidade científica, a formação de um poder mundial baseado na propaganda e na manipulação das consciências, a volta das epidemias, a síntese de capitalismo e socialismo, a degradação do judaísmo, o surto de novas doenças mentais causado por experimentos psíquicos extravagantes, a profusão de novas seitas e da falsa espiritualidade, a ascensão do crime organizado e, enfim, quase tudo aquilo que constitui, hoje, matéria do noticiário cotidiano. Para chegar a essas conclusões, ele parte de princípios metafísicos aprendidos das doutrinas hindus e, por via de simples dedução, vai mostrando como todo esse rosário

de desgraças é o desdobramento natural e fatal das premissas em que se assenta o ciclo histórico vivido pela presente humanidade.

Sabendo de tudo isso, Guénon não era no entanto um homem amargo. Quem o conheceu atesta sua inesgotável doçura, paciência e generosidade. Para ser bom, ele não necessitava nutrir a ilusão de que o mundo o fosse também. Ter esperança na História era, a seus olhos, apenas uma forma de idolatria. Se ele podia descrever o curso catastrófico das coisas sem tremer nem revoltar-se, era porque sua esperança não estava no tempo, e sim na eternidade.

Veredas (Revista do Centro Cultural Banco do Brasil),
Ano 2, nº 23, Rio de Janeiro, novembro de 1997.

Mensagem aos sobreviventes

Como geralmente se entende por *educação superior* o simples treino para as profissões melhores, conclui-se, com acerto, que toda pessoa normal é apta a recebê-la e que, na seleção dos candidatos, qualquer elitismo é injusto, mesmo quando não resulte de uma discriminação intencional e sim apenas de uma desigual distribuição da sorte. Mas, se por essa expressão se designa a superação dos limites intelectuais do meio, o acesso a uma visão universal das coisas, a realização das mais altas qualidades espirituais humanas, então existe dentro de muitos postulantes um impedimento pessoal que, mais dia menos dia, terminará por excluí-los e por fazer com que a educação superior, no sentido forte e não administrativo do termo, continue a ser, de fato e de direito, um privilégio de poucos.

Esse impedimento, graças a Deus, não é de ordem econômica, social, étnica ou biológica. É um daqueles males humanos que, como o câncer e as brigas conjugais, se distribuem de maneira mais ou menos justa e equitativa entre classes, raças e sexos. É o único tipo de imperfeição que poderia, com justiça, ser invocado como fundamento de uma seleção elitista, mas que de

fato não precisa sê-lo, pois ele opera essa seleção por si, de maneira tão natural e espontânea que os excluídos não dão pela falta do que perderam e chegam mesmo a sentir-se bastante satisfeitos com o seu estado, reinando assim entre os poucos felizes e os muitos infelizes a mais perfeita harmonia, salvaguardada pela distância intransponível que os separa.

Que impedimento é esse, tão decisivo? Que defeito é esse, que afasta para sempre um ser humano dos ambiçionados privilégios de uma elite espiritual? Deficiência de proteínas? Baixo QI? Falta do hábito da leitura? Qualquer uma destas explicações nos devolveria às causas sociais, raciais e econômicas, que já excluí.

O fator a que me refiro não é material ou quantificável, pelo menos segundo métodos conhecidos. A sociologia ignora-o por completo e o IBGE não reconhece a sua existência. No entanto ele existe, tem nome e é conhecido há mais de dois milênios. A mente treinada reconhece sua presença de imediato, numa percepção intuitiva tão simples quanto a da diferença entre o dia e a noite.

Os gregos chamavam-no *apeirokalia* e consideravam que o indivíduo afetado por esta temível deficiência seria, na Academia platônica, no Liceu de Aristóteles ou no auditório de Plotino, apenas uma presença incômoda e constrangedora, para os outros e para ele mesmo.

Apeirokalia quer dizer simplesmente “falta de experiência das coisas mais belas”. Sob esse termo, entendia-se que o indivíduo que fosse privado, durante as etapas decisivas de sua formação, de certas experiências

interiores que despertassem nele a ânsia do belo, do bem e do verdadeiro, jamais poderia compreender as conversações dos sábios, por mais conhecimentos que adquirisse e por mais que fosse treinado nas letras e na retórica. Platão diria que esse homem é o eterno prisioneiro da caverna. Aristóteles, em linguagem mais técnica, dizia que os ritos de mistérios não têm por finalidade transmitir aos homens um ensinamento definido, mas deixar em suas almas *uma profunda impressão*. Quem conhece a importância decisiva que, na psicologia de Aristóteles, as impressões imaginativas têm como uma ponte entre os sentidos e as atividades superiores da inteligência, entende a gravidade extrema do que ele quer dizer: essas impressões profundas exercem na alma um impacto iluminante e estruturador. Na ausência delas, a inteligência fica patinando em falso sobre a multidão dos dados sensíveis, sem captar neles o nexo simbólico que dá por assim dizer carne e sangue às abstrações e impede que se dispersem num formalismo vazio, numa combinatória alucinante de silogismos vazios, num verbalismo pedante que traduz apenas a impotência de conhecer.

Mas é claro que as experiências interiores a que Aristóteles se refere não são fornecidas apenas pelos “ritos de mistérios” — uma categoria que se estende, naturalmente, à missa católica, aos ritos judaicos, à recitação canônica islâmica, etc. O teatro e a poesia — subentendendo-se: quando têm a retaguarda espiritual que tinham em Ésquilo e Sófocles — podem eventualmente abrir a alma a um influxo do alto. À música — a certas

músicas — não se pode negar o poder de gerar efeito semelhante. A simples contemplação da natureza, um acaso providencial, ou mesmo, nas almas sensíveis, certos estados muito especiais de arrebatamento amoroso, quando associados a um apelo à bondade e à conversão moral (lembrem-se de Raskolnikov diante de Sônia, em *Crime e Castigo*), podem colocar a alma numa espécie de êxtase que atenda aos requisitos formulados por Aristóteles e liberte um homem, para sempre, da caverna e da *apeirokalia*.

Porém, com mais probabilidade, as experiências mais intensas que um homem tenha tido ao longo de sua vida serão de natureza a desviá-lo do tipo de coisa que Aristóteles tem em vista, para jogá-lo numa espécie de *Ersatz*, num sucedâneo da qualidade de alma requerida para o acesso à compreensão das coisas mais altas. Pois o que caracteriza a impressão vivificante que o filósofo menciona, e cujo contrário o termo *apeirokalia* designa, é justamente a impossibilidade de separar, no seu conteúdo, a verdade, o bem e a beleza. De Platão a Duns Scot, não houve um só filósofo digno do nome que não proclamasse da maneira mais enfática a unidade desses três aspectos do Ser. E aí começa o problema: muitos homens não tiveram jamais alguma experiência interior, por mais maravilhosa e intensa que lhes parecesse, na qual o belo, o bem e o verdadeiro não aparecessem separados por abismos intransponíveis. Esses homens são vítimas da *apeirokalia*, e muitos universos espirituais lhes estão vedados para sempre.

Infelizmente, o número dessas vítimas parece destinado a crescer. Já em 1918, Max Weber assinalava,

como um dos traços proeminentes da época que nascia, a perda de unidade dos valores ético-religiosos, estéticos e cognitivos. O bem, o belo e a verdade afastavam-se velozmente, num movimento centrífugo, e em decorrência

“os valores mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais... Não é por acaso que hoje somente nos círculos menores e mais íntimos, em situações humanas pessoais, é que pulsa alguma coisa que corresponda ao pneuma profético, que nos tempos antigos varria as grandes comunidades como um incêndio”⁴.

As duas fortalezas do sublime, que Weber menciona, não demoraram a ceder: a vida mística, assediada pela maré de pseudo-esoterismo que se apropriou de sua linguagem e de seu prestígio, acabou por se recolher à marginalidade e ao silêncio para não se contaminar da tagarelice profana, e, no momento em que mais se fala dele, tornou-se mais inacessível, talvez, do que em qualquer outra época da história.

A intimidade, vasculhada pela TV e pelo cinema, violada pela intromissão do Estado, tornada objeto de exibicionismo histórico e de bisbilhotices sádicas, desprovida de sua linguagem pela exploração comercial e

⁴ Max Weber, “A ciência como vocação”, em *Ensaio de Sociologia*, org. H. H. Gerth e C. Wright Mills, trad. Waltensir Dutra, rev. por Fernando Henrique Cardoso, 5ª ed., Rio, Guanabara, 1982, p.182.

ideológica de todos os seus símbolos, simplesmente não existe mais. Dia a dia, as relações mais estreitas, de pai e filho, de esposo a esposa, de amigo a amigo e até de cada um consigo mesmo, tendem a regerar-se por este-reótipos da mídia: atrofiada a linguagem dos sentimentos, cada um visualiza o próximo pelos espelhos improvisados da moda, sem percepção direta.

Toda a literatura do século XX reflete esse estado de coisas: primeiro a “incomunicabilidade” dos egos, depois a supressão do próprio ego: a “dissolução do personagem”. Mas, desde Weber, muita água rolou. Nas proximidades do fim do milênio, o que se entende por *mística* é um cerebralismo de filólogos; e por *intimidade*, na melhor das hipóteses, o contato carnal entre desconhecidos, através de uma película de borracha. Os três valores supremos já não são apenas autônomos e estranhos uns aos outros, como Weber os via em seu tempo, mas antagônicos. O belo já não é alheio ao bem: é decididamente mau; o bem é decididamente hipócrita, pseudo-sentimental e tolo; a verdade é feia, estúpida e deprimente. A estética celebra os vampiros, a morte da alma, a crueldade, o macho que mete o braço até o cotovelo no ânus de outro macho. A ética reduz-se a um discurso acusatório de cada um contra seus desafetos, aliado à mais cínica auto-indulgência. A verdade, ao consenso arbitrário de uma comunidade acadêmica corrompida até à medula.

Nessas condições, é um verdadeiro milagre que um indivíduo possa escapar por instantes da redoma de chumbo da *apeirokalia*, e outro milagre que, ao retornar ao pesadelo que ele denomina “vida real”, esses instan-

tes não lhe pareçam apenas um sonho vão, digno de ser esquecido o mais depressa possível.

Não é de estranhar que, na maior parte dos habitantes desse mundo, e sobretudo nas classes superiores, certas capacidades inatas, intuitivas, que por milênios foram a posse comum de todos os seres humanos, se tenham atrofiado ao ponto de sua simples recordação parecer um sonho inatingível, aureolado do prestígio místico do irreal.

Mas nada proíbe um escritor de dirigir-se, em suas obras, aos sobreviventes do naufrágio espiritual do século XX, na esperança de que existam. Acossados pelo assédio conjunto da banalidade e da brutalidade, esses podem conservar ainda uma vaga suspeita de que em seus sonhos e esperanças mais ocultos há uma verdade mais certa do que em tudo quanto o mundo de hoje nos impõe com o rótulo de “realidade”, garantido pelo aval da comunidade acadêmica e da *Food and Drug Administration*.

É a tais pessoas que me dirijo exclusivamente.

Bravo!, Ano 1, nº 1, São Paulo, outubro de 1997.

A mensagem de Viktor Frankl

No dia 2 de setembro morreu, aos 92 anos, um dos homens realmente grandes deste século. Acabo de escrever isto e já tenho uma dúvida: não sei se o médico judeu austríaco Viktor Frankl pertenceu mesmo a este século. Pois ele só viveu para devolver aos homens o que o século XX lhes havia tomado — e não poderia fazê-lo se não fosse, numa época em que todos se orgulham de ser “homens do seu tempo”, alguém muito maior do que o século.

Viktor Emil Frankl, nascido em Viena em 26 de março de 1905, foi grande nas três dimensões em que se pode medir um homem por outro homem: a inteligência, a coragem, o amor ao próximo. Mas foi maior ainda naquela dimensão que só Deus pode medir: na fidelidade ao sentido da existência, à missão do ser humano sobre a Terra.

Homem de ciência, neurologista e psiquiatra, não foi o estudo que lhe revelou esse sentido. Foi a temível experiência do campo de concentração. Milhões passaram por essa experiência, mas Frankl não emergiu dela carregado de rancor e amargura. Saiu do inferno de Theresienstadt levando consigo a mais bela mensagem

de esperança que a ciência da alma deu aos homens deste século.

O que possibilitou esse milagre singular foi a confluência oportuna de uma decisão pessoal e dos fatos em torno. A decisão pessoal: Frankl entrou no campo firmemente determinado a conservar a integridade da sua alma, a não deixar que seu espírito fosse abatido pelos carrascos do seu corpo. Os fatos em torno: Frankl observou que, de todos os prisioneiros, os que melhor conservavam o autodomínio e a sanidade eram aqueles que tinham um forte senso de dever, de missão, de obrigação. A obrigação podia ser para com uma fé religiosa: o prisioneiro crente, com os olhos voltados para o julgamento divino, passava por cima das misérias do momento. Podia ser para com uma causa política, social, cultural: as humilhações e tormentos tornavam-se etapas no caminho da vitória. Podia ser, sobretudo, para com um ser humano individual, objeto de amor e cuidados: os que tinham parentes fora do campo eram mantidos vivos pela esperança do reencontro. Qualquer que fosse a missão a ser cumprida, ela transfigurava a situação, infundindo um sentido ao *nonsense* do presente. Esse senso de dever era a manifestação concreta do amor — o amor pelo qual um homem se liberta da sua prisão externa e interna, indo em direção àquilo que o torna maior que ele mesmo.

O sentido da vida, concluiu Frankl, era o segredo da força de alguns homens, enquanto outros, privados de uma razão para suportar o sofrimento exterior, eram acossados desde dentro por um tirano ainda mais pér-

fido que Hitler — o sentimento de viver uma futilidade absurda.

Frankl tinha três razões para viver: sua fé, sua vocação e a esperança de reencontrar a esposa. Ali onde tantos perderam tudo, Frankl reconquistou não somente a vida, mas algo maior que a vida. Após a libertação, reencontrou também a esposa⁵ e a profissão, como diretor do Hospital Policlínico de Viena.

Assim ele registra, no seu livro *Man's Search for Meaning*, uma das experiências interiores que o levaram à descoberta do sentido da vida:

“Um pensamento me traspassou: pela primeira vez em minha vida enxerguei a verdade tal como fora cantada por tantos poetas, proclamada como verdade derradeira por tantos pensadores. A verdade de que o amor é o derradeiro e mais alto objetivo a que o homem pode aspirar. Então captei o sentido do maior segredo que a poesia humana e o pensamento humano têm a transmitir: a salvação do homem é através do amor e no amor. Compreendi como um homem a quem nada foi deixado neste mundo pode ainda conhecer a bem-aventurança, ainda que seja apenas por um breve momento, na contemplação da sua bem-amada. Numa condição de profunda desolação, quando um homem não pode mais se expressar em ação positiva, quando sua única realização pode consistir em suportar seus sofrimentos da maneira correta — de uma maneira honrada —, em tal condição o homem pode, através da contempla-

⁵ Tremenda mancada do ilustre autor: a esposa de Frankl morreu no campo.

ção amorosa da imagem que ele traz de sua bem-amada, encontrar a plenitude. Pela primeira vez em minha vida, eu era capaz de compreender as palavras: ‘Os anjos estão imersos na perpétua contemplação de uma glória infinita.’”

Frankl transformou essa descoberta num conceito científico: o de *doenças noogénicas*. Noogénico quer dizer “proveniente do espírito”. Além das causas somáticas e psíquicas do sofrimento humano, era preciso reconhecer um sofrimento de origem propriamente espiritual, nascido da experiência do absurdo, da perda do sentido da vida: “O homem, dizia ele, pode suportar tudo, menos a falta de sentido.”

Das reflexões de Frankl sobre a experiência do absurdo nasceu um dos mais impressionantes sistemas de terapia criados no século dos psicólogos: a *logoterapia*, ou terapia do discurso — um conjunto de esquemas lógicos usados para desmontar os subterfúgios com que a mente doente procura eludir a questão decisiva: a busca do sentido.

Mas o sentido não teria o menor poder curativo se fosse apenas uma esperança inventada. A mente não poderia encontrar dentro de si a solução de seus males, pela simples razão de que o seu mal consiste em estar fechada dentro de si, sem abertura para o que lhe é superior. Em vez de criar um sentido, a mente tem de submeter-se a ele, uma vez encontrado. O sentido não tem de ser moldado pela mente, mas a mente pelo sentido. O sentido da vida, enfatiza Frankl, é uma realidade ontológica, não uma criação cultural. Frankl não

dá nenhuma prova filosófica desta afirmativa, mas o caminho mesmo da cura logoterapêutica fornece a cada paciente uma evidência inequívoca da objetividade do sentido da *sua* vida. O sentido da vida simplesmente existe: trata-se apenas de encontrá-lo.

Universal no seu valor, individual no seu conteúdo, o sentido da vida é encontrado mediante uma tenaz investigação na qual o paciente, com a ajuda do terapeuta, busca uma resposta à seguinte pergunta: *Que é que eu devo fazer e que não pode ser feito por ninguém, absolutamente ninguém exceto eu mesmo?* O dever imanente a cada vida surge então como uma imposição da estrutura mesma da existência humana. Nenhum homem inventa o sentido da sua vida: cada um é, por assim dizer, cercado e encurralado pelo sentido da própria vida. Este demarca e fixa num ponto determinado do espaço e do tempo o centro da sua realidade pessoal, de cuja visão emerge, límpido e inexorável, mas só visível desde dentro, o dever a cumprir.

Em vez de dissolver a individualidade humana nos seus elementos, mediante análises tediosas que arriscam perder-se em detalhes irrelevantes, a logoterapia busca consolidar e fixar o paciente, de imediato, no ponto central do seu ser, que é, e não por coincidência, também o ponto mais alto. Eis aí por que é inútil buscar provas teóricas do sentido da vida: ele não é uma máxima uniforme, válida para todos — é a obrigação imanente que cada um tem de transcender-se. Discutir o sentido da vida sem realizá-lo seria negá-lo; e, uma vez que começamos a realizá-lo, já não é preciso discuti-lo,

porque ele se impõe com uma evidência que até a mente mais cínica se envergonharia de negar.

A logoterapia tem uma imponente folha de sucessos clínicos. Porém mais significativa do que suas aplicações médicas talvez seja a função que ela desempenhou e desempenha — a missão que ela cumpre — no panorama da cultura moderna. Num século que tudo fez para deprimir o valor da consciência humana, para reduzi-la a um epifenômeno de causas sociais, biológicas, lingüísticas, etc., Frankl nadou na contracorrente e ninguém conseguiu detê-lo. Ninguém: nem os guardas do campo nem as hostes inumeráveis de seus antípodas intelectuais — os inimigos da consciência. Frankl apostou no sentido da vida e na força cognoscitiva da mente individual. Apostou nos dois azarões do páreo filosófico do século XX, desprezados por psicanalistas, marxistas, pragmatistas, semióticos, estruturalistas, desconstrucionistas — por todo o pomposo cortejo de cegos que guiam outros cegos para o abismo. Apostou e venceu. A teoria da logoterapia resistiu bravamente a todas as objeções, sua prática se impôs em inúmeros países como o único tratamento admissível para os casos numerosos em que a alma humana não é oprimida por fantasias infantis mas pela realidade da vida. Por isto mesmo a crítica cultural de Frankl, parte integrante de uma obra onde o médico e o pensador não se separam um momento sequer, tem um alcance mais profundo do que todas as suas concorrentes. Desde seu posto de observação privilegiado, ele pôde enxergar o que nenhum intelectual deste século quis ver: a aliança secreta entre a cultura materialista, progressista, democrática,

cientificista, e a barbárie nazista. Aliança, sim: seria apenas uma coincidência que o século mais empenhado em negar nas teorias a autonomia e o valor da consciência também fosse o mais empenhado em criar mecanismos para dirigi-la, oprimi-la e aniquilá-la na prática? Dirigindo-se a um público universitário norte-americano, Viktor Frankl pronunciou estas palavras onde a lucidez se alia a uma coragem intelectual fora do comum:

“Não foram apenas alguns ministérios de Berlim que inventaram as câmaras de gás de Maidanek, Auschwitz, Treblinka: elas foram preparadas nos escritórios e salas de aula de cientistas e filósofos niilistas, entre os quais se contavam e contam alguns pensadores anglo-saxônicos laureados com o Prêmio Nobel. É que, se a vida humana não passa do insignificante produto accidental de umas moléculas de proteína, pouco importa que um psicopata seja eliminado como inútil e que ao psicopata se acrescentem mais uns quantos povos inferiores: tudo isto não é senão raciocínio lógico e conseqüente.” (*Sêde de Sentido*, trad. Henrique Elfes, São Paulo, Quadrante, 1989, p. 45.)

Com declarações desse tipo, ele pegava pela goela os orgulhosos intelectuais denunciadores da barbárie e lhes devolvia seu discurso de acusação, desmascarando a futilidade suicida de teorias que não assumem a responsabilidade de suas conseqüências históricas. Pois o mal do mundo não vem só de baixo, das causas econômicas, políticas e militares que a aliança acadêmica do pedan-

tismo com o simplismo consagrou como explicações de tudo. Vem de cima, vem do espírito humano que aceita ou rejeita o sentido da vida e assim determina, às vezes com trágica inconseqüência, o destino das gerações futuras.

Frankl era judeu, como foram judeus alguns dos criadores daquelas doutrinas materialistas e desumanizantes que prepararam, involuntariamente, o caminho para Auschwitz e Treblinka. Se ele pôde ver o que eles não viram, foi porque permaneceu fiel à liberdade interior que é a velha mensagem do Sentido em busca do homem: “*SE ME ACEITAS, Israel, Eu sou o Teu Deus.*”

Bravo!, Ano 1, nº 2, São Paulo, novembro de 1997.

Estatais do pensamento

A imagem dos filósofos

Quando um padre é apanhado num hotel com uma mini-prostituta de treze anos, quando um oficial de alta patente é surpreendido de joelhos ante o membro viril de um soldado, quando um senador ou deputado é pego em flagrante delito de tráfico de tóxicos, já ninguém mais se surpreende. Acostumamo-nos à idéia de que a Igreja, as Forças Armadas, o Estado são estruturas impessoais, onde cabe toda sorte de gente — dos santos aos bandidos, passando pela horda inumerável dos indiferentes e medíocres.

Mas, quando é um filósofo quem se revela assassino, traficante ou corruptor de menores, as pessoas ainda sentem o choque do escândalo, igual ao que sentiriam, décadas atrás, se o personagem fosse prelado ou almirante. É que a filosofia, no entender do senso comum, não é um emprego, um cargo, uma ocupação como outra qualquer. Ela tem algo a mais, que a linguagem comum não expressa mas a consciência de cada um apreende, e que recobre os seus praticantes de uma aura de dignidade especial. Ela é um sacerdócio informal,

que, não obrigando o noviço a nenhum voto perante a autoridade exterior, nem lhe conferindo em recompensa o poder que a autoridade acaba por delegar aos servidores obedientes, não compromete o homem senão perante a sua própria consciência nem lhe dá outro prêmio, quando dá algum, senão a sabedoria. Ela é o sacerdócio leigo do homem livre — o sacerdócio mais alto que se pode conceber.

De tudo isso sabe o senso comum, e por isto mesmo sofre ao ver o filósofo metido na lama, que não lhe parece no entanto local totalmente impróprio aos poderosos deste mundo, sejam prelados, ministros ou almirantes.

Não estará porém a opinião comum um tanto desatualizada com o estado de coisas? Não estará ela projetando sobre os meros funcionários de talento que mediante concurso o Estado nomeou “filósofos” uma expectativa moral formada à imagem dos grandes filósofos do passado? E haverá entre estes e aqueles, realmente, algo mais que uma coincidência do termo que os designa? Não terá a filosofia perdido toda ligação originária com a sabedoria e descido ao nível de uma profissão como qualquer outra, onde cabem, mediante concurso, os heróis e os covardes, os santos e os corruptos, os mártires e os carrascos?

Saber e viver

A filosofia surgiu como um esforço de interiorização do conhecimento, uma ascese do espírito que, ao buscar a unidade do saber, buscava nela a sua própria uni-

dade e, nesta, a unidade de *saber, ser e agir*. Em todo o período grego, a interrogação sobre a alma, o bem e a conduta na vida não era um domínio separado das investigações físicas e ontológicas, mas formava com elas, na pessoa do filósofo, a síntese de conhecimento e vida. As escolas de filosofia não eram apenas centros de ensino e investigação científicos, mas escolas de sabedoria e, até certo ponto, sociedades iniciáticas. Não procuravam apenas transmitir a seus membros um certo conhecimento, mas educá-los numa certa maneira de viver que, para a consciência filosófica, era a maneira certa de viver.

Essa síntese permanece viva e atuante até o fim do mundo antigo, na escola estóica e no neoplatonismo. Na Idade Média, ganha ainda mais peso e consistência, graças à associação que se forma entre o estudo da filosofia e a prática da moral cristã. Levando às últimas conseqüências o ideal grego de cultivo da sabedoria, a filosofia medieval torna-se um caminho de santidade, realizando a máxima de Clemente de Alexandria: “A filosofia é o pedagogo que conduz a alma até o Cristo”. Concepção similar desenvolve-se no mundo islâmico, onde a filosofia se alia, na fraternidade de Basra e em outras escolas de mística, a práticas ascéticas destinadas a obter a máxima concentração da alma e torná-la plenamente dócil a evidências cada vez mais altas que lhe vão sendo reveladas pela intuição espiritual.

Mesmo diluído na onda de mundanismo e esteticismo que então se avoluma, esse ideal sobrevive no Renascimento: nem Descartes, nem Pascal, nem Male-

branche, nem Leibniz, nem Newton podiam conceber uma ciência que fosse desligada do autoconhecimento e do cultivo das virtudes.

A filosofia como emprego

Em contraste com essa concepção, que durou dois mil anos, a filosofia que se pratica no mundo desde o século XIX é uma profissão remunerada, geralmente exercida numa instituição estatal ou sob a fiscalização do Estado. Seu exercício requer do praticante apenas a posse de determinados conhecimentos, a obediência aos regulamentos administrativos e, *last not least*, um certo traquejo social ou habilidade política, que com muita freqüência se revela um fator mais decisivo que os dois anteriores. Toda ascese interior e busca da sabedoria não apenas se revelam dispensáveis, como também sua prática se torna extremamente dificultosa nas condições em que a nova profissão se exerce. A filosofia torna-se um emprego, um papel social, e a seleção dos candidatos nada exige em matéria de condições morais, espirituais ou psicológicas: desde que passe no concurso, um esquizofrênico, um farsante, um demagogo, um assassino ou um mentiroso compulsivo pode agora adornar-se do título que um dia significou “amante da sabedoria”. O filósofo é alguém que sabe e que sobretudo fala, mas que não tem a mais mínima obrigação de *ser*.

O risco de decadência moral, nessas condições, é considerável. Se Kant julgava ingênuo buscar respostas às questões metafísicas sem antes de fazer uma investigação preliminar sobre a possibilidade *teórica* do co-

nhecimento metafísico, mais ingênuo ainda é julgar que podemos chegar a bom resultado nesta investigação, ou na busca daquelas respostas, sem antes termos resolvido o problema *prático* de saber se nossa mente pessoal é idônea o bastante para tratar desses assuntos sem deformá-los à imagem e semelhança de sua própria insinceridade.

À medida, porém, que o mundo moderno se imbuía de todas as precauções kantianas contra a possibilidade de erros teóricos, ao mesmo tempo foi negligenciando cada vez mais as precauções mais elementares de ordem prática concernentes à qualificação moral e psicológica requerida para o exercício da filosofia.

Na escola platônica, o estudante não adormecia antes de repassar de memória todos os seus atos e pensamentos do dia, de modo a não esmorecer no seu empenho de autoconsciência; e na manhã seguinte, se aparecesse despenteado ou mal vestido, não era admitido em classe: a ordem no interior da alma devia refletir-se numa aparência física limpa e saudável.

Na Idade Média, a disciplina interior do aspirante a filósofo tornou-se ainda mais aperfeiçoada e exigente, com a adoção generalizada das práticas cristãs da *confissão*, do *exame de consciência* e do *discernimento dos espíritos*.

Desde o Renascimento, e cada vez mais à medida que o mundo Ocidental entrava na chamada “modernidade”, essas exigências foram se afrouxando, até o ponto de se aceitarem como filósofos, sem a menor reticência, malandros bem-falantes como Voltaire,

mentirosos patológicos como Rousseau, loucos perigosos como o Marquês de Sade e homicidas como Louis Althusser.

Uma das causas desse estado de coisas é que a filosofia universitária, tendo adotado os critérios padronizados de informação científica, incorporou, junto com eles, o modo de discussão e triagem consensual empregado nas “ciências humanas”. Isto é à primeira vista um progresso, mas tem por consequência levar o estudioso para cada vez mais longe da ascese interior e transformá-lo num trabalhador científico rotineiro, empregado numa atividade coletiva onde o que interessa é obter um resultado global no qual o nível de consciência e a perfeição da alma de cada participante não contam para absolutamente nada. Nessas circunstâncias, cada nova tese deve antes harmonizar-se com as exigências do meio acadêmico do que com as demais opiniões e atitudes do homem que a produziu. O pensador tem de prestar mais reverência ao superego universitário do que à sua própria consciência: pede-se que defenda bravamente suas opiniões, com primores de dialética e erudição se possível, mas não que acredite nelas sinceramente ou que as leve a sério fora do horário de expediente. E como a diversidade das perspectivas que se confrontam nos debates é geralmente grande, e bem extensa a lista de trabalhos anteriores sobre o mesmo assunto que é preciso levar em conta, cada estudioso, que tenha uma idéia nova, com mais probabilidade a dispersará em debates acadêmicos muito antes de ter a oportunidade, ou mesmo o desejo, de averiguar o que ela significa para ele mesmo e de tirar dela a menor

consequência para a conduta da sua vida. Forçado a amoldar sua idéia o quanto antes aos padrões do intercâmbio acadêmico, e jamais convidado a assumir por ela uma responsabilidade pessoal, o estudante de filosofia mal percebe o quanto isto arrisca transformá-lo com mais facilidade num amante da tagarelice do que num amante da sabedoria. Ganha-se assim em riqueza do debate geral o que cada participante perde em profundidade e seriedade de seu próprio compromisso filosófico: a comunidade acadêmica consolida dia após dia sua autoridade científica, enquanto os filósofos se tornam pessoas cada vez mais imaturas e inconseqüentes, cada vez mais necessitadas, portanto, de apoiar-se na autoridade do consenso acadêmico. Ao mesmo tempo, toda elaboração de problemas de consciência é relegada para o recinto fechado da clínica psicoterapêutica e psicanalítica, onde é tratada como assunto da “vida privada” sem a menor ligação com a educação superior e a busca do saber. Obtida assim a plena consagração da ruptura entre ciência e consciência, o rolo compressor que, a pretexto de rigor científico, esmaga todo senso de responsabilidade pessoal, torna-se um mecanismo infernal de auto-reprodução circular: uma vez caído na máquina, um homem não tem mais como conservar, se não sua independência de julgamento, ao menos a conexão profunda entre pensar e ser, entre suas opiniões filosóficas e as camadas mais profundas de sua vida interior. Em troca, recebe o direito de participar da construção do consenso, bem como o reconhecimento público de seu estatuto profissional, com todas as vanta-

gens materiais decorrentes. Se isto não é vender a alma, não sei o que seja.

É por perceber algo dessa atmosfera, mais que por encontrar dificuldades para dominar a terminologia técnica, que o homem comum não vê em geral nas discussões acadêmicas nada mais que tediosos e vãos litígios de pedantes.

O culto do “gênio”

Para aqueles que se sentem oprimidos nesse ambiente, mas não desejam abandoná-lo, há sempre o refúgio do esteticismo, da retórica e da filosofia literária, que são ali bem aceitos a título de complemento dialético ao ritualismo da racionalidade vigente. O que permite este fenômeno é que, perdendo a unidade de ciência e consciência que constituía a sua identidade específica, a filosofia, ao mesmo tempo que copiava o *modus operandi* das ciências especializadas, absorvia das artes e letras o modelo do “gênio”, compreendido como o indivíduo cujo talento especializado pode compensar, pela singularidade de suas criações, os piores defeitos de caráter, incluindo a inconsciência moral e a falta de senso do real, que no contexto antigo e medieval o incapacitariam no ato para o exercício da vida filosófica: sem um rosto próprio, reduzido a um híbrido de literato e cientista, o novo profissional pode agora correr entre o templo das Letras e o das Ciências, como um crente inseguro que busca, por via das dúvidas, a proteção alternada de dois deuses. Deste modo, se sua filosofia se reduz a um caleidoscópio de belas intuições

fragmentárias impossíveis de reduzir a um todo lógico e muito menos à coerência de uma ética pessoal, tanto mais valorizado será o pensador, porque ante a comunidade profissional ele simboliza a nostalgia da unidade perdida, da qual a confusão mesma da sua mente é, por assim dizer, a imagem caricatural e inversa: incapaz de alcançar a síntese de ciência e consciência, ele neutraliza ambas na névoa brilhante e multicolor da “genialidade”, em cuja contemplação quase mística o estudante encontra, como num entorpecente, o alívio factício que o desviará para sempre de toda tentação de buscar a unidade autêntica e, após o mergulho curativo nas águas lustrais do irracionalismo, o tornará apto a reintegrar-se como inofensivo burocrata na rotina alienante da vida acadêmica.

Se, quanto mais poderoso se torna o *establishment* filosófico, mais tendem a predominar nele as correntes de pensamento anti-espirituais, esquizofrênicas e alienantes, isto se deve grande parte à dinâmica mesma de um exercício profissional que exige do praticante a ruptura entre sua faculdade discursiva, desenvolvida até o paroxismo, e sua consciência íntima, que se cala ou se perde por lhe faltarem ali os mais elementares meios de expressão legítima. A inibição de dizer qualquer coisa que não tenha amplo respaldo na bibliografia existente, o temor de acreditar mais no que vê pessoalmente do que naquilo que afirma o discurso dominante, fazem com que o modo de pensar do pensador acadêmico se torne cada vez mais indireto e metalingüístico, até perder toda referência ao mundo da experiência comum e à

pessoa concreta de quem fala. E se, até certo ponto ao menos, Marx tinha razão ao dizer que o modo de existência social determina a forma da consciência, o modo de existência da classe acadêmica acaba por se transpor numa característica *Weltanschauung* gremial, em que a realidade aparece diminuída *sub specie academiae* e o ser humano reduzido a um fantoche *parlé par le langage*, exatamente como se cada membro da espécie *homo sapiens* fosse um acadêmico a defender numa assembléia científica, como um papagaio erudito, opiniões ante as quais sua consciência íntima permanece neutra e indiferente, se não totalmente cética. A expropriação da consciência em troca do discurso autorizado culmina no instante em que o discurso, elaborado até o requinte de provar a si mesmo que não pode ser veículo de nenhuma consciência, ergue a inconsciência falante ao nível de uma obrigação científica. E quando um dos autores de semelhante façanha intelectual, subido ao mais alto patamar da carreira, que é o estado de zumbi alucinado, decide tomar uma providência coerente e estoura os miolos, repentinamente a condição humana de seus devotos cultores, tanto tempo reprimida que já nem mais lembra o que pudesse ter sido um dia o velho senso das proporções, irrompe numa súbita efusão de sentimentalismo caricatural e histérico, proclamando, em todas as cátedras, revistas científicas e suplementos literários dos jornais, que o falecido se matou porque era bom demais para este mundo.

A filosofia, enfim, foi deixando de ser uma busca da sabedoria, que envolvia o homem inteiro, corpo, alma e espírito, numa preparação para a posse das mais altas

verdades, e se tornou uma mera habilidade especializada, como a de cantar, desenhar ou fazer rimas, completamente autônoma em relação à personalidade moral e à forma completa da “alma”. O filósofo tornou-se um “pensador” — um homem que tem o talento especial de produzir pensamentos interessantes. Como toda habilidade particular, essa pode ser cultivada como um território separado, perfeitamente compatível com todos os defeitos de personalidade, incluindo a repugnância pela verdade ou mesmo a total incapacidade para captar as evidências mais óbvias. Esta incapacidade, não raro, torna os pensamentos ainda mais interessantes, no sentido de exóticos e atraentes. Mas, mesmo quando não se chega a esse extremo, a mera insinceridade basta para conferir a muitos escritos filosóficos aquela aura de ambigüidade e mistério que rodeia de um prestígio mágico as obras dos poetas. A produção de idéias criativas tornou-se enfim uma espécie de “arte”, com seu círculo de aficionados, seus subsídios estatais, seu mercado e seu panteão de artistas fascinantes — em nada se distinguindo do ambiente das artes plásticas ou da música. E não espanta que, nesse ambiente de colorido mundanismo, o mal e a mentira acabem por prevalecer.

Bravo!, Ano 1, nº 3, São Paulo, dezembro de 1997.

Miséria da filosofia nacional

Diante desse quadro, o leitor imaginará talvez que nos países pobres, onde a filosofia universitária é incipiente e não alcançou um bom nível de organização profissional, a vocação filosófica no sentido antigo, o amor

à sabedoria, possa ter mais espaço para se expandir, ainda que não profissionalmente, sem ter de passar pelo rolo compressor. Infelizmente, isso não se realiza, por três motivos.

Primeiro. Quanto mais incipiente, mais a universidade estatal tende a ser ciumenta e monopolística: envolvida numa luta sem tréguas pela manutenção de seus benefícios corporativos (sempre excessivos para quem os paga, mesquinhos para quem os recebe), ela tende a ver o pensador de fora do grêmio como um intruso, um virtual inimigo da classe. Daí o culto fanático do “diploma”, uma exigência que em ambientes universitários mais desenvolvidos é muito mais branda e, nos casos de notório saber, inteiramente dispensável.

Segundo. A inexistência mesma de uma profissão filosófica organizada no padrão moderno faz com que este padrão se torne um ideal fervorosamente imitado. E esta, como toda imitação contínua, cai no exagero caricatural: o molde é tão valorizado que acaba por se tomar como a única encarnação possível da filosofia e por excluir do campo todas as expressões não-acadêmicas do pensamento filosófico que, nos países mais desenvolvidos, o academismo respeita e procura absorver. Nos ambientes letrados brasileiros, a palavra mesma “filosofia” já não evoca um universo de temas, de problemas ou de atos intelectuais, mas a carreira funcional correspondente. Quando alguém diz que se interessa por filosofia, não se entende que pensa em tais ou quais assuntos, nem que lê tais ou quais livros, mas que é ou pretende ser portador de um certificado, que ocupa ou pretende ocupar certo lugar na hierarquia

funcional. É a completa coisificação burocrática da filosofia, agravada ainda pelo hábito da “especialização”, copiado das ciências particulares (onde é requisito inteiramente legítimo), o que leva a filosofia a rebaixar-se ao estatuto de mera “ciência da filosofia”, pois, por definição, o conhecimento “especializado” de uma filosofia consiste em expô-la fielmente segundo os métodos da história e da filologia, e não em filosofar pessoalmente sobre ela, criando uma outra filosofia que, logicamente, não poderia ser classificada sob a mesma especialidade (no sentido em que não é na condição de especialista, mas de filósofo, que Heidegger interpreta Nietzsche ou Sto. Tomás comenta Aristóteles). Mas ao mesmo tempo esses costumes grotescos e aviltantes são, da parte do nosso miúdo *establishment* acadêmico, uma autodefesa compreensível: quanto mais insegura a consciência, mais repressivo o superego.

Terceiro. Para que poderosas vocações filosóficas se desenvolvessem à margem do academismo nascente seria necessário existir uma forte presença do elemento filosófico na cultura geral, na imprensa e no movimento livreiro, coisa que não existe. Se existisse, muitos homens cultos talvez pudessem retomar, em ligação direta e passando por cima do cerco acadêmico, o contato pessoal com antigas tradições sapienciais da filosofia, e reenxertá-las no diálogo cultural corrente, o que viria a beneficiar, a longo prazo, a própria cidadela acadêmica, fazendo circular dentro dela um pouco de ar puro. Mas essa condição não existe na nossa sociedade, e, exceto para o homem de gênio que pode buscar a conexão por

conta própria (é o caso de um Mário Ferreira dos Santos, por exemplo), o acesso a que me referi está bloqueado. Em resultado, o estudante, se da universidade recebe apenas a filosofia de tipo rolo compressor, não encontra, fora dela, senão minguadas oportunidades de adquirir conhecimento e desenvolver seus talentos; e, por falta de cultura, acaba por cair no mero dilettantismo — dando assim involuntariamente um reforço retroativo, falacioso mas verossímil, ao preconceito do academismo local contra toda pretensão de filosofar fora dele.

Mas o mais tristemente irônico de tudo é que, nesse ambiente filosófico de Terceiro Mundo, o estudante que, não tendo alternativa, se amolde às exigências da filosofia acadêmica, acaba por não obter, em troca da expropriação de sua consciência, nem mesmo as compensações que sacrifício idêntico lhe daria numa universidade da Europa ou dos Estados Unidos: perdendo sua alma, ele não ganha nem a oportunidade gratificante de dar uma contribuição substancial à formação do consenso filosófico internacional, nem a estabilidade financeira de um próspero cidadão de classe média, que a profissão universitária confere a seus praticantes na França ou nos Estados Unidos. Ao entrar na universidade, ele é um João-ninguém; ao sair, é um João-ninguém com diploma e sem alma. Não admira que viceje nos seus bofes tanto rancor contra o Estado que lhe arrancou tanto em troca de tão pouco. Nem que, incapaz de conscientizar sua situação pessoal exceto pelas vias de pensamento padronizadas que absorveu em sua formação acadêmica, o jovem bacharel em filosofia trate

logo de despejar seu rancor em algum empreendimento desconstrucionista, em alguma apologia esteticista da perversão ou em alguma teorização da violência revolucionária — os canais consagrados por onde a comunidade acadêmica escoia, numa linguagem cujo pedantismo a faz parecer educada, serena e superiormente científica, os mais baixos sentimentos de uma classe média frustrada e cheia de ódio.

17 de novembro de 1996 (Inédito).



Opção preferencial pela morte

A migos e leitores pedem-me, com freqüência, uma opinião sobre o aborto. Mas, dada a sua natural inclinação à economia de esforço, meu cérebro em geral se recusa a criar uma opinião sobre qualquer assunto, a não ser que seja forçado a fazê-lo por algum motivo convincente. Na maior parte dos casos, em vez de por-se logo a pesar os prós e contras do problema (ou, pior ainda, em vez de apostar de imediato no pró ou no contra), sua reação instintiva é apegar-se ferozmente ao direito natural de não pensar no caso. Mas a defesa mesma desse direito leva-o a perguntar-se por que afinal existe o maldito problema. Assim, o que era uma tentativa de não pensar acaba por se tornar uma investigação de fundamentos, isto é, o empreendimento mais filosófico que existe e a mais trabalhosa das operações mentais humanas. Este estranho fenômeno cerebral que se passa comigo tem duas conseqüências que podem ser de algum interesse para os curiosos. A primeira é que os futuros autores de biografias depreciativas ficam desde já informados de que me tornei filósofo por mera preguiça de pensar. A segunda é que, graduando os

assuntos pela escala de atenção que me pareciam merecer, acabei por desenvolver um agudo sentimento da diferença entre os problemas colocados pela fatalidade das coisas e os problemas que só existem porque determinadas pessoas querem que existam.

Ora, o problema do aborto pertence, com toda a evidência, a esta última espécie. A discussão pró ou contra o aborto provocado não surgiu de um diletantismo teórico, mas da reação de alguns seres humanos a uma decisão tomada por outros seres humanos. Mais ainda: o debate não teria ido muito longe se essa decisão permanecesse no plano das hipóteses, sem ser levada à prática. Logo, todo questionamento do aborto só existe porque a prática do aborto existe, e não ao contrário. Por outro lado, o aborto provocado pressupõe uma adesão moral do agente àquilo que decidiu. A conclusão a que isto nos leva é bem significativa: a decisão em favor do aborto é o pressuposto da existência do debate sobre o aborto. O aborto só entra em discussão depois que uma parcela significativa da população se decidiu em favor dele, seja para praticá-lo, seja para afirmar, antes e independentemente de qualquer discussão, o direito que outros teriam de fazê-lo. Mas o que é pressuposto de um debate não pode, ao mesmo tempo, ser a sua conclusão lógica. A opção em favor do aborto, sendo prévia a toda discussão, é irracional e inacessível a argumentos. O abortista é abortista por decisão livre, que prescinde de razões. A decisão pelo aborto é afirmação de uma liberdade que, se precisasse de razões, já não seria livre. Essa liberdade afirma-se diretamente

pelo ato que a realiza e que, multiplicado por milhões, se torna liberdade universalmente reconhecida.

Daí que o discurso em favor do aborto evite o mais possível as questões morais e se apegue ao terreno jurídico e político: ele não quer tanto a demonstração de um valor moral, quanto a criação de um *direito*, que pode, em tese, ser instaurado a despeito até mesmo da condenação moral do ato, condenação que, uma vez estatuído o direito, se recolherá ao âmbito estreito dos juízos de valor subjetivos (v. *Adendo*).

Com isso, porém, nada foi dito ainda quanto à natureza, ao conteúdo dessa decisão. É esse conteúdo que, em princípio, um debate pretende julgar. Nesse debate, os adversários do aborto alegam que o feto abortado é um ser humano, que matá-lo é um crime de homicídio como qualquer outro. Os partidários alegam que o feto é apenas um pedaço de carne, uma parte do corpo da mãe, que deve ter o direito de extirpá-lo à vontade. No presente *score* da contenda, nenhum dos lados conseguiu ainda persuadir o outro. Nem é razoável esperar que o consiga jamais, pois, não havendo na presente civilização um consenso ou sequer a esperança de um consenso razoável quanto ao que é ou não é a natureza humana, não existem premissas comuns que possam fundamentar uma prova cabal que nos diga se o feto é gente ou coisa, se extirpá-lo é um homicídio ou um gesto inocente como cortar uma unha ou lixar um calo. Se há um pinga de honestidade nos dois partidos, ambos devem reconhecer que, do ponto de vista da argumentação racional, estão empatados. Há cinquenta por

cento de probabilidade de que o aborto seja homicídio, cinquenta por cento de que não o seja.

Mas essa constatação transfigura, de imediato, todo o debate, fazendo-o passar do plano das razões absolutas para o da avaliação de riscos e vantagens. Já não se trata de saber quem está certo, em última instância, mas de fazer simples um cálculo de probabilidades. Passamos de uma discussão metafísica, insolúvel nas presentes condições da cultura ocidental, a uma simples equação matemática cuja resolução deve, em princípio, ser idêntica e igualmente probante para todos os seres capazes de compreendê-la. Essa equação formula-se assim: se há cinquenta por cento de probabilidades de que o feto seja humano e cinquenta por cento de probabilidades de que não o seja, apostar nesta última hipótese é, literalmente, e com toda a exatidão, *optar por um ato que tem cinquenta por cento de probabilidades de ser um homicídio*.

Com isso, a questão toda se esclarece mais do que poderia exigí-lo o mais refratário dos cérebros. Não havendo certeza absoluta da inumanidade do feto, extirpá-lo pressupõe uma decisão moral tomada no escuro. Podemos preservar a vida dessa criatura e descobrir mais tarde que não era um ser humano, que empenhamos em vão nossos altos sentimentos morais em defesa do que não passava, no fim das contas, de mera coisa. Mas podemos também decidir extirpar a coisa, correndo o risco de descobrir, tarde demais, que era um ser humano e que nos tornamos assassinos. No primeiro caso, reconheceremos que nos fizemos de bobos, que foram penas de amor perdidas, que nos indignamos

pela vida de uma unha, pelos direitos humanos de um joanete. E tudo terminará em risadas. No segundo caso, pesará sobre nós o arrependimento inútil e tardio de termos desencadeado, levianamente, uma onda mundial de homicídios, de termos extinguido, por uma aposta leviana, gerações e gerações de seres humanos. Entre a precaução talvez excessiva e a aposta temerária, cabe escolher? Qual de nós, armado de um revólver, se acreditaria moralmente autorizado a dispará-lo, se soubesse que tem cinquenta por cento de chances de acertar numa criatura inocente? Dito de outro modo: apostar na inumanidade do feto é jogar na cara-ou-coroa a sobrevivência ou morte de um ser humano.

Chegados a esse ponto do raciocínio, a investigação dos fundamentos do debate traz à luz, automaticamente, uma conclusão quanto ao seu conteúdo: todos os argumentos pró-aborto tornaram-se argumentos contra. Pois aí saímos do terreno do indecível e nos confrontamos com um consenso mundial firmemente estabelecido: nenhuma vantagem defensável ou indefensável, nenhum benefício real ou hipotético para terceiros pode justificar que a morte de um ser humano seja objeto de aposta, sobretudo de uma aposta arbitrária de meio-a-meio.

Mas, como vimos acima, a opção pró-aborto é prévia a toda discussão, sendo este o motivo pelo qual o abortista ressentido e denuncia como uma “violência repressiva” a simples iniciativa de argumentar contra o aborto. A decisão pró-aborto, sendo a pré-condição da existência do debate, não poderia buscar no debate se-

não a legitimação *ex post facto* de algo que já está decidido inabalavelmente com debate ou sem debate. O abortista não poderia ceder nem mesmo ante provas cabais da humanidade do feto, quanto mais ante meras avaliações de um risco moral. Ele estaria disposto a apostar tudo, mesmo com chances de zero por cento. Ele quer porque quer. Para ele, a morte dos fetos indesejados é uma questão de honra: trata-se de demonstrar, mediante um ato e não mediante argumentos, uma liberdade autofundante que prescinde de razões, um orgulho nietzscheano para o qual a menor objeção é já um constrangimento intolerável.

Creio descobrir, aí, a razão pela qual meu cérebro se recusava obstinadamente a pensar no assunto. Ele presentia obscuramente a inocuidade de todo argumento ante a afirmação brutal e irracional da pura *vontade de matar*. É claro que, em muitos abortistas, esta vontade permanece subconsciente, encoberta de um véu de racionalizações humanitárias que dão ao seu portador uma falsa boa-consciência. Mas é claro que também não adianta nada argumentar com pessoas capazes de mentir tão profundamente para si próprias: um certo grau de autoconsciência e de sinceridade para consigo é *conditio sine qua non* da persuasividade racional. E esta condição tanto mais falta quanto mais o auto-engano do homicida travestido em humanitarista é reforçado pelo aplauso universal da mídia e pela gritaria histérica de milhões de ativistas políticos.

Para o mal do abortista, argumentos são um fraco remédio. Ele precisa de uma cura interior, de uma *metanoia*, de uma redescoberta do sentido dos seus pró-

prios atos e palavras. Mas quantos, imersos na algazarra sangrenta e despersonalizante que sustenta suas falsas crenças, terão a coragem de buscar no silêncio interior um conhecimento que tudo em volta os induz a evitar?

21 de dezembro de 1997 (Inédito).

Adendo

É claro que a aparente neutralidade moral do legislador pode ocultar uma perversa estratégia abortista. Ao legalizar o aborto, o governo norte-americano fez questão de frisar que o reconhecimento de um direito não implicava a aprovação moral do ato correspondente, muito menos o estímulo à sua prática generalizada. Afirmou-se até que a legalização diminuiria o número de abortos — previsão oportunista que logo mostrou sua falsidade. Foi na administração Clinton que se revelou mais claramente o espírito que animava, no fundo, a campanha pró-aborto. Ao oferecer asilo político a todos os *gays* discriminados em seus países de origem, o governo norte-americano negou-se taxativamente a estender benefício semelhante às mulheres chinesas que sofressem perseguição por se recusarem a praticar aborto (que na China é obrigatório depois do primeiro filho). Negou-o também aos médicos que, por não desejarem se tornar aborteiros, eram condenados pelo governo chinês à morte por fuzilamento (muitos já foram executados).

Nessas decisões revela-se, da maneira mais patente, o critério moral, ou, mais propriamente, imoral, que orienta o governo Clinton no que diz respeito à concessão de asilo político: a libido homossexual é mais digna de proteção do que o amor materno, do que a consciência religiosa, do que a

ética dos médicos ou do que a simples recusa de matar um ser possivelmente humano. Eis aí o abortismo levado às suas últimas e inevitáveis conseqüências.

A adoção desse critério pelo governo da nação mais poderosa do mundo traz uma completa inversão de todos os valores que, até agora, eram os fundamentos da vida civilizada no Ocidente. A profundidade e a malignidade dessa revolução ainda escapam aos observadores desatentos e àqueles que não querem ver nada. Trata-se — nada mais, nada menos — de negar, em nome de grupos coeridos tão somente por interesses momentâneos ou até mesmo pelo mero princípio do prazer, todos os fundamentos morais e lógicos do direito, fazendo das leis a expressão direta e crua de desejos arbitrários das facções mais barulhentas e cínicas.

Bernanos dizia que a democracia não é o oposto da ditadura: é a sua causa. O festival de “direitos” barulhentemente exigidos por grupos de interesses e alegremente concedidos pelo Estado acabará produzindo, pelo efeito conjugado das obrigações correspondentes e das conseqüências globais mal previstas, a mais indestrutível das tiranias.

Cultura e poder

Uma pesquisa do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, condensada no *Atlas Eleitoral Brasileiro* que a revista *Comunicação e Política* lançou no último dia 17, traz informações preciosas sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Entre elas, a seguinte: nas últimas eleições presidenciais, Lula recebeu maciçamente os votos da parte mais rica e letrada do país, Collor e Fernando Henrique os das regiões atrasadas e populações incultas.

Não há aí grande novidade, para quem acompanha a vida nacional. Mas agora é “dado científico”, e a retórica esquerdista não hesitará em tirar dele a mais lisonjeira das conclusões: a esquerda é o Brasil moderno, culto; a direita, o país arcaico, o atraso e a ignorância.

Mas, demagogia à parte, há perguntas sérias e urgentes a fazer sobre a pesquisa. A principal nasce do paradoxo sugerido pela própria interpretação esquerdista dos resultados. Como pode a esquerda representar o “Brasil das luzes”, se ela está fora do governo há trinta anos e portanto não lhe cabe nenhum mérito pelos

progressos educacionais que possibilitaram o surgimento de um eleitorado mais culto?

Foi nas gestões de Castelo até FHC que o governo, responsável quase único pela educação no país, criou vagas para todas as crianças nas escolas, venceu o obstáculo do analfabetismo, eliminou o problema dos “excedentes” nas universidades, financiou o nascimento de uma poderosa indústria do livro didático, instalou a moderna rede de telecomunicações que hoje é o suporte indispensável da atividade educacional e, no plano econômico, reduziu de 60 para 27 por cento a faixa de miseráveis e desamparados na nossa população — os famosos trinta milhões de famintos, que sem isso seriam sessenta e tantos milhões. Como, por que, à luz de que lógica extragaláctica a formidável obra modernizante dos governos direitistas haveria de provar o arcaísmo da direita, a modernidade de uma esquerda que não ajudou em nada a produzir o Brasil moderno?

No entanto, é fato: quanto mais beneficiado pela direita, mais o eleitorado brasileiro se inclina à esquerda. Só que, em vez de provar a identidade de esquerda e modernismo, de direita e arcaísmo, esse fato só prova a extraordinária capacidade da esquerda de parasitar as realizações da direita.

Como ela fez isso? Nada mais simples: utilizou os canais abertos pela direita para escoar por eles as idéias e valores da esquerda. No campo da educação, a direita, já desde os governos militares, se ateve honestamente à missão de criar recursos, abrir escolas, qualificar professores, lutar contra o atraso e o analfabetismo. Seja por escrúpulos, seja por burrice, seja por acreditar no mito

reconfortante de que o progresso, por si, opõe um obstáculo invencível ao avanço do comunismo, ela não julgou que tivesse o direito de usar o sistema educacional como instrumento para inculcar nas novas gerações uma ideologia direitista. Com isso, criou no sistema um vácuo ideológico, que a esquerda soube ocupar mais que depressa. A única e tímida iniciativa de algum governo direitista para dar educação política através da rede pública de ensino foi a criação da disciplina de “Educação moral e cívica”. Nascida de uma sugestão das Forças Armadas, essa idéia foi aplicada de maneira tão morbidamente escrupulosa que terminou por favorecer a esquerda. Para começar, as autoridades federais nomearam, para escrever o manual oficial da disciplina, logo quem? Um padre que, nas horas vagas do ofício ritual, se notabilizara por sua dedicação ao santo mister de ensinar ideologia esquerdista. Em seguida, ocupado com a repressão às guerrilhas, o governo deixou ampla liberdade de ação à ala “pacífica” do movimento esquerdista, encabeçada pelo velho Partido Comunista de Luís Carlos Prestes e execrada pelos sequazes de Mari-ghela (entre os quais — gulp! — o autor destas linhas). Na época, o chamado Pecezão, ou Clube, não se ocupava somente de infiltrar-se, com sucesso, nas fileiras da oposição oficial, o MDB (quanto voto de cabresto não dei, porca miséria!). Dedicava-se também a uma séria revisão de sua estratégia, sobretudo à luz dos ensinamentos de Antonio Gramsci, trazidos à discussão partidária por iniciativa de Ênio Silveira com a ajuda de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Se até en-

tão o partido já tendia a uma linha de ação gradual e sorrateira, em oposição aos chutadores-de-paus-de-baraca liderados por Marighela, Gramsci o ensinou a ser ainda mais sutil e dissimulado: a baixar o seu centro de gravidade da superfície política do dia para o discreto porão onde se elaborava, na lenta sedimentação dos hábitos e valores do povo, a política do futuro. Antes de lutar pelo poder político imediato, ensinava Gramsci, era preciso conquistar a “hegemonia cultural”: o domínio do subconsciente popular, mediante uma injeção doutrinária gradual, homeopática e sem rótulo. Era preciso, em suma, infiltrar os militantes nos lugares mais discretos e profundos, desprezados pela antiquada estratégia leninista que só pensava em fábricas e quartéis: era preciso colocá-los nas escolas primárias, nos consultórios psicológicos e matrimoniais, nas revistas de moças, nas organizações de caridade e na assistência social oficial, nas novelas de rádio e TV, em tudo quanto fosse, na aparência, o mais apolítico e inocente possível, mas que tivesse influência sobre os sentimentos e a linguagem cotidiana das massas. Gramsci era um gênio da safadeza: percebeu que, a longo prazo, essa doutrinação discreta renderia mais dividendos que a ostensiva, fazendo com que, impregnado de imaginação esquerdista como de um gás onipresente, um povo acabasse por se tornar socialista sem o saber. Quase todos os canais usados para a distribuição desse gás foram abertos e financiados pelos governos direitistas que se abstiveram de lançar ali sua poção ideológica própria, deixando-os à disposição da esquerda. O PC, sob os olhos complacentes de um governo obcecado com ter-

roristas e auto-estradas, logo percebeu o maravilhoso mundo gramsciano que se descortinava aos seus olhos, custeado pela direita. A “Educação moral e cívica” foi só uma dentre as muitas vias oficiais por onde, livre de entraves, a beberagem esquerdista foi inoculada nos cérebros das novas gerações, que hoje formam, justamente, a “parte esclarecida do eleitorado”. Basta ler os insuspeitíssimos livros *Gramsci e a Escola* e *Gramsci na Assistência Social Brasileira* para ter uma idéia de quanto os esquerdistas, longe de escondê-lo, apregoam com orgulho o longo e bem sucedido esforço de parasitagem publicitária que, sem a mínima concorrência ou resistência direitista, realizaram na obra educacional e social criada por seus adversários. E basta uma espiada no *Atlas Eleitoral Brasileiro* para ver que o prêmio desse esforço enfim chegou, trazido pelo Papai Noel de 1997 em cerimônia de lançamento realizada — onde mais poderia ser? — na PUC do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, os intelectuais liberais continuam achando que tudo o que têm a fazer é argumentar, em revistas especializadas que só eles mesmos lêem, em favor da livre empresa e da tal “globalização” (coisa aliás ambígua e, sob certos aspectos, muito útil à esquerda). Com imediatismo e estreiteza mental comparáveis à dos governos militares, que só pensavam em guerrilhas e investimentos, os liberais só pensam em economia e tecnologia, enquanto gentilmente abandonam o *front* cultural à inteira disposição dos comunistas, já próximos de passar da “hegemonia” ao “poder” propriamente dito, um posto que, todo mundo sabe,

cles não têm o hábito de devolver nas eleições seguintes, sobretudo quando as perdem.

Segundo a sábia avaliação de Roberto Campos, o tempo médio que transcorre até que uma guerra cultural se traduza em ganhos políticos é de trinta anos. Foi assim nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde as vitórias da era Reagan-Thatcher foram preparadas com essa antecedência pelas batalhas intelectuais de Russel Kirk, Roger Scruton, Malcom Muggeridge e Paul Johnson, entre muitos outros. Supondo-se que seja possível gerar instantaneamente intelectuais liberais desse calibre, e supondo-se que entrem em ação no momento do nascimento, haverá então uma esperança de que os liberais brasileiros, perdendo para os comunistas em 1998, retornem ao poder em 2028. Até lá estarão todos mortos de morte natural, caso não sejam antes disso suprimidos do mapa eleitoral por um crescimento ainda maior do “eleitorado culto” ou varridos do mapa geográfico mediante a adoção oficial dos métodos pedagógicos de Pol-Pot.

Bravo!, São Paulo, dezembro de 1997.

Marxismo sólido e gasoso

Nos felizes tempos em que a esquerda seguia mais ou menos fielmente o marxismo-leninismo, os militantes eram induzidos a estudar esta doutrina nos grossos manuais da Academia de Ciências da URSS ou mesmo nos textos originais de Marx, Engels, Lênin e *tutti quanti*. A doutrinação explícita era parte essencial da formação dos revolucionários. Dotado assim de um vocabulário estável e de um corpo de conceitos e princípios, cada militante estava habilitado a perceber qual o ponto de divergência em cada discussão interna, a compreender ao menos por alto o estado geral da luta revolucionária e, *last not least*, a avaliar se pessoalmente concordava ou discordava, em mais ou em menos, com o rumo geral do movimento. Isso quer dizer que, embora as divergências fossem desestimuladas, reprimidas e castigadas numa escala que ia da simples advertência seguida de autocritica até o fuzilamento do dissidente, não havia para o militante nenhum obstáculo psicológico que tornasse as divergências impensáveis. Elas podiam ser pensadas e até manifestadas. Tudo que se exigia era que o dissidente não persistisse na sua discor-

dância depois de várias tentativas de reconduzi-lo à “linha justa” mediante uma argumentação razoável, fundada nas premissas do marxismo-leninismo, ou que não fosse tão longe, na teimosia, ao ponto de por em dúvida as premissas mesmas. E se por acaso ele chegasse a este ponto, não havia como escamotear, nem de si, nem dos outros, a constatação dolorosa de que já não era mais marxista. Numa atmosfera de adesão consciente a uma ortodoxia, o heterodoxo era obrigado, pelas circunstâncias, a tomar consciência de si mesmo. A pressão do ambiente podia reprimir nele a vontade de divergir, mas não chegava jamais ao ponto de hipnotizá-lo para que não confessasse sua divergência nem sequer a si mesmo. Oprimido e mesmo escravizado pela disciplina exterior, cada um conservava uma notável liberdade de pensar.

Desde que se dissolveu, com a hierarquia soviética, a unidade burocrática do movimento comunista internacional, muitos esquerdistas passaram a proclamar o novo estado de coisas – uma esquerda pluralista, sem unidade doutrinal – como se fosse o advento do reino da liberdade, depois de setenta anos de opressiva ortodoxia que ninguém, nas próprias hostes esquerdistas, agüentava mais. O que ninguém deu sinais de perceber, embora alguns o percebam com íntima e secreta satisfação, é que a recém-conquistada liberdade de falar não apenas veio desacompanhada das condições que criam a liberdade de pensar, como também o festejado pluralismo democrático é exercido de maneira calculada para debilitar, nos militantes, até mesmo o simples impulso de tomar consciência.

A esquerda trocou o controle ostensivo da opinião pelo controle do pensamento. Esta inovação tecnológica, que repete no microcosmo do movimento esquerdista a transformação similar ocorrida nas sociedades ricas onde a proliferação dos direitos se acompanha do crescimento inaudito dos meios de controle social, é sem dúvida o fato histórico mais relevante das últimas décadas, sobretudo no Brasil, um dos poucos lugares do mundo onde a esquerda revolucionária não perdeu empuxe com a queda do Muro de Berlim.

O que o demonstra é que, perdendo unidade doutrinária, a esquerda nada perdeu em coerência estratégica. O esfacelamento do discurso marxista-leninista não impede que, hoje, milhares de fragmentos de discursos formalmente divergentes possam acabar convergindo, aparentemente por mágica, mas na verdade por efeito de um sutilíssimo controle estratégico, na direção desejada por uma cúpula discreta, quase secreta.

É que o marxismo, hoje, não é apresentado como doutrina explícita, exigindo adesão formal e consciente. Ao contrário: dissemina-se de preferência por meios velados, através de novelas e filmes, aconselhamento psicológico e campanhas humanitárias, ensino primário e assistência social, implícito e diluído, vago e onipresente, de modo a impregnar-se no subconsciente popular sem poder ser jamais identificado, questionado e, conseqüentemente, impugnado pela razão. O marxismo mudou de estado. Era um bloco monolítico, tornou-se um “estado de espírito”. Era pedra, tornou-se gás. Já não oprime: apenas intoxica.

Não é preciso dizer que essa transformação não foi casual nem resultou da simples aglomeração involuntária de causas diversas. Resultou da maior revolução estratégica já ocorrida no movimento esquerdista: a passagem da estratégia leninista à estratégia gramsciana.

Já descrevi, com certo detalhe, o conjunto de mutações psicológicas sutis que levam a opinião pública a colaborar docilmente com os objetivos das esquerdas mediante a técnica da cenoura-de-burro: levando todos para a mesma direção enquanto cada um imagina estar indo para onde bem entende. Descrevi isso em *A Nova Era e a Revolução Cultural* e não pretendo me repetir. O essencial, nela, é que o marxismo não é uma doutrina para as multidões: é uma estratégia que tem de ser conhecida apenas de uma cúpula bem discreta, enquanto a multidão – e sobretudo a multidão dos pequenos intelectuais da universidade, da imprensa e do show business – curte as falsas alegrias de um aparente pluralismo doutrinal, imbuído da lisonjeira ilusão de quem está livre de dogmas conscientes está livre de todo comando e vai para aonde quer.

Os resultados da aplicação da nova estratégia estão bem no nosso nariz: a opinião pública, segura de estar livre de toda influência marxista, vê com insensibilidade ou até com vaga simpatia a formação nos soviets no campo, rejeita com irresponsável comodismo moral o uso da violência policial para conter a violência revolucionária, e, quando o sr. João Pedro Stedile prega o assalto sistemático e coletivo aos estabelecimentos bancários, ninguém parece ver nisso nada de mais sério do que um momentâneo descomedimento verbal. No en-

tanto é claro: o sr. Stedile partiu para a descarada apologia do crime. Não do crime ocasional, mas do crime permanente, legitimado por uma retórica revolucionária. Se, em vez de processar o sr. Stedile e de investigar quem são seus mandantes, apenas o censurarmos levemente por ter dito inconveniências em público, estaremos apenas colaborando com os objetivos de pessoas bem mais inteligentes que o Sr. Stedile; pessoas que, pretendendo chegar exatamente aonde ele disse que vai chegar, não diriam diante das câmeras o que ele disse, por julgarem que é cedo demais para revelar seus planos.

O sr. Stedile não merece que nos irrite com ele. Merece a nossa gratidão, por ser tolo o bastante para falar, quando outros preferem agir em silêncio. Haja o que houver, não teremos jamais de gemer sob o despótico governo revolucionário do Sr. Stedile; todo governo revolucionário, uma vez instalado, sabe se livrar dos apressadinhos que tiveram a duvidosa honra de servi-lo na condição de seus precursores verbais.

13 de dezembro de 1997 (Inédito).



Que é a esquerda?

Jamais alguém conseguiu dar uma definição adequada e objetiva de “esquerda”, pela simples razão de que todos os que o tentaram tomaram sempre esse termo como correlato da “direita”.

Esta oposição simétrica inspira-se na origem histórica dos termos, usados pela primeira vez na reunião dos Estados Gerais para designar as duas alas de parlamentares que dirigiriam suas reivindicações ao monarca, a esquerda solicitando a instauração de novos direitos, a direita a defesa dos direitos adquiridos e tradicionais.

Se algo há coisa óbvia neste mundo é que essa significação inicial pressupunha entre os dois extremos um termo médio, um ponto de equilíbrio de onde a disputa pudesse ser arbitrada por um juiz imparcial – o rei, tomado como personificação da nação inteira e, portanto, do todo capaz de julgar as partes com base num critério superior ao delas. E, se há algo que se destaca entre as manifestações da perversidade intelectual humana, é o fato de que essa dualidade, de início puramente formal e funcional, se preenchesse de conteúdo ideológico e se

afirmasse como critério universal de mapeamento das forças políticas justamente *depois* que a Revolução, matando o árbitro, apagou o ponto central desde o qual e somente desde o qual as duas alas podiam ser definidas objetivamente.

Desde então, a ala que suprimiu o árbitro se fez árbitro e medida da disputa: cabe a ela definir-se a si mesma, definir o adversário, definir a natureza e o campo da controvérsia, definir os critérios de julgamento e o conteúdo da sentença final. Ao outro lado cabe apenas arranjar-se, como possa, num quadro conceitual calculado e elaborado sob medida para o seu completo desconforto. Nesse quadro, as duas partes já não representam os vários segmentos de uma sociedade estável, imbuídos de reivindicações opostas mas todas, em princípio, legítimas e capazes de integrar-se na harmonia do todo mediante arranjos que a Assembléia se destina a elaborar e o rei a fazer cumprir. Ao contrário, se esse quadro formal é mantido, ele agora se reduz a uma aparência enganosa, pois a natureza do confronto foi radicalmente alterada: os discursos não buscam mais a superação dos conflitos mediante a absorção das partes num todo que as transcende, mas simplesmente a supressão de uma delas e sua absorção na adversária, que assumiu por decisão própria o papel e a autoridade do todo. É só para atenuar o escândalo da mutação que se conserva, aos olhos do público, o formalismo exterior de uma assembléia: na verdade, a Assembléia transformou-se em tribunal, onde uma das partes está sempre em julgamento, enquanto a outra acumula as fun-

ções do queixoso, do acusador, do juiz, do júri e do carrasco.

Compreende-se a ojeriza que a parte acusada sente pelo dualismo de esquerda-direita, falsa simetria destinada a mascarar a hegemonia do acusador. Mas compreende-se também seu empenho de manter o adversário atrelado ao cumprimento verdadeiro da promessa falsa, isto é, de forçá-lo a respeitar na prática o equilíbrio parlamentar do qual ele pretendia servir-se apenas como de um disfarce para a instauração do desequilíbrio oficializado, do Estado inquisitorial comunista. Onde quer que a esquerda consinta em se conformar sinceramente à regra parlamentar, ela perde sua virulência e acaba por ajudar a restabelecer, de algum modo, o sistema de arbitragem por um terceiro neutro, vigente nos Estados Gerais de Luís XVI. Não é de estranhar que este resultado só tenha sido alcançado de maneira estável nas monarquias – Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Bélgica, a Espanha pós-franquista, o Império Brasileiro. É só nesses países que o confronto direita-esquerda pode se desenvolver dentro de uma certa racionalidade, na medida em que o monarca, exercendo o papel que na versão tradicional brasileira recebeu o nome de “poder moderador”, demarca a um tempo a linha central que distingue os dois campos e a amplitude total do terreno em disputa, isto é, os limites para além dos quais ambos os partidos terão de transigir em proveito do todo e o conflito deverá ceder lugar à união nacional, como acontece, por exemplo, nos estados de guerra ou de calamidade pública. A direita republicana

buscou em vão imitar o equilíbrio da monarquia parlamentar mediante o expediente, puramente verbal, de colocar, em lugar do rei, o “povo”. Mas o “povo”, em primeiro lugar, só pode opinar em três circunstâncias: nas eleições, suficientemente distanciadas no tempo para permitir que nesse ínterim as facções atuem livres de toda fiscalização do poder moderador; nos plebiscitos, mais raros ainda e que não podem se tornar mais frequentes sem por em risco a estabilidade mesma do sistema que os possibilita; e nas sondagens de opinião pública, meramente conjecturais e facilmente manipuláveis em favor dos partidos. Em segundo lugar, a soberania do rei é direta e efetiva, enquanto a do povo é indireta e, paradoxalmente, só se exerce através dos que o governam, o que o coloca, na melhor das hipóteses, em posição idêntica à de um príncipe menor de idade que endossa por procuração as decisões que os procuradores o mandam endossar. Em terceiro lugar, longe de possuir a unidade autônoma de um poder neutro, ele mesmo é constantemente retalhado em facções pela ação dos partidos, não possuindo, fora da vida partidária que culmina nas eleições, nenhum terreno político onde afirmar-se como unidade. O povo, enfim, pode ser um moderador, mas só é um poder metaforicamente. Foi por isso mesmo que o Império Brasileiro pôde ter já no século passado uma vida parlamentar de alto nível, enquanto na grande República do Norte o Congresso afundava na corrupção mais descarada, que o povo sabiamente tomava como natural e inevitável naquelas circunstâncias (v. Aléxis de Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*).

Parece não haver, assim, senão três possibilidades: ou o esquema direita-esquerda recupera seu sentido originário, submetendo-se a um poder moderador que até hoje não se viu existir senão nas monarquias; ou ele se perverte em tribunal inquisitorial onde uma das partes se autoneomeia juiz (o que é uma invenção da esquerda, que a direita aprendeu a copiar); ou ele busca um equilíbrio precário através da manipulação que, dirigindo o povo, se diz dirigida por ele.

Se o esquema direita-esquerda deve prevalecer, parece portanto não haver maneira de torná-lo alguma coisa civilizada senão devolvendo-o ao terreno onde ele nasceu e que é o único em que ele pode fazer sentido: o terreno monárquico.

Porém, é cedo para saber se as coisas terão de ser definitivamente assim. O primado da monarquia não é absoluto, mas é relativo à subsistência do esquema direita-esquerda. Uma alternativa republicana consistente depende de que esse esquema possa ser, de algum modo, superado. Se não o foi até hoje, é porque, como foi dito no parágrafo inicial, todas as tentativas de definir os termos da equação foram viciadas por tomar como pressuposta ou a oposição simétrica, que justamente o desenrolar dos fatos veio a desequilibrar por completo, ou o direito que uma das partes tem de definir e julgar a outra sem ser por ela definida e julgada.

Não sei se o esquema referido poderá ser superado efetivamente, mas, para que se chegue a tanto é um preliminar indispensável encontrar-se uma fórmula objetiva pela qual a direita e a esquerda históricas possam

ser definidas segundo traços constantes, empiricamente constatáveis e, sobretudo, independentes dos estados de maior ou menor simetria em sua variação através dos tempos.

Ora, se é a esquerda que toma a iniciativa de definir, de demarcar direita e esquerda, é manifesto que esse mesmo impulso definidor e demarcador pode ser tomado justamente como um dos traços constantes que definem objetivamente a esquerda, independentemente do maior ou menor sucesso que ela obtenha em impor à sociedade as acepções esquerdistas dos termos em causa.

Mas é também evidente que, dada a mutação constante dos conteúdos explícitos dos sucessivos discursos esquerdistas (todo mundo sabe que nesse ponto o que hoje é esquerda será amanhã direita, e vice-versa), a definição objetiva deve se ater a caracteres formais constantes, ou seja, a delimitar as atitudes de espírito mais gerais que tornam possível à esquerda a adesão a este ou àquele discurso e programa concretos, sem porém determiná-los materialmente.

Tendo isso em vista, digo que a esquerda é, objetivamente, o conjunto das pessoas que em cada momento histórico acreditam que a simples adesão verbal a um projeto de futuro não apenas as isenta de toda responsabilidade pelo atual estado de coisas presumidamente insuportável, como também as qualifica para julgar e condenar aqueles que elas mesmas apontem como responsáveis.

A esquerda define-se assim, objetivamente, pelas seguintes crenças:

- 1) O presente, ainda que seja melhor do que o passado, é sempre intolerável, porque resulta do passado.
- 2) O estado de coisas tem autores e culpados que podem ser localizados e nomeados, coletiva e individualmente.
- 3) Um futuro hipotético pode ser juiz do presente.
- 4) Todos os que aderem à idéia desse futuro deixam de ser, *ipso facto*, autores e culpados do presente estado de coisas e se tornam juizes dele.

Nunca houve, no mundo, uma esquerda que não compartilhasse desses pressupostos gerais. Ser de esquerda consiste, em suma, em viver de um crédito moral que não pode jamais ser resgatado, de vez que, quando o futuro chega, tem de ser explicado como efeito do passado e automaticamente sua dívida é transferida à conta da “direita”, mesmo à custa de usar esta palavra para designar aqueles mesmos que ainda ontem eram a esquerda. O esquerdismo é o projeto de um mundo novo cuja construção sangrenta será sempre lançada aos débitos do mundo velho. Ele é, em essência e não por acidente, a abdicação de toda responsabilidade histórica, a opção por uma moral oleosa que, deslizando sempre em direção ao futuro, jamais corre o risco de estacionar onde lhe possam cair em cima as conseqüências de suas ações.

O exemplo mais flagrante disso é a facilidade com que a esquerda não apenas se isenta de toda culpa pelas

violências e crueldades do regime soviético, mas procura tirar delas algum lucro publicitário.

Durante décadas toda denúncia contra as violências e crimes dos regimes de esquerda foi condenada pela imprensa progressista e rotulada como “indústria do anti-comunismo” — um instrumento de propaganda a serviço do imperialismo capitalista. Agora, essa indústria tem novo dono: a esquerda.

Aqueles mesmos que até ontem acobertavam os horrores do regime soviético, agora que ele morreu são os primeiros a pesquisá-los, a documentá-los, a denunciá-los. Os autores do *Livro Negro do Comunismo* são explícitos: já que não podemos mais ocultar as chagas do passado, revelemos-las antes que a direita o faça. Na verdade o *Livro Negro* nada acrescenta de essencial; apenas dá uma certa precisão de detalhes àquelas mesmas denúncias da direita que a esquerda condenava como odiosas mentiras capitalistas.

Com isso os esquerdistas obtêm duas vantagens: (1) induzem um cândido mundo a acreditar que a esquerda mudou de natureza como um pé de alface que, por milagre, começasse a produzir jacas; (2) persuadem-se a si mesmos de que basta o criminoso acusar seu cúmplice para se ver livre de toda culpa pelo crime.

O esquerdismo não é uma ideologia. É um certo modo de percepção, que tem por base a mentira interior e por objetivo o alívio factício da própria consciência moral mediante a transferência de toda responsabilidade a outrem. É um fenômeno de psicopatologia coletiva cujas origens remontam à formação de uma nova intelectualidade no século XVIII; de uma intelec-

tualidade mundana e fútil, legiões de pseudo-sábios cuja entrada no cenário histórico, no papel de condutores da humanidade, inaugurou a era dos genocídios, do totalitarismo, das guerras mundiais, e que, quanto mais crimes cometem, mais presunçosamente se arrogam a suprema autoridade moral de julgar o mundo. “Mas não irão avante, porque se tornará manifesta a todos a sua loucura” (*Tim.* III:9).

16 de dezembro de 1997 (Inédito).

Eles se entendem

A SANTA ALIANÇA CONTRA A INTELIGÊNCIA

Nas décadas de 40 a 60, eram comuns os debates sobre “Para que serve a literatura?”. Em geral respondia-se que servia para “criar um mundo melhor”, o que significava, descontados os eufemismos, estender sobre todo o planeta o domínio soviético. Tanto se abusou do expediente que ele acabou por dar náuseas até mesmo ao seu principal beneficiário – a *intelligentzia* esquerdista. Hoje o tema está fora de moda: sem discussões, dá-se por pressuposto que a literatura serve para o sustento dos que a praticam e que não seria lícito esperar dela nada mais – exceto, naturalmente, o lucro dos que a comercializam. Crenças análogas vigoram para a música, as artes plásticas, etc.

Foi assim que os antigos apóstolos da literatura revolucionária se transfiguraram em apologistas da literatura comercial. A diferença entre Dostoiévski e Paulo Coelho tornou-se uma avaliação subjetiva que não deve pesar no consenso público. A literatura tornou-se “uma profissão como qualquer outra” – expressão que se

aplica por igual, e com idêntica tranqüilidade, ao sacerdócio e à prostituição. Não havendo entre dois praticantes do mesmo ofício outra diferença reconhecível senão a do seu valor de mercado, e sendo ilícito coagir o mercado mediante a imposição de critérios estranhos, todo discernimento de valores não compartilhado pela massa dos consumidores torna-se apenas uma subcultura de minorias – de uma minoria que tem o direito de se imaginar aristocrática, mas não o de tentar fazer com que sua superioridade seja reconhecida pelo consenso. Cada um de nós tem o direito de dizer com seus botões que Dostoiévski é melhor que Paulo Coelho, mas não o de pretender que as escolas ensinem isso a todos.

Mas o nivelamento por baixo não é só um efeito da vitória do mercado. Ele é também uma exigência política, defendida com feroz entusiasmo por aqueles mesmos que se dizem, por outro lado, inimigos mortais da economia de mercado: os intelectuais esquerdistas. Ninguém, mais que eles, lutou para que todas as diferenças de valor fossem reduzidas a meras criações históricas, relativas a um tempo e revogáveis noutro tempo. A suspensão dos juízos de valor, de início um expediente apenas metodológico da “ciência burguesa”, tornou-se, na mente dos progressistas, um mandamento incondicional e absoluto, a tradução de um dogma concernente à natureza das coisas. A limitação de um método de conhecer tornou-se uma proibição explícita de que exista alguma coisa fora do que o método conhece. Da precaução metodológica de Weber até o “historicismo absoluto” de Antonio Gramsci, muita água rolou. Para Gramsci, tudo o que se diga ou

se pense é apenas expressão ideológica, subjetivamente coletiva, de uma etapa da história da luta de classes. Não se deve perguntar se uma proposição qualquer $a = b$ é verdadeira ou falsa, mas apenas se ajuda ou atrapalha a estratégia revolucionária. O historicismo absoluto é um quase um relativismo absoluto, onde tudo é incerto, exceto a vontade política do “novo Príncipe”: o Partido, a elite intelectual que guia genialmente as massas.

Ora, o principal beneficiário desse critério relativista é o próprio relativismo – arma poderosa para a destruição da cultura tradicional, um dos pilares, segundo Gramsci, do poderio burguês. Nas últimas décadas, a ascensão do relativismo veio de braços dados com os movimentos de “minorias”, cada qual imbuída do dogma de que, não havendo argumentação objetivamente probante na esfera dos valores, os hábitos do seu grêmio, as crenças de pequenas culturas tribais extintas e até as preferências sexuais de determinados grupos têm de valer tanto quanto os princípios milenares do judaísmo ou do cristianismo. E, na medida em que a voz das minorias somadas acaba por se impor à maioria, tanto mais se impõe como auto-evidente o princípio gramsciano (aliás indiscernível de seu correspondente goebbelsiano) de que a única prova de uma assertiva é o poder acumulado por aqueles que a afirmam. Se a comunidade dos ouvintes de Pixinguinha acumula maior poder que a dos amantes de Bach, Pixinguinha torna-se automaticamente superior a Bach.

Mas essa doutrina, transferindo para a prática política a resolução de todas as questões teóricas, não poderia ter vencido só por meio da argumentação teórica. A estratégia gramsciana determina que os intelectuais ativistas procurem ocupar todas as vagas na administração estatal, nos meios de comunicação, no sistema educacional, de onde podem facilmente impor suas crenças mediante a repetição generalizada de frases feitas, que, brotando desde vários lados sem nenhuma premeditação aparente, acabam por se impor como se fossem um consenso natural e espontâneo.

À medida mesma que deixava de ser mera abstinência de juízos de valor para se tornar apologia do inferior e repressão explícita a toda pretensão de superioridade, o relativismo também se consolidava como força política gigantesca e esmagadora, diante da qual toda argumentação é um protesto impotente da alma solitária que se volta, a um tempo, contra as massas, contra a *intelligentzia*, contra o mercado e contra o Estado.

Esta união de todas as forças contra a cultura superior é talvez o fenômeno mais significativo e mais alarmante da nossa época. Mais significativo, por sua abrangência: o mundo todo está ficando assim, e não só este ou aquele país, se bem que nos países sem retaguarda cultural tradicional, como o Brasil, ele se afirma com uma brutalidade mais assustadora. Alarmante, por sua radical incompatibilidade com as exigências mínimas da razão e pelo fato de que sua extensão a todos os quadrantes da Terra representa nada menos que a instauração de uma civilização mundial baseada na mentira

e na tolice em proporções jamais alcançadas por qualquer das civilizações locais que a antecederam.

Nesse novo quadro, as exigências mínimas de coerência, inteligibilidade, sinceridade e honradez cedem lugar aos arranjos oportunistas mais grosseiros e estapafúrdios, que se tornam não apenas crença pública, mas dogma “científico” das instituições de alta cultura. A facilidade com que, em nome de Gramsci e de “direitos de minorias”, os adversários do mercado se adaptam alegremente ao império absoluto do critério mercadológico na esfera da cultura, o descaramento autocomplacente com que, de outro lado, os apologistas da democracia liberal apóiam e financiam os movimentos culturais da esquerda radical, sob o pretexto de que o mercado assim o requer, – tudo isto mostra que, nos dias que correm, as alegações ideológicas de parte a parte não passam em geral de um verniz destinado a encobrir uma mesma mentira fundamental. A *intelligentzia* esquerdista discursa contra o mercado, mas precisa dele como do ar que respira; os senhores do mercado discursam contra a *intelligentzia* esquerdista, mas estariam fritos se, de um momento para outro, se vissem desprovidos da carapaça relativista que ela criou para pô-los a salvo de toda crítica moral.

Discursem em favor do Estado assistencial ou da economia liberal, uma coisa é certa: no fundo, eles se entendem.

Opinião do leitor

Apresento neste capítulo uma seleção das cartinhas que no ano que passou enviei a jornais brasileiros no propósito explícito de despertá-los para o óbvio. Algumas foram publicadas, outras não. O leitor há de notar aqui e ali um tom inflamado, oratório, que propositadamente evito em artigos e livros, mas que acho desculpável em escritos do gênero aqui compreendido.

1. Ao Jornal do Brasil

Elevar à categoria de mártir cada estrela da TV que morre de AIDS é uma grotesca inversão de valores, inspirada numa mentalidade mesquinha e no ódio irracional ao cristianismo. Ela ofende brutalmente os sentimentos do homem religioso que tem idéia do que é um mártir de fato. A imprensa carioca, porém, chegou ao cúmulo do cinismo ao pintar Renato Russo como “um novo Cristo”. Novos Cristos são as vítimas inocentes da fome e da guerra, são os mártires anônimos que

doam sua vida pela salvação do próximo — nunca o *beautiful people* cuja avidez de prazeres fúteis, aliada muitas vezes a um culto satânico do abissal e do macabro, não recua nem mesmo ante o risco de contaminações letais. Russo e os outros como ele merecem no máximo piedade, jamais admiração, muito menos veneração. Devemos pedir que Deus os perdoe, não que a opinião pública os glorifique.

Compreendo perfeitamente que substituir, na veneração popular, os santos e os mártires por fantoches de *show business* é uma etapa importante da “revolução cultural” gramsciana. Compreendo também que os cúmplices dessa gigantesca lavagem cerebral nem sempre estão conscientes de engrossar o cordão gramsciano e na maior parte dos casos agem por pura macaquice e com a maior inconseqüência.

Mas até quando aqueles que se arrogam o direito de moldar a opinião pública se furtarão ao dever de examinar as fontes profundas de próprias motivações e de pesar as conseqüências de suas palavras?

Todo mundo sabe que os objetos de veneração condensam e reforçam padrões de conduta. É puro sadismo mental promover entre os jovens o culto desses antivalores e depois denunciar o mau comportamento da juventude. Ou será que a imprensa assumiu de vez o papel tradicional do diabo, o tentador que, consumado o pecado, se transmuta em acusador?

Que autoridade tem a imprensa, depois disso, para falar de ética?

2. A O Estado de S. Paulo

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1997

Fiquei estarrecido com a carta do editor Luís Fernando Emediato, que, escrita quase toda em linguagem ambígua e escorregadia, depois de muitas voltas acaba dizendo a que veio: veio dar alfinetadas na memória de Paulo Francis, afirmando que o falecido “nunca foi repórter” e “não verificava os dados” — uma mentira tola seguida de uma generalização caluniosa.

Espantoso, na carta, é que Emediato, fazendo-se de alma sensível que tinha reservas quanto à linguagem desabrida do colunista, esconde sob o tapete o fato de ser o editor de um livro, *Vida e Obra do Plagiário Paulo Francis: O Mergulho da Ignorância no Poço da Estupidez* (da autoria de Fernando Jorge), que chama Francis, literalmente, de *obsesso sexual, complexado, rancoroso, vingativo, farsante, covarde, racista, nojento, fedido, cagão, vampiro, cornudo, pernóstico, safado, ladrão, abutre, desavergonhado, escroto, pulha* e ademais *peidorreiro* — termo que o autor, decerto momentaneamente entorpecido pelos vapores intestinais de seu personagem, grafa *peidorento* e com um *r* só. Será que esta linguagem não fere a delicada sensibilidade de Emediato?

Mais ainda: Emediato fala num tom de quem ostenta elevados sentimentos morais por cima de divergências ideológicas, mas se esquivava de informar que o

livro que editou nem mesmo escondia seu propósito de arruinar a carreira profissional de Francis, fazendo apelos diretos e ostensivos aos donos de jornais para que o demitissem e ainda sugerindo nomes de substitutos. Que sentimentos morais pode ter quem não se envergonha de apoiar uma maldade dessas e depois ainda vem dar agulhadas no cadáver da vítima, entre afetações de respeitosa admiração?

Porém, mais assustador que a carta, mais escandaloso que o livro, é o fato principal que o signatário omite ao leitor: Emediato não apenas foi editor do livro, mas seu endossante. Nas orelhas que assina, garante que o conteúdo da obra é *verdadeiro, fundado em pesquisa científica rigorosa*. Para crer nesta assertiva, teríamos de admitir que Jorge pesquisou cientificamente a vida oculta da esposa de Francis, cheirou centímetro por centímetro o corpo do jornalista e ainda tabulou matematicamente a taxa de gases fétidos que ele emitia, verificando ser maior que a da média humana. Não sei o que é mais deprimente: a grosseria do estilo do autor ou a presunção santarrona de seu editor.

Enfim, mais estarrecedor do que livro, carta e pretensões, é que uma editora pequena tenha tido, de repente, dinheiro bastante para lançar a obra em edição luxuosa e sustentar sua promoção com uma vasta campanha de publicidade nos principais jornais, justamente no instante em que a Petrobrás armava contra Paulo Francis um processo milionário na justiça norte-americana.

Emediato, muito discretamente, assina a carta apenas como dono da Geração Editorial, sem mencionar o

livro, o único título ao qual sua empresa deve o pouco de fama que possa ter obtido em sua curta existência.

Se o ódio ideológico ainda não tornou esse cidadão totalmente cego para os deveres éticos mais elementares, ele tem a obrigação moral estrita de esclarecer o público quanto às seguintes questões:

1º É humanamente possível acreditar que não exista nenhuma coordenação de intenções entre o livro que tenta arruinar moral e profissionalmente sua vítima e o processo judicial que, ao mesmo tempo, procura arruiná-la financeiramente?

2º Entrou dinheiro da Petrobrás, por baixo ou por cima do pano, no financiamento dos custos de edição do livro de Fernando Jorge? Entrou dinheiro da CUT, do PT? Sim ou não?

3º A Geração Editorial se incomodaria de abrir ao exame público as contas referentes ao caso?

4º Como é que Emediato, uma alma sensível a quem a linguagem de Francis escandalizava, não se vexa de publicar uma coleção de insultos de baixo calão e ainda proclamar que é tudo científico?

5º Ele tem consciência de quanto o livro de Fernando Jorge, remexendo com sádica alegria a intimidade da vida de Francis, pode ter contribuído para atormentar seus últimos dias e eventualmente para levá-lo à doença e à morte? Tem consciência de quanto o agravo ostensivo, raivoso, brutal, pode lesar moral e fisicamente uma pessoa?

6º Ele tem consciência de que o autor ou co-autor dessa façanha não pode ter nenhuma autoridade moral

para opinar sobre sua vítima, sobretudo depois que ela se foi deste mundo?

7º Tem consciência, sobretudo, de como é feio, moralmente, alguém opinar pejorativamente sobre um morto omitindo-se de reconhecer o que fez contra ele quando vivia?

Faço estas perguntas como jornalista, no estrito cumprimento de um dever. Como jornalista, exijo respostas, e não evasivas tipo “o Fernando Jorge exagerou um pouquinho...”. E não sou eu quem exige: é a opinião pública, é o Brasil.

3. A O Globo (I)

Rio de Janeiro, 21 de março de 1997

O prof. Emir Sader saiu brabíssimo da conferência de Carlos Alberto Montaner na Faculdade da Cidade e aproveitou a ocasião para superar sua taxa média de ridículo, declarando que o *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano* propõe, ainda que veladamente, a proibição dos dez livros que fizeram a cabeça do seu personagem.

O livro limita-se a listar dez títulos de obras veneradas pela esquerda e a fazer, a respeito de cada um, uma inteligentíssima gozação.

Isso é censura, repressão, perseguição inquisitorial? Sim, afirma o prof. Sader. Que um sujeito, com afirmações desse teor, nada perca de seu prestígio intelectual, é um dos enigmas do universo.

Censura, digo eu, é querer proibir-nos de rir do que é risível.

Se o prof. Sader, por exemplo, fosse proibido de falar, o mundo ficaria bem menos engraçado.

4. A O Globo (II)

Rio de Janeiro, 21 de março de 1997

Na condição do mais novo estreante no papel de patrulhado, tenho o direito de meter minha colher no debate levantado, aliás com elegância e comedimento, por Carlos Heitor Cony:

Ferreira Gullar não responde a nenhum dos argumentos ou impugna qualquer das informações de Cony. Apela ao clássico expediente comunista de insultar o opositor, mediante rotulações estereotípicas (“mccarthysta”, “mitômano”, “recalcado”) e exercícios de psicologia pejorativa (“ressentimento”, “inveja”, etc.).

Ferreira Gullar foi chefe do Comitê Cultural do Partido. Isto é fato notório, estampado na imprensa da época e jamais desmentido. Quais eram as atividades desse comitê? Nietzsche dizia: “Quem sofreu sob o teu jugo te conhece.” Perguntem, por exemplo, a Antonio Olinto — censurado por vinte anos em toda a imprensa cultural.

Leandro Konder, como sempre, vem com fala mansa. Ele é o espírito vivo da desconversa: “Nunca discutimos medidas drásticas contra ninguém.” Ora,

todo mundo sabe que o patrulhamento não é “medida drástica”, mas um boicote sutil, delicado, persistente e sorrateiro como o próprio Konder.

Quanto a Emir Sader, também é típico na sua duplicidade de pesos e medidas: tem tanta pressa em enterrar os podres da esquerda quanto em desenterrar os da direita.

O único que desce à discussão dos fatos é João Máximo, mas são fatos sem significação política e que dizem mais respeito às relações pessoais dele com Cony. Não tenho por que me meter no assunto. Só discordo do que Máximo diz de um sujeito mínimo, o Paulo Roberto Pires. Um repórter que, tendo um livro diante dos olhos, é capaz de inserir nele frases inventadas para melhor difamar o autor, não pode ser subestimado: comparada com sua estatura real, qualquer estimativa que se faça dele será sempre aumentativa.

5. *A revista República*

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1997.

Respondo, ponto por ponto, aos dois leitores nada gentis que comentaram a minha entrevista. Quanto à primeira carta:

1. O espertinho não sabe o que quer dizer *soi disant*? Na matéria, o entrevistado não se intitula filósofo em parte alguma, mas é assim denominado pelo entrevistador.

2. Você procura mobilizar contra mim o vulgar preconceito antipoligâmico (vale dizer, antimuçulmano),

tão imbecil quando o preconceito anti-semita... ou anti-gay.

3. A reprodução é a finalidade *objetiva* do ato sexual, não a sua motivação *subjativa*. Que ele *possa* ter essa finalidade objetiva, independentemente da motivação subjativa, enquanto o ato homossexual não pode, é o que faz toda a diferença, que você não quer (ou não pode) enxergar.

4. Se cada cabeça não apreende a verdade, quem fará a síntese das opiniões de muitos, para obter a unidade da opinião coletiva?

5. Não gosto de Kant nem de Hegel e nunca vou ao baixo Leblon.

Resposta à segunda:

1. Você quer confundir a cabeça do leitor. A fundação da ABL, obra de autores consagrados e já velhos, não podia expressar a riqueza cultural da República recém-nascida, mas somente a herança do Império recém-findo.

2. As obras publicadas por Euclides, Oliveira Lima e Nabuco no período mencionado não podem também ser capitalizadas em favor do prestígio cultural da República, porque umas são obras de apologia do Império, outras de denúncia da República. Obviamente você não leu nem *Os Sertões*, nem as *Memórias* de Oliveira Lima, nem *Um Estadista do Império*. Apenas colheu numa enciclopédia as datas de publicação para poder aparecer na única *República* brilhante que já tivemos: esta revista.

3. Você também não leu *As Confissões* de Agostinho. A palavra que ali domina não é “eu”, como em Rousseau, mas “tu” — com maiúscula e referida a Deus.

6. À Folha de S. Paulo

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1997.

A filosofia universitária anglo-saxônica é coisa chata, banal, repetitiva até onde pode o tédio humano. A publicação de dois, de três ou de mil livros a seu respeito não fará dela um empreendimento interessante, exceto talvez do ponto de vista do movimento editorial. Intelectualmente, é um disco rachado, que há um século não pára de girar entre dois probleminhas artificiosos — o da “linguagem científica” e o da “linguagem cotidiana” —, sem chegar nem a resolvê-los, nem a superá-los, nem muito menos a atinar, mesmo de longe, com as razões de não poder fazer uma coisa ou a outra.

Quando um universitário anglo-saxão anuncia ao mundo uma grande revolução filosófica, o que ele quer dizer é que sua pessoa pensante virou casaca, passando da filosofia analítica para o pragmatismo, ou do pragmatismo para a filosofia analítica — que para mais não chega o seu cérebro oprimido por tantas regras, convenções e inibições acadêmicas e mundanas.

O *establishment* filosófico anglo-saxônico, o maior, o mais caro e o mais estéril do mundo, é um exemplo vivo de como não se deve fazer. Há cem anos assistimos a seu *show* de impotência filosófica, e ainda hesita-

mos em nos dar conta de que estamos diante de um escolasticismo da pior espécie, tão arrogante nas suas pretensões quanto deplorável na sua gagueira, na sua paralisia, na sua invencível inépcia — a imagem mesma do Saturno mitológico, um tirano velho, aleijado, rancoroso, opiniático e rabugento.

Desprezamos, com razão, a escolástica tardia imersa em preciosismos silogísticos e distinções bizantinas, e não notamos que o espetáculo se repete nas nossas barbas. Não notamos, porque vem em inglês e com maquiagem moderna. Não notamos, porque vem do “Primeiro Mundo” e supomos que onde há mais dinheiro deve haver também mais sabedoria; e quando essa sabedoria vem com cara de burrice, conteúdo de burrice, essência, propriedades e acidentes de burrice, dizemos a nós próprios que nossos olhos subdesenvolvidos é que devem estar enganados, que por trás da banalidade evidente deve haver mil e uma profundidades não notadas, e, enfim, que a nudez de S. Majestade deve ser apenas a aparência enganosa de um novo tecido sintético invisível. *Quousque tandem*, meu saco?

Pergunto-me a mim mesmo, pergunto aos meus colegas de jornalismo cultural: Quando esses sujeitos aparecem por aqui, por que não reagimos, ao menos, com um pouco de orgulho patriótico? Por que não jogamos sobre a empáfia deles todo o peso do nosso patrimônio filosófico nacional, para ver se o agüentam ou se saem ganindo com o rabo entre as pernas? Por que não estudamos a fundo o nosso Mário Ferreira dos Santos, o nosso Newton da Costa, pensadores verdadeira-

mente substanciosos, e não passamos o produto estrangeiro na peneira do critério nacional, para ver se é ouro ou areia? Por que nos prosternamos ante trapalhões como Rorty e seu mestre Peirce, cuja filosofia não resiste ao mais breve teste de consistência lógica? Não faço esse teste aqui porque já o fiz (em dois capítulos de *O Imbecil Coletivo*, quem quiser que leia), e se falo essas coisas é porque, meninos, eu vi: esses sujeitos não estão com nada, são ocos e vivem na mais atroz miséria filosófica, que o talento publicitário de seu país espertamente transforma em lucro midiático e editorial.

Chego a sentir saudade do tempo em que tínhamos preconceito anti-americano: comíamos muita mosca, mas só francesa. Agora engolimos antas e arrotamos colibris.

De passagem e mudando de assunto, noto que o mitólogo Walter Burkert, entrevistado no mesmo número do *Mais!*, profetiza do alto da sua competência a morte próxima do platonismo e do aristotelismo — e o repórter nem se lembra de lhe perguntar como pode esperar para tão breve um acontecimento cuja iminência se anuncia há pelo menos quatro séculos.

Por que os repórteres quando investigam políticos e empresários ficam tão ousados, tão furões, tão insolentes, e quando entrevistam figurões da cultura se encolhem todos, trêmulos e devotos como coelhinhos assustados? Jornalismo é provocação, gente! Vocês, aí do *Mais!*, fazem um trabalho magnífico: não o estraguem por inibição caipira. Chega de beatice! *Coraggio e sangue freddo!*

Pensador indomável

Orelhas de *O Humanista*
de Mário Vieira de Mello
(Rio, Topbooks, 1996)

Um ancião venerável, alto, ereto e de ombros largos, o olhar claro e enérgico de um homem na força da maturidade, fixo num ponto além do horizonte, onde o vulgo não penetra. Impossível diante dele evitar as reminiscências de leituras gregas. Era a longevidade vigorosa de um atleta de Píndaro, ou a “bela e nobre presença” do velho Parmênides ante os jovens Sócrates e Zenão. Mais nítida ainda era a evocação de Aristóteles, no trecho em que define a beleza na velhice: aquela em que não transparece dor nem fragilidade. A visão de Mário Vieira de Mello, aos oitenta e dois anos, infunde-nos euforia e confiança no indomável espírito humano.

A impressão do primeiro encontro renova-se à leitura deste *O Humanista*, coroamento de uma obra iniciada com *Desenvolvimento e Cultura*. Se no livro de estréia, tornado imediatamente um clássico, já se manifestava a altivez com que esse pensador aristocrático se

distanciava da massa de seus contemporâneos, como um novo Heráclito, para afirmar com a maior serenidade as verdades que os afugentavam, neste de agora essa qualidade mostra ser mais que um traço pessoal: é a expressão de uma funda convicção filosófica, afinada e consolidada à força de muita meditação e leitura, mas também da experiência que a profissão diplomática permitiu ao autor colher em muitos povos e lugares. Um núcleo constante de preocupações reaparece em todos os livros de MVM e singulariza o seu pensamento com as marcas inconfundíveis da sua pessoa, formando a unidade compacta de um modo de pensar e de um modo de ser — coisa rara num país onde as convicções professadas costumam ser apenas o emblema da adesão epidérmica às conveniências da hora.

O tema dominante de MVM é a pergunta de Mênon a Sócrates: *a virtude pode ser ensinada?* Toda a sua obra é um esforço para demonstrar que sim, para desmistificar os simplismos que, de Maquiavel a Rousseau, rotulam o homem como mau ou como bom (isto quando não legitimam covardemente a indefinição moral), e restaurar a noção platônica e cristã de que o homem é uma possibilidade em aberto, cuja realização ou se dirige por uma meta ideal ou se perde em labirintos sem fim. Mas “o homem”, no caso, é a um tempo e inseparavelmente indivíduo, sociedade e Estado. A *educação*, que realiza ou aborta a possibilidade-homem, é a instância onde se unificam a ética e a política. Daí a falácia dos reformismos sociais que pretendem criar uma sociedade boa para homens inalteradamente maus. A virtude *tem* de ser ensinada, para que o Estado não seja apenas a ad-

ministração oportunística da maldade coletiva. A perda do senso das relações orgânicas entre a alma e o Estado é o pecado original das teorias políticas que desde Hobbes e Locke se debatem entre duas alternativas temíveis: absorver o indivíduo no Estado ou fazer do Estado o servidor das paixões mais baixas do indivíduo. Saltar esse abismo, elevar a teoria política à altura das exigências da condição humana, é a meta da obra desse pensador forte e intransigente, deste educador na plena acepção da palavra – educador da alma e do Estado –, obra que encontra neste *O Humanista* a sua expressão mais plena, e que, se ainda restar um pinga de consciência nas nossas classes letradas, deverá se tornar de leitura obrigatória em todos os cursos de filosofia e de ciências políticas deste país.

12 de março de 1997

Bom demais para que o escutem

Orelhas de *O Espírito das Revoluções*

de J. O. de Meira Penna

(Rio de Janeiro, Faculdade da Cidade Editora, 1997)

O embaixador (aposentado) do Brasil em Tóquio e em Pequim, José Osvaldo de Meira Penna, escreveu o melhor livro de psicologia social brasileira (*Psicologia do Subdesenvolvimento*) e a melhor defesa da economia liberal que existe em português (*Opção Preferencial pela Riqueza*), além de uma notável análise da nossa burocracia estatal (*O Dinossauro*), de um esplêndido painel das *Ideologias do Século XX* e de muitos outros livros que não ficam abaixo desses. Com essa folha de realizações, sacramentada pelos elogios enfáticos de Mário Vargas Llosa e Roberto Campos, ele obteve uma dupla e honrosa consagração: ser excluído da dieta intelectual do nosso *establishment* acadêmico e solenemente ignorado pela nossa imprensa “cultural”, malgrado o fato de ser também jornalista, com uma vibrante coluna quinzenal no *Jornal da Tarde* de São Paulo. Quando digo que o panorama intelectual brasi-

leiro tem algo de anormal, de aberrante, é a esse tipo de coisas que me refiro. O nosso embaixador está completando oitenta anos de idade, e há pelo menos cinquenta vê seus adversários se refugiarem por trás de um silêncio covarde, fingindo desprezo por aquele que temem.

Repito: isso é coisa de país doente, de país maluco. A noção de “intelectual”, de “pensador”, que estamos transmitindo às jovens gerações, é a de um sujeito que tem como obrigação primeira repetir o discurso político da moda, e como obrigação segunda ser um “bom sujeito”, que desfila em escolas de samba e fala pelos cotovelos sobre sua vida sexual. Nessa definição, Meira Penna não cabe. O que ele tem a oferecer, decididamente, não é “cultural”, no sentido brasileiro do termo. Seu legado, que neste livro encontra sua mais alta expressão, constitui-se de erudição, lógica, sinceridade e boa-fé. E quem precisa disso, num ambiente onde imperam o populismo mais demagógico e a ojeriza pedante a toda argumentação razoável, sustentando, juntos, o trono inabalável de uma *opção preferencial pelo absurdo*? Quem mais precisa disso — respondo — são aqueles mesmos que, diante da superior inteligência de quem lhes desagrada pelo teor de suas convicções políticas, empinam os narizinhos e viram a cara, para não se exporem ao risco de descobrir que há mais coisas entre o céu e a terra do que imagina a sua vã ideologia.

O caminho do sábio

Orelhas de *O Homem e seus Horizontes*
de Miguel Reale
(Rio, Topbooks, 1997)

O *Homem e Seus Horizontes*, discutindo temas que vão da filosofia de Herbert Marcuse às exigências culturais do Estado de Direito, do conceito culturológico da pessoa aos problemas da educação básica do Brasil, é um mostruário vivo da amplitude do território abrangido pela visão ágil e sempre em movimento de um pensador dotado de inesgotável capacidade de renovar-se e de variar seu ângulo de observação.

De fato, não houve praticamente campo da investigação humanística que Miguel Reale não percorresse e onde não deixasse, pelo caminho, uma profusão de descobertas, de sugestões fecundantes, de idéias valiosas. Mas, por variados que fossem os temas de seu interesse, Reale conservou sempre um núcleo de preocupações constantes e a aptidão do autêntico filósofo para dar a tudo um sentido de convergência e de unidade. A busca desse sentido já se assinala desde suas primeiras investigações sobre a natureza do

fenômeno jurídico — um tema onde seus melhores antecessores não tinham jamais conseguido superar a antinomia entre um pluralismo caótico e a falsa unidade das sistematizações forçadas. Inaugurada a *teoria tridimensional do direito*, no mesmo ato centenas de idéias soltas e inconexas, que os teorizadores vinham debatendo a esmo ao longo dos séculos, se ordenaram na inteligibilidade de um saber unitário: pela primeira vez o direito podia aspirar legitimamente à condição de *ciência* em sentido pleno. Se Reale tivesse parado aí sua carreira de investigador e pensador, já ocuparia, no seu domínio de estudos, um lugar comparável ao de Ihering ou de Kelsen. Mas a vitória deu estímulo à sua inteligência para que, usando da nova chave, buscasse desvendar outros mistérios, sempre remetendo sua solução a um nexo de princípios comuns que estruturam, mais que uma Filosofia do Direito, toda uma Filosofia da Cultura e, a rigor, uma Filosofia *tout court*. A unidade do diverso tem sido não somente a marca mais inconfundível do seu estilo de pensar e o sinal de uma inteligência maravilhosamente organizada, mas também um atestado de sua perseverança na devoção aos valores que orientaram sua vida de intelectual e de homem público no meio das tempestades e violentas mutações da História nacional. Por isto é que, nas horas difíceis, o país se acostumou a pedir seu conselho, seguro de ali encontrar a serenidade, a objetividade e, não raro, alguma solução luminosa. E quando digo “o país”, refiro-me tanto aos líderes e governantes quanto aos simples estudantes em busca de entendimento: uns e outros sabem que, se em algum lugar podem buscar um

abrigo contra a confusão, contra a obscuridade e as ilusões perturbadoras, é nas palavras e obras deste pensador brasileiro que, nas últimas décadas, tem encarnado como ninguém a célebre fórmula de Aristóteles: “Por em ordem é próprio do sábio”. E como quem torna este mundo mais inteligível ajuda a torná-lo também mais suportável, para várias gerações de intelectuais e homens de ação deste país tem sido um reconforto poder seguir a trilha que esse mestre singular foi iluminando à medida que a percorria com seu passo sereno e firme. Reale já passou da idade de se comover com aplausos ou se incomodar com críticas. Nada direi, portanto, da malícia dos detratores, que nunca faltam aos grandes homens, e economizarei os louvores, desnecessários àquele que sabe quem é. Mas há algo que todos lhe devemos declarar em voz alta: a gratidão de quem sabe quanto vale uma luz na escuridão desta vida.

Junho de 1997

Non nobis, Domine

Orelhas de *A Vida Natural de Jesus de Nazaré*

de Herberto Sales

(Rio, Topbooks, 1997)

Desde seu primeiro livro, Herberto Sales não parou de surpreender os leitores por sua capacidade de mudar de fisionomia literária como o ator entre duas peças troca de máscara, passando da escrupulosidade de Hamlet à brutalidade de Otelo e à demência de Lear com a desenvoltura do mago Próspero. As referências shakespearianas não vêm por acaso: ator e autor, o mestre de Stratford-on-Avon permanece o protótipo do artista circunspecto e sábio que, superior às suas criações, não esgota nunca sua capacidade de nos revelar a nós mesmos sem jamais se mostrar em pessoa, sem se deixar prender entre as pinças da nossa vã curiosidade. O oposto do confessionalista que se deixa arrastar por suas próprias emoções e, mesmo falando dos outros, faz um *strip tease* moral a cada página. À linhagem dos artesãos conscientes e discretos pertence Herberto Sales. Seu romance de estréia foi uma narrativa regionalista, violenta, dramática, tão carregada de linguagem local que veio a servir de base para Aurélio Buarque de

Hollanda, amigo do autor, poder registrar em dicionário a fala riquíssima da região mineira do interior da Bahia. Ainda regional, o segundo romance, *Além dos Marimbos*, mudava porém de tom e de ritmo: numa linguagem serena, clássica, ia passando de episódio em episódio com a calma vagarosa das viagens no sertão, como quem não pretende chegar a lugar nenhum determinado; até que aos poucos, muito aos poucos, os motivos do conflito dramático, só delicadamente insinuados ao longo das etapas, iam se acumulando com pressão sabiamente graduada, para enfim explodir num desenlace inesperado, brutal e estonteante. Coisa mesmo de artista. Aí vieram os *Dados Biográficos do Finado Marcelino*, obra-prima na qual o controle consciente chegava às raias do maquiavelismo: uma não-narrativa, onde um não-personagem, apenas entremostrado como enigma, ia desaparecendo à medida que era investigado, até esvanecer-se por completo nas páginas finais, deixando nas mãos do leitor as mais inquietantes perguntas sobre o destino do ser humano na Terra. E assim vieram vindo, cada um com uma linguagem diferente, com uma técnica diferente, *Os Pareceres do Tempo* (em língua oitocentista), *O Fruto do Vosso Ventre* (em dialeto burocrático-administrativo), *Einstein, o Minigênio* (em psicologia). Eram tantas as faces premeditadamente desenhadas, que o autor, como o finado tio Marcelino, acabava por desaparecer por trás dos prodígios que operava. Mesmo o contato pessoal não nos dava respostas. Simples, modesto, Herberto Sales desaparecia sob um sorriso amável, como quem não quer, com sua pessoa, ocupar no mundo um milímetro para

lá do espaço concedido à sua obra escrita. Finalmente, numa frase encontrada no primeiro volume do *Subsidiário*, acreditei descobrir uma chave psicológica dessa misteriosa estética da desapareição. A frase é: “O arrependimento é o meu estado natural.” A obra inteira de Herberto Sales é, de fato, a prece da alma arrependida que não aspira senão a uma coisa: receber o perdão de seus pecados e desaparecer mansamente no Eterno. A prece tinha seu complemento exato no trabalho redentor do artesão, invisível por trás da obra perfeita. Ninguém, entre nossos escritores, cumpriu mais plenamente a divisa: *Ora et labora*. Por isto mesmo, não é de estranhar que o artista, encerrada a fase ativa da criação de sua obra romanesca com *Rio dos Morcegos* e *A Prostituta* (tão diferentes um do outro quanto dos anteriores), passe agora à prece explícita, declarando-nos, em *História Natural de Jesus de Nazaré*, o conteúdo de sua fé — uma fé muito pessoal, da qual teólogos e crentes de várias confissões podem divergir em detalhes, mas que manifesta, acima de tudo, o rigor de uma alma sincera, maravilhosamente humilde por trás da orquestra portentosa dos seus talentos. Nestas páginas, como vinha se preparando no *Subsidiário*, a prosa, depurada até o limite em que a ingenuidade da expressão se torna autêntica sabedoria estilística, se revela enfim o segredo do multifacético fingidor: ele fingiu ser muitos para mostrar que não era ninguém — porque, no fundo, só Deus existe. Torna-se assim clara a mensagem de uma obra e de uma vida: *Não a nós, Senhor, mas a Teu próprio Nome dá glória.*

OS FILHOS DA PUC

A cólera e a farsa

Na quarta-feira, dia 19 de novembro, os estudantes Pedro Sette Câmara, Álvaro de Carvalho e Sérgio Coutinho de Biasi distribuíam exemplares de seu jornal *O Indivíduo* na PUC do Rio de Janeiro, quando foram cercados por uma centena de militantes encolerizados que, desfechando tapas e cuspidas nos seus rostos, juravam surrá-los e depois passaram a queimar exemplares da publicação, saltando alegremente em volta da fogueira como selvagens em festa, alguns ameaçando, aos gritos, juntar à papelada em chamas os corpos dos editores.

O pretexto para justificar a barbaridade foi que o jornal era “racista”. Mas li a publicação inteira e tudo o que encontrei foram críticas ao colonialismo cultural que inspira alguns líderes do movimento negro; críticas manifestamente mais brandas do que aquelas que, em pessoa, venho publicando em livros e jornais, entre os quais o *Jornal da Tarde*, a *Folha S. Paulo* e *O Globo*, que nesse caso hão de ser muito mais racistas do que *O Indivíduo*.

No entanto, a reitoria da PUC, em vez de punir os agressores, castigou as vítimas, apreendendo os exemplares restantes do seu jornal. Depois, elevando o cinismo a alturas de grande arte, anunciou ainda orgulhosamente, pela imprensa, seu propósito de incentivar novas perseguições no *campus*. Passando à prática, o reitor Jesus Hortal distribuiu uma circular que, em linguagem untuosa de pastor que velasse pelo rebanho, aticava contra os três meninos a suspeita e o ódio de toda a comunidade universitária e dos familiares de alunos. Para cúmulo, declarava “não pretender limitar a liberdade de expressão”, ao mesmo tempo que conservava em seu poder os jornais apreendidos, impedindo sua distribuição. Nunca vi um homem da Igreja se rebaixar tanto, na sua trêfega disposição de mostrar serviço à massa fanatizada.

Porém o mais revoltante, o mais asqueroso em todo o episódio é o tom hipócrita e santarrão com que os fanáticos, arrogando-se o monopólio do anti-racismo, carimbam com a pecha de “racista” quem quer que se oponha às suas estratégias totalitárias e às suas ações criminosas. Terá de haver necessariamente uma e uma única maneira certa de assegurar direitos iguais às pessoas de todas as raças? Todas as outras seriam racismo disfarçado? Quem deu a esses arrogantes o monopólio do bem, junto com uma autorização para punir por crime de racismo quem se afaste de sua grotesca ortodoxia?

Pois o que está em jogo em todo esse episódio é o passo de gigante que a facção extremista quer dar no seu caminho para a conquista do poder: exigir que toda

a nação, incluindo os governantes e o sistema judiciário, se curve à nova conotação do termo “racista”, inteiramente inventada por estrategistas revolucionários com finalidades que nada têm a ver com a proteção de fracos e oprimidos. Racista, para essa gente, não é quem afirme a inferioridade de uma determinada raça ou pratique contra seus componentes algum ato concreto de exclusão e discriminação. Racista é quem quer que se oponha à sua estratégia de alimentar ressentimentos, aos seus modelitos norte-americanos de *affirmative action* e de controle policial do vocabulário, à sua política insidiosa de estimular reivindicações premeditadamente impossíveis destinadas tão-somente a fomentar o caos e desequilibrar o Estado. No reino da PUC, a nova aceção já é jurisprudência firmada. Lá não vigora a Constituição Brasileira, mas uma lei especial, concebida pelo “coletivo cultural” — nome bem significativo, copiado de um órgão de policiamento interno do Partido Comunista — e aplicada servilmente, com zelo fanático, pelo reitor Jesus Hortal. Naquele microcosmo alucinado, vigoram leis-comunistas, implantadas por meios comunistas e praticadas com a rigidez totalitária dos comunistas.

Com descaramento digno de Lênin, essa gente, falando em nome de metade da população brasileira, que não lhes deu nenhum mandato para tanto, exige para si uma fatia de poder imensuravelmente maior do que a necessária para defender os direitos legítimos daqueles a quem diz representar. Será preciso ser muito inteligente para perceber que esses líderes automecados não

amam o igualitarismo racial *em geral*, mas apenas aquela sua variante em particular que traz às suas pessoas a maior dose de proveito político e lhes dá os meios de instaurar a barbárie em nome da civilização, a tirania em nome da liberdade? Será preciso ser muito esperto para perceber que seu fingido amor ao povo negro não passa, no fundo, de uma insaciável fome de poder? Será possível não enxergar que, com sua fingida indignação moral contra um crime de racismo que sabem perfeitamente que ninguém cometeu, eles não visam senão a jogar sobre nós um gigantesco blefe?

As conseqüências da barbaridade que perpetraram na PUC são previsíveis: se seu exemplo for seguido em escala nacional, se críticas tão leves quanto as apresentadas em *O Indivíduo* puderem ser proibidas e punidas como “racistas”, se agredir seus autores se tornar mérito em vez de crime, logo este país estará sob o tacão da mais presunçosa ditadura de quantas já tentaram reprimir pela força o pensamento humano.

O que se decidirá no desenlace dessa série de episódios não é somente o destino de três rapazes injustiçados e perseguidos. Não é nem mesmo somente a liberdade de expressão. É o futuro do Brasil: se mostrarmos covardia e servilismo ante as exigências absurdas dos censores e incineradores de jornais, logo o Brasil deixará de ser uma república democrática para se tornar uma imensa PUC, governada nos bastidores por um “coletivo” automeado e diante das câmeras por algum Jesus Hortal.

Pedro e Jesus

O estudante Pedro Sette Câmara afirma que o Brasil é um país bom, onde negros e brancos convivem em paz, “sem Ku-Klux-Klan e sem ódios étnicos”. Daí o reitor da PUC-Rio, Pe. Jesus Hortal, conclui que Pedro faz propaganda do ódio. Pedro afirma também orgulhar-se de viver no “único país do mundo onde, na TV, o programa judeu faz anúncios do programa árabe”. Daí o reitor conclui que Pedro dissemina o racismo. Pedro diz ainda que, com sua sociedade multi-racial e multicultural, o Brasil dá ao mundo um exemplo de convivência humana. Daí o reitor conclui que Pedro faz propaganda do egoísmo anti-social. Pedro diz que, para evitar violências, não é bom estimular a suspeita e o ressentimento entre as raças. O reitor conclui que ele faz a apologia da violência. Pedro diz que pessoas de todas as raças devem ter tratamento igual. Eis a prova final, conclui o reitor: Pedro é um racista, odi-ento, egoísta, apóstolo da violência e da desigualdade social.

As palavras de Pedro estão no seu jornal *O Indivíduo*, que, distribuído na PUC-Rio no último dia 19, rendeu

ao editor tapas e cusparadas no rosto, desferidos por militantes esquerdistas, bem como sanções administrativas, disparadas num decreto da reitoria junto com palavras de mal disfarçado louvor e estímulo aos agressores. As interpretações de Jesus Hortal constam do texto desse decreto.

Tenho ganas de concluir, por minha vez, que o reitor é um mentiroso, um caluniador barato. Tenho ganas, mas não posso. Reitores não mentem, padres não caluniam, pessoas de bem não fazem uma coisa nem a outra. Logo, eu é que devo estar errado. Hortal tem razão: Pedro disse, na verdade, o contrário do que disse. Perdoa-me, Senhor, por ter tido maus pensamentos contra aquele que, havendo recebido o Teu nome no batismo e no registro civil, não poderia assiná-Lo sob um rol de mentiras timbradas sem fazer desse documento uma blasfêmia oficializada. Para não incorrer nessa hipótese hedionda, admito: as palavras de Pedro querem dizer o contrário do que significam.

Mas não só as palavras devem, em prol da respeitabilidade das instituições, sofrer essa inversão. Também os fatos devem ser interpretados em sentido inverso. Pedro e mais dois colegas são agredidos por uma centena de militantes enfurecidos? Logo, ensina-nos Hortal, os três são a maioria, imbuída de desprezo pela minoria. Pedro leva meia dúzia de tapas? Logo, assegura-nos Hortal, Pedro faz uso da violência. Pedro é cuspidor e humilhado? Logo, demonstra-nos Hortal com lógica implacável, Pedro merece castigo. Pedro tem de se esconder para não ser assassinado pela massa enfurecida? Logo, conclui Hortal, a massa corre perigo e o reitor

deve protegê-la sob o manto da sua formidável autoridade moral.

A bem da coerência, no entanto, a inversão não deve ficar restrita a palavras e atos de Pedro. Também os de Jesus (Hortal) são o contrário do que são. O reitor condena em voz alta um escrito e encobre discretamente atos de agressão? Enganai-vos, ó par de olhos brancos, incapazes de penetrar as profundidades da dialética hortaliana, ou hortaliça. Ele quer na verdade dizer que as idéias devem ser defendidas com argumentos, não com violência. O reitor distribui uma circular que atija contra os três editores de *O Indivíduo* o ódio e a suspeita de alunos e familiares? Humilhai-vos, orelhas infiéis: o que acabais de ouvir é uma apologia do amor e da solidariedade. O reitor apreende os jornais e, sem devolvê-los, faz louvores hipócritas à liberdade de imprensa? Calai-vos, línguas ferinas. Não sabeis que a sinceridade é hipocrisia, e a hipocrisia sinceridade?

Mas, para levar a coerência da inversão até suas penúltimas conseqüências, é preciso admitir que também os personagens devem estar trocados. Pedro, na verdade, é Jesus, e Jesus é Pedro. Conservo os nomes originais apenas para fins didáticos. Jesus (Hortal), em vez de dizer a Pedro (Sette Câmara) “Tu és pedra”, joga-lhe pedras; e, para não dizer que não ergueu sobre ele nenhuma igreja, esmaga-o logo sob o peso da autoridade eclesial. Pedro é amarrado ao poste, esbofeteado e no fim crucificado por um decreto administrativo. Jesus (Hortal) nega-O. Mas não apenas três vezes. Nega-O tantas vezes quantas cópias de seu decreto se distribuam

à imprensa e, através da imprensa, ao mundo. Ao ouvir o galo cantar três vezes, ele toma seu chazinho e vai dormir com a consciência tranqüila da missão cumprida. A massa, afinal, escolheu Barrabás — e qual a missão do sacerdote, senão a de estar solidário com a massa, na unidade contra o Espírito Santo?

A inversão só estará completa, como o leitor facilmente deve estar adivinhando, no Juízo Final. Aí Jesus (Hortal), que neste mundo teve não apenas seus quinze minutos de glória mas subiu por três dias aos céus nos ombros das massas de militantes, voltará para ser julgado pelos vivos e pelos mortos. E seu reino já terá terminado muito antes disso.

Jornal da Tarde, São Paulo, 30 de novembro de 1997.

Cartas abertas a Jesus Hortal, reitor

Primeira

Hortal:
Acabo de ler, estarrecido, a mensagem que você enviou aos alunos da PUC. Quem manda apreender um jornal, arrogando-se ilegalmente poder de censura, e em seguida afirma com a maior cara de inocência que “não pretende negar a liberdade de expressão”, é simplesmente um mentiroso, um hipócrita.

A prova mais mínima e corriqueira de sinceridade você teria dado se, antes de distribuir essa deplorável circular, devolvesse aos editores os jornais que lhes tomou. Mas você os conserva ilegalmente em seu poder, impedindo que sejam distribuídos, ao mesmo tempo que alardeia um falso amor à liberdade de expressão. Isto já diz tudo sobre quem você é.

Os três meninos atuaram apenas no campo das idéias, sem outra arma senão as palavras e os argumentos. Em resposta, foram cuspidos, esbofeteados, ameaçados de morte e desprovidos, à força, de bens de sua propriedade pessoal. E agora vem você dizer que os

violentos são eles? Na sua mensagem, não vejo uma palavra sequer contra os agressores: toda a carga de insinuações maliciosas vai sobre as vítimas, com a finalidade explícita de jogar contra elas os pais de seus condiscípulos, de criar em torno delas um ambiente de opressão e intrigas no jamais poderão ter uma vida normal de estudantes. Com leviandade igual à dos desordeiros que as agrediram, você chega ao cúmulo de acusá-las de racistas pelo simples fato de se oporem a uma determinada corrente dentro do movimento negro — justamente aquela que, a pretexto de anti-racismo, semeia o ódio e a suspeita entre pessoas de raças diferentes. “O insulto não se justifica”, diz você. Mas receber tapas e cusparadas e ainda ver a autoridade apadrinhar os agressores não é, então, ser insultado? E quem comete o insulto, senão você e seus truculentos protegidos?

Como explicar que um homem da Igreja proceda de maneira tão evidentemente digna de Anás e Caifás? Não há em você um pinga de consciência moral? Ou já começa a cumprir-se a profecia: “Dia virá em que aqueles que vos trucidarem acreditarão servir a Deus”?

Seus atos, Hortal, desmentem da maneira mais ostensiva o seu belo discurso em prol das minorias. Numa briga de cem contra três, quem é maioria, quem a minoria? Este é o fato, esta é a verdade, que suas belas palavras não podem ocultar, pouco importando o quão lindo e cristão você se imagine por dentro. Afinal, como disse William Blake, “*Kaïpha was, in his own mind, a benefactor of mankind*”.

É fácil para você, do alto de seus poderes, perseguir meninos e afetar, em linguagem melíflua de cortesão, as mais santas intenções. O nome disso é farisaísmo.

Desafio você a, em vez de se fazer de valente para cima de meninos, vir discutir comigo, publicamente, se for homem para tanto.

PS — Chamei-o pelo pronome usual por não saber se, como reitor, você tem o direito a tratamento de “Vossa Excelência”. Caso tenha, considere trocados os pronomes, com a ressalva de que a excelência do cargo não se transmite necessariamente à alma de seu ocupante.

Segunda

Prezado sr. Reitor,

Senti-me honrado pela ausência de V. Sa. no programa “N de Notícias”. Escrevo para dizer que compreendo perfeitamente suas razões. D. Quixote dizia de si mesmo: “*Loco si, pero no tonto*”. Já V. Sa. poderia dizer: “*Tonto si, pero no loco*”. V. Sa. já havia cometido uma imprudência, ao assinar a malfadada circular que subscreve acusações levianas sem poder prová-las. Iria cometer uma segunda, correndo o risco de ficar sem respostas ante as câmeras, desnudada e desmascarada? V. Sa. agiu coerentemente com a norma dos militantes que a reitoria protege: para que arriscar-se a debater, quando é mais fácil bater?

Terceira

Hortal:

Você é realmente o Freddy Krugger da educação brasileira. Os sustos que nos dá são tão perturbadores, tão inverossímeis, tão absurdos, que não os percebemos no mesmo instante. Lemos o que você diz e na hora nos parece inócuo. Só depois despertamos repentinamente para a absurdidade, perplexos e atordoados.

Primeiro você subscreve uma acusação de *racismo*, que é crime e dá cadeia. Ao fazê-lo, desperta contra os acusados uma onda de ódio e indignação tremenda — todo mundo exigindo para os bandidos os rigores da lei. Depois de uns dias você aparece com a cara mais bisonha do mundo e, sem retirar a acusação, diz que a conduta dos meninos “não foi muito grave” e que a PUC provavelmente não lhes imporá penalidade maior do que uma breve suspensão. Faça-me um favor! Ou a conduta é crime, e é gravíssima, ou não é grave nem crime e você tem portanto *a obrigação moral estrita* de retirar seu vergonhoso endosso à acusação de racismo. Das duas uma. Ou será que anos de prática de Exercícios de Santo Inácio só serviram para tornar você insensível às exigências da lógica elementar? Exercícios místicos, desacompanhados de um cultivo da humildade, são coisa perigosa para a alma. E humildade não é outra coisa, no fundo, senão reconhecer que as coisas são como são, por mais que isto doa ao nosso orgulho.

Não pense, Hortal, que falo duro com você por ser seu inimigo. Ser amigo de alguém é sobretudo desejar a salvação da sua alma — e se for preciso para isso

obrigá-lo a enxergar as verdades que mais teme, então é preciso fazê-lo sem o mínimo “respeito humano”, no sentido que o termo possui em teologia ascética. Não sou seu diretor de consciência, mas sou professor de suas vítimas, que também foram colocadas sob a sua guarda, e isto me dá o direito de *exigir* de você, no que se refere a elas, uma conduta mais digna da sua condição de sacerdote. Não descansarei enquanto você não reparar a injustiça, retirando publicamente as acusações que fez a inocentes e que agora já reconheceu implicitamente terem sido bastante levianas e apressadas.

PS — Se os meninos são de fato racistas, por que ninguém tem a coragem de fazer contra eles uma queixa-crime? Por que todos falam, falam, falam, mas não ninguém se aventura a dar consistência de ato jurídico às próprias palavras? Será que não confiam na Justiça brasileira? Ou, ao contrário, não confiam no que dizem?

Enviadas por *e-mail* a Jesus Hortal entre 22 e 27 de novembro de 1997.

Mentiras inocentes

Aproveitar-se da fraqueza estilística do adversário para dar a suas frases mal construídas um sentido que não têm, eis um dos mais sórdidos expedientes da “dialética crística” — a arte de vencer um debate sem precisar ter razão.

Pedro Sette Câmara, jovem talentoso mas jornalista inexperiente, aliás estreante, não sabia que, num debate, nunca se deve dar por pressuposta alguma verdade incômoda, desconhecida do leitor. Para evitar que um adversário malicioso se aproveite de uma falsa aparência de escândalo para criar um escândalo de verdade, tudo o que possa soar estranho ou desagradável numa argumentação deve ser explicitado, detalhado, provado. Só o que é de domínio comum ou de credibilidade imediata pode ser abreviado em fórmulas lacônicas.

Desconhecendo essa precaução, Pedro escreveu em seu jornal *O Indivíduo* que os militantes negros, em vez de exigir indenizações dos brancos, deveriam investigar sua própria árvore genealógica até remontar “aos negros escravizadores”.

Dito assim, pode parecer uma tremenda asneira e, pior, uma asneira insultuosa. O sr. Jesus Hortal, reitor

da PUC, que é hábil manipulador de aparências, logo se aproveitou desse detalhe para, em seu decreto-homilia distribuído aos estudantes da PUC, queimar a reputação de Pedro, carimbando-o como desumano racista que atribuía aos escravos a culpa pela escravidão.

No dia seguinte, o colunista Marceu Vicira, no *Jornal do Brasil* fez-lhe coro, protestando, em tom patético, contra a odiosa inculpação das vítimas.

A interpretação hortaliça acabou sendo endossada até mesmo pelo experiente jornalista Élio Gaspari, de *O Globo*, que, no meio de uma tímida e ambígua defesa do direito de Pedro à liberdade de expressão, acabou por fazer do atentado perpetrado por militantes de esquerda contra esse jornalista-estudante uma ocasião para choramingar malefício análogo, imposto a esquerdistas trinta e cinco anos atrás pelo então reitor da PUC, que não era Jesus nem Hortal. Pior ainda: associando o caso de agora a esse velho episódio, em que o ato de opressão reitoral fora motivado pela propaganda comunista que as vítimas comprovadamente faziam — residindo o abuso do reitor sobretudo no fato de punir delito cometido fora da PUC —, Gaspari deixava implícito, mediante falsa analogia, que no caso presente a acusação feita a *O Indivíduo* também estaria mais ou menos provada, nada restando senão alertar o reitor Jesus Hortal para que não se excedesse na punição, fabricando desnecessários mártires direitistas. E, se fosse necessário reforçar a credibilidade desse pressuposto, lá estaria, a demonstrar um racismo ao menos latente, a alusão ofensiva aos “negros escravizadores”.

Tanto a oratória de Hortal quanto a ginástica retórica de Gaspari têm um único fundamento: o esforço que ambos desempenham para fazer de conta que enxergam um insulto, uma injustiça, uma perversa ênfase racista, em algo que ambos sabem perfeitamente ser apenas uma alusão banal a fatos históricos bem conhecidos.

Que são, afinal, os “negros escravizadores” a que se refere Pedro Sette Câmara? São, em primeiro lugar, as tribos africanas que, desde tempos imemoriais, escravidavam sistematicamente os guerreiros das tribos, igualmente negras, vencidas em batalhas. São, em segundo lugar, os muçulmanos — um povo misto de árabes, persas, mongóis e negros — que desde o século VIII instauraram na África o tráfico de escravos em proporções colossais. Repito: desde o século VIII. Oitocentos anos antes da chegada dos primeiros conquistadores europeus.

Diante desses fatos, não há como negar que a expressão usada por Pedro só tem um defeito: a excessiva concisão. Uma vez explicitada, ela nada diz que os manuais de História não digam. E sobretudo ela nos mostra algo que, por mais decepcionante que seja para as auto-ilusões de que se nutre a ala radical do movimento negro, nem por isso deixa de ser a verdade pura e simples: que, qualquer negro que pesquise a história de seus antepassados, para saber quem escravizou o primeiro, com muito mais vasta probabilidade encontrará um negro, um árabe, um mongol ou persa do que um branco europeu. E não se trata mesmo de saber apenas

quem começou, mas quem escravizou mais e por mais tempo. A escravidão imposta pelos brancos durou, no caso mais longo — que foi precisamente o Brasil — apenas quatro séculos, em comparação com mais de dois milênios de escravidão de negros por negros, e por um milênio e meio de escravidão muçulmana que, por ironia, na maior parte dos países islâmicos só veio a terminar no século XX por exigência inglesa.

Mais ainda: não consta que jamais, em qualquer sociedade africana, tenha surgido algum dia o mais mínimo sinal de um desejo coletivo de libertar os escravos. Essas sociedades jamais produziram, nem de longe, idéias ou movimentos abolicionistas, que são uma das criações mais típicas da cultura cristã e européia, hoje acusada de escravagista por porta-vozes daquelas mesmas culturas arraigadamente escravocratas que só por influência dela mudaram de costumes.

Não há sofisma do sr. Hortal, não há trejeitos do sr. Gaspari, não há mentirinhas tolas do sr. Marceu Vieira que possam varrer da História esses fatos, nem produzir maliciosamente, da inexperiência literária de Pedro Sette Câmara, uma prova de racismo.

Duvido muito que, no fundo de suas almas, Hortal, Gaspari e Vieira não soubessem perfeitamente do que é que Pedro estava falando. Duvido que tivessem realmente visto ali o que pretenderam mostrar aos leitores. Não digo que mentissem de caso pensado. Digo apenas que, num desses velozes dribles que a consciência falsa faz consigo própria, se iludiram a si mesmos para poder mentir com inocência.

Apêndice: Carta a O Globo

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1997

Ilmo Sr. Editor de Opinião — *O Globo*

Prezado senhor,

1. Muito me espanta que, tendo silenciado *trinta e cinco anos* sobre a injustiça feita aos dois comunistas da PUC, o prof. Luís Antônio Ribeiro da Cunha e o Sr. Elio Gaspari tenham se lembrado de trombeteá-la justo no momento em que servia para jogar sobre direitistas mortos uma parte da vergonha que cabe a vivíssimos esquerdistas.

2. O proveito que de sua iniciativa pode resultar para as vítimas de 1962 já está reduzido em 50 por cento pelo fato de só uma delas ter sobrevivido à passagem do tempo. O benefício político para esquerdas em geral, em contrapartida, é multiplicado pelo aproveitamento hábil de uma feliz coincidência. Se o prof. Ribeiro da Cunha e o renomado jornalista conhecem a expressão "*Quia bono?*", então sabem também a quem pretenderam realmente ajudar com seu gesto tão nobre e cavalheiresco.

3. Noto, com alguma satisfação, que o prof. Ribeiro da Cunha se esquia de repetir, na sua carta a *O Globo*, a acusação de racismo feita dias antes em declaração ao mesmo jornal. Terá, nesse ínterim, meditado? Terá percebido que se excedeu? Se percebeu, faça-lhe um apelo: não adie a retratação por trinta e cinco anos, consolando-se com a desculpa de que "nunca é tarde para reparar injustiças". Na verdade, é sempre tarde.

Não publicada.

O debate franco do frade

O artigo de frei David Raimundo dos Santos ultrapassa os limites da hipocrisia tolerável e entra no domínio da mentira pura e simples, ao dizer que a tal Semana da Conscientização da Sociedade sobre o Negro procurou “abrir o debate de maneira ampla, sincera e franca”. Que debate pode haver quando toda opinião contrária à dos organizadores é respondida com tapas, cuspidas, ameaças de morte e punições administrativas?

Esse frade está urgentemente necessitado de que alguém lhe ensine não só o Pai-Nosso como também a Ave-Maria, os Dez Mandamentos e toda a doutrina da Igreja. Há um mínimo indispensável de amor à verdade que, quando abandonado, precipita a alma no pecado contra o Espírito Santo, que “não será perdoado neste mundo nem no outro”.

Uma vez pressuposto mentirosamente que nesse debate os dois lados tiveram iguais oportunidades de manifestar-se, é fácil ao frei David mentir também sobre o conteúdo da discussão.

1) Ele afirma que é falta de conhecimento histórico condenar como colonialismo cultural a adoção de práticas de luta copiadas dos Estados Unidos, e argumenta que a expressão “consciência negra” não veio dos EUA,

mas da África do Sul. Isso é que é escorregar para fora da questão. A origem remota nada tem a ver com o caso: foram os norte-americanos que, assumindo o uso da expressão, ampliando a sua conotação para muito além da mera defesa das antigas culturas negras e injetando-lhe fortes doses de ideologia marxista, fizeram dela o emblema da política hoje copiada pela PUC.

2) Ele contesta que no Brasil os negros sejam melhor aceitos pela sociedade do que nos EUA, e alega — pasmem! — que nos EUA os negros ganham mais dinheiro. Ser aceito socialmente não é ganhar mais dinheiro: é poder circular pelas ruas sem temor de ser agredido ou assassinado por militantes racistas, é não ser impedido à força de freqüentar os mesmos ambientes que as pessoas de outras raças, é sobretudo poder casar-se com pessoa de outra raça sem ser apontado em público como uma espécie de estuprador. Tudo isso o negro brasileiro tem e o norte-americano não tem. Todo mundo sabe disto, só o frei Davi faz de conta que não sabe. Quanto à disparidade salarial, não reflete nenhum preconceito de raça. Reflete apenas o fato de que metade da nossa população é mestiça e a maioria da nossa população é pobre, sendo impossível, matematicamente, que a metade não esteja incluída na maioria — a não ser que uma lei racista venha a dar aos negros e mestiços o direito a um salário maior que o dos outros pobres. Análogas razões fulminam os argumentos do padre quanto à proporção de negros e mulatos na universidade pública.

O que a política da *affirmative action* propõe é simplesmente selecionar os pobres pela cor, pela raça, para

ajudar a uns mais do que a outros, institucionalizando a injustiça e criando conflitos raciais que possam ser politicamente aproveitáveis pela corrente a que serve o frei David. Trata-se de uma simples aplicação da tática habermasiana da “reivindicação impossível”, premeditadamente impossível: aquela que, não atendida, gera insatisfação, e, atendida, produz crises artificiais.

Mas o conteúdo da discussão é menos importante do que as condições prévias que permitem o debate. Estas condições prévias foram negadas abusivamente pela PUC, seja fomentando agressões, seja protegendo os agressores, seja emitindo decretos para intimidar ainda mais as vítimas, seja com artigos de imprensa que fingem ignorar tudo isso e, com a maior cara de inocência, encenam uma caricatura de debate democrático.

O que está em discussão no caso da PUC não é nem mesmo a questão racial, é apenas a pura e simples possibilidade de discuti-la com liberdade, sem risco de espancamentos e punições administrativas. Sair desse tópico, seja para discutir ideologias, seja para especular estatísticas, seja para tentar desviar as atenções para um caso de perseguição a comunistas acontecido trinta e dois anos atrás, é apenas hipocrisia e cinismo a serviço de uma conduta criminosa.

Inédito.

Da interpretação de texto à expressão corporal

Janer Cristaldo, um dos jornalistas mais talentosos que já honraram a língua portuguesa com as produções da sua inteligência, reproduziu certa vez em tradução, num jornal de Porto Alegre, trechos traduzidos da célebre sátira de Jonathan Swift aos advogados. Transcrita — sem autorização do autor — na *Tribuna de Peruíbe*, a crônica desencadeou o mais singular dos resultados: um processo contra o pequeno diário, acusado de fazer alusões desrespeitosas... a figuras ilustres da sociedade local.

É assim que lêem os imbecis: transmutando grosseiros erros de interpretação em *causes célèbres*, carregadas de uma pomposa ênfase moral destinada a preencher o vácuo jurídico em que se sustentam imaginariamente.

Ouvindo pela TV as declarações de irados meninos da PUC-Rio, a trombetear acusações incoerentes em língua de retardados mentais, a trocar a lógica mais elementar pela música barata de um *pathos* retórico pré-fabricado, perguntei-me: — Mas que tipo de educação estão recebendo esses garotos?

Respondo agora, sem hesitação: estão recebendo o tipo de educação necessário a fazer deles justiceiros de Peruíbe. Na verdade, eles já o são, pelo menos em espírito. A prova é o que fizeram com a expressão “negros escravizadores”, a qual, colhida a esmo nas páginas do jornalzinho *O Indivíduo*, foi interpretada como insinuação de que os escravos teriam se escravizado a si mesmos, e transformada imediatamente em acusação de racismo contra os editores da publicação.

Essa interpretação requer, na pessoa do intérprete, uma completa ignorância quanto aos oito séculos de escravidão muçulmana que precederam a entrada dos colonizadores europeus na África. Desconhecendo outra escravidão que não aquela inaugurada no ciclo moderno das navegações européias, que é alardeada na TV e nos palanques sem requerer a consulta a nenhum livro, o leitor, ao ouvir falar de negros que escravizaram negros, só pode compreender estas palavras como uma pérfida tentativa de culpar as vítimas pelos feitos de seus algozes.

Mas, no caso da PUC, esse raciocínio — chamemo-lo assim — não é fruto da ignorância natural: é fruto da educação, de uma educação voltada a fabricar artificialmente ignorantes. A prova mais evidente é que a grotesca interpretação dada pelos estudantes àquelas palavras foi oficializada como verdade auto-evidente pelo próprio reitor da instituição, Pe. Jesus Hortal Sánchez, em circular distribuída a toda a comunidade acadêmica, sem que surgisse, em todo esse mundão de pessoas supostamente letradas, uma única que percebesse o sentido da alusão, manifesto no entanto a quem conheça,

da História da escravidão, algo mais do que se aprende no supletivo da TV. Os estudantes fizeram do texto de *O Indivíduo* uma leitura exatamente igual à do reitor. Claro: foi na PUC que aprenderam a ler assim.

O reitor pode alegar em favor de si um atenuante. Em entrevista à TV, proclamou com emoção: “Se isto não é uma alusão aos escravos, então não sei ler em português!” Precisamente: o Pe. Hortal é espanhol. Fala com sotaque carregado que denota sua precária adaptação ao idioma local.

Embora o conhecimento faltante no caso não fosse de português, mas de História, admitamos, para não mostrar má vontade, que o Pe. Hortal não tem culpa de sua deficiente compreensão do texto. Ele tem culpa, isto sim, de não reconhecer sua ignorância e de induzir seus discípulos a lerem como ele: como analfabetos funcionais que, incapazes de apreender o sentido de uma alusão a fatos históricos que desconhecem, preenchem o vazio interpretativo com conteúdos imaginários, carregando-os daquele vulgar ódio ideológico que, no imbecil politizado, constitui o mais aproximado *Ersatz* de pensamento.

Mas o Pe. Hortal não é tão tolo quanto possa parecer. Convidado a debater esse episódio num programa de TV que tinha a mim como um dos convidados, respondeu, por escrito, que jamais desejaria defrontar-se comigo ante as câmeras. Dom Quixote dizia de si mesmo: *Loco si, pero no tonto*. O Pe. Hortal poderia dizer-se: *Tonto si, pero no loco*. Esquivando-se do risco de ser submetido em público a um desastroso *striptease*

moral e intelectual, o padre ainda agiu de maneira perfeitamente coerente com a norma estabelecida na PUC: Para que debater, se é mais fácil bater?

Bater, sim. Pois os discípulos do Padre, de fato, não apenas assimilaram direitinho a técnica hortaliça de interpretação de textos, mas deram-lhe, criativamente, expressão corporal: agrediram com tapas e cusparadas os editores de *O Indivíduo*. Em reconhecimento deste notável feito acadêmico, receberam a solidariedade da reitoria em nota oficial, que aproveitava para anunciar punições administrativas aos autores da nefanda menção aos “negros escravizadores”.

Mas não pode ter sido por desconhecimento do idioma que o Pe. Hortal, ao assumir valentemente, no mesmo comunicado, a defesa da minoria oprimida contra a maioria opressora, trocou as bolas, chamando de minoria os cem agressores e de maioria os três agredidos. Não se trata, afinal, de uma questão de português, e sim de aritmética, idioma comum à Espanha e ao Brasil. Não pretendo solucionar este enigma.

Desejo apenas assinalar que, deficiente em português, história e aritmética, o Pe. Hortal parece sê-lo ainda mais em direito. Pois, endossando a acusação de racismo feita aos editores de *O Indivíduo*, não deu sinal de saber que, no Brasil, as acusações criminais devem ser apresentadas à justiça, não à imprensa. Para a justiça brasileira, acusações criminais feitas na imprensa, e desacompanhadas da devida queixa-crime, denotam a simples intenção caluniosa de quem não pretende nem pode provar o que disse.

De fato não existe em *O Indivíduo*, fora aquilo que o ex-promotor de Peruíbe poderia tentar extrair à força da expressão “negros escravizadores”, nem o mais remoto sinal de racismo. Por isto mesmo nem o Pe. Hortal nem seus diletos discípulos desejaram correr o risco de uma queixa-crime, que não poderiam fundamentar com provas e que lhes seria fatalmente devolvida como acusação de *denúnciação caluniosa*, crime mais grave que o de calúnia simples e sujeito a pena mais pesada. *Tonto si, pero no loco*, o Pe. Hortal não deseja arriscar-se a aparecer nem mesmo diante deste seu debilitado opositor — quanto mais diante da justiça! Também não o desejam os seus discípulos, que por isto escolheram, como tribunal supremo, o “coletivo cultural” da PUC, um foro menor do que a sociedade elegante de Peruíbe, onde os três acusados já foram, sem a menor dificuldade, julgados, condenados e executados.

PS — Não comentarei, aqui, os esforços de militantes e simpatizantes esquerdistas para desviar a atenção pública do caso presente para um episódio de perseguição a comunistas acontecido... em 1962! São demasiado artificiosos para não dar na vista. Nem gastarei o tempo do leitor com a análise daquele noticiário de TV que, ecoando a interpretação de texto feita pelo Pe. Hortal, subscreveu com leviandade a acusação de racismo; pois esse noticiário se desmentia a si mesmo ao não mencionar a falta de uma queixa-crime, ao mesmo tempo que mostrava a eficácia desta providência judicial num outro caso, parece que de autêntico racismo,

ocorrido dias depois. Do fradeco que, num jornal carioca, enalteceu o caráter aberto e democrático dos debates na PUC, direi exatamente aquilo que, nesses debates, puderam dizer aqueles que se opunham à política da instituição: nada.

Inédito.

Resposta a *Veja*-Rio

Na reportagem sobre o caso da PUC (*Veja*-Rio, 3 de dezembro de 1997), Pedro Sette Câmara, Álvaro de Carvalho e Ronaldo Alves são apresentados como meus “discípulos”. Discípulo é, além de aluno, continuador e porta-voz. Isto eles não são de maneira alguma. São apenas alunos, com menos de quatro meses de frequência, que só por uma improvável genialidade poderiam captar o espírito do meu ensinamento ao ponto de lograr retransmiti-lo com fidelidade. Se eu fosse nomear um porta-voz, haveria de escolhê-lo entre os que acompanham meus cursos há mais de uma década. Nunca entre recém-chegados.

Apareceu disseminada na imprensa uma insinuação de que eu seria o “mentor” do jornal dos rapazes. Se eu o fosse, o jornal teria sido muito mais duro em suas críticas, e ainda assim nenhum dos criticados teria tope para acusá-lo de racismo, pois seria desmascarado no ato.

Inventaram também que o jornal seria instrumento de poderosos interesses ocultos. É muito lisonjeiro para esses covardes atacar meninos e chegar em casa con-

tando batalhas contra potências misteriosas. Se eu estrangulasse um bebê de três anos, inventaria uma história dessas: diria que por trás dele havia um baita Schwarzenegger que, por ser essencial, era invisível aos olhos.

Mas quem chega ao paroxismo da autolisonja é o sr. Ivanir dos Santos, quando insinua que por trás de *O Indivíduo* estaria nada menos que o movimento neonazista internacional. Não se iluda, sr. Ivanir: o senhor não é Robert Mitchum enfrentando o exército nazista. Também não é Zumbi dos Palmares. É apenas mais um fanfarrão que exagera caricaturalmente o poder do adversário miúdo, para se fazer de grande guerreiro. É também um sujeito intelectualmente imaturo, que, não sabendo usar seu cérebro senão como caixa de ressonância de um discurso coletivo, avalia os outros pela sua medida e não imagina que alguém possa produzir uma idéia com a própria cabeça. Lamento decepcioná-lo, mas os meninos são muito, mas muito mais inteligentes que o senhor. Podem ter sido inábeis aqui e ali, dando margem a falsas interpretações por parte de maus leitores; mas criaram o jornal sozinhos, sem copiar programas ou receitas, de mim ou de quem quer que seja — algo que o senhor imagina, talvez, estar acima da capacidade humana.

Enviada a *Veja-Rio* em 30 de novembro de 1997. Não publicada.

Afirmar agindo, ou: Como vencer um debate sem precisar debater

A *ffirmative action* é o nome de uma política que visa, segundo diz, a obter privilégios para determinados grupos e raças, a título de indenização por danos sofridos em algum lugar do passado. Mas é também, e principalmente, o nome da tática usada para esse fim. Qual é essa tática? O próprio nome diz: é uma afirmação que se prova a si mesma através da ação que a realiza. Consiste em transferir uma discussão do campo das idéias para o da ação política, declarando vencedora não aquela parte que consiga refutar a adversária no debate teórico, mas aquela que logre obter sobre ela uma vitória política. Não se trata de demonstrar que uma idéia é falsa, mas de privá-la dos meios de difusão. Trata-se de vencer uma disputa de idéias pelos meios típicos de uma disputa de poder.

Todo “debate” convocado pelos representantes da *affirmative action* não apenas falha às condições normais de um confronto de idéias — argumentação livre de pressões, adiamento das decisões até o fim das discussões, etc. —, mas elimina propositamente essas condi-

ções e consiste, enfim, na sua eliminação e em nada mais. Se não fosse isso, não seria uma “ação afirmativa”, e sim uma “afirmação” como qualquer outra, sustentada em argumentos e não em “ação”.

É procedimento característico da *affirmative action* fazer apelos ao diálogo, com grandes louvores à liberdade de expressão, e ao mesmo tempo reprimir como “preconceito” ou “discriminação” a simples sugestão de que o adversário deveria participar do diálogo. Isso torna esse movimento duplamente senhor da situação: ele é ao mesmo tempo o símbolo da liberdade de expressão e o comutador que desliga o microfone. Soma ao prestígio das causas libertárias as comodidades do poder absoluto.

A eficácia dessa técnica foi demonstrada, no Brasil, pela facilidade com que os militantes do movimento destruíram a fé tradicional na democracia racial brasileira e impuseram em seu lugar a crença de que o Brasil é um país racista, hoje aceita quase unanimemente pela mídia e pela *intelligentzia*. Para prová-la, não usam de argumentos, mas de uma autêntica “ação afirmativa”: acusam de racista quem quer que a conteste. Se muitos a contestam, fica provado que existem muitos racistas. Se ninguém a contesta, ela vence por unanimidade.

Essa tática foi empregada, com enorme sucesso, contra os três ingênuos estudantes da PUC que, no jornal *O Indivíduo*, ousaram fazer críticas à *affirmative action* e à “Semana da Consciência Negra” que se realizava naquela universidade, imaginando que podiam despertar uma “troca de idéias”. É altamente significativo que o “racismo” dos três rapazes tenha sido objeto de denún-

cias somente na mídia, sem que nenhum dos pretensos ofendidos tivesse registrado contra eles uma queixa na justiça ou um simples B. O. na delegacia mais próxima, nem mesmo para fingir para si mesmo que acreditava no que dizia. O que interessava, no caso, não era punir um crime que todos sabiam inexistente, mas levar a opinião pública a imaginar que fora punido, o que funcionaria como “prova” do racismo brasileiro.

Daí se explica o capítulo mais extravagante de toda essa história. Quando o reitor Pe. Jesus Hortal acusou os meninos, o fato foi alardeado em manchetes de oito colunas: “Estudantes acusados de racismo”. Quando, passados uns dias, o reitor voltou atrás, afirmando que os acusados não tinham feito “nada de tão grave”, nenhum jornal ou programa de TV noticiou, como seria devido: “PUC retira acusações”. Todos esconderam a declaração do padre no meio ou no fim das matérias, sob manchetes que desviavam a atenção para outros aspectos do caso, improvisados a título de *trompe l'oeil*. O desmentido da PUC foi dissolvido na torrente de mentiras que ela mesma despejara sobre as vítimas. Notem bem: das duas alas de acusadores, uma retirou a acusação, a outra se esquivou de oficializá-la na justiça. Não obstante, o resultado que se desejava foi alcançado: os meninos já foram julgados e condenados pela mídia. Racistas eram, racistas ficarão. A opinião pública está persuadida, o derrotado não tem meios de mudá-la. É assim que se prova uma afirmativa por meio da ação.

Aplicada em larga escala, essa técnica permite destruir rapidamente as crenças habituais de um povo, sem sequer colocá-las em discussão: basta criar em torno delas uma aura de preconceitos suficientemente assustadora para despertar no cidadão, à simples tentação de pensá-las, um sentimento de culpa por crimes que não cometeu e o temor de cair sob a injusta suspeita de tê-los cometido. Mais do que uma simples chantagem emocional, é uma exploração hábil e maligna do fundo de paranóia latente em todo habitante das grandes cidades: por um temor semiconsciente de ficar isolado no meio de uma trama indeslindável de acusações injustas, como Joseph K. em *O Processo* de Kafka, o cidadão mais que depressa endossa a acusação injusta feita sobre um outro. O sacrifício do bode expiatório, conforme demonstrou René Girard, devolve aos membros da comunidade o reconfortante sentimento de estarem integrados num todo que os protege. A pressa feroz, entusiástica e indecente com que a opinião pública endossa qualquer acusação ou doutrina flagrantemente absurda veiculada pela mídia, mostra que a velha concepção da democracia como diálogo racional entre cidadãos bem informados é hoje apenas a maquiagem que adorna a tecnologia de controle da opinião pública.

A disseminação da teoria do “Brasil racista” é o mais fulgurante exemplo disso. Dez anos atrás, os brasileiros tinham a certeza de viver num país sem conflitos raciais visíveis, sem leis discriminatórias, sem guetos ou *apartheid*, sem tiroteios ou espancamentos de rua entre grupos de militantes brancos e negros, sem livros racistas nas livrarias ou panfletos racistas de circulação clandes-

tina; sobretudo sem qualquer resistência ao casamento entre pessoas de raças diferentes; tão sem resistência, que metade da nossa população era mestiça. De todos esses fatos, tiravam a conclusão óbvia de que o Brasil era uma democracia racial, a maior e talvez a melhor do mundo, um modelo que os Estados Unidos deveriam imitar. Hoje, continuam sabendo desses fatos. Não os contestam de maneira alguma. Mas tiram deles a conclusão inversa; a conclusão de que o Brasil é um país racista, urgentemente necessitado de adotar modelos de legislação racial copiados dos Estados Unidos. Como se operou esta prodigiosa transmutação? Como, partindo dos mesmos fatos, um povo inteiro pode saltar de uma conclusão à conclusão oposta, sem sequer estranhar a mudança? Pior ainda: a mudança se operou sem que houvesse o mínimo confronto, discussão, choque de contrários. Sem nenhum grande debate nacional. Apenas entrou em cena a nova conclusão, e a massa aceitou-a sem discussões, com servilismo canino, a abalar o rabo de contentamento sob os afagos dos *formadores de opinião*, feliz de poder, ao custo módico de uma confissão espontânea do crime de racismo, escapar da pecha de racista. E quem não aceite a chantagem, quem insista em declarar que não é racista nem está cercado de racistas, fica provado automaticamente que é racista.

É claro que nem tudo, entre as causas da mutação, foi pura magia áudio-visual, hipnose coletiva, prestidigitação. Houve também alguma argumentação racional, com pretensões científicas. Alegou-se que *certas expressões do vocabulário denotam desprezo aos negros* (como se

outras não denotassem o mesmo aos gordos, aos carecas, aos magricelas, aos ricos, aos políticos, aos portugueses, aos nordestinos, aos gaúchos, aos judeus, aos alemães, aos italianos e, *last not least*, aos brancos em geral); que *nas cadeias há mais negros e mulatos do que brancos* (como se não os houvesse na população em geral, ou como se houvesse entre os injustiçados uma injusta repartição racial das injustiças); que *os negros ganham menos que os brancos* (como se a metade populacional negra e mulata não fosse, matematicamente, um subconjunto da maioria pobre); que *os negros saíram perdendo na luta pela ascensão social* (como se isto resultasse de uma premeditação racista e não do fato de o primeiro surto de desenvolvimento econômico brasileiro só ter começado quarenta anos depois da Abolição) etc. etc. Tudo isso é demasiado “intelectual”, rebuscado e artificioso para poder, por si, operar tão profunda mudança nos sentimentos de um povo. Mesmo que provasse algo, provaria no máximo um racismo sutil, latente, débil — tão débil que, guardado no fundo do inconsciente, não tivera sequer energias para subir à consciência, elaborar-se em argumentação intelectual e doutrina e programa, quanto mais para consolidar-se em movimentos políticos, em militância, em leis racistas e discriminatórias. E ainda que provada a presença desse *quantum* infinitesimal nos porões da psique nacional, restaria demonstrar que ali ele não é neutralizado por contraforças latentes muito mais arraigadas e poderosas — como o próprio sincretismo religioso cristão-umbandista —, que, sem matar o suposto cão feroz do “racismo inconsciente”, o impedem não apenas de

morder mas também de latir e até de rosnar, não lhe deixando outra válvula de expressão além de impotentes gemidos vazados aqui num giro lingüístico, ali num olhar de esguelha, acolá em piadinhas inconseqüentes, incapazes de magoar uma vítima dotada de uma quota normal de bom humor.

Em última instância, mesmo demonstrado que esse racismo puramente mental, diluído e microscópico pudesse fazer ao povo negro algum malefício real, específico, distinto do malefício estatisticamente igualitário que a pobreza faz a todos os pobres, restaria ainda um obstáculo lógico intransponível: provar que um estado de coisas tão evanescente, tão peculiar e ao mesmo tempo tão insignificante se comparado com as manifestações de racismo bruto observadas nos EUA, devesse ser curado por meios idênticos aos adotados nos EUA: militância racial ostensiva, consolidação de um muro de diferenças entre “identidade negra” e identidade branca” (como se fosse possível distingui-las, no complexo cultural brasileiro), leis de proteção a “minorias” (como se de duas metades uma pudesse ser minoria), etc. etc. Esta prova é impossível, por absurdidade intrínseca da tese. No entanto é exatamente essa a teoria que hoje se dá por provada, condenando-se como racista quem ouse alegar, contra ela, os preceitos do bom senso, os Dez Mandamentos, a Constituição Federal ou as leis da aritmética elementar.

Não, esses argumentos não foram causa da mudança: eles são o próprio conteúdo do novo dogma e, por demasiado sutis e abstratos, não explicam a força de

convicção com que hoje ele veio a ser proclamado como verdade científica, santa e intocável. Eles são tão fracos e absurdos que qualquer crença neles, mesmo leve e passageira, seria normalmente repelida como sinal de baixa inteligência ou de excesso de imaginação. Somente uma mutação psicológica muito profunda, muito grave, muito rápida e mal conscientizada, poderia ser responsável pela adesão geral, maciça e fanatizada a idéias tão francamente idiotas.

Se querem uma amostra de a que ponto as faculdades humanas de consciência, raciocínio e indução têm de estar inibidas para alguém poder aderir firmemente a tais idéias, vejam o exemplo da revista semanal de São Paulo que meses atrás alardeava, na capa: “Racismo — a prova final.” Quando, sob o impacto de tão alarmante revelação, íamos examinar o texto, encontrávamos a seguinte estatística obtida numa pesquisa: *a prova de que o Brasil era um país racista estava em que 86 por cento dos entrevistados afirmava que o era.*

Qualquer estatístico, em seu juízo perfeito, sabe que a maciça afirmação de um fato não prova a existência dele, mas apenas a generalidade da crença que o afirma. Ora, se 86 por cento da amostragem aderem à doutrina do “Brasil racista”, isto, em vez de provar que o Brasil é racista, prova que 86 por cento da amostragem são anti-racistas. Na verdade são até mais que isso: são anti-racistas tipo *affirmative action*, desses que, para denunciar a existência de racistas por toda parte, não precisam nunca ter visto algum, porque dispõem do dom de adivinhação sociológica que lhes foi infundido pela mídia como a chave de toda certeza científica. Quanto

aos restantes 14 por cento, das duas uma: ou admitimos que, acreditando na democracia racial brasileira, são por isto mesmo anti-racistas também, ou aderimos à suposição paranóica de que acreditar na democracia racial brasileira é ser racista. Mas a revista não recuava: tendo provado, estatisticamente, a maciça rejeição do racismo pelas duas alas de anti-racistas que compõem a opinião pública nacional, vendia o peixe pelo inverso do preço que pagara, e afirmava resolutamente, na capa, que o Brasil é racista. Quando uma importante revista perde a esse ponto o sendo da diferença entre verdadeiro e falso, o que se deve supor é que o feitiço lançado à população acabou por enfeitiçar o feiticeiro.

Os meios pelos quais se deprime a inteligência de um povo, levando-o a aceitar com bovina complacência tanta absurdidade, nada têm a ver com a persuasão racional, com o diálogo democrático, com a disputa intelectual de idéias e doutrinas. São puras técnicas de manipulação da mente, hoje um dos ramos mais florescentes da pesquisa em ciências humanas.

Estrategistas, psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, ctólogos, neurologistas, engrossam continuamente o patrimônio de conhecimentos posto à disposição dessas técnicas, que vão da “engenharia comportamental” dos skinnerianos à “revolução cultural” gramsciana; da “programação neurolingüística” de Milton Erickson ao “gerenciamento de transformações sociais” que põe a serviço de potências multinacionais os exércitos de militantes de esquerda que imaginam estar lutando contra elas.

Não posso, aqui, estender-me mais sobre esse assunto, que estudei com certo detalhe no meu livro *O Jardim das Aflições* e em alguns capítulos de *O Imbecil Coletivo*, e que foi, sob outros aspectos, também objeto de atenção de Guy Desbords, Christopher Lasch, William Sargant, José Delgado e muitos outros estudiosos. Tudo o que posso, por agora, é garantir que os líderes e intelectuais que, sob qualquer pretexto ideológico que seja, fazem uso desses meios para induzir modificações de crenças e de comportamento nas pessoas não têm o mínimo respeito pela liberdade interior, pela liberdade do pensamento, base de todas as outras liberdades e direitos; que esses indivíduos, prometendo um futuro de justiça e liberdade, exercem desde já a mais despótica das tiranias; e que não existe nenhum motivo, nenhum mesmo, para acreditar que no futuro vão agir diferente. Política e sociologicamente, eles são a elite mais presunçosa, mais arrogante que já governou a humanidade. Moral e espiritualmente, são o que de mais vil e desprezível a espécie humana produziu.

O Indivíduo, edição *Internet*, 3 de dezembro de 1997.

Resposta a *Mundo Black*

Não houve, no caso da PUC, nenhum crime de racismo. Tanto não houve, que os acusadores se limitaram a vociferar na mídia, mas não ousaram apresentar a mínima queixa à Justiça, por saberem que seriam desmascarados. O que houve foram apenas críticas à estratégia da *affirmative action*, que os editores de *O Indivíduo* julgavam colonialismo cultural, além de incompatível com uma sociedade 50% mestiça (onde aliás o ônus de indenizações acabaria caindo, ao menos parcialmente, sobre as costas de descendentes de negros). Esta crítica não é racista de maneira alguma, porém ela irritou alguns líderes estudantis, que espertamente buscaram jogar contra os meninos a opinião negra em geral — e o conseguiram, com o apoio solícito do mentiroso *Jornal Nacional*.

Não é justo que vocês, sem examinar o caso, dêem por pressuposta a veracidade de uma acusação só porque saiu na Globo. O artigo assinado por Pedro Sette Câmara pode ser irritante, ranheta, metidinho, entojado, o que vocês quiserem: racista, não. Se fosse, a coisa mais fácil do mundo seria mandar o autor para a

cadeia por crime inafiançável. Se ninguém tentou sequer fazê-lo, dentre dezenas de acusadores poderosos respaldados no apoio da mídia, foi porque à acusação faltava uma coisa: sinceridade.

Não incorram vocês também em crime de calúnia, subscrevendo uma mentira cujos autores não ousam repeti-la ante a Justiça.

A *affirmative action* é apenas uma dentre dezenas de estratégias que podem ser adotadas pelo movimento negro. Se criticá-la for punido como racismo, ela acabará se impondo pelo mais ditatorial dos expedientes: mandar para a cadeia seus opositores.

O objetivo dos perseguidores de Pedro Sette Câmara parece ser exatamente esse: intimidar os possíveis críticos da *affirmative action*, fazendo com que se calem para não passar por racistas no *Jornal Nacional*.

Quem lhes escreve não é um negro: é um branco pai de mulatinhos. Não desejo que eles paguem indenizações a ninguém, nem à própria mãe. Será que isto me torna um racista?

Enviada em 5 de dezembro de 1997.

Ideologia mentecapta

Tenho apontado, na ideologia importada da *affirmative action*, algumas contradições e absurdidades que a tornam indigna do respeito dos homens inteligentes. Guardei a mais linda para este artigo. É a seguinte: os militantes do movimento exigem respeito pelas religiões africanas, fazendo discursos inflamados contra os governos que invadiam e fechavam terreiros de macumba, ao mesmo tempo que os principais líderes do *black power* no mundo são hoje porta-vozes do Islam, religião onde a prática de cultos afro é punida com pena de morte.

Ao pronunciar a primeira *shahaddah* — o testemunho da fé —, o convertido muçulmano rompe com violência seu cordão umbilical, prometendo a Allah mover guerra às suas crenças culturais de origem, exatamente como o fez o Profeta Maomé, também ele, na juventude, praticante de antigos cultos animistas. Malcolm X fez esse juramento. Também o fez Louis Farrakhan. Será essa “aculturação” mais suave ou menos anti-afro do que aquela, progressiva, lenta e informal,

que os negros de hoje reclamam ter sido imposta a seus antepassados por cruéis dominadores portugueses — tão cruéis que deixaram os cultos afro prosperar neste país como em parte alguma do mundo?

A raça negra é uma só, biologicamente. As culturas negras, muitas. Os demagogos querem impingir ao mundo o mito da unidade negra. Mas ela é toda sulcada de contradições, que no Brasil já vêm de longe: vêm, por exemplo, de culpas recalcada desde quando os negros praticantes de cultos afro se deixaram facilmente atizar, por espertos portugueses, contra os rebeldes malês, muçulmanos, seus irmãos de raça mas adversários de crença, a mais valiosa e culta comunidade negra que já pisara as terras da América. Em vez de perseguir os cultos africanos, o dominador colonial muitas vezes os protegia, por medo da ameaça islâmica. O Islam trazia, para os negros, uma cultura mundial superior à dos portugueses, a unidade, a consciência e o enobrecimento. Eles rejeitaram tudo isso, apegando-se a atavismos tribais que não representavam, para o dominador, nenhum perigo: a subsistência dos cultos afro não deveria ser celebrada como uma glória, mas lamentada como uma derrota da raça negra.

As incongruências patéticas da ideologia do ressentimento resultam de falsas e confusas concepções acerca da “identidade negra”, expressão tipicamente vacilante e escorregadia, ora usada para designar uma raça no sentido biológico, ora um conjunto de culturas antigas, ora seus remanescentes diluídos na cultura brasileira, ora tudo isso ao mesmo tempo, sempre com plena incons-

ciência de que os juízos feitos com o termo tomado nessas várias acepções são mutuamente excludentes.

Só para dar o exemplo mais comum, as maiores glórias da *raça* negra no Brasil — um Cruz e Souza, um Machado de Assis — não são glórias da *cultura* negra ou afro, mas da cultura ocidental que esses homens assimilaram melhor que muito português de origem. Que fazer com eles? Celebrá-los, admitindo que o valor do artista negro não depende de sua fidelidade a culturas ancestrais? Admitir que a assimilação do negro na cultura ocidental não é humilhação e sim vitória? Ou então, ao contrário, rejeitá-los como “negros embranquecidos”, como traidores da *raça*? Muitos não hesitam em praticar essa amputação a sangue frio — idêntica, no fundo e na forma, à rejeição nazista dos artistas e escritores alemães “impuros”, contaminados de francesismo ou judaísmo: racismo explícito que, a bem da coerência se alguma houvesse, deveria ser punido segundo a lei Caó, caso não fosse leizinha discricionária e torpe que concede a uns em grandes doses o que a outros proíbe em pequenas.

Mas, além do *nonsense* jurídico que existe em punir quem chame um negro de negro e louvar aquele que o chame de branco, há o dano, talvez mais profundo, que a irracionalidade demagógica traz ao Brasil cultural: a bem pouco se veria reduzida a contribuição negra à cultura brasileira, se extirpássemos dela tudo o que não tivesse a marca ostensiva da africanidade ou de uma rejeição visceral à “cultura do dominador”. Onde estará a herança africana do Aleijadinho, em cujas esculturas

Otto Maria Carpeaux reconheceu as marcas do barroco espanhol visíveis nas igrejas coloniais da sua Áustria natal? Como extrair Cruz e Souza do quadro da literatura ocidental, para situá-lo com mais propriedade em alguma linhagem poética do Zaire ou do Dahomey? Como amputar de Lima Barreto a herança de Zola e Balzac, Taine e Brunetière, para buscar em sua obra impensáveis sinais de uma filiação à literatura oral yoruba? Na Rússia, até hoje, ninguém pensou em africanizar o mulato Púshkin, o mais russo dos poetas, nem em desprezá-lo como negro embranquecido.

Mais a questão não é apenas de historiografia literária. Ela tem conseqüências diretas sobre a luta anti-racista: como reivindicar para um escritor negro um lugar à altura de seus méritos na cultura de um país ocidental, e ao mesmo tempo condenar sua pertinência a essa cultura como traição a um utópico africanismo obrigatório? A questão é simples e cortante: cada homem pode ingressar na cultura que deseje, independentemente de raça, ou é obrigado a filiar-se à cultura de seus antepassados biológicos? Se ele exerce seus direitos, é traidor da raça. Se a raça exerce os dela, suprime os do indivíduo. A contradição insolúvel lateja no scio mesmo da “ideologia negra”, que, por demagogia, finge ignorá-la. Os porta-vozes dessa ideologia iludem mulheres e homens de raça negra, tentando fazê-los acreditar que os direitos da “raça” ou da “cultura” são benefícios extensíveis, sem mais, aos indivíduos concretos, quando implicam, na verdade, a abdicação dos direitos individuais em proveito de uma comunidade histórica aliás inexistente, pura invenção retroativa de uma ideologia

travestida de ciência histórica. Assim como o acréscimo do poder de um país no terreno internacional quase nunca se traduz em benefícios legais para sua população interna — ou, dito de outro modo: assim como o imperialismo não é causa da democracia —, assim também o “direito racial”, o “direito cultural”, não têm por que beneficiar em nada os indivíduos reais: vão ajudar apenas às unidades políticas... e seus chefes.

Os negros que foram arrancados da África foram também arrancados de culturas tribais onde a autoridade do chefe decidia a vida e a morte dos súditos, onde não havia nenhuma “política de direitos humanos”, onde, sobretudo, ninguém jamais pronunciou um único discurso humanista contra a escravização das tribos vencidas em batalha. Tendo passado em terras do novo mundo pela experiência da escravidão, que por horrenda que fosse já não lhes era desconhecida em suas terras de origem, tiveram acesso, no fim, à cidadania, ao Estado de Direito, à educação, à proteção estatal e a todos os benefícios da sociedade moderna. É uma incongruência infantil exigirem esses benefícios e ao mesmo tempo exaltarem uma visão idealizada e demagógica de antigas culturas que lhes negavam tudo isso e muito mais. Ou querem participar de uma cultura mundial em pé de igualdade com os criadores dessa cultura — e esta é a essência do anti-racismo —, ou querem de volta sua velha cultura tribal, autoritária, despótica, fraca, isolada e a-histórica, que não lhes deu outro direito senão o de serem vendidos a qualquer invasor, branco preto ou mongol. Optar por esta última

alternativa é a essência do neo-racismo, que, apropriando-se fraudulentamente da bandeira anti-racista, hoje nos impõe um discurso intolerante, pretensioso e absurdo como o de Adolf Hitler.

A mente de um adepto da *affirmative action* é continuamente eletrocutada por esses curto-circuitos lógicos, que, reprimidos para o subconsciente, só fazem acirrar ainda mais o seu ressentimento contra o mundo. São contradições como as de uma cabeça de nazista, onde o discurso da superioridade racial germânica convivia, sabe-se lá como, com a esperança de apoios internacionais vindos de “povos inferiores”. É por isso que não me persuadem nem me comovem os seus discursos: há neles a marca inconfundível da falsa consciência neurótica, que encena gesticulações de ódio para disfarçar a mentira existencial que a alimenta.



Um detalhe significativo no rol das incongruências da *affirmative action* é que o discurso do ressentimento negro, *soi disant* revolucionário, esquerdista, ameaçador, se tornou ideologia oficial da TV Globo, inspirando as novelas, noticiários e programas de auditório que fazem a cabeça do povo brasileiro. Na novela *Por Amor*, um branco, casado com negra, não quer filhos para não ser pai de mulato. Posando como um alerta contra o racismo, a coisa não passa de um drama artificioso, propositadamente votado ao propósito de falsear a realidade nacional. Os dados do IBGE são eloqüentes: se houvesse entre os brasileiros alguma resistência a ter filhos com parceiro de outra raça, metade da população

do país não existiria. É só novela, dirão. Mas quem não sabe que as novelas são o mais poderoso instrumento de formação da opinião pública no Brasil? E, para mais facilmente confundir ficção com realidade, os atores que representam papai e mamãe aparecem no *Domingão do Faustão* discutindo... o racismo.

Como se explica que uma ideologia nominalmente de esquerda tenha sido assumida por aquela que a esquerda acusa de ser a mais reacionária das redes de televisão, o esteio inabalável do governo “neoliberal” de Fernando Henrique Cardoso?

É simples: o projeto neoliberal que se diz estar em curso de implantação no mundo não é liberal. É uma fusão de elementos neoliberais e socialistas, destinada a fazer microcosmicamente, no seio de cada sociedade que governa, uma divisão territorial entre esquerda e direita similar àquela que dominou o mundo desde o acordo de Yalta: a economia fica para os capitalistas, a cultura e a política para os socialistas. À liberdade de mercado, no setor econômico, se alia o dirigismo socialista em tudo o mais — na educação, na formação psicológica das massas, nas relações de família, na ecologia, na moral pública e privada, em tudo, enfim, que não interfira nas decisões econômicas das grandes empresas. Desviando para esses setores extra-econômicos o clamor reivindicante que antes ameaçava desaguar numa economia socialista, os poderes multinacionais dividem o mundo segundo a mais confortável das repartições: liberdade para o dinheiro, burocracia estatal para os seres humanos. É por isto que os governos hoje

chamados neoliberais e direitistas, como o de Fernando Henrique Cardoso, ao mesmo tempo que se esforçam por privatizar empresas, apóiam entusiasticamente políticas esquerdistas e revolucionárias, como o aborto sob proteção do Estado, o fornecimento estatal de drogas à população, as leis de *affirmative action*, etc. a estatização das escolas, etc. É a fórmula perfeita, para cuja consecução hoje colaboram, com inconsciência ovina, os rebanhos de sem-terra, de militantes negros, de *gays*, de lésbicas e *tutti quanti* — falsos rebeldes, muito bem protegidos pelo pastor estatal e pelo ruidoso cão-de-guarda midiático. Alguém tem dúvida de que essa orientação global, tão idêntica em todos os países, tão conveniente à harmonia do mundo, provém das mesmas fontes da tão execrada receita econômica do FMI?

É preciso ser cego para não perceber essas coisas, por trás do tênue véu de filó que a mídia tece para escondê-las. E o que me espanta, o que me desgosta, o que me enoja na esquerda brasileira é que nela, com toda a sua alardeada tradição de pensamento crítico, não haja sequer meia dúzia de intelectuais para percebê-las. Pois percebê-las dá trabalho e atemoriza. É mais fácil, mais cômodo, mais seguro despedir-se do assunto metendo na testa desse tal de Sr. Carvalho um rótulo de direitista. Afinal, o Sr. Carvalho é a mais oprimível minoria do mundo: a minoria de um só.

6 de dezembro de 1997 (Inédito).

Resposta a Leandro Konder

Assumo aqui a defesa dos redatores de *O Indivíduo*, que se sentem inibidos de puxar discussão com o Sr. Leandro Konder, por ser ele professor da Universidade que os oprime e, segundo consta, amigo íntimo da divindade local.

Pergunto, pois, ao Sr. Konder: de onde vem, na massa unânime dos intelectuais de esquerda, essa funda necessidade, essa compulsão irreprimível de adivinhar, por trás de um jornalzinho estudantil de doze páginas, as manipulações secretas de uma poderosíssima direita internacional? De onde lhes vem, sobretudo, a cara-de-pau de apregoar essa hipótese antes de sentir o mínimo desejo de investigá-la?

Como suponho que o Sr. Konder não responderá, passo à parte afirmativa desta carta e informo ao dito Sr. Konder que, se existem os tais grupos de direita apoiando com altas estratégias de *marketing* o jornal *O Indivíduo*, eles estão fazendo comigo a maior safadeza, porque na hora do “pega!” sumiram magicamente e me deixaram sozinho na arena para defender os meninos, os quais apareceram na minha casa com caras de cachorros sem dono, queixando-se de total desamparo

contra a santa aliança de estudantes e jornalistas, padres e intelectuais, cantores e *show men* que se armara para os estrangular na mídia, e cuja voz o Sr. Konder tão corajosamente ecoa na página 5 de *O Globo*.

Como não participei das conspirações mercadológicas ou nazificantes que precederam a publicação do jornal, só tendo sabido dele depois de impresso, posso estar sendo um inocente útil e é justo que receba uma remuneração tanto pela minha utilidade quanto sobretudo pela minha inocência, que é de valor inestimável se bem que não tanto quanto a do Sr. Konder. Peço portanto ao distinto articulista que, se sabe do paradeiro dos ricos financiadores do jornal, o informe o mais breve possível a este missivista, o qual não tem bens nem dinheiro na poupança, mora de aluguel e ainda não pagou o deste mês.

De passagem, e só por uma curiosidade mórbida, volto às perguntas e indago ao Sr. Konder se ele não inverteu sujeito e objeto, por distração, ao dizer que “a liberdade de pensamento depende da liberdade de expressão”. Pois, se ele quis dizer exatamente o que disse, fico sem uma explicação plausível para o estranho fenômeno acontecido com Antonio Gramsci, cujo pensamento foi todo pensado e escrito na solidão do cárcere, onde ele não dispunha de nenhuma liberdade de expressão e não tinha sequer com quem trocar idéias.

O Globo, 10 de dezembro de 1997.

Dignidade e perdão

Uma frase — uma única frase — acerca de “negros escravizadores” rendeu aos editores do jornalzinho *O Indivíduo* acusações de racismo, tapas, empurrões, cuspidas, ameaças de expulsão da PUC-Rio, apreensão de seu jornal e, por fim, uma gigantesca campanha de difamação pela imprensa; foram abertamente rotulados de racistas por um canal de TV, que não lhes concedeu o mínimo direito de resposta, ao mesmo tempo que organizações estudantis e dezenas de intelectuais despejavam sobre eles toda sorte de insultos em manifestos, assembléias e entrevistas, numa fabulosa mobilização de forças que, investindo contra três indivíduos isolados, ainda tinha o descaramento de discursar em nome das “minorias”.

Sobre o mesmo tema “negros escravizadores”, o jornalista Sílio Boccanera escreveu uma coluna inteira em *O Globo* de 7 de dezembro, onde, com base num documentário da BBC de Londres, não só demonstrava que mais negros foram escravizados por negros do que por brancos — exatamente como o tinham afirmado os

meninos da PUC —, mas descia a detalhes que mostravam, nos escravagistas africanos, requintes de crueldade superiores a tudo quanto registram as crônicas mais eloqüentes da escravidão colonial nas Américas. Era comum, na África, o sacrifício ritual de escravos, sobre cuja vida e morte o proprietário tinha poder absoluto. Raramente o europeu entrava no continente para aprisionar escravos e a maioria deles era comprada no litoral, de líderes tribais que enriqueceram com o tráfico. Quando veio a abolição do tráfico internacional, decretada pelas potências europeias, os líderes africanos protestaram por escrito.

Por que nenhum dos agressores dos meninos da PUC pediu a apreensão de *O Globo* nem protestou contra Sílio Boccanera? O documentário da BBC será censurado na televisão brasileira? Os detratores de *O Indivíduo* encaminharão protestos oficiais ao governo britânico? O estudo da história da escravidão na África será proibido nas escolas brasileiras, sob pretexto de racismo?

Incapaz de responder a essas perguntas, nada me resta senão acrescentar-lhes algumas: Não será mais justo que se acuse de racismo quem doravante declare que “brancos escravizaram negros” em vez de reconhecer que, na maior parte dos casos, apenas os compraram de “negros escravizadores”? Não será mais justo chamar de racista quem continue a se aproveitar dos direitos recebidos da civilização ocidental para destruí-la por dentro a poder de calúnias? Não será mais justo exigir que o movimento negro se contente em lutar por direitos iguais para negros e brancos, em vez de exigir

dos governos ocidentais reparações que antes deveriam, conforme bem disse *O Indivíduo*, ser cobradas aos “negros escravizadores”? Não será mais justo esperar que os negros, em vez de difamar os brancos, mostrem gratidão às sociedades que, enfrentando a resistência dos escravizadores africanos, proibiram no mundo o odioso tráfico de escravos? Ou devemos cultivar neles a idéia absurda e anticristã de que gratidão é humilhação, de que a coisa mais nobre que um homem tem a fazer é morder a mão que o socorre? Devemos educar os brancos segundo princípios cristãos e ensinar aos negros a doutrina do Anticristo?

Trata-se apenas de exigir duas coisas: verdade e justiça. Dois milênios de cristianismo tornaram o homem ocidental capaz de reconhecer a igualdade das raças, a fraternidade humana e os direitos das outras civilizações. O Ocidente não foi apenas o autêntico criador do abolicionismo e de “direitos humanos” inexistentes nas sociedades africanas: foi a primeira civilização autenticamente mundial, no sentido de defender o direito de todas as demais à existência, quando elas o negavam umas às outras. Essa glória ninguém há de lhe tirar. Muito menos os ideólogos da ingratidão, que devem a essa civilização até o direito de falar contra ela. A grandeza do Ocidente não vem de suas armas, de sua riqueza, de sua ciência. Vem de sua capacidade, ímpar na história do mundo, de reconhecer e confessar seus pecados, capacidade adquirida ao longo de dois milênios de prática do rito cristão da confissão. Está na hora de exigir, dos advogados da “dignidade negra”, um com-

portamento digno de homens que amam a verdade, mesmo quando lhes doa. Que substituam o discurso da calúnia pelo discurso do perdão de todos por todos. É o mínimo que se pode esperar de um irmão.

Jornal da Tarde, São Paulo, 15 de dezembro de 1997.

Resposta a um Cordovil adivinhão

Salvo engano, sou autor de doze livros publicados e profiro, na Faculdade da Cidade, um curso aberto ao público e bem documentado em centenas de apostilas. Tenho o direito de julgar que meu pensamento não é secreto nem de difícil acesso.

Não obstante, o Sr. Cláudio Cordovil prefere adivinhá-lo à distância, com base em frases soltas captadas de dois alunos que freqüentam meu curso há não mais de quatro meses e de cujas idéias não sou, malgrado o que diz o Sr. Cordovil, nem pai nem tutor.

Será o Sr. Cordovil um rapaz tímido, que ama e odeia de longe? Ou será simplesmente um tremendo adivinhão que se faz de repórter? Ou será ainda, na pior das hipóteses, um fanático esquerdista disposto a mentir até à exaustão, até à náusea, até ao desespero, tudo pela causa, como sempre mentiram os seus antepassados ideológicos, capazes de ocultar durante um século, com a ajuda de Cordovis, uma centena de milhões de mortos?

Qualquer que seja o caso, o Sr. Cordovil criou, pelos seus métodos telepáticos, uma visão de minhas idéias

bem diferente daquela que poderia obter se consentisse em averiguá-las de corpo presente, seja ante os livros, seja nas aulas.

Vale a pena examinar o caso? Vale, mas somente por um dever de consideração para com o próprio JB, do qual tenho sido colaborador e no qual saíram vários artigos depois reunidos em *O Imbecil Coletivo*. Pois, da matéria do Sr. Cordovil, o jornal emerge trazendo na testa a acusação de dar espaço a odiosas pregações extremistas. Desde logo, deve-se portanto perguntar ao Sr. Cordovil: o senhor acha mesmo que, se meus escritos tivessem o conteúdo que o senhor diz que têm, a direção do JB já não o teria percebido? Acha que ela aguardaria, para vetar a publicação de vulgares propagandas fascistas, o sinal de alerta agora disparado pelo tirocínio infalível de Cláudio Cordovil? O senhor acha mesmo que é o homem mais inteligente do JB?

Das duas uma: ou a direção do JB não compreendeu os meus artigos, ou não os compreendeu o Sr. Cláudio Cordovil.

Para avaliar a compreensão do Sr. Cláudio Cordovil, basta medir, numa reportagem destinada a conjecturar os “pressupostos ideológicos” do jornal *O Indivíduo*, o nível dos conhecimentos que ele possui sobre o assunto.

1. Ele qualifica de “ultraconservador” o filósofo José Ortega y Gasset — deputado eleito por uma coligação de esquerda sob o patrocínio de García Lorca e um dos primeiros exilados do governo franquista.

2. Qualifica a metafísica de “ferramenta filosófica que não permite a reflexão sobre a ação, o movimento,

a política e, logo, sobre a liberdade”. Só há um lugar do mundo onde o termo “metafísica” tem essa acepção: a vulgata marxista (por exemplo, o grotesco *Manual de Marxismo-Leninismo* de Otto V. Kuusinen, Academia de Ciências da URSS, várias edições). Nota-se que o jornalista desconhece outras acepções, caso contrário não ignoraria que ação, movimento e liberdade são temas essenciais de toda metafísica, por exemplo em Maurice Blondel (ação), em Aristóteles (movimento) ou em Schelling (liberdade). Quanto à afirmação de que a metafísica impede a reflexão sobre a política, é realmente difícil avaliar a profundidade da ignorância requerida para proferi-la. Qualquer manual de história da filosofia informará aos interessados que a reflexão política no Ocidente começa com Platão e Aristóteles — isto é, com os dois fundadores da metafísica ocidental. Se o Sr. Cordovil não insistisse em gritar que ignora essas coisas, eu teria alguma dificuldade em acreditar.

3. Ele identifica escolástica e conservadorismo, ignorando que a famosa e aliás desastrosa “abertura para a esquerda” do Concílio Vaticano II foi inteiramente obra de escolásticos, entre os quais Maritain. Desconhecendo todos os escolásticos, ele ignora também que os há de direita e de esquerda, que o confronto entre conservadores e progressistas, na Igreja, é na origem e em essência uma quizília de escolásticos.

4. Ele inclui entre os ultraconservadores o filósofo Éric Weil, que não terei a generosidade de lhe dizer quem é.

5. Quando um dos meninos entrevistados, Álvaro de Carvalho, afirma que a função do intelectual não é transformar o mundo, mas compreendê-lo, o Sr. Cordovil, fazendo pose de superior, diz que o entrevistado “desconhece os rudimentos do conceito moderno de intelectual”. Qual o conceito moderno a que se refere? Naturalmente, o conceito gramsciano do intelectual ativista — o único que o Sr. Cordovil conhece, o único que é moeda corrente nos ambientes provincianos onde ele fez sua cabeça, e que, com a presunção típica do ignorante, ele imagina ser consenso mundial. O conceito defendido por Álvaro é o de Julien Benda, coisa que qualquer homem letrado reconheceria à primeira vista. Mas Benda é mais um autor do qual o Sr. Cordovil nunca ouviu falar, e que vem sendo bastante estudado nos últimos anos por autores que o Sr. Cordovil também desconhece.

Com essas qualificações, imagina-se a compreensão profunda que o Sr. Cordovil poderia obter de meu pensamento num simples olhar de relance, ou, melhor dizendo, de esguelha, aliás dirigido não a mim, mas a um espelho miniaturizado e não muito fiel.

Partindo dessa compreensão profunda, o Sr. Cordovil informa ao público que o conteúdo de meus cursos se compõe de “uma mistura de Sto. Tomás de Aquino e darwinismo social”. Por uma simples questão de polidez para com os leitores, devo, de minha parte, informar:

1 — Sto. Tomás, em meus livros, só é citado uma vez, em *Aristóteles em Nova Perspectiva*, como autor de certas indicações, corretas mas parciais, concernentes à

relação entre poética e lógica em Aristóteles. Nas minhas aulas, nenhum texto ou doutrina de Sto. Tomás foi estudado, exceto de passagem, entre outras dezenas de autores, no curso *História Essencial da Filosofia*. Em contrapartida, aprofundamo-nos por meses ou anos em textos de Husserl, Leibniz e Lavelle, que o Sr. Cordovil não cita e que, aliás, ignora como a todos os demais. Não há vergonha nenhuma em ser tomista, mas também não há em não sê-lo.

2 — A única menção ao darwinismo social em minhas obras está em duas páginas de *A Nova Era e a Revolução Cultural*, e é sumariamente contra. Mas o Sr. Cordovil não leu.

3 — Do mesmo modo ele não leu o restante de minhas obras, motivo pelo qual pode estar persuadido de que “desferem ataques raivosos a teóricos que abordam a justiça social”. Mas não precisaria lê-las para notar a tremenda falsidade do que diz. Bastaria que lesse o *Jornal do Brasil* do dia 6 de janeiro de 1996, onde, no caderno *Idéias*, os grosseiros “ataques raivosos” são assim qualificados: “Se a obra de O. de C. se distingue da prosa empolada e vazia dos *philosophes* de plantão, é sobretudo por seu texto humorado, pela busca permanente de clareza e honestidade intelectual.” Caso o Sr. Cordovil se recuse a ler jornais que o aceitem como empregado, poderá em vez disso consultar o *Jornal da Tarde* de São Paulo, do dia 7 de janeiro de 1995, onde o crítico Luís Carlos Lisboa diz que, nas obras como nos cursos do hidrófobo autor de *A Nova Era* “predominam o equilíbrio e a coerência”.

Na verdade, não me lembro de ter discutido, exceto de passagem num artigo publicado aliás no JB, nenhuma teoria da “justiça social”. Não sei de que teóricos o Sr. Cordovil está falando, a não ser que — valha-me Deus! —, qualquer esquerdista, ao dizer qualquer coisa sobre o que quer que seja, sobre os faraós do Egito ou sobre o consumo do Santo Daime, sendo em seguida criticado por Olavo de Carvalho, se torne *ipso facto* um teórico da justiça social.

No que diz respeito à “veneração fundamentalista” que eu inspiraria a meus alunos, é juízo de valor que vale quanto vale quem o emite. Não sei dizer quanto vale o Sr. Cordovil, pois não domino a técnica do cálculo infinitesimal.

Quanto aos intelectuais estatais consultados, é significativo que jamais tenham tido a coragem de discutir comigo, mas, vendo à solta dois aluninhos meus com apenas quatro meses de experiência, logo tenham esfregado as mãos, imaginando que maravilhosas vitórias intelectuais não poderiam obter contra adversários mais proporcionados às suas forças. Quanto mais com a ajuda do Sr. Cordovil!

Não é de estranhar que, excitados como lobos diante de carne tenra, tenham se precipitado e, na ânsia de puxar da cartola toda sorte de insultos ideológicos, acabassem usando, de atropelo, carimbos mutuamente contraditórios. De fato, acusam os meninos de individualistas e de anti-individualistas, e os rotulam, ora de apóstolos da ordem estatal rígida, ora de ultraliberais e anarquistas adeptos da redução do poder de Estado.

Acostumados a lidar com categorias ideológicas padronizadas, sentiram-se desorientados ante a aparente indefinição do jornalzinho e, não conseguindo catalogá-lo, projetaram em cima dele toda a confusão mental histórica de suas pobres cabeças.

Não vou analisar em detalhe o que dizem. Destaco apenas o seguinte:

1 — Um tal Sr. Birman, que se imagina psicanalista e talvez o seja, pois no mundo de hoje tudo é possível, põe à mostra, como numa sessão de psicoterapia, sua compulsão de ver no jornalzinho de umas centenas de exemplares a ponta de um *iceberg*, de imaginar por trás dele um grupo militante de extrema-direita, um vasto movimento organizado, internacional, temível como a peste e Hitler. Com isto ele denuncia apenas o estado patético de sua imaginação que, possuída pelo medo, infla até às nuvens, suando de pavor e de ódio impotente, a força dos três meninos que o apavoram. E depois, levando a farsa ao extremo limite do auto-engano, ainda inventa um jeito de posar de herói: Birman, o denunciador do complô direitista internacional, Birman, o escavador de exércitos secretos. É de fato muito lisonjeiro para esse poltrão atacar meninos e chegar em casa garganteando batalhas contra potências misteriosas. Se eu estrangulasse um bebê de três anos, inventaria uma história dessas: diria que por trás dele havia um baita Schwarzenegger que, por ser essencial, era invisível aos olhos. Esse Sr. Birman é um rapaz muito doente.

2 — O Sr. Luís Eduardo Soares, cientista político — o que não é lá muita recomendação, pois no mais das vezes designa apenas um político frustrado que teve de se contentar com um palanque acadêmico —, assegura-nos que *O Indivíduo* segue o modelo um “anarquismo de direita”, bebido em Locke (liberal clássico) através de Robert Nozick (neoliberal), e ao mesmo tempo se inspira em Metternich e Joseph de Maistre (apóstolos da autoridade estatal), e René Guénon, (que o Sr. Soares cita sem saber quem é, imaginando-o talvez algum teórico da *Action Française*, mas que, informo aos leitores, foi muçulmano mais anti-ocidental que Louis Farrakhan). Santa misericórdia! Haverá em *O Indivíduo* tamanha riqueza de matizes ideológicos, provenientes sobretudo de autores que os rapazes nunca leram e que só poderiam tê-los influenciado por meios esotéricos desconhecidos? Ou o Sr. Soares é que na sua fúria catalogante gasta de uma vez todos os seus carimbos, não reparando que projeta em *O Indivíduo* apenas os fantasmas terroríficos de seu próprio subconsciente? Como diria Cláudio Moura Castro, o Sr. Soares padece do mal brasileiro de não ler o que um autor escreveu, mas o que ele acha que o autor quis dizer no fundo, muito no fundo — tão no fundo que até o autor o ignora por completo. Ademais, que é que sabe o Sr. Soares das leituras dos meninos, exceto o que possa lhe ter informado o incrível — no sentido etimológico — Sr. Cordovil?⁶

⁶ Mais tarde o Sr. Soares inventou a desculpa esfarrapada de que não quisera assinalar influências, mas apenas afinidades. Belo

4 — O Sr. Soares assinala em *O Indivíduo* “ecos de um conservadorismo anti-individualista que sonha com a comunidade”, enquanto o Sr. Birman diagnostica, no mesmo jornal, um individualismo radical que “recusa da noção de comunidade”. Sugiro aos editores a realização de um debate no próximo número.

Cada um desses senhores, evidentemente, se atrapalha, se embrulha, se mela todo no afã de dizer às pressas alguma coisa bem feia contra *O Indivíduo*. O leitor que julgue, que diga qual a hipótese mais provável, mais sensata, menos doente: o jornalzinho é misteriosamente movido pelas influências ocultas de autores que os meninos nunca leram, ou, ao contrário, os Srs. Soares e Birman é que, atônitos diante de um objeto difícil de catalogar, projetam nele a esmo reminiscências de leituras soltas? A mixórdia ideológica que enxergam em *O Indivíduo* é rebuscada demais, artificiosa demais, “intelectual” demais: é uma fantasia de acadêmicos, projetada sobre meninos que jamais poderiam encarná-la.

Isso não quer dizer que os Srs. Soares e Birman tenham lido muito. Quer dizer apenas que manejam mal,

método! Afinidades, por definição, são recíprocas: haveria o Sr. Soares de caracterizar o pensamento de Nozick por sua semelhança com as idéias de *O Indivíduo*? A afinidade, para ser legítimo instrumento de caracterização de duas correntes de idéias, deve basear-se numa ancestralidade comum, ainda que remota ou inconsciente, e neste caso o Sr. Soares teria de se referir, na mais ousada das hipóteses, a algum liberal clássico, o que ele não fez porque isto seria desmascarar, no ato, a farsa montada para carimbar os meninos como radicais de direita.

como em geral o fazem os mini-intelectuais do seu calibre, as fontes de que dispõem. Em vez de usá-las como pontos de referência, catalogam-nas em boazinhas e malvadas, e usam-nas como matéria-prima em sua fábrica de carimbos.

Quanto a Hilton Japiassu, professor de filosofia do IFICS, o que deve alta recomendação em Nova Iguaçu, ele também lê no jornalzinho, como seu colega Soares, várias coisas que não estão lá — inclusive uma apologia do “conformar-se, consumir, ganhar dinheiro” que, se lá eu a encontrasse, muito teria me escandalizado. Mas não me escandaliza que o Sr. Japiassu veja o que não existe, ou jure que viu o que não viu. Intelectual estatal é para isso mesmo.

Mas o Sr. Japiassu vai mais longe no exercício de sua alta missão deseducativa. Esse autor de um livro de epistemologia recai na velha confusão entre origem e valor da consciência, confusão tão primária, tão boba, já tantas vezes desfeita desde que Leibniz respondeu a Locke no século XVIII, que deveria dar a um professor de filosofia, em caso de cometê-la, demissão por justa causa. Do fato de que a consciência só se forma em sociedade, ele deduz que, uma vez formada, ela não pode se opor ao consenso da sociedade. A consciência individual a que se refere *O Indivíduo* não é obviamente a do “menino-lobo” de que fala o Sr. Japiassu, isolado e privado de educação, mas, ao contrário, a do *spoudaios*, do homem maduro capaz de se opor, mesmo sozinho, ao consenso da massa, como o fizeram Sócrates e Jesus, coisa que aliás o Sr. Japiassu, que por mal dos pecados é também padre, não tem o direito de ignorar. Os me-

inhos de *O Indivíduo*, na sua tenra juventude, já dão a amostra, ingênua e canhestra o quanto se queira, mas corajosa, do que poderão ser na maturidade. Eles já são. na sua bravura solitária, *O Inimigo do Povo*, de Ibsen. Mas, na cabeça de um professor de subserviência, tal perfeição humana deve ser inimaginável. Para o Pe. Japiassu só há dois caminhos: ou do unanimista que diz amém à massa e segue Barrabás, ou o do menino-lobo que não segue nada porque de nada sabe. *Tertium non datur*. Que coisa abominável, um padre que ignora a solidão de Santa Teresa em seu templo interior, “*sola con El Solo*”, a “*noche oscura*” do solitário São João da Cruz, ou mesmo a simples solidão do crente sincero que faz seu exame de consciência diante do “Deus que sonda os rins e corações”! Que temível sinal dos tempos, um sacerdote de Barrabás a pregar no templo de Cristo!

Mas não falemos só de coisas tristes. Divertido é o *show* de ignorância presunçosa que se exhibe no manifesto do Coletivo Cultural da PUC-Rio, uma entidade à qual sou muito reconhecido pela propaganda gratuita que sua denominação faz de meu livro *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. Essa notável produção literária coletiva, que é por si uma amostra do estado de coisas no ensino universitário nacional, alerta gravemente a população contra “as conseqüências da chamada teoria do darwinismo social, que legitimou a escravidão”. Dito isto, passo à aula de História:

1 — A aplicação do darwinismo à história social foi invenção de Herbert Spencer, nos seus *First Principles*,

de 1862. O darwinismo social como ideologia política apareceu em 1892, com a conferência de Thomas H. Huxley, “Evolução e ética”. Nasceu e tornou-se ideologia dominante no Império Britânico, onde a luta aberta contra a escravidão era política oficial desde muitas décadas, adotada em escala mundial pela Coroa, em parte por autêntico humanitarismo, em parte para debilitar o colonialismo luso-hispânico.

2 — Nos Estados Unidos o darwinismo social também não foi de nenhuma ajuda para os escravistas do Sul, pela circunstância de ter vindo à luz 28 anos depois do término da guerra civil que eliminara a escravidão.

3 — No Brasil do século passado houve muitos darwinistas e spencerianos. Mas foram todos, sem exceção, abolicionistas — a teoria de Huxley chegou depois da Abolição.

4 — Depois da data da conferência de Huxley, só existiu escravidão nos países islâmicos, em cuja cultura não há o menor traço de darwinismo social ou coisa similar, sendo a idéia evolucionista, em geral, repudiada como materialismo ocidental.

Eu poderia recomendar aos signatários alguns livros a respeito, mas não vou fazê-lo: seus professores são pagos para isso, embora achem mais lícito gastar dinheiro público para lisonjear estudantes em vez de educá-los. Em contrapartida, vou perguntar: será justo e decente que o órgão incumbido de encarnar a personalidade cultural de uma universidade saia fazendo manifestos sobre coisas das quais ignora tudo? Será lícito e ético usurpar o nome de “cultura” para adornar

com ele as inépcias fulgurantes de politiqueiros estudiantis?

Tudo o que se pode alegar em favor dessas criaturas é que também são vítimas: vítimas da injeção de ignorância que, paga por suas famílias de parceria com o Estado, recebem diariamente sob o rotulo de “ensino”. São, é verdade, vítimas culpadas: colaboram alegremente com o estelionato cultural que as emburrece. Mas seu castigo é certo: se continuarem assim, todos se tornarão futuros Japiassus, Birmans, Soares e — misericórdia! — Cordovis.

Para encerrar, noto que o Sr. Cordovil saiu da redação imbuído do propósito de retratar a “identidade ideológica” dos editores de *O Indivíduo*. Mas por que três meninos que decidem fazer um jornal de estudantes têm de possuir obrigatoriamente uma identidade ideológica pronta, padronizada, facilmente reconhecível no catálogo de dois itens que constitui todo o universo mental do Sr. Cordovil? Por que não podem ter opiniões sobre este ou aquele fato em particular, sem reduzi-las tão precocemente a um sistema já catalogado?

No entanto, o Sr. Cordovil já saiu da redação com seu carimbo, com seu ferro em brasa atizado para marcar os meninos com o estigma do preconceito, para fazer deles, mediante a marca infame, objetos do ódio universal. E fez isso com frieza, com premeditação, mesmo sabendo que uma de suas vítimas era menor de idade.

Tanto foi essa a sua decisão, tanto foi esse o seu ato, que, ouvindo citar autores dos quais nunca ouvira falar,

e confessando que pouco entendera das declarações, nem por isto achou melhor adiar sua sentença. Citassem quem citassem, dissessem o que dissessem, os entrevistados já estavam de antemão marcados com o nome do execrável: “extrema-direita”.

Que é, exatamente, extrema-direita? É fascismo? É nazismo? É conservadorismo? É hinduísmo? É liberalismo? Para o Sr. Cordovil, é tudo isso ao mesmo tempo, é qualquer coisa de que a esquerda não goste. Ele joga sobre os meninos todos os rótulos, sem perceber que se desdiz no ato, que revela com isso apenas sua intenção de insultar a todo preço, mesmo ao preço da mais flagrante contradição.

Os meninos dizem coisas ingênuas, algumas das quais eu não endossaria de maneira alguma, mas que jamais poderiam, com honestidade, ser interpretadas no sentido maligno que lhes dá o Sr. Cordovil. Eles fazem a apologia da sociedade hindu, e ele conclui que são perseguidores de povos inferiores. Eles fazem a apologia da liberdade, e ele conclui que são sacerdotes da autoridade estatal. Eles falam dos direitos e garantias individuais da Constituição, e ele conclui que são perigosos inimigos do Estado de Direito.

E o mais edificante de tudo é que a acusação inicialmente brandida por acusadores vociferantes — racismo! — já não vem aqui explícita, mas velada, como que envergonhada de sua própria mentira, embrulhada na capa de um substitutivo genial — “extrema-direita” — improvisado para continuar ferindo a quem já não se pode acusar na justiça.

Tudo isso é tão absurdo, tão perverso, tão obviamente farsesco, que não dá vontade de responder nada. Dá vontade de guardar silêncio. Tentar falar com o Sr. Cordovil é coisa vã como falar com um jumento, um tatu, uma porta, um muro. Ele não ouve, não quer ouvir, talvez nem mesmo possa ouvir. Não falo, portanto, para ele.

Devo então falar à opinião pública? Mas como? Por que canais hei de atingi-la, se ela é deformada em massa pelo mais poderoso noticiário de TV, que não dá a seus três difamados nenhum direito de resposta?

Posso reagir no varejo, aqui e ali, dispondo às vezes de um espaço de três laudas para refutar centenas de mentiras. E quanto aos milhões de telespectadores que já foram ludibriados, quem lhes dirá a verdade? Quem lhes contará que a novelinha anti-racista é montada por farsantes que, vociferando na mídia, não têm sequer a hombridade de denunciar na justiça o crime que, no fundo, sabem inexistente? Quem revelará a esses milhões que a própria reitoria da PUC já vacila nas acusações, que o reitor Jesus Hortal já declarou que os meninos “não fizeram nada de tão grave”? Quem mostrará aos brasileiros que, enquanto a acusação falsa é estampada em oito colunas, o desmentido, já discreto em si, vem escondido e diluído no meio de uma reportagem, para não dar na vista, para não por a nu a maldade e a mentira de tantos e tantos caluniadores?

De outro lado, por que tanta mobilização, tantas assembléias, tantos cochichos, todo esse zunzum dos diabos por causa de três meninos que deram uma opi-

nião? Por que essa santa aliança de professores, jornalistas, burocratas, líderes estudantis, militantes, intelectuais, atores e cantores — todos contra três, apenas três estudantes, por trás dos quais não há sequer a proteção de uma família, de um círculo de amigos, de um clube de futebol de botão? Por que tanta força de ataque reunida para dar combate a tão modesto adversário? Por que tanta violência, tanta crueldade travestida de mansuetude, por que tantas calúnias transmitidas em massa na TV sem direito de resposta? Por que, enfim, essa grotesca assembléia de luminares do nada, reunidos pelo Sr. Cordovil para pontificar sobre o que ignoram, todos sem a menor curiosidade de investigar antes de opinar, todos sem o menor cuidado de pesar suas palavras antes de dispará-las, como bombas, sobre três vidas que mal começam? Por que esse cinismo de atribuir “intenções de violência” logo às três vítimas inermes da difamação política mais injusta e sádica que já se viu na história nacional? Isso já não diz tudo da psicologia dos nossos intelectuais de esquerda? Isso já não mostra até que ponto essa gente é covarde, prepotente, raivosa, disposta a esmagar sob o peso da gritaria universal a mínima voz divergente? Isso já não mostra o tipo de sociedade que querem implantar neste país?

Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1997.

Resposta a três Cordovis

O sr. Cláudio Cordovil, que iniciou esta contenda, pretende dar nela a última palavra, falsa como a primeira. Odeio voltar a este assunto, mas, desde o início de minha carreira literária, desgostoso com o ambiente de presunção hipócrita que me rodeava, prometi a mim mesmo jamais me fazer de orgulhoso, jamais me abrigar num silêncio falsamente aristocrático, jamais recusar uma resposta nem mesmo ao mais Cordovil dos difamadores.

Tomo portanto um engove e anoto:

1. O sr. Cordovil diz que a minha iniciativa de lhe responder “não foi lícita”, porque meu nome fora citado apenas três vezes — notem bem: *apenas* três vezes — na sua matéria. Infelizmente, a licitude do exercício de um direito constitucional não é matéria na qual o JB costume consultar o saber jurídico do sr. Cordovil. Quando redigir a próxima Constituição Brasileira, o sr. Cordovil estatuirá que qualquer calúnia espalhada por ele só dará direito de resposta depois de proferida quatro vezes. Pela Constituição atual, basta a primeira.

2. O sr. Cordovil informa que guardou para si as mais bombásticas revelações contidas na fita gravada com os meninos, divulgando só as mais inócuas, a título de “aperitivo” (*sic*). Quando li estas palavras, fiquei atônito, pois nunca, em trinta e dois anos de jornalismo, vira um repórter gabar-se de esconder a notícia, e, pior ainda, fazê-lo nas páginas mesmas do jornal ao qual sonegara as informações. Só vim a entender o paradoxo quando, linhas adiante, li que o sr. Cordovil receitava a leitura de um livro sobre a tal “retórica da intimidação”. Não li esse livro, mas compreendi instantaneamente por que o sr. Cordovil o recomenda com tanta ênfase: é não apenas o seu livro de cabeceira, mas o seu manual de redação. Só que no meu tempo esse tipo de coisa não se chamava retórica. Chamava-se blefe⁷.

3. O sr. Cordovil diz que sou um escritor raivoso. Ele é mau leitor e mau psicólogo. Mau leitor: confunde a raiva que um escritor sente com a raiva que ele desperta. A diferença é elucidada pela estilística, hoje quase uma ciência exata: o estilo raivoso é duro, crispado, cheio de afetações, sem naturalidade ou senso de humor. É o estilo do sr. Cordovil. Já Rivarol e Voltaire, Chesterton e Shaw, muitas vezes foram lidos entre espasmos de ódio precisamente porque escreviam rindo.

Mau psicólogo: Diagnostica projetando-se no diagnosticado, em vez de observá-lo. Raivoso, eu? Boba-

⁷ Blefe mesmo. Solicitado pelo radialista Mário Negreiros a transmitir a gravação pela Rádio MEC, Cordovil inventou mil e uma desculpas e tirou o corpo fora.

gem. Sádico, talvez. Pois embora procure ater-me às mais elevadas intenções morais, não posso, como não o pôde jamais qualquer escritor humorístico, negar o fundo de prazer maligno que sentimos ao espremer piolhos intelectuais.

4. Ele diz que se recusa a me exibir suas credenciais intelectuais. Recusa-se, mas exhibe-as já na mesma frase, ao colocar o pronome oblíquo com a destreza daquele menino da piada que, para mostrar o incremento de seu QI, meteu o sorvete na testa. Erro típico de quem escreve com raiva.

5. Ele diz que não pretende polemizar comigo. É verdade. Prefere fazê-lo com garotos de 17 anos. Nada mais justo. Vejamos, portanto, como ele se sai contra esse que publica uma cartinha ao lado da sua resposta. Chama-se Sérgio de Biasi, não é meu aluno, só o vi por algumas horas, não tenho idéia do que ele pensa ou deixa de pensar e suponho até que não goste muito de mim. Pois bem: esse menino, que aparece na matéria do sr. Cordovil como defensor de tais ou quais opiniões, informa que nunca escreveu em *O Indivíduo* sobre os assuntos mencionados e que jamais foi entrevistado pelo Sr. Cordovil. *Knock-out* aos três segundos do primeiro *round*. Sugiro ao Sr. Cordovil que teste suas forças contra uma velhinha com Alzheimer.

6. O sr. Cordovil acusa-me de mobilizar contra ele uma “máquina de guerra”. A única máquina de guerra de que disponho é este meu velho e cansado cérebro, o cérebro de um homem pobre e sem recursos, que nada pode, materialmente, contra a formidável frente única

que reúne a reitoria da PUC, o movimento Cambralha, o Diretório Central dos Estudantes, o “Jornal Nacional”, a revista *Veja-Rio*, o sr. Cordovil e enfim toda a *intelligentzia* esquerdista, representada no caso pelos srs. Birman, Japiassu e Soares — e bem representada, aliás, pois dificilmente os atributos da mediocridade, na gama variada que vai da presunção à tolice, passando pelo histrionismo e pela falsa moral, estiveram tão bem dosados, por igual, em três... direi *indivíduos*? Não. Três exemplares, três cópias, três reimpressões fiéis de um só discurso, que é aliás o mesmo do sr. Cordovil e de todo o seu pugilo de bravos.

No meu tempo, mais de três contra um era covardia. Hoje, juntam-se cem contra um e alegam lutar valentemente contra uma “máquina de guerra”. É lisonjeiro, mas cansativo. Sinto-me um *pittbull* bicado por cem galinhas. Nessas criaturas, o senso das proporções parece funcionar às avessas: em vez de regular o medo pela gravidade relativa do perigo, avaliam o tamanho do adversário pela intensidade do medo que lhes inspira.

7. O sr. Cordovil alardeia coragem, mas dá inequívocas demonstrações de covardia. A mais bonita é esta: ele procura amenizar *ex post facto* suas palavras, dizendo que no seu texto apareci apenas como “pai intelectual” dos meninos, coisa inocente já informada pelo JB uma semana antes. Mas o que o sr. Cordovil afirmou em sua matéria não foi isso: foi que oriento um grupo de extrema-direita infiltrado na PUC. Grupo de extrema direita quer dizer exatamente: grupo militante que prega a destruição do Estado de Direito e o uso de meios vio-

lentos para instaurar uma ditadura. Não é bem a mesma coisa. A diferença é a que vai da simples fofoca ao crime de calúnia.

8. O sr. Cordovil diz que tem uma fita gravada à disposição do público. Pois bem. Tenho setecentas, além de umas trezentas apostilas e mais doze livros publicados – tudo isso à disposição do sr. Cordovil ou de quem quer que seja, para verificar se algum dia preguei algo que se parecesse mesmo de longe a uma ação política qualquer, extremista ou moderada, direitista ou esquerdista. Posso ser acusado, isto sim, de pregar o absenteísmo político, a vida interior, o desprezo ao esquema amigo-inimigo que se tornou, para todos os intelectuais ativistas, a chave suprema do saber humano.

É curioso que o Sr. Cordovil pretenda denunciar minhas idéias e ações políticas sem ter examinado nada, absolutamente nada desse material, sem ter me entrevistado, sem ter assistido a uma única de minhas aulas, sem ter investigado o que quer que fosse acerca de meus ditos e feitos. O qualificativo mais brando que encontro para isso é: irresponsabilidade, leviandade, falta completa de ética jornalística.

Vamos agora aos Srs. Soares e Birman. Tal como o sr. Cordovil, eles alegam que sua conversa não era comigo, que eu não tinha nada que lhes responder. Mas como é possível que, de uma matéria onde se fala quase nada a meu respeito, eu saia carimbado com o rótulo de mandante de um crime contra a segurança do Estado?

Deveria eu agüentar isso calado, repetindo estas consoladoras palavras: “Não é comigo”?

A mim me parece, ao contrário, uma sublime caradepau da parte de todos eles emitirem com tanta levandade uma acusação tão porca e ainda achar que responder-lhes é falta de educação. Desejariam que eu me deixasse polidamente carimbar, caluniar e condenar? Desejariam que eu deixasse minha vida resumir-se no verso de Rimbaud: *Par délicatesse j'ai perdu ma vie*?

Quanto cinismo em três cabeças tão miúdas! Vejam só o ar santarrão com que essas pessoas, assumindo a defesa dos cem agressores que cobriram de tapas e cuspidas os editores de *O Indivíduo*, pregam o “respeito” e o “diálogo”, como se não acabássemos de ter aí mesmo a amostra do tipo de diálogo respeitoso que desejam.

O sr. Soares, então, chega ao cúmulo da desfaçatez ao declarar-me carente de credenciais “para o debate acadêmico”. Que coisa mais linda! Tapas, cuspidas, censura, falsas denúncias de um crime contra o Estado — e o doutorzinho chama a isto “debate acadêmico”! É precisamente para este tipo de debate — e somente para isso — que uma universidade que tem no corpo docente um Soares ou um Birman pode credenciar. Se eu tivesse tais credenciais, haveria de jogá-las na privada o quanto antes, para que meus filhos não as vissem.

A polêmica deve ser civilizada, pontifica o sr. Soares. A polêmica exige respeito, diz o sr. Birman. É preciso manter a dignidade do tom, perora o sr. Cordovil. Quem não percebe que a única dignidade que essa gente conhece é um tom, um ar, uma afetação exterior?

Haverá algum respeito, dignidade, vida intelectual civilizada em acusar publicamente um inocente de conspirar para a destruição das instituições democráti-

cas, para a instalação de uma ditadura reacionária, sobretudo quando quem faz essa acusação jamais viu de perto o acusado, jamais leu um de seus livros e nada sabe de suas atividades particulares ou públicas? Respeito vem de *re-spicere*, que quer dizer olhar duas vezes antes de falar. O “respeito” que essa gente alardeia é apenas a fala mansa dos Iagos, dos intrigantes, dos caluniadores sorrateiros.

Da minha parte, não posso fingir respeito por esse tipo de comportamento, pois seria desrespeitar-me a mim próprio.

Ademais, de que adianta argumentar polidamente, ou mesmo aos berros, com quem não sabe sequer o que é um argumento? O Sr. Birman, por exemplo, diz não ter encontrado, em minha carta, nenhum argumento, “só impropérios”. Já eu, na carta do Sr. Birman, encontrei vários argumentos, no sentido birmaniano do termo. Ei-los, por ordem de entrada e citadas *ipsis litteris*: “vociferações raivosas”, “bobagens e tolices”, “sopa de fel”, “bestiário de mau gosto”, “maneira feroz”, “babando na gravata”, “medo da sua saliva”, “violência verbal”, “adjetivos ofensivos”. Com isto chegamos à metade da carta; daí por diante o Sr. Birman nada mais diz a meu respeito. Por esse mostruário da sua dialética, aliás de uma originalidade estilística sem par, entendemos por que ele não viu na minha resposta nenhum argumento. Temos também uma amostra da sua cultura lingüística: ele qualifica a minha resposta de “bestiário” (livro sobre animais) querendo dizer “bestialógico” (coleção de besteiras).

Mas não posso assegurar que haja nisso uma prova de incultura: talvez tenha sido um “ato falho”, expressão do juízo secreto que, no fundo, o sr. Birman faz de si mesmo, e que não cabe a mim confirmar ou impugnar, já que não sou nem me imagino psicanalista.

Mas, já que o sr. Birman padece da natural dificuldade de encontrar o que desconhece, facilitarei aqui as coisas para ele, reproduzindo, mais detalhado e visível, um dos argumentos que ele encontraria na minha carta se soubesse o que é argumento:

1. O Sr. Birman diz que os meninos constituem um grupo de extrema direita que é apenas a ponta visível de uma imensa organização subterrânea.

2. O Sr. Birman desconhece (ele próprio o declara) tudo da atividade dos meninos e das minhas, sendo portanto sua assertiva mera conjectura.

3. Ele não a apresenta como conjectura, mas como certeza inquestionável e auto-evidente.

4. Logo, o Sr. Birman acredita piamente que sua conjecturação é prova apodíctica da verdade do conjecturado.

5. Isso não é muito certo, logicamente, nem muito normal, psicologicamente.

6. Logo, há algo de errado com o pensamento do Sr. Birman.

Que raio de outra coisa é isso, senão um argumento? Identificá-lo é fácil, quando não se é o sr. Birman. Difícil é respondê-lo, quando se é precisamente isso e a natureza cruel não nos deixa ser nada mais. Talvez por essa razão o sr. Birman tenha preferido mudar de assunto, disfarçando após o fato consumado a gravi-

dade de suas acusações conjecturais. Assim, onde ele jurava enxergar com certeza absoluta a ação concreta de “um grupo de extrema direita”, procurando com isto alarmar o público ante a ameaça de conspirações para a derrubada do Estado de Direito, agora ele diz apenas sentir um vago “cheiro de conservadorismo”. O que pretendia ser visão tornou-se cheiro, a pretensa evidência mostrou-se nada mais que suspeita difusa e rala. O sr. Birman também se pavoneia de altas coragens, mas como explicar esse súbito acesso de prudência no ousado denunciador de conspirações? Prudência, aliás, que espertamente muda o tom sem se desmentir de maneira explícita. Prudência que antes mereceria o nome de malícia, por jogar habilmente com uma linguagem es-corregadia, que diz sem dizer e se desdiz sem desdizer. *Bilinguis maledictus*.

Quanto ao sr. Soares, comete a safadeza intelectual de praxe: ao comparar as idéias dos meninos da PUC com certas correntes de pensamento, não distingue entre a intenção consciente do texto e as semelhanças fortuitas que seus detalhes soltos apresentem com tais ou quais ideologias. Depois disso, fica fácil alegar que estas ideologias se contradizem umas às outras e acusar os meninos de “confusão”, aliás sem perceber que esta mesma acusação se incompatibiliza com a de extremismo, que pressupõe a coerência do compromisso com uma opção ideológica unilinear.

Por exemplo, ele vê no pensamento dos meninos elementos de individualismo e de anti-individualismo, e os acusa de contradição. Nem de longe lhe ocorre que

qualquer estudante no pleno gozo de seus neurônios e não fanatizado por um compromisso sectário pode — e deve — admitir parcelas de verdade em doutrinas opostas, consideradas em planos distintos, e buscar, mediante um exercício do pensamento pessoal, uma solução dialética da oposição, que não cabe a um professor lhes dar pronta. É precisamente colocando os alunos diante de oposições desse tipo que se desenvolve neles o pensamento crítico, vacinando-os ao mesmo tempo contra todo simplismo fanático. Já o Sr. Soares só conhece um tipo de ensino: a doutrinação em bloco segundo uma ideologia compactamente coerente.

Mas a coerência em bloco de uma ideologia é com frequência apenas a unidade exterior de uma vontade política forçada, cheia, por dentro, de toda sorte de paralogismos e contra-sensos. Coerência ideológica é muitas vezes sinônimo de incoerência lógica. O próprio sr. Soares nos dá um exemplo disso, quando, após afirmar que “o pensamento dos meninos é articulado sistematicamente pela filosofia ultraliberal”, assinala neles “o entusiasmo por René Guénon e pela tradição conservadora mística... que considera o individualismo liberal o paroxismo da degradação”. Ora, se os meninos admitem algo de verdade na crítica de Guénon ao liberalismo, é óbvio que seu pensamento não se “articula sistematicamente” segundo a filosofia ultraliberal, mas apenas aceita criticamente alguns aspectos dela, evidentemente relativizados pelo confronto com as objeções de Guénon e de outros pensadores (entre os quais alguns esquerdistas, como Max Horkheimer, bastante valorizado no meu curso). Isso é tão simples, tão banal

no ensino de filosofia, que somente um microcéfalo intoxicado pelo preconceito pode não enxergá-lo, ou um rematado farsante fingir que não o enxerga.

O gênero de intoxicação que entope os canais neuronais do sr. Soares é no entanto bastante óbvio: ele é um daqueles fanáticos que, jamais tendo examinado sem preconceito as doutrinas que lhe repugnam, toma as suas próprias como pressupostos auto-evidentes e as usa como premissas de “demonstrações” que, na sua cabecinha, devem parecer muito conclusivas. Mas se o sr. Soares acha que todo ataque à *affirmative action* é racismo, cabe a ele prová-lo, e não tomar essa premissa arbitrária como princípio inquestionável para, com base nela, “provar” mediante escandalosa *petitio principii* que os meninos são racistas porque atacaram a *affirmative action*. Já expliquei, em artigos de imprensa, que a *affirmative action* tem esse nome precisamente porque é uma teoria que não se demonstra mediante argumentos, mas mediante a ação voltada à destruição política de seus adversários: para provar que há muitos racistas, acusa-se de racista quem conteste a teoria e logo o mundo fica povoado de racistas. Isso é fraude intelectual da mais descarada.

Com o mesmo simplismo autêntico ou fingido, o sr. Soares toma como coisa certa e provada a afirmação de que “toda celebração do pensamento puro tem sido celebração da raça branca” — desastrado chute fora, pois o que de mais significativo sabemos do “pensamento puro” nos veio de hindus e mouros como Shankaracharya e Ibn-Arabi, isto para não mencionar

aquele cúmulo de purismo abstracionista que são os trigramas do *I Ching*. Mas basear-se nessa falsa premissa para condenar os meninos como racistas já deixa de ser simplismo: é jogo difamatório, porque eles nem sequer falaram o que quer que fosse acerca de “pensamento puro”, e este conceito entra no debate como autêntica contribuição do próprio Sr. Soares.

O sr. Soares voa longe do objeto, no seu empenho de ler por atribuição de intenções e adivinhar por associação de imagens. É um pobre cérebro que imagina pensar, quando apenas expressa, com mal disfarçado rancor contra o que não entende, sua tosca confusão interior.

Quase todos os alunos que vêm ao meu curso, vindo das escolas onde lecionam Soares e Birmans, chegam nesse estado e têm de ser levados para a UTI intelectual. Para que cheguem a ter uma experiência efetiva do que é “pensar”, é preciso exercitá-los muito e muito no confronto dos contrários em vários planos e em acepções diversas, método dialético tradicional que tanto escandaliza o simplório Sr. Soares e cuja prática, de fato, não lhe recomendo, por estar manifestamente acima das suas forças.

Também não lhe recomendo que continue tentando jogar contra os meninos a comunidade *gay*, mediante o expediente barato de marcá-los com o rótulo de “homofóbicos”. O máximo representante dessa comunidade no Brasil, o antropólogo Luiz Mott, homem honesto, acaba de enviar a *O Indivíduo* um *e-mail* no qual afirma que, embora discordando das opiniões ali expostas acerca do homossexualismo, não viu nelas

nada de ofensivo. Ou pretenderá o Sr. Soares posar de mais gayzista que os *gays*?

Para encerrar, digo que há muitas maneiras e tons de apresentar uma argumentação. Cobrando de mim o tom sereno e polido de um debate acadêmico, os srs. Soares, Birman e *tutti quanti* só fazem lisonjear-se a si mesmos, fingindo seriedade de cientistas para dar ares de alta cultura ao que é, na verdade, um ataque grosseiro, sórdido e calunioso a pessoas inocentes. É aliás também por mera auto-lisonja que fingem imaginar que os chamei, a eles ou a qualquer de seus companheiros de militância, para uma polêmica de idéias. Posso tê-lo feito outrora, quando se tratava de discutir questões de cultura brasileira. Aqui e agora, o caso não é discutir idéias: trata-se de denunciar um crime de calúnia, vulgar e estúpido como todos os crimes.

Polemizar em tom acadêmico com esse tipo de gente seria entrar no jogo do fingimento, como os parentes do *Henrique IV* de Pirandello, que, para não irritar o louco, admitem fazer de conta que são cortesãos de Henrique IV e terminam por acreditar que são mesmo.

Nem vejo sentido em prosseguir a denúncia no plano de uma disputa meramente verbal. As palavras dessa gente contra mim e contra os meninos da PUC não são apenas palavras: são atos. Atos respondem-se com atos. E atos criminosos respondem-se com medidas judiciais, não com bate-bocas na imprensa. A polêmica jornalística está, portanto, encerrada: já encaminhei o caso à justiça, que é a arena certa onde lidar com esse tipo de criatura.



Esta resposta foi enviada ao *Jornal do Brasil* em 19 de dezembro de 1997. Não foi publicada.

Por que, não sei. O que sei é que a imprensa brasileira se acostumou a abrir e fechar polêmicas a seu belprazer, aproveitando-se das partes em litígio como de títeres a serviço de objetivos mercadológicos e políticos que são dela, não deles. O jornal convida um sujeito a falar mal de outro; provoca uma discussão, atíça-a até um certo ponto e, quando imagina que “está cansando o leitor”, interrompe bruscamente a conversa, pouco importando o que os debatedores achem que ainda têm a dizer.

Mas o direito de resposta foi estatuído pela Constituição para servir à defesa dos cidadãos, não ao *marketing* jornalístico. Se, por uma feliz coincidência, publicar uma determinada resposta é bom para vender jornal, então ótimo: o jornal cumpre a lei e ganha dinheiro. Viva o capitalismo! Mas se o jornal *condiciona* a publicação ao lucro, se ele seleciona as respostas conforme lhe ofereçam vantagem e não em obediência incondicional à Constituição Federal, então *usa em benefício próprio os direitos de um outro, sem o consentimento do titular* — e isto é mais que imoralidade: é um desrespeito à norma constitucional. Admito que, no ambiente de turva inconsciência que reina hoje na nossa imprensa, os jornalistas podem fazer isso sem dar-se conta da gravidade do seu procedimento. Mas pode o criminoso alegar sua insensibilidade como atenuante do crime?

No caso desta polêmica em especial, o escândalo é mais grave ainda, porque foi desrespeitada a *paridade de acusação e defesa, que está implícita na lógica mesma do direito de resposta*: um ataque, uma defesa; dois ataques, duas defesas. O segundo a falar deve ser também o úl-

timo: o contrário seria privilegiar abusivamente a acusação.

Ora, o *JB* publicou primeiro a acusação; depois, a resposta; depois, três réplicas. Depois, silêncio. Além de me forçar a responder simultaneamente a quatro atacantes, ainda lhes deu o confortável privilégio da última palavra. Feito isso, decretou que a polêmica estava “cansando o leitor”. Como se o direito de resposta fosse condicionado ao prazer da leitura. Como se a honra do cidadão, para ser respeitada, tivesse de ser também atraente, interessante e, para o jornal, lucrativa.

Até o momento em que eu e José Mário Pereira fechávamos a edição deste livro, minha resposta aos novos ataques de Cordovil, Soares e Birman não tinha sido publicada. Não é impossível que o seja nas próximas semanas, quando o livro estiver rodando e for tarde para alterar estes parágrafos. Caso isto venha a acontecer, as considerações acima continuarão valendo como advertência à imprensa brasileira em geral e poderão ser úteis a muitos leitores cujos direitos tenham sido explorados da maneira descrita.

OLAVO DE CARVALHO

APÊNDICE: Breve antologia dos protestos

Na vasta polêmica que se seguiu aos acontecimentos da PUC, ninguém ousou assumir direta e francamente a defesa dos agressores. Todos os advogados do fanatismo imbecil limitaram-se a fazer insinuações contra *O Indivíduo*, sempre no estilo ambíguo dos covardes.

Em compensação, muita gente escreveu aos jornais, protestando contra a repressão a *O Indivíduo*. Alguns desses protestos foram publicados, outros não. Dentre os primeiros, reproduzo aqui o do poeta e filósofo pernambucano ÂNGELO MONTEIRO (*Diário de Pernambuco*), o do jornalista ARISTÓTELES DRUMMOND (*O Estado de Minas*), o do romancista CARLOS HEITOR CONY (*Folha de S. Paulo*), dois artigos do embaixador JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA (*Jornal da Tarde*) e um do jurista e filósofo MIGUEL REALE, ex-reitor da Universidade de São Paulo e o mais importante pensador brasileiro vivo (*Jornal da Tarde*). Dentre os segundos, uma carta do contista ANTÔNIO FERNANDO BORGES, duas do cineasta LEOPOLDO SERRAN, uma do empresário e escritor DONALD STEWART JR. e uma de D. IRINEU PENNA, do Monteiro de S. Bento, esta última dirigida a *O Indivíduo* — edição *Internet*.

Houve muitos outros, cujas cartas e artigos não se reproduzem aqui por falta de espaço, mas aos quais, seja como indivíduo, seja em nome de *O Indivíduo*, agradeço por sua coragem e generosidade. Algumas dessas cartas, vindas inclusive do Exterior, podem ser lidas no *site* de *O Indivíduo* na Internet:

<http://www.geocities.com/Athens/Olympus/5806/>

Esta antologia não pretende documentar o caso em toda a sua amplitude. Para isso seria preciso reproduzir também as palavras dos caluniadores. Mas não chegam a tanto nem a minha gentileza nem os meus recursos. Ademais, essa gente não precisa dos meus modestos favores editoriais: tem a mídia inteira e uma infinidade de cátedras onde divulgar quantas mentiras invente.

OLAVO DE CARVALHO

ÂNGELO MONTEIRO:
O Jesus nosso e o Jesus deles

Olavo de Carvalho, em seu magistério socrático, exerce uma prática não muito comum no Brasil de hoje, sobretudo no meio das pessoas maravilhosas: defender, em nome de uma verdade filosófica, e sem perder de vista a coerência ética, princípios que transcendem as circunstâncias e que não podem ser traídos sob pena de mutilação total da consciência humana. Mas só que esses princípios comumente envolvem pessoas, e nem sempre a coragem é a mesma, como a de Olavo de Carvalho, por parte de defensores de certas causas, quando os envolvidos são indivíduos ou minorias normalmente silenciosas e fora, portanto, do raio de proteção da *intelligentzia* dominante.

O caso dos redatores do jornal estudantil da PUC, *O Indivíduo*, Pedro Sette Câmara e Álvaro de Carvalho, que tanta celeuma causou na mídia — os quais tiveram a temeridade de tecer certas críticas ao extremismo de uma Semana da Consciência Negra (realizada sob os auspícios dessa Universidade e debaixo do signo da ideologia norte-americana

do politicamente correto), merecendo por isso a execração, inclusive, do titular da Reitoria, e apenas a compreensão fraterna do filósofo — é bastante sintomático do grau de cretinização que tomou conta de largos setores da inteligência nacional que se abriga, principalmente, nos famigerados “centros de excelência” pucianos e uspianos amancebados com o domínio dos meios de comunicação de massa que fazem a cabeça deste malogrado país.

Mas o que é mesmo de pasmar é a desproporção abissal entre as críticas sensatas dos rapazes a qualquer forma de racismo — inclusive a da consciência ter cor — e a condenação irremissível como racistas que lhes foi imposta pelos guardiães da nova moral do politicamente correto. E o mais pasmoso, ainda, que se verificou, entre tantas vestais enfuradas — sem falar dos pseudo-pesos-pesados do poder político, travestido em poder ora intelectual, ora espiritual — contra rapazes inermes, apupados por uma maioria truculenta, cuspidos e quase linchados, por dizerem tais verdades, confiados apenas no poder da própria consciência, foi vermos entre aqueles um discípulo de Santo Inácio, batizado de Jesus, tomando o partido de Barrabás nesse desairoso episódio, e isso em detrimento simbólico e real do próprio nome com que se chama e é chamada a Companhia na qual fez votos religiosos, antes de ser Reitor da PUC.

Quando um jesuíta chamado Jesus já não sabe distinguir Nosso Senhor de Barrabás, especialmente na hora da Crucificação, não é de se esperar que saiba fazer uma distinção melhor entre o valor sagrado da nossa própria consciência e as arremetidas da falsa consciência quando se arroga de defensora dos verdadeiros interesses humanos que não são só negros, mas também brancos, amarelos, vermelhos e, além de tudo, universais.

A salvação de tudo é que contra a solidariedade dos medíocres, de que falava Ingenieros, nos restará sempre,

quando não a Graça, o “Espírito, que sopra onde quer”, e que no meio de tantos poltrões destituídos de hombridade e de caráter surjam homens de porte de Olavo de Carvalho para partir em socorro dos direitos da inteligência contra a prepotência da burrice, que se acha quase sempre poderosa e insigne por contar com a unanimidade costumeira de todos aqueles que abdicaram e abdicam das responsabilidades da própria consciência nas situações com que se defrontam entre o seu verdadeiro dever e os favores da boa vida que se contenta com cargos, benesses e o eterno apoio dos poderosos e seus mais fiéis aliados na massa ignorante.

Felizmente acredito que cada um traz em sua memória um deus em que possa se mirar, como já sugeria Platão belamente no Fedro. Assim não é de estranhar que a inteligência dominante encontre no Jesus Hortal — em sua consistência de hortaliza — o Jesus mais adequado ao seu senso do divino.

Bem dizia meu saudoso amigo, José Ernesto Domingues da Silva: “Ângelo, a inteligência é limitada, mas a burrice é infinita”... Devemos concluir, então, que quando esta cisma de ser Jesus, para assumir as vozes de sua comunidade irritada, ela se torna mais infinita ainda...

Recife, 8 de dezembro de 1997.

Festa da Imaculada Conceição.

J. O. DE MEIRA PENNA:

Como vencer um debate sem precisar ter razão

Entre as obras recentes de Olavo de Carvalho encontramos o ensaio de Arthur Schopenhauer que ele introduz, comenta e enriquece com o título acima. É um pequeno

“tratado de patifaria intelectual” para uso, não dos patifes, mas dos leitores. São 38 estratégias discutidos como exemplos supinos do que chama “Dialética Erística”, proposta pelo filósofo alemão para combater o sistema de seu grande inimigo, Hegel. Sobre a humanidade, Hegel derramou sua verborragia opaca com o intuito de divinizar o Estado e o *Geist* ou Espírito totalitário que atormentaram nosso século, provenientes tanto da “direita” nacionalista quanto da “esquerda” socialista. Ora, continuam essas ideologias a prosperar em nossas plagas de Pindorama, muito embora tenham sido destroçadas em âmbito global, em 1945 e 1989 respectivamente. Os divertidos comentários de Olavo de Carvalho devem ser lidos para nos defendermos dos neoburros e imbecis coletivistas, incrustados nos meios culturais que a hegemonia gramsciana domina. Na época de Schopenhauer, no entanto, ainda não se conheciam estratégias mais modernas como a deturpação da História e o uso da teologia para santificar facínoras, atualizar a Inquisição e reimpor o *Index Librorum Prohibitorum*. Quero dar alguns exemplos recentes.

Duas efemérides históricas têm servido para brutais desfigurações. O centenário de Canudos foi pretexto para a introdução dos conceitos de “reforma agrária” e “revolta camponesa contra opressores”, totalmente ausentes no movimento de fanatismo religioso promovido pelo Antônio Conselheiro — estratégia aliás já utilizado pelos marxistas, na Alemanha, para a abordagem do episódio de Thomaz Münzer, o reformador protestante que com sua pregação insensata do Apocalipse provocou um dos piores massacres do século 16.

O outro aniversário, os 60 anos do golpe getulista de 1937, foi neste mesmo jornal (8/11/97) descrito por uma “historiadora” da USP de tal maneira que o crédulo ignorante fica sob a impressão que só os comunistas resistiram

galhardamente ao “Pai dos Pobres”. Ela incoerentemente menciona o *putsch* sangrento de 1935 e considera mito político o “complo internacional comunista”. Na realidade, o ataque ao Guanabara em maio de 1938 (que a “historiadora” coloca erroneamente um ano antes) foi a única tentativa séria de derrubar o ditador. Conduzido por um militar tresloucado, Fournier, com um grupo inepto de integralistas, teve o apoio, na surdina, dos elementos mais constitucionalistas do País: o ex-candidato presidencial Armando de Salles Oliveira, Otávio Mangabeira, o coronel Euclides Figueiredo (líder de 1932) e os Mesquitas, de *O Estado de S. Paulo*. A hagiografia exacerbada e destinada a enternecer nossos corações de “homens cordiais” está hoje santificando guerrilheiros assassinos como Che Guevara, e toda a facção da *intelligentzia*, tão notoriamente privada da mesma, que se destacou ao tentar converter o Brasil numa nova e gigantesca Cuba: Antônio Callado, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e o Betinho — que Deus os perdoe e os guarde em sua santa utopia...

Mas a prova que a chamada “esquerda burra” a tudo está disposta para conservar as posições conquistadas — inclusive inquisição, censura e violência — nos é oferecida pelo pequeno incidente ocorrido há poucos dias na PUC do Rio. Estudantes daquela universidade publicaram um jornal a que deram o nome de *O Indivíduo*, para destacar sua oposição ao coletivismo sombrio, controlado pelo “politicamente correto” que se pretende implantar em nome de “justiça social”. Foram agredidos por arruaceiros da SS jesuítica. Mas, ao se queixarem ao reitor Jesus Hortal Sánchez SJ, foram desautorizados com o argumento que “o individualismo ignora a solidariedade humana e o conteúdo cristão da fraternidade”. Os artigos dos estudantes liberais que desagradaram aos totalitários são todos baseados em dados históricos e posições inexpugnáveis. A verdade é que a escravidão não foi

uma instituição unicamente européia, mas universalmente praticada, até mesmo pelos régulos iorubás do Dahomey e Nigéria, que vendiam os prisioneiros capturados nas guerras tribais aos negreiros da Costa de Guiné. A “consciência negra” muito melhor se deveria chamar, no Brasil, “consciência mulata” ou “consciência cafuza”: é mais autêntico do que se vestir como um *black-panther* norte-americano para propor um neo-racismo pseudo-africano. O que caracteriza o cristianismo (em oposição ao judaísmo do qual se desprendeu) é, justamente, sua ênfase na salvação *individual* e na responsabilidade última do indivíduo no plano moral. E o movimento de Solidariedade polonês foi dirigido contra um regime coletivista marxista frontalmente condenado pelo papa. Os estratagemas hipócritas e sofismáticos dos jesuítas, para ganharem o debate sem ter razão, me lembram a frase de Léon Bloy: “*Le Christianisme de Gauche est un Protestantisme de merde*”... Leia a *Centesimus Annus* e os *Evangelhos*, magnífico padre Jesus Hortal Sánchez. É só o que lhe pedimos...

J. O. DE MEIRA PENNA:
Poder imenso e tutelar

Há mais de 150 anos, Alexis de Tocqueville nos preveniu sobre que espécie de despotismo devem os povos democráticos temer. Nossa tradição autoritária — oriunda do precoce Absolutismo monárquico português, modernizado por Pombal, e da Contra-Reforma — tem sido reforçada e estimulada, há 100 anos, por uma série de “moléstias” mentais coletivas, entre as quais se destacam o Positivismo e o Marxismo. Um outro ingrediente, porém, a eles se acrescenta: o baixo nível cultural e moral de uma população formada no âmbito estreito da “constante familista” e corporativista so-

bre a qual tantos de nossos sociólogos, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna entre outros, têm insistido. Um temperamento facilmente sugestionável, imaginativo e supersticioso completa o quadro. Como uma massa considerável de cidadãos vive no amplexo asfixiante do que Octavio Paz chama o Ogro Filantrópico — que se qualifica cientificamente de Patrimonialismo Selvagem, mas talvez aqui melhor seria denominado “Ogro Pilantrópico”, o resultado é a subserviência às ideologias totalitárias que se servem da mentira, do mito e, se necessário, da violência, para suas incursões em nossa psique coletiva. Seduzidos pelo Poder Imenso e Tutelar a que se referia Tocqueville em sua obra *De la Démocratie en Amérique*, os ideólogos desse sistema estatal não querem largar o osso. A globalização e o triunfo liberal dos últimos anos enchem-nos do receio de perder suas posições, temor que facilmente se transforma em pânico, ódio cego e vingativo.

É o que está ocorrendo no momento. Sintomas do processo psicopatológico são evidentes. Um pequeno incidente provocado por um jornalzinho, modesto mas inteligente, de quatro estudantes da PUC do Rio, se transformou em crise que abala os alicerces da *intelligentzia* esquerdista carioca. Em artigo em *O Globo* de 7 do corrente, Leandro Konder, apresentando-se como “filósofo”, cita admirativamente o comunista italiano Antônio Gramsci — que, por sinal, morreu num hospital após ter passado alguns anos numa masmorra fascista onde teve todo o lazer de escrever seu *Ordine Nuovo* — para defender a liberdade de expressão, essa mesma que os camaradas de Leandro Konder jamais concederam a seus adversários em todos os países onde dominaram: Viva a liberdade de expressão, contanto que seja a *minha* liberdade de fazer propaganda marxista! Para justificar o que Jean-François Revel chama a “Nova Censura”, qualquer recurso é legítimo. A liberdade de expressão dos meus ad-

versários que vá terminar no Gulag, no *paredón* ou na Praça da Paz Celestial... Realmente, escrever um artigo num dos mais conservadores jornais brasileiros sobre a liberdade de expressão, para concluir que a defesa do liberalismo por quatro jovens estudantes da PUC deve ser censurada em nome do “pensamento dialógico” marxista é o cúmulo da acrobacia. Uma barretada para esse atleta genial!

Mas como o desespero desse pessoal está chegando às raias da paranóia, é mister a invenção dos boatos os mais fantásticos. Atualmente, trata-se do anúncio de uma “conspiração” internacional de “extrema direita” para impor “a detestável doutrina neoliberal” que lhes ameaça as posições confortáveis. O “Coletivo Cultural” da Universidade Católica, que mais apropriadamente mereceria o adjetivo olaviano de Imbecil Coletivo, composto de um psicanalista, um cientista político e um “filósofo”, chegou à conclusão que o incidente com os estudantes revela a ponta do iceberg de “uma coisa muito maior que deve ter ramificações na sociedade brasileira que sequer suspeitamos”. A paranóia atinge o máximo num artigo do Cláudio Cordovil, originário obviamente do subúrbio carioca do mesmo nome e publicado no *Jornal do Brasil*. Qualificando Ortega y Gasset de “ultraconservador”, o Senhor Cordovil revela sua ignorância crassa ao acusar Olavo de Carvalho, o mestre dos estudantes, de misturar “Santo Tomás de Aquino e darwinismo social” — autor e teoria que nada têm em comum e não figuram de maneira alguma em toda a obra de Olavo. E sem perceber que a “*apertura a sinistra*” do Concílio Vaticano II foi em parte inspirada na obra de Jacques Maritain, um escolástico tomista esquerdizante (antes de seus remorsos do *Paysan de la Garonne*...) identifica o conservadorismo com a escolástica “ultradireitista”. Um outro jornalista, Mauro Santayana, se atreve a comparar o neoliberalismo com as façanhas de Hitler e acusa o atual governo brasileiro — presidido, não

nos esqueçamos, por um “social-democrata” que bolou a “Teoria da Dependência” — de nazista porque pretende demitir (se é que o fará, tenho minhas dúvidas) 30 mil funcionários públicos imprestáveis e presumivelmente ociosos. É evidente por esses exemplos que o abalo causado na cuca sinistra pelo que vai pelo mundo afora, com a redução do socialismo em cadáver ambulante de um Frankenstein genocida, está levando o desespero dessa gente a extremos tão burlescos que nem a psicanálise do dr. Joel Birman os poderá curar...

MIGUEL REALE:
Refúgios da esquerda

Com a queda súbita do Muro de Berlim e a debacle irreparável do chamado “socialismo real”, é compreensível que os esquerdistas tenham caído em orfandade, pois, até então se abrigavam na fortaleza do marxismo, o qual, no dizer de Raymond Aron, foi, durante quase meio século, o “ópio dos intelectuais”.

Houve um primeiro momento de perplexidade e mesmo de desespero, mas, como é natural, os ex-adoradores de Marx passaram logo a rever suas posições, procurando novos refúgios para suas pretensões e atividades, recorrendo, se possível, a novas ideologias.

Nesse sentido, duas foram as vias preferidas. A mais importante delas, e a mais consciente e honesta, foi propiciada pelos exageros do neoliberalismo, cujos adeptos, não contentes com a verificação de que o capitalismo era uma “realidade” perante a “ilusão” marxista, pretenderam não só minimizar a competência dos Estados nacionais, mas também reduzir toda a ação política aos problemas econômico-financeiros, com olvido dos valores sociais, até o ponto de

julgarem a *justiça social* uma expressão *meaningless*, ou seja, desprovida de sentido.

Foi mérito, primeiro, dos trabalhistas britânicos de Tony Blair e, depois, dos socialistas franceses de Lionel Jospin assumir uma posição de equilíbrio, reconhecendo, de um lado, a vitória irretorquível de dois valores do liberalismo — o da livre iniciativa como fator primordial do desenvolvimento, e a falência do Estado como empresário — e, de outro, a necessidade de infundir “socialidade” nas artérias da economia liberal. Essas opções vinham, em última análise, coincidir com a tese já levantada pelos defensores do “social-liberalismo”, segundo o qual não é possível deixar o destino do homem e da sociedade entregue aos *dados do mercado*, isto é, à livre e incontrolada competição dos interesses individuais, tida ilusoriamente como fonte perene de bem-estar social.

Pois bem, se as forças mais responsáveis da esquerda souberam fazer sua necessária autocrítica, firmando novas bases de ação política, o esquerdismo irresponsável preferiu optar por soluções demagógicas, graças à utilização tática de algumas idéias em vigor, suscetíveis de exploração fácil e atraente.

Essas idéias convertidas em fulcro das atividades políticas e proclamadas como sendo as únicas representativas da cultura e da dignidade humana são, principalmente, a *ecológica*, ou da defesa do meio ambiente; a do *anti-racismo*, ou a da luta pela igualdade étnica; e a da *igualdade total dos sexos*, visando sobretudo o reconhecimento dos direitos iguais dos *gays*.

É claro que ninguém há que não reconheça o que há de procedente em cada um desses movimentos, mas uma coisa é reconhecer a legitimidade dos valores em que se baseiam, e outra coisa é pretender convertê-los, demagogicamente, em objetivos únicos da vida individual e coletiva. Quando um

valor é exacerbado, até o ponto de tudo ser reduzido a seus parâmetros, está aberto campo para o extremismo ideológico, com perda do senso de sereno equilíbrio que nos deve orientar para sabermos o que é ou não lícito defender com plena liberdade.

O certo é que a ideologização dos três valores acima discriminados, sempre com a malícia e a irresponsabilidade próprias da “esquerda festiva”, já está ameaçando, também no Brasil, a causa da *liberdade*, sem a qual nenhum valor subsiste, visto tornar-se impossível a sua natural ou espontânea realização, em prejuízo da democracia, a qual não se compreende sem o convívio de idéias divergentes ou contrárias.

Foi o que aconteceu, há poucos dias, em lamentável episódio ocorrido na Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, onde três estudantes foram covardemente atacados a pretexto de *racismo*, somente por terem publicado um jornal com o título de *O Indivíduo*, em reação contra certas pregações coletivistas com que se procura mascarar o renitente esquerdismo marxista.

O pior é que os dirigentes da PUC não titubearam em apoiar os agressores, somente para parecerem libertos de preconceitos conservadores ou arcaicos, ganhando os aplausos dos mais fortes ou numerosos, que se autoproclamam senhores da verdade. Não é a primeira vez que a PUC do Rio de Janeiro é vítima do que costumo denominar “complexo de Torquemada”, isto é, da má consciência que alguns católicos têm em razão de conhecidos abusos perpetrados, no passado, pela Igreja contra a liberdade de pensamento, fatos esses que de resto devem ser objetivamente apreciados em razão dos valores culturais dominantes em cada época histórica, ainda que insuscetíveis de plena justificação.

É necessário, pois, que os homens de responsabilidade

tomem posição imediata contra certas atitudes de violento inconformismo que estão surgindo no País, a pretexto de novas reivindicações ideológicas, exigindo que se contraponham idéias contra idéias, e não o uso da força bruta contra convicções que nos pareçam insustentáveis. Sem tolerância, em suma, não há democracia, porque ela é o respaldo insubstituível da liberdade democrática.

Jornal da Tarde, São Paulo, 15 de dezembro de 1997.

CARLOS HEITOR CONY:
Prepotência na PUC

O conselheiro Acácio dizia que a democracia é a convivência de contrários. Alunos da PUC do Rio de Janeiro lançaram um jornal interno, que procura balançar verdades — algumas descaradamente provisórias, outras permanentes até segunda ordem.

Houve ação e reação. O jornal questiona as celebrações da revolta de Canudos e a realização de uma “Semana de Consciência Negra”, na qual descobre um tipo de racismo às avessas. Acusação, de resto, que é feita comumente ao sionismo, rotulando-o de racismo a favor de um grupo discriminado e perseguido durante séculos.

A reação foi desproporcional à ação. Os responsáveis pela publicação foram agredidos, quase linchados, a direção da PUC ameaçou-os com penas que iam até a suspensão.

Idéia se combate com idéia — essa frase parece que não é de Acácio, mas deve presidir a convivência social. Li o jornal dos rapazes. O questionamento de Canudos é bem argumentado (acho que a mesma linha de raciocínio valeria para a recente santificação de Lampião). Canudos foi uma estu-

pidez em que fanáticos e governo erraram, sendo que o governo errou mais e pior.

Quanto à semana da consciência negra, o jornal comete o mesmo erro do qual está sendo acusado. É lícito ao negro contar a história a seu modo e lutar pela sua completa integração social. O branco até aqui impôs sua verdade. Porém, em nome dos agravos secularmente recebidos, a reparação não deve partir para a retaliação racial. Em nível universitário, contudo, a discussão é válida e até necessária. É lícito questionar qualquer tipo de verdade ou direito.

Um debate acadêmico, ao pé da letra, não podia descambar para a violência. A reitoria da PUC comete prepotência ao optar pelo circunstancialmente mais forte. Cristo foi crucificado porque Pilatos fez a mesma opção pela maioria eventual que estava mais próxima.

Folha de S. Paulo, 27 de novembro de 1997.

ANTÔNIO FERNANDO BORGES:

O imbecil mostra sua cara

O imbecil coletivo ataca de novo! Sempre em favor dos hipócritas que negam sua existência, mostra mais uma vez a cara medonha e, a pretexto de exercer um suposto direito à indignação, põe as patas sinistras sobre seu declarado inimigo: o indivíduo. Deveríamos todos nós (e não só a classe universitária) estar vibrando por ver enfim surgir, entre os pilotis da PUC-RJ, uma voz corajosa e lúcida, em gritante contraste com as consciências culpadas, iradas e ressentidas, sempre prontas para abraçar as propostas demagógicas da hora. Mais eis que mais uma vez o unanimismo grosseiro se recusa a aceitar o debate cultural e prefere recorrer à sua inconfundível retórica: cusparadas, tapas no rosto, ameaças de processo!!

Mais o que admira e consterna é que o próprio reitor da instituição, o padre (!) Jesus Hortal, tenha apoiado as manifestações de vandalismo, e até acenado com punições aos jovens editores d'*O Indivíduo*. Ao se dizer “chocado” com o nome e o espírito do jornal, o Magnífico esquece — ou finge esquecer — que seu homônimo mais famoso foi justamente um grande pregador da consciência individual, e o principal responsável pela sua difusão na face da Terra. Nesses tempos de opção pelos pobres e simpatia pelo demônio, estará Jesus (o Hortal) querendo ser mais cristão que Jesus (o Cristo)?

Talvez tenha razão o poeta que dizia, com ironia fina, que devemos ser gratos à burrice, por nos dar ao menos uma idéia aproximada do que seja o infinito...

DONALD STEWART JR.:

A nova agenda da esquerda

Até o princípio desta década parecia impossível que pudessemos ainda vir a ser contemporâneos de uma mudança cultural tão intensa como a que está ocorrendo em nosso país. Basta lembrar que em 1988 estávamos promulgando uma constituição absurda e a palavra privatização sequer existia no nosso vocabulário.

Há menos de dez anos atrás, Fernando Henrique era, junto com Mário Covas e Ulisses Guimarães, um dos principais artífices da nova constituição; hoje sem empenha tenazmente em modificá-la. Há menos de dez anos, propor a reforma da previdência era considerado uma iniciativa de reacionários sem preocupação de natureza social; hoje já existe quase o consenso de que é preciso reformá-la completamente e com urgência. Há menos de 10 anos, mais de 2/3 dos congressistas votavam favoravelmente a estabilidade do

funcionalismo; hoje mais de 2/3 do congresso são favoráveis à sua extinção. Há pouco mais de dez anos, no período Geisel, eram criadas mais de cem empresas estatais; hoje, se Lula fosse eleito Presidente da República dificilmente conseguiria criar uma nova estatal. Embora ainda haja muito a mudar é forçoso reconhecer que muita coisa já mudou. Há uma nova cultura emergente que vem rompendo com os paradigmas de menos de dez anos atrás.

O reconhecimento de que a inflação é um imposto perverso sobre as classes menos favorecidas; de que o déficit público precisa ser coibido limitando-se o Estado a gastar apenas o que arrecada, de que a privatização é indispensável para possibilitar a reforma do estado e tornar o nosso país mais competitivo; de que são exatamente os setores denominados estratégicos os que não podem ser entregues ao Estado, em virtude de sua falência e de sua conseqüente incapacidade de realizar investimentos que o país precisa — já permeia a maior parte do espectro político e não é por outra razão que o presidente Fernando Henrique vem conseguindo aprovar expressivas reformas econômicas e políticas com maioria superior a 2/3 no Congresso Nacional. Não há como negar: está havendo uma mudança cultural em nosso país.

Não tendo mais como se opor a essas mudanças de forma séria e consistente, as forças retrógradas, que compõem a chamada esquerda, voltam agora as suas atenções e os seus esforços para uma nova agenda. Sua atuação passa a priorizar temas como reforma agrária, racismo, ou ecologia. E no trato desses temas revelam a mesma incompreensão e inconsistência que sempre revelaram no trato das questões econômicas. Ao combaterem a miséria no campo, a discriminação racial e a destruição do meio ambiente, não percebem que esse combate não é privilégio exclusivo de qualquer

corrente política, mas uma preocupação de qualquer pessoa séria, dotada de um mínimo de bom senso.

Transformam uma discussão que deveria ser sobre o certo e o errado — no sentido de qual o meio mais adequado para atingir o objetivo desejado — numa contraposição maniqueísta do bem contra o mal, na qual se consideram como os cavaleiros da esperança contra o dragão da maldade; os defensores da paz contra os provocadores da guerra; os que lutam pela justiça social contra os que exploram a miséria. Que pobreza intelectual! São uma adaptação barata da visão hollywoodiana da luta do mocinho contra o bandido.

E para fazer valer suas posições não recorrem à argumentação ou à análise das relações de causa e efeito. São incapazes de expor suas propostas a uma discussão racional para avaliar qual o melhor meio de atingir o objetivo desejado. Antes, como agora, recorrem invariavelmente à violência, às invasões e à intimidação. Um claro exemplo dessa postura nos foi proporcionado recentemente quando um grupo de quatro estudantes tentava distribuir na PUC o seu jornal *O Indivíduo*, contendo um artigo considerado racista. Os argumentos dos jovens estudantes estão escritos, assinados e, portanto, individualizados. Quem se dispuser a lê-los, concordando ou não, poderá constatar que a sua argumentação não tem nada de racista. Por outro lado, a contra-argumentação é feita de forma violenta, coletiva e não individualizada: os rapazes foram cuspidos e agredidos por uma horda e tiveram o seu jornal confiscado. E pior: o incidente provocou uma carta do Sr. Reitor aos alunos da PUC condenando o fato dos estudantes terem apresentado seus argumentos de forma pacífica e por escrito, qualificando tal conduta como delituosa e ameaçando-os com punições por sua conduta. E nem uma palavra sobre a agressão de que foram vítimas.

Nenhuma palavra apresentando argumentos que pudessem justificar como racista o texto execrado.

Os agressores, por defenderem causas nobres, por se julgarem donos da verdade, recorrem à violência contra qualquer manifestação que lhes conteste os meios que sugerem, como se detivessem o monopólio da virtude e da defesa do bem. Quem quer que lhes oponha idéias que não coincidam com a sua visão de mundo — uma visão que invariavelmente privilegia o coletivo em detrimento do indivíduo, como sempre o fizeram o fascismo, o nazismo e os socialismos de todos os matizes — é atirado sem apelação à fogueira das inquisições.

Essas forças retrógradas, mercê de sua incompreensão, de sua intolerância e da defesa de idéias equivocadas já fizeram muito mal ao nosso país. É preciso ficar alerta para impedir, com argumentos, que essa nova agenda possa lhes servir de veículo para dar continuidade a uma atuação que tem sido, no mais das vezes, simplesmente desastrosa.

D. IRINEU PENNA:
Carta a Sérgio de Biasi

Na hora em que tentam crucificar os redatores do “Indivíduo” (que eu gostaria que se chamasse “Pessoa”), venho reiterar a minha solidariedade e incentivá-los a não temer o coaxar das rãs e a não desanimar.

A barulhada, o ódio despertado nas inconsoláveis viúvas de Stalin, mostra que vocês atingiram o alvo. Creio que nunca uma revistinha estudantil de distribuição interna foi tomada tão ao trágico pela “mídia”.

Vocês são insultados, caluniados, mas não refutados. São um despertar da “extrema direita” (por que a direita é sempre “extrema”?). Entre os dados que os condenam sem

exame à execração pública está o de serem “filhos de abastados pais de classe média alta”: crime “inafiançável” no tempo do muro da vergonha; não são “proletários” como as redatoras do caderno B e o trio de sábios (um psicanalista, um cientista político e um Japiassu) escolhidos a dedo pelos mesmos para “analisar as idéias e a retórica” de vocês.

Seria enfadonho — e inútil — examinar tanta sabença, vazada no linguajar pernóstico e pedante de uma página inteira de jornal que despejaram sobre vocês. Teria aspectos divertidos, é verdade, por exemplo, se tivéssemos que tomar a sério a caracterização da Metafísica (a *scientia rectrix*) como “ferramenta filosófica que, sintomaticamente, não permite a reflexão sobre a ação, o movimento, etc. etc.”

Tudo isso é, sem dúvida, muito desabonador para a nossa *intelligentzia* (= *burritzia*).

Disgusting.

10 de dezembro de 1997.

LEOPOLDO SERRAN:
Quanta sensibilidade!

Após um vergonhoso silêncio de mais de uma semana, *O Globo* finalmente resolveu tomar conhecimento de um fato gravíssimo de um fato gravíssimo ocorrido no campus da PUC-RJ. E o fez de forma extremamente original. Em artigo de Élio Gaspari o fato foi rapidamente deixado de lado para que fosse desenterrado um outro ocorrido em 1962 com “filhos de um modesto motorista de Rocha Miranda”. Oh, quanta sensibilidade!

Os três jovens que foram chutados, socados, insultados e, pasmem!, cuspidos semana passada infelizmente moram na

Zona Sul e nunca foram comunistas, por isso não merecem ter os seus nomes gravados numa ilustração gigantesca.

A redação d'O *Globo* fica nos devendo a explicação para o seu comportamento omissivo. Mas talvez esta explicação já possa ser encontrada no documento que reitera os princípios fundamentais da Rede Globo de Televisão: "A Rede Globo faz televisão para a família brasileira e continuará a oferecer-se como a melhor opção para atender às necessidades do coletivo brasileiro..." Além do estilo rançoso do PC, chamo a atenção para o especial destaque que vem adquirindo entre nós a palavra coletivo. É, meu amigo, as oferecidas já não andam atrás dos indivíduos, agora devotam seu amor febril ao coletivo. E seja lá o que isso for, posso lhes garantir que não é o ônibus do modesto motorista de Rocha Miranda.

Os rapazes agredidos no campus da PUC eram culpados do crime de editar um jornal chamado *O Indivíduo*. Foi o bastante para a turma do coletivo mostrar a sua face hedionda e a reitoria a sua cumplicidade. Só um pequeno e breve relance do monstro que está sendo gestado no ovo da serpente. O silêncio d'O *Globo*, do corpo docente e discente da universidade e da hierarquia da Igreja, deixa claro que os monstros irão crescer saudáveis entre a ignorância, a covardia e a cumplicidade de muitos.

26 de novembro de 1997.

LEOPOLDO SERRAN:

Vergonha coletiva

Para compensar o triste e mentiroso artigo do sr. Leandro Konder n'O *Globo* de domingo passado, valeu a leitura da coluna do sr. Sílio Boccanera, "Servidão Oculta", sobre o "documentário devastador" da BBC mostrando a participação dos negros na escravização de outros africanos.

Parabéns aos professores das universidades de Gana e Benin, homens negros com H e N maiúsculos, que sabem ser sua tarefa a busca da verdade e não de consolo para almas de brancos e negros desvitalizados. Espero que o Globo Repórter venha a exibir este documentário. Bem, melhor não esperar muito. Quem sabe a GNT...

Ao professor Eliséé Soumonni da Universidade Nacional de Benin um conselho: não repita as palavras que disse no documentário lá na PUC-RJ porque o “coletivo cultural” cobre o senhor de porradas e cusparadas. PS: alguém pode me explicar à luz do cristianismo ou até mesmo do marxismo que porcaria é essa de “coletivo cultural”? Karl Marx era um homem sofisticado e ficaria simplesmente enojado com o termo. Já a Pontifícia Universidade Católica parece não se enojar com nada.

8 de dezembro de 1997.

ARISTÓTELES DRUMMOND:

Nota na coluna “Aqui Rio”

Inteligente, lúcido, correto, ético, o artigo do jovem estudante Pedro Sette Câmara no número zero de *O Indivíduo*, jornal universitário, que provocou polêmica e ação stalinista deplorável na PUC. Olavo de Carvalho impecável na defesa que fez das jovens vítimas da intolerância e da má fé de radicais.

O Estado de Minas, 15 de dezembro de 1997.

Em tempo

Hoje, 15 de janeiro de 1998, quando faço às pressas a última revisão das provas deste livro, recebo de Pedro Sette Câmara a notícia de que ainda continua imperturbavelmente estampada nos muros da PUC, em formato grande de *poster*, a circular que o Pe. Jesus Hortal, s. j., assinou no dia 20 de novembro e desmentiu no dia 27.

Segundo esse documento, os editores de *O Indivíduo* semearam “o ódio e o desprezo” aos negros — uma conduta que entrava “nos limites do delitivo”.

Segundo a entrevista dada pelo seu signatário a *O Globo* uma semana depois, os meninos não fizeram, realmente, “nada de tão grave”.

O sr. Hortal tem uma opinião *intra muros*, outra opinião *extra muros*, ou não considera que é grave continuar a difundir uma acusação após tê-la desmentido?

Não sei, mas o “s. j.” que acompanha o nome do sr. Hortal significa que ele é um jesuíta. O *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos* de Adalberto Prado e Silva registra, no verbete *jesuitização*, as seguintes acepções: “Dissimulação, sofisticaria.” E no verbete *jesuitismo*: “Argumento capcioso, sofisma”.

Isso não prova nada, é verdade. Jesuítas foram também o grande Leonel Franca, o meu venerado mestre Stanislavs Ladusāns, os meus saudosos amigos Marcel van Cutsem e Caetano de Vasconcellos. Mas lembro que este último, ao ler anos atrás um ensaio que eu escrevera sobre simbólica cristã no cinema, me disse:

— Está excelente, meu filho, mas não adianta nada: você nunca vai conseguir converter os padres.

Acho que ele diria a mesma coisa do presente livro.

É certo, também, que o Brasil muito deve à Companhia de Jesus. Mas obrigar-nos a suportar um Hortal numa reitoria não será cobrança escorchante, mesmo para uma dívida histórica?

Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal e presumivelmente meu antepassado por intermédio de alguma criadinha doméstica, nunca esteve entre minhas admirações. Sempre achei um exagero cruel o que ele fez contra os discípulos de Santo Inácio. Mas hoje chego a compreender seus motivos psicológicos: há coisas que são demais para a paciência de um pobre marquês.

OLAVO DE CARVALHO

